



HAL
open science

Ditaduras: as desmesuras do poder (história, memória, política)

Nildo Avelino, Telma Fernandes, Ana Montoia

► **To cite this version:**

Nildo Avelino, Telma Fernandes, Ana Montoia (Dir.). Ditaduras: as desmesuras do poder (história, memória, política). Intermeios, 2015, 978-85-8499-005-4. halshs-01430158

HAL Id: halshs-01430158

<https://shs.hal.science/halshs-01430158>

Submitted on 10 Jan 2017

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Copyright

DITADURAS

A DESMESURA DO PODER

Coleção

contrassensos

Dirigida por Nildo Avelino e Aécio Amaral

Coleção

contrassensos

Governamentalidade | segurança

Nildo Avelino e Salvo Vaccaro [orgs.]

Ditaduras: a desmesura do poder

(memória, história, política)

Nildo Avelino, Telma Dias Fernandes e Ana Montoia [orgs.]

Hegemonia e estratégia socialista.

Para uma radicalização da democracia

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

DITADURAS

A DESMESURA DO PODER

Nildo AVELINO | Telma DIAS FERNANDES | Ana MONTOIA

o r g a n i z a d o r e s



intermeios
CASA DE ARTES E LIVROS

Editora Intermeios

Rua Luís Murat, 40 – Vila Madalena
CEP 05436-050 – São Paulo – SP – Brasil
Fone: 2338-8851 – www.intermeioscultural.com.br

•
DITADURAS: A DESMESURA DO PODER

© Nildo Avelino | Telma Dias Fernandes | Ana Montoia

1ª Edição: Fevereiro de 2015

•
Editoração eletrônica, produção Intermeios – Casa de Artes e Livros
Preparação de texto Ana Montoia e Nildo Avelino
Capa Foto: Francisco Ripó
(*Jardin des Tuileries*, Paris/França –
julho de 2014)
Arte Intermeios – Casa de Artes e Livros

•
CONSELHO EDITORIAL

Vincent M. Colapietro (Penn State University)
Daniel Ferrer (ITEM/CNRS)
Lucrécia D'Alessio Ferrara (PUCSP)
Jerusa Pires Ferreira (PUCSP)
Amálio Pinheiro (PUCSP)
Josette Monzani (UFSCar)
Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)
Ilana Wainer (USP)
Walter Fagundes Morales (UESC/NEPAB)
Izabel Ramos de Abreu Kisil
Jacqueline Ramos (UFS)
Celso Cruz (UFS)
Alessandra Paola Caramori (UFBA)
Claudia Dornbusch (USP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

A948 Avelino, Nildo, Org.; Fernandes, Telma Dias, Org.; Montoia, Ana, Org.
Ditaduras: a desmesura do poder. / Organização de Nildo Avelino, Telma
Dias Fernandes e Ana Montoia – São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes,
2015. (Coleção Contrassensos).

394 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8499-005-4

1. Organização Política. 2. Estado. 3. Sociedade. 4. Ditadura. 5. Poder.
6. Autoritarismo. 7. Ditaduras na América Latina. 8. Memória. 9. História.
10. Política. I. Título. II. A desmesura do poder. III. Série. IV. Avelino, Nildo,
Organizador. V. Fernandes, Telma Dias, Organizadora. VI. Montoia, Ana,
Organizadora. VII. Teles, Amelinha. VIII. Nunes, Paulo Giovanni Antonino.
IX. Sá, Leonardo. X. Finchelstein, Federico. XI. Silva, Rodrigo Freire de
Carvalho e. XII. Piccato, Pablo. XIII. Gentile, Fabio. XIV. Romani, Carlo. XV.
Kolleritz, Fernando. XVI. Landa, Fábio. XVII. Kohan, Walter. XVIII. Romano,
Roberto. XIX. Franco, Maria Sylvania de Carvalho. XX. Intermeios – Casa de
Artes e Livros.

CDU 321
CDD 320

*Aos que nomearam, afrontaram e padeceram as
desmesuras do poder...*

Sumário

- 9 Apresentação
Nildo AVELINO, Telma DIAS FERNANDES e Ana MONTOIA

MEMÓRIA

- 15 Gênero e ditadura
Amelinha TELES
- 29 As experiências de “luta armada” na Paraíba
Paulo Giovani Antonino NUNES
- 51 Anos 1970: uma produção cultural à margem da polarização política
Telma DIAS FERNANDES
- 79 Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente
Leonardo SÁ

HISTÓRIA

- 103 Uma ditadura “revolucionária”? Teoria e prática da Junta Militar argentina (1976-1983)
Federico FINCHELSTEIN

- 129 Golpe de Estado e violações dos direitos humanos no Chile
Rodrigo Freire de CARVALHO E SILVA
- 147 México: como construir uma perspectiva sobre o passado recente?
Pablo PICCATO
- 171 O Estado corporativo fascista e sua apropriação na Era Vargas
Fabio GENTILE
- 197 A ditadura tolerada: herança autoritária na historiografia sobre Vargas
Carlo ROMANI
- 231 Totalitarismos como regimes de guerra
Fernando KOLLERITZ

POLÍTICA

- 259 Privilégio: osso, moeda e fundamento do governo de poucos sobre todos
Fábio LANDA
- 267 Princípios para pensar uma educação não fascista
Walter KOHAN
- 285 Ditadura: desmesura do poder ou (des)medida democrática?
Nildo AVELINO
- 317 Ditaduras: a expressão demoníaca do poder
Ana MONTOIA
- 351 *Raison d'Etat* e democracia
Roberto ROMANO
- 375 Amigo e inimigo na luta política
Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO
- 389 Sobre os autores

Apresentação

Assim disse o gavião ao rouxinol de colorido colo
no muito alto das nuvens levando-o cravado nas
garras;
ele miserável varado todo por recurvadas garras
gemia enquanto o outro prepotente ia lhe dizendo:
“Desafortunado, o que gritas? Tem a ti um bem
mais forte;
tu irás por onde eu te levar, mesmo sendo um bom
cantor;
alimento, se quiser, de ti farei ou até te soltarei.”

Hesíodo
Os trabalhos e os dias, v. 202-209 (VIII a. C)

Ditaduras têm sido o maior quinhão de nossas experiências políticas. Não constituíram regimes de exceção ou provisórios, uma “suspensão momentânea das leis”. Acompanham-nos desde sempre, chegando ao século XXI com força ainda mais inaudita. Não poupam coordenadas geográficas e, de norte a sul, de leste a oeste, manifestam a face mais evidente do poder e da condição humana: sua implacável fúria. Tampouco se restringem a um polo qualquer das ideologias modernas: há Pinochet e há o Khmer Vermelho... há Cuba e há Salazar... há Ceausescu e há

Guantánamo... Nem se creia que ditaduras se originam sempre de *coups d'Etat* tramados na solidão dos palácios ou das casernas; contam, tantas vezes, com o eco, surdo ou estridente, das praças. Podem alojar-se, como os “golpes brancos”, por entre as pregas de obscuros impulsos humano-societários. E, talvez por isso mesmo, ditaduras não são espectros para sempre exorcizados de nossas democracias contemporâneas. Ao contrário, continuam a sombrear nosso horizonte político. Por isso, é preciso nomeá-las, e afrontá-las.

Que não haja ilusão: o poder político – qualquer que seja – vem sempre associado à violência e à força; é essa sua desmedida intrínseca, contra a qual buscamos limites e barreiras, e é esse também seu mistério. As ditaduras, porém, não interrogam o grande enigma do poder – nosso consentimento à dominação. Expressam, ao contrário, sua face mais evidente, a face aterradora da *raison d'Etat*. Sua primeira *ratio* será sempre o uso da força física, a violência bruta e nua contra o “inimigo” interno. O *dictator*, onde quer que esteja, e como quer que se apresente, será sempre o mesmo: tirânico, despótico, absoluto, autoritário. Autocrata, magistrado supremo acima de todos, comandando cidadãos transformados em súditos a quem *dicta* instruções, regulamentos, regras, leis que são sua feroz vontade e não admitem *contradicta*. É assim que exerce a autoridade sobre os homens: cultiva o temor, instala a máquina do terror (a forma pura de concentração da violência), o mecanismo da tortura como técnica e parte da aniquilação do sujeito. Ditaduras, portanto, serão sempre selvageria.

A foto de capa, registro de Francisco Ripó, ilustra bem os cantos de Hesíodo que nos serviram de epígrafe e orientam nossa interrogação: essa ave de rapina rondando as Tulherias, no coração do país *expert* na “arte de providenciar golpes de Estado legais”, como diria Aron,¹ ou na arte de emprestar aparência

1. R. Aron. *Démocratie et totalitarisme*. Paris: Gallimard, 1965, p. 369.

legal aos golpes de Estado; esse jardim construído em 1564, no século da *raison d'Etat*, entornando o palácio da temível Catarina de Médicis, exímia na arte de massacrar os inimigos na calada da noite; redesenhado, em seguida, por Luís XIV, o Rei Sol, que nele permitiu a entrada da “gente honesta” (*honnêtes gens*); mais tarde, em 1793, palco do Terror; recuperado depois por Napoleão III, o mestre dos golpes de Estado, sempre reiterados... São harpias, corvos, abutres, águias, milhafres, falcões e gaviões, símbolos de poder que o poder aprendeu a mimetizar, condenando os mais frágeis a serem devorados ou a servir-lhes, como indicara Max Weber, em gaiola dourada...

Mas seria preciso também discernir o elemento que, atravessando circunstâncias e personagens as mais diversas, constituiria o universal das ditaduras, aquilo que define seu *modus operandi* racional: a ideia segundo a qual a ação política deve ser julgada por seus resultados, independentemente dos meios empregados para alcançá-los. Trata-se da tensão dramática, do trágico dualismo que tem dominado a história humana: a oposição irreduzível entre *kratos* e *éthos*, entre poder e moralidade. O primeiro, designando a ação segundo a força de uma potência dominadora; o segundo, a ação conforme valores morais de responsabilidade e alteridade. Rompendo esse equilíbrio, não há ditadura que não se incline para uma força dominadora.

O presente volume reúne reflexões de matizes, linhagens e perspectivas diversas, prosseguindo o já vigoroso empenho de pesquisadores em torno do tema. Ele se encontra subdividido tematicamente em “Memória, História e Política”. Tal subdivisão, é preciso dizê-lo, tem a desvantagem de ser arbitrária: considerando que não há memória, nem história, sem uma espessura política e, vice-versa, que não há pensamento político ali onde não se localiza sua espessura histórica e sua memória coletiva, a subdivisão cumpre mera função organizativa. Tomado em seu conjunto, o volume engaja-se em pensar *contra*

as ditaduras, sob qualquer forma com que se imiscuem nas democracias contemporâneas ou que possam ter historicamente assumido (os muitos cesarismos, os totalitarismos, os fascismos, os bonapartismos, os incessantes golpes e atentados à vida na *polis*...).

Os capítulos que seguem buscam entender, especialmente, suas origens e seu atroz legado: a violência da máquina governativa, sua ubíqua burocracia, seus múltiplos dispositivos, sua servil hierarquia judicial e o descomedimento de seu aparato policial; o modo pelo qual se entranham nas instituições (muitas vezes pela sanção do direito), penetram os costumes e a imaginação social, mobilizam mecanismos de aniquilação dos corpos e das vontades, fomentam a moral do silêncio comprometido e da convivência.

Porque a resistência às ditaduras apela ao direito de existir e ao direito a dissentir, porque será sempre justiça, jamais vingança, essa coletânea quer ainda tornar visível sua memória: é ela que permite pensar e agir, por *contrassensos*, contra a desmesura do poder.

João Pessoa, primavera de 2014.

NILDO AVELINO | TELMA DIAS FERNANDES | ANA MONTÓIA



MEMÓRIA

Gênero e ditadura*

Amelinha TELES

Agradeço as palavras da professora Geralda Nóbrega, o convite do professor Nildo e toda essa recepção, e cumprimento as companheiras e companheiros da mesa. É um prazer estar aqui em João Pessoa.

Antes da minha fala, eu queria lembrar três mulheres que por aqui passaram. A primeira, que todas nós temos como referência na luta pela verdade e justiça, a camponesa paraibana Elizabeth Teixeira. Duas outras, uma é a Eleonora Menicucci, a “Léo”, que hoje é Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, com quem militei durante a luta contra a ditadura; inclusive, ficamos na cadeia juntas e por coincidência saímos no mesmo dia, eu e ela. E a terceira, Criméia Almeida, minha irmã, que foi guerrilheira na Guerrilha do Araguaia e que estudou aqui na UFPB, e foi acolhida num período difícil da sua vida, logo após ter saído da prisão. Quero, também em nome delas, agradecer pelo acolhimento que tiveram na época.

* Palestra proferida durante o 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: governamentalidade e segurança, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História e pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, entre os dias 13 e 15 de maio de 2014. Texto adaptado da transcrição realizada por Edmilson Gomes da Silva Júnior a partir do registro audiovisual.

Gostaria de pautar minha fala na relação entre ditadura e gênero, indagando por que as mulheres são as menos lembradas e as mais desconhecidas nessa luta. Mas antes disso, farei algumas observações.

Tenho ido a muitos debates sobre os cinquenta anos do golpe e acho que foi uma grande vitória da luta da Comissão, das Comissões da Verdade, o fato de o golpe ter sido amplamente lembrado de forma crítica, a partir de um posicionamento contrário. Isso tem sido importante porque os golpistas quiseram também fazer um evento que lembrasse o golpe de forma favorável, mas não conseguiram. E nós, que somos contrários, que lutamos contra o golpe e até hoje denunciemos suas barbaridades e as atrocidades cometidas pela ditadura, fomos vitoriosos nesse sentido. Tenho ido a muitos e muitos debates, nos quais tenho presenciado e visto a participação, especialmente de jovens; estive em Brasília, em um debate com dois mil jovens entre 14 e 17 anos, e fiquei impressionada com as perguntas pertinentes, levantando questões historicamente importantes e mostrando seus interesses de estudo sobre o assunto.

Não gosto dessa expressão “ditadura civil-militar” que tem sido usada. Eu acho que é incorreta porque durante a nossa luta contra uma ditadura que durou 21 anos, nós falávamos ditadura militar. Por quê? Porque a sociedade civil era dividida em classes, dividida em gêneros, dividida em raças, e cruelmente dividida. Tudo isso traz desigualdades, mas o golpe militar tem uma característica de [...]. Claro que teve a participação dos empresários, da Igreja católica no início, dos latifundiários. Mas como vai ser essa participação dentro do Estado? Ela se dá de forma militarizada. Quer dizer, o Estado se militarizou de tal forma que em quase todas as instituições havia a presença de militares, inclusive, dentro da universidade tinha militar disfarçado de civil para obter informações. Então, isso tem que ser lembrado: o núcleo duro do Estado brasileiro durante a ditadura militar foi militarizado. Tanto é que nós vamos ter governo militar, melhor dizendo, ditadores militares do começo ao fim. O dia em que pôde haver um civil, que era o Pedro Aleixo, vice do [presidente-marechal Artur da] Costa e Silva, ele foi impedido de assumir o cargo.

O professor e historiador Antonio Giovani pode nos ajudar com essa informação... Então, é ditadura militar.

Outra coisa positiva que tenho visto nesses debates, e por isso estou trazendo para nossa discussão, é a afirmação de que o golpe foi preparado. Alguns professores universitários dizem que o golpe não foi preparado, que só se pensava em tomar o poder, sem golpe, o que não é verdade. Eles sabiam que sem golpe não poderiam tomar o poder. E prepararam esse golpe desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando estabeleceram contato com as forças políticas americanas, principalmente militares, para formar a Escola Superior de Guerra e criar a Doutrina de Segurança Nacional. Foi quando estabeleceram um inimigo interno, que naquela época tinha nome: comunista. Mas comunista tinha rosto de povo. Quando torturavam a gente, eles diziam: comunista é igual a qualquer pessoa do povo. Então, quem passa a ser inimigo é o povo. E como não se sabe se esse ou aquele é ou não comunista, pega-se todo mundo porque assim se garante o combate ao inimigo interno.

Esse é o princípio da Doutrina de Segurança Nacional, que tem como diretriz o seguinte: mais canhão e menos manteiga. Ou seja, o povo pode passar fome desde que tenha Estado e uma sociedade bastante militarizada, além dos equipamentos militares. Por sinal, o Brasil desempenhou o triste papel de exportar equipamentos militares para outras ditaduras da América Latina, onde vimos o povo ser reprimido com os tanques de guerra da Engesa, que é uma empresa brasileira fabricante de equipamentos militares.

Além disso, outra dúvida que agora parece ter sido bastante dirimida é sobre a interferência direta dos Estados Unidos. Sobretudo entre aqueles que não têm tempo para pesquisar, o filme *O dia que durou 21 anos*¹ mostra bem que os norte-americanos, que os Estados Unidos tiveram uma interferência direta no golpe. Há uma razão para isso: os Estados Unidos tinham medo da Guerra Fria. Depois do exemplo da revolução socialista em Cuba, os Estados Unidos tinham medo de que

1. [N. do E.] Documentário brasileiro de 2012, dirigido por Camilo Tavares.

o Brasil [...]. Bem, Cuba já havia dado o exemplo: Cuba havia feito uma revolução socialista. E se o Brasil, um país enorme com fronteiras com quase todos os países da América Latina, se voltasse para o socialismo, os Estados Unidos estariam ferrados. Esse era o raciocínio: é preciso controlar esse país e daí passar para os demais. A ditadura iniciada em 1964 a partir de um golpe espalhou-se logo depois para outros países. Nós vamos ver isso no Uruguai, na Argentina, com [o general Jorge Rafael] Videla em 1976, a mais cruel das ditaduras sul-americanas, e depois no Chile em 1973, e é interessante que o Chile terá um modelo [de repressão] muito parecido com o nosso.

Por fim, eu gostaria de colocar alguns pontos polêmicos em discussão. A Comissão da Verdade, qual é sua história? Qual é a verdade da Comissão da Verdade? Um pouco disso que coloquei anteriormente. A Comissão da Verdade não quer aceitar, mas é um fato que menciono como provocação e também como aquilo que penso. A Comissão da Verdade nasceu por causa das sentenças [relativas ao massacre] do Araguaia, aquelas sentenças que condenaram o Brasil em 2010. O Brasil foi condenado como Estado que negligenciou os esforços em relação à localização e ao esclarecimento a respeito dos desaparecidos políticos. Vocês podem ver que coincidentemente o Brasil está sempre sendo condenado na OEA (Organização dos Estados Americanos), na Corte Interamericana dos Direitos Humanos. E, concomitante a isso, aqui no Brasil ia sendo encaminhado o projeto de lei da Comissão da Verdade. Ora, é muita coincidência, não é? O Brasil teve a primeira ditadura [da América Latina] e a última Comissão da Verdade. [Foi o último país sul-americano a instalar uma Comissão da Verdade], porque todo mundo já tinha feito a sua.

Considero importante que nós estejamos trabalhando com memória. Qual é o nome dessa mesa? “Memória e testemunho”... Os temas que se têm muito discutido são memória, verdade e justiça. Então, eu queria reforçar o que a professora Geralda Nóbrega já falou e que eu acho muito importante, acerca dessa ação declaratória da justiça do Estado de São Paulo, que parece pouco, mas não é, contra o Carlos Alberto Brilhante Ustra, Coronel Ustra, na época major, comandante

do Doi-Codi [Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna] de São Paulo, dos maiores torturadores no Brasil, ainda vivo, e que reside em Brasília. Se olharmos para o que ele fez e compararmos o que lhe aconteceu, parece pouca coisa. Mas é a única [coisa que podemos fazer]! É a única e não tem outra no Brasil. Então eu acho que por ser a única é também importante que a tenhamos conseguido. Agora, o Ministério Público Federal tem tentado colocar no banco dos réus inclusive o próprio Ustra, em outros casos. Acho que a importância dessa ação declaratória é que ela ilumina um caminho em busca de justiça.

Mas voltemos, finalmente, ao tema ditadura e gênero. Eu tinha pensado em apresentar o seguinte: fala-se sempre em ditadura porque foi uma repressão tão violenta do Estado que tem reflexos consistentes nos dias de hoje. Nós temos uma repressão militarizada que ainda tem como inimigo principal o povo brasileiro, tanto é que constantemente assistimos a mortes. Os assassinatos, principalmente de jovens negros, são uma vergonha. Todos já devem ter tomado conhecimento do último relatório da ONU, que traz um estudo do ano de 2012, que diz que foram assassinadas cinquenta mil pessoas no Brasil. Realmente, é para se pensar. Sim! Sim, nós vivemos em um Estado Democrático de Direito, mas ele tem tantos traços da ditadura que nós temos que pensar em como fazer essa mudança, em como enfrentar isso, não dá pra ficar do jeito que está.

Mas das mulheres ninguém fala, essa que é a verdade. E as mulheres? Eu gostaria de fazer uma apresentação rápida, porque eu sou testemunha dessa história, e como disse muito bem a professora Geralda Nóbrega, eu faço muita questão de ser feminista, eu construí o meu feminismo inteiramente a partir dos contextos do pré-golpe, do golpe, da ditadura e da pós-ditadura. Assim, eu queria relembrar o seguinte: no pré-golpe eu era muito jovem, no dia do golpe eu tinha 19 anos, hoje eu tenho 69 anos. Então faz mais de cinquenta anos que eu vivo intensamente a história política brasileira como uma militante com ideias sempre subversivas, eu cresci no campo da subversão e fiquei nesse campo, é onde eu tenho minhas raízes. No

pré-golpe, nos anos 1960, eu comecei a militar como comunista; eu era do Partido Comunista. Interessante, porque eu era uma menina em 1960 e os homens é que eram os grandes líderes: homens sindicalistas, jornalistas, estudantes, enfim, operários, eram sempre homens, e eu ficava ali naquele meio tentando fazer alguma coisa, participar; eu queria lutar, pois eu havia escolhido esse caminho. E eu via que eu sempre era a única mulher que ia com eles para tudo quanto é lugar. As “outras” mulheres eram mulheres deles, então eles não as deixavam ir a determinados eventos. Agora, em todos os eventos eu ia, porque eu achava que tinha que participar. E como eu sou uma filha de comunista e sindicalista e meu pai era muito liberal, meu pai era um comunista anarquista, sempre foi, e nunca aceitou o comunismo naquela rigidez, ele era um anarcocomunista. Talvez eu fosse também, eu acho que tive essa influência dele, embora eu nunca tenha me declarado anarquista; eu sou feminista, mas tenho essa história, essas raízes.

E aí então vejo que as mulheres não estão participando, e aquilo me incomodava, aquilo me incomodava, sim. Na minha adolescência eu queria ser revolucionária, eu queria participar de uma luta política. E os homens chegavam até a dizer: isso aí [a questão feminina] é coisa para depois, para discutir futuramente, é coisa menor. Se fosse para discutir legalização do aborto, violência, sexualidade, [a resposta sempre era]: isso tudo é coisa menor, é coisa da superestrutura, nós temos que resolver a infraestrutura. Então, tá bom... eu fiquei ali na minha, eu era o que hoje chamamos uma adolescente, embora me considerasse adulta. Naquela época se tinha quatorze anos e já se era adulta.

Eu fui trabalhar como metalúrgica em uma Companhia Siderúrgica e percebi aquele período pré-golpe extremamente movimentado. Uns achando que iria ter golpe, outros achando que não iria ter golpe; uns afirmando que era preciso mobilizar, outros não; discutia-se se a luta revolucionária exigia pegar em armas ou não. Você chegava em qualquer lugar e estava cheio de gente discutindo questões como essas. E eu era simpatizante dos mais radicais, achava que tinha de haver uma revolução através da luta armada mesmo [porque] a direita e as classes dominantes não abririam mão [do que tinham] etc.

Bom, quando foi naquele treze de março [de 1964], se vocês pensarem no treze de março, o dia do comício na Central do Brasil, que foi a maior mobilização feita em torno das reformas de base, inclusive dos decretos de reforma agrária assinados pelo Jango [presidente João Goulart], vocês verão como presença feminina naquele comício apenas a Tereza Goulart [esposa do presidente da República], aquela bonitona lá no palanque... Ela era muito bonita. Mas se vocês olharem para a base, para o povo aplaudindo, era tudo homem. Imaginem eu lá naquele bolo. Então, quando chegou a resposta da direita, qual foi? Dia dezanove de março: “Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade”. E quem estava lá? As mulheres. As pessoas que formaram a base social que iria legitimar os golpistas foram as mulheres. Estou falando do pré-golpe.

Por isso eu me tornei feminista no dia 19 de março de 1964. Porque eu vi quilômetros e quilômetros de mulheres guiadas por padres e por mulheres brancas... As outras mulheres que iam atrás eram as mulheres negras, mulheres faveladas, mulheres pobres; as que iam na frente eram as ricas, puxando terço, puxando palavras de ordem do tipo: “nada de foice e martelo, queremos o verde e amarelo”; “vermelho só é bom se for de batom”. Essas eram as palavras de ordem. Percebam com atenção que esse é o pré-golpe.

Depois, muito depois, quando fui estudar [o tema], vi quantas organizações femininas foram criadas nesse período, das quais eu não tinha conhecimento, porque era tudo de direita (e às vezes a gente tem a ideia de que se a direita está se organizando, isto é problema deles...). Havia a União Cívica Feminina, a CAMDE (Campanha de Mulheres pela Democracia) – porque esses golpistas ainda tinham a coragem de se dizerem democratas! Vejamos essas organizações. Eu me perguntava: onde estão as mulheres? Os comunistas tinham organizado uma federação das mulheres no Brasil e a Igreja católica pediu ao Juscelino Kubitschek que fechasse essa federação. Diziam que essas mulheres comunistas iriam às favelas ensinar comunismo ao povo. Fecharam a federação, de fato, e os comunistas ficaram quietinhos: eles estavam no governo, tinham cargos no governo, então ficaram quietos. Quando

vinha a pergunta – e as mulheres? – eles diziam: que se danem, isso não é o importante agora; é coisa para depois da revolução; estamos ainda na fase pré-revolucionária, então não é para agora que precisamos dessa organização de mulheres.

É bom lembrar que aquelas organizações femininas às quais me referi foram financiadas pela CIA. Existiram dois institutos fundamentais para quem quer pesquisar o período e estudar a estratégia dos Estados Unidos aqui no Brasil durante e depois do golpe, que foram o IPES (Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que forneceram muito dinheiro ao golpe. [Já ficou demonstrado que] o IPES procurou mobilizar as SEDUCs (Secretarias de Estado de Educação) e os setores e segmentos que não interessavam aos comunistas. E qual era um desses segmentos? As mulheres, justamente. Então, investiram nas mulheres e também na classe média. Houve todo um investimento de propaganda para dar apoio ao golpe.

Veio o golpe, a ditadura militar instalou-se, trazendo muitas mudanças ao Brasil. O segmento que mais sofreu com essas mudanças – quero dizer, sofreu na sua vida cotidiana – foram as mulheres. Por quê? Houve, em primeiro lugar, um deslocamento intenso da população do campo para a cidade: se, antes da década de 1960, um terço da população vivia na cidade, essa proporção se inverteu, passou a dois terços na cidade e um terço no campo. Esse deslocamento se deu porque houve uma exclusão. A população foi expulsa do campo; criou-se o agronegócio e se desenvolveram outras formas de lidar com a terra, por isso a expulsão. Não se aceitava a reforma agrária de forma alguma; não tendo como trabalhar, as pessoas vão para as cidades. A ditadura queria criar o maior parque industrial do mundo, então abriam-se empregos nas cidades. Quanto às mulheres, pode-se imaginar quanto sofreram. Com as dificuldades que enfrentavam, reduziram o número de filhos, pois já se conhecia a pílula anticoncepcional em 1960, este, digamos assim, grande trunfo, grande caminho para a libertação das mulheres que podiam, a partir de então, separar o prazer sexual do prazer da gravidez. Data dessa época o aumento do número de

mulheres no mercado de trabalho. Com a saída do campo e o trabalho na cidade, começava a crescer a escolaridade entre as mulheres. Não que a ditadura tenha sido benéfica nesse sentido; a questão é que quando se sai do trabalho na roça para trabalhar na indústria, é preciso obter novos conhecimentos. Houve um crescimento nos anos de escolaridade das mulheres de aproximadamente oito anos.

Coincidentemente, no mesmo período, o mundo inteiro está vivendo a segunda onda do movimento feminista. Na primeira, do século XIX e início do século XX, tivemos o movimento sufragista e, nos anos 1960, começava o movimento libertário feminista. Isso tudo, no Brasil, coincidiu com o período da ditadura militar. É importante lembrar que, sem que ninguém percebesse, a ditadura militar usou muito as mulheres. Ela fez o controle da natalidade. Embora os militares até tivessem o discurso da liberdade e do direito de ter ou não ter filhos, o fato é que ela fez esse controle. A ditadura alcançou os maiores índices de esterilização feminina. Em Pernambuco, por exemplo, oitenta por cento (isso mesmo! oitenta por cento, em determinado ano) das mulheres em idade reprodutiva foram esterilizadas. O governo apoiava aquela sociedade chamada BEMFAM (Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil), criada em 1965 para fazer esse trabalho de controle da natalidade.

Outro tema: a censura. A censura foi intensa em todo o Brasil, em todos os meios de comunicação. A mulher era assunto praticamente proibido, só podia aparecer na imprensa ou na mídia para fortalecer o estereótipo de “gostosa do Chacrinha”. Mas a mulher que colocava em discussão outros assuntos, essa estava proibida de aparecer. Vou dar alguns exemplos. A revista *Realidade*² foi uma grande revista da época da ditadura. Naquela época, não havia tantas imagens, como hoje. Não existia a internet e a TV não era tão presente. Então, *Realidade*

2. [N. do E.] Revista lançada em 1966 pela editora Abril, em circulação até 1976, vinculada, quanto aos princípios, ao *New Journalism*. Defendendo a grande reportagem, o jornalismo investigativo, de estilo narrativo e literário, *Realidade* notabilizou-se ainda pelo original *design* gráfico e por um primoroso fotojornalismo.

era uma revista com muitas fotos, muitas imagens, de elaboração muito inteligente. O número dez, de janeiro de 1967, trazia uma edição especial sobre a mulher – o título da capa: “A mulher brasileira hoje” –, apresentando uma pesquisa com mil e duzentas mulheres, em que se destacava o que e como elas pensavam, o que elas queriam. Pois esse número nem chegou às bancas, porque foi totalmente censurado. Quer dizer, estou me referindo a uma revista que ninguém viu na época. Hoje, nós poderíamos discutir essa edição, mas na época, não. E veríamos que havia matérias do tipo: “Confissões de uma moça livre”, “Ciência: O corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”. Porque eles ouviram realmente essas mil e duzentas mulheres e foi sobre esses assuntos que elas falaram. “Assisto o parto até o fim”, dizia uma matéria. Assistir o parto! A revista, levando em conta o moralismo da sociedade brasileira, não trouxe nenhuma foto frontal, que mostrasse o parto de frente; limitou-se a mostrar apenas as costas da mulher que estava parindo e o bebê saindo lá na mão de alguém, o médico ou o parteiro. Pois essa foto foi totalmente censurada! Quer dizer, a polícia federal e os censores consideraram que a revista não poderia circular porque ia contra a moral e os bons costumes, e com isso censuraram o número todo.

Outro exemplo é o da Carmem Silva, uma psicóloga que eu conheci como comunista; ela chegou a ser do Partido Comunista. Carmem era jornalista e escrevia coisas do tipo “trabalhar para não ser bibelô”. O que ela escrevia destinava-se à classe média, a revista *Realidade* não era o “povão” que lia, porque o povão não tinha dinheiro para comprar revista, nem tempo para ler. Carmem Silva dizia que aquelas seções de “conselho sentimental” das revistas femininas era coisa muito atrasada. Queria quebrar essa história de que “a mulher precisa de um homem para ser feliz”. E tudo isso foi censurado.

Outra referência, a Cassandra Rios, uma escritora lésbica considerada pornográfica. Foi a escritora mais bem sucedida do Brasil, eu diria, porque todo mundo lia. Talvez porque fosse “pornográfico”... Eu mesma tinha um livrinho dela, mas tinha que ler escondido porque, para a sociedade brasileira, para a opinião pública, para a família, para

todo mundo, enfim, eram livros pornográficos. Ela foi censurada e sua editora foi fechada pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, em 1976. Isso é para vocês terem uma ideia de até que ponto iam as coisas.

Eu estou falando da censura, e vou dar só mais um exemplo, o do jornal *Movimento*. Um jornal da imprensa alternativa, jornal de esquerda, funcionando sempre debaixo de censura e com muitas dificuldades.³ Eu trabalhei nesse jornal durante cinco anos. Certo dia, o jornal resolveu lançar uma edição especial inteiramente dedicada ao trabalho da mulher. Pois foi totalmente censurado, proibido de ir às bancas, embora tivesse ali trezentas e cinco laudas reunidas em cinquenta artigos sobre o assunto. O objetivo desse número era mostrar o que era o trabalho doméstico limitado às mulheres: com a mulher dedicando-se exclusivamente ao trabalho doméstico, o Brasil perdia sua força produtiva. Nesse sentido, a ideia do jornal era até “melhorar” o capitalismo, não era nem ir “contra” o capitalismo. Ainda assim, foi censurado. Aliás, até mesmo as tabelas do IBGE foram censuradas!

Para concluir, queria ainda falar sobre as mulheres que lutaram contra a ditadura das mais diversas formas, algumas militando, outras trabalhando. A mídia, de certa forma, tem uma importância fundamental na formação histórica e política do país, não é possível desprezá-la; ela reflete o que está acontecendo no país. As mulheres participaram, fizeram parte da luta armada. Eu e a Rosalina Santa Cruz, nós duas militantes da luta armada, escrevemos um livro: *Da guerrilha à imprensa feminista*.⁴ Nós fomos da guerrilha, fomos presas e torturadas e, quando saímos, fomos fazer um jornal, o jornal da imprensa feminista, o *Brasil Mulher*. No livro, nós contamos essa história e também a história de outro jornal, o *Nós Mulheres*, e fizemos uma comparação entre os dois.

3. [N. do E.] O jornal *Movimento* foi um periódico brasileiro lançado em 1975. Junto com os jornais *Opinião* e *Pasquim*, foi das mais importantes publicações da imprensa alternativa durante a ditadura brasileira. Sempre censurado, sob a mira do Ministério da Justiça e do Serviço Nacional de Informações, alvo dos atentados contra bancas de jornais, encerrou suas atividades em 1981.

4. A. Teles, R. Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Intermeios, 2013.

Há quem diga que nós éramos minoria. Claro que nós éramos minoria, em uma esquerda tão machista! Ela não aceitava, não incorporava, não mobilizava, nem tinha como foco principal a organização das mulheres. Mas nós temos alguns estudos (como, por exemplo, o do Estado Maior do Exército de 1970), que dizem que, entre os guerrilheiros do Rio de Janeiro, vinte e seis por cento eram mulheres; no Nordeste, onze por cento, e no sul do país, doze por cento. Esse é um estudo do Estado Maior do Exército! No Araguaia, as mulheres eram dezessete por cento dos guerrilheiros.

O projeto *Brasil: Nunca Mais*⁵ fala das mulheres e dos homens *processados* pela ditadura. Muita gente era sequestrada, era torturada. Alguns foram assassinados, outros não, e alguns responderam a processo, mas nem todos. É importante observar isso. Quem estuda o período apenas com base nos processos não tem dimensão do que foram os sequestros, as prisões, a tortura aqui no Brasil. Em *Brasil: Nunca Mais* há referência a doze por cento de mulheres que foram processadas. E pensarmos que hoje a Câmara dos Deputados tem só dez por cento de mulheres, quando nós na luta armada fomos muitas, quando fomos a metade das pessoas envolvidas... Na guerrilha urbana, nós éramos quase três vezes o número de deputadas de hoje e em um tempo bem mais difícil. Eu acho importante pensar sobre isso.

Eu vou ter de encerrar, mas antes eu queria dizer o seguinte: as mulheres não podem ser esquecidas. Não podem. Nós, da Comissão da Verdade, não podemos, nós que falamos de verdade, memória e justiça, não podemos esquecer as mulheres. As mulheres pegaram em armas como os homens, atiraram como os homens. Dizem até que as mulheres eram melhores nisso! Eu não sei, não fiz essa comparação; mas há quem diga que as mulheres eram muito boas atiradoras e tinha ali quem acertasse o alvo direitinho. As mulheres lá estavam na

5. [N. do E.] O *Projeto Brasil: Nunca Mais* foi desenvolvido pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe. Realizado clandestinamente entre 1979 e 1985, reúne em mais de 900 mil páginas importante documentação sobre a história da ditadura brasileira a partir dos processos políticos tramitados pela Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>.

condição de mulheres. Acho isso interessante: nós não fomos para a guerrilha vestidas como homem, como foi a Maria Quitéria.⁶ Fomos como mulheres, embora muitas vezes precisássemos nos masculinizar para poder enfrentar a luta ombro a ombro com os homens.

A ditadura, a repressão política, usou o corpo das mulheres, e todas as nossas diferenças. Fomos torturadas: éramos mães cuja maternidade, como no meu caso, foi utilizada como instrumento de tortura. Quando se fala em mulher, mãe, militante, nós temos que lembrar também das crianças que foram sequestradas e torturadas, ou assistiram a torturas, como o caso dos meus filhos, ou tiveram os seus pais assassinados. São as crianças órfãs da ditadura que nós não podemos esquecer. Quase todas as crianças que foram sequestradas o foram porque suas mães eram militantes, não o pai. Quando era o pai o militante, note-se, as crianças não eram sequestradas. Isso foi um uso que a repressão fez da maternidade. Nós fomos estupradas, embora eu creia que os homens também o foram; mas não o dizem, não têm coragem. Quando falam em estupro é de nós que falam; nós, as mulheres, fomos estupradas.

Difícilmente uma mulher que participava da luta armada era torturada por mulheres; de um modo geral, só homens atuavam na repressão. De modo geral, eram só homens os torturadores. Meus filhos foram sequestrados por um casal, então, neste caso, existia também uma mulher: exímia atiradora, dizia-se, uma mulher que trabalhava no Doi-Codi. Mas eu nunca a vi em sessão de tortura, colocando a gente num pau-de-arara, colocando a gente numa cadeira de dragão.

Por isso, penso que hoje nós temos que investigar a história das mulheres para poder chegar à história dessas crianças e também à história das famílias que sofreram com a repressão. As famílias dos militantes, homens e mulheres, todos sofreram com a repressão. Mas as famílias das mulheres sofreram mais. Para concluir, gostaria de me referir ao caso da Sonia Moraes. Seu pai recebeu do Adir Fiuza, o

6. Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), militar brasileira dada por heroína da Guerra de Independência, alistou-se sob o nome de “soldado Medeiros” no Regimento de Artilharia baiano.

Comandante do Doi-Codi do Rio de Janeiro na época, o cassetete que serviu para empalar sua filha, para estuprar a Sônia, que teve os dois seios arrancados antes de morrer.

É isso o que eu queria dizer a vocês, obrigada!

As experiências de “luta armada” na Paraíba

Paulo Giovanni Antonino NUNES

Introdução

Com o golpe civil-militar de 1964 no Brasil vários setores da esquerda brasileira passaram a questionar o posicionamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua proposta de revolução “democrático-burguesa” que teria levado à derrota e ao imobilismo no período posterior ao golpe. Influenciados pela experiência cubana e também pela chinesa, surgiram várias dissidências no partido que passaram a defender a luta armada como projeto para enfrentar a ditadura e implantar o socialismo. Segundo Ridenti:

A origem dos grupos que pegaram em armas após o golpe de 1964 pode ser localizada na crise de representação dos partidos e movimentos de esquerda mais atuantes antes do golpe: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop), além de movimentos nacionalistas ligados a setores de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Cerca de vinte grupos dissidentes que realizaram ações armadas surgiram dessas organizações-matrizes, que eram acusadas de não se preparar adequadamente

para a revolução brasileira e de não ter sido capazes de resistir ao golpe de 1964.¹

Foi a partir destes partidos que surgiram as principais dissidências que participaram da chamada luta armada,

[...] expressão que, diga-se, traduz mal as discontinuidades e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crime comuns (assaltos a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter abconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas.²

Logo após o golpe, surgiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Leonel Brizola, com ampla participação de militares de baixa patente afastados das Forças Armadas; da Polop, surgiram duas dissidências em 1967, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (Colina); da Ação Popular (AP) surgiu o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), tempos depois a própria AP fundiu-se com o PCdoB e, nessa condição, também participou de ações armadas;³ do PCB, surgiu a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR) e, a partir das dissidências estudantis do Partido, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); do PCdoB, surgiu o Partido Comunista Revolucionário

1. M. Ridenti. "Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970". In: J. Ferreira, D. A. Reis Filho. *Revolução e democracia (1964...)*, v. 3: *as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.
2. C. Fico. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004, p. 32.
3. Em julho de 1966, já indicado pelo regime militar Costa e Silva para próximo presidente da República, um Comando autônomo desta organização, composto pelo militante Raimundo Machado e liderado pelo ex-padre Alípio Freire, explodiu por conta própria uma bomba no aeroporto do Recife, em atentado contra a vida do ministro da Guerra. Nesse atentado, houve mortos e feridos que não tinham relação com o objetivo do atentado. Depois disso a direção da AP dissolveu os comandos autônomos (cf. M. Ridenti, *op. cit.*, 2007, p. 34).

(PCR) e a Ala Vermelha, além de o próprio PCdoB ter participado da luta armada, organizando a Guerrilha do Araguaia. No decorrer dos anos, outras organizações surgiram a partir dessas dissidências ou de fusões entre elas.

Essas correntes de esquerda que aderiram à luta armada consideravam que as condições materiais para a revolução socialista estavam dadas e que era preciso construir as condições subjetivas. Conforme Ridenti, tais correntes

Compartilhavam a interpretação que atribuía à economia brasileira um processo irreversível de estagnação sob a ditadura. O desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado, dada a união indissolúvel entre os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidas pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento. Como decorrência desse tipo de análise, estariam dadas as condições objetivas para a revolução, faltando apenas aquelas subjetivas, que seriam forjadas por uma vanguarda revolucionária decidida a agir de armas na mão, a qual criaria condições para deflagrar a guerrilha a partir do campo – local mais adequado para as atividades revolucionárias, por sofrer a fundo a espoliação e a miséria e por apresentar maiores dificuldades para os órgãos repressivos.⁴

Durante a ditadura militar brasileira, a primeira articulação guerrilheira foi liderada por Leonel Brizola, que criou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e organizou a chamada “Guerrilha de Caparaó”. Desarticulada na fase de treinamento em abril de 1967, “o fracasso em Caparaó levou vários integrantes do MNR à prisão, gerou a mudança de linha de intervenção política de Leonel Brizola – que desistiu do projeto armado – e a perda do apoio de Cuba”.⁵

4. *Ibidem*, p. 30.

5. *Ibidem*, p. 32.

Posteriormente, mas antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5),⁶ as novas organizações de esquerda iniciaram as ações armadas, como relata Ridenti:

As ações armadas em 1967 e 1968 envolveram “expropriações” de armas e de bancos, explosões de bombas, entre outras, ainda relativamente pouco numerosas e em geral secretas. Pois não interessava às organizações chamar a atenção da polícia para as suas atividades, então consideradas preparatórias para o que realmente importava: deflagrar a guerrilha no campo. Algumas ações de 1968 ficaram famosas, como: a “expropriação” do trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiá, executada pelo agrupamento de Marighella em agosto; no mês anterior, o assassinato por engano de um soldado alemão, que militantes do Colina acreditavam ser Gary Prado, responsável pela execução de Guevara na Bolívia; e ainda a bomba que o grupo que viria a denominar-se VPR explodiu em junho na porta do Quartel-General do II Exército em São Paulo e vitimou um soldado; outras ações ousadas, como aquela que, em outubro, matou em São Paulo um suposto agente da CIA no Brasil, Charles Chandler.⁷

Para Ridenti, com o AI-5, “as organizações que já vinham realizando algumas ações armadas concluíram que estavam no rumo certo e intensificaram suas atividades em 1969. Outros grupos também passaram a não ver outro modo de combater a ditadura a não ser pela via das armas”.⁸

6. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) atribuiu uma série de poderes ao executivo, entre eles, o poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e uma série de outras medidas arbitrárias.

7. *Ibidem*, pp. 36-37.

8. *Ibidem*, p. 38.

Com o início das operações planejadas por setores da esquerda brasileira, em dezembro de 1968, a ditadura começou a aperfeiçoar seu aparelho repressivo. Além dos antigos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (Deops), foram criados novos mecanismos mais violentos de repressão. Em julho de 1969, surgiu extraoficialmente a Operação Bandeirantes (Oban), organismo especializado no “combate à subversão” por todos os meios, sobretudo a tortura sistemática. A partir de vários indícios, como veremos, pode-se afirmar que a Oban era parcialmente financiada por setores nacionais e internacionais do empresariado paulista. Em setembro de 1970, a Oban integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como Doi-Codi (Departamento de Operações de Informação/Centro de Operação de Defesa Interna). Como a Marinha já tinha seu órgão de “inteligência” e repressão política, o Centro de Informação da Marinha (Cenimar), a Aeronáutica o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Exército o Centro de Informações do Exército (Cie), “estava armado o aparelho que destruiria impiedosamente as esquerdas armadas”.⁹

A Oban foi criada no primeiro dia de julho de 1969, com a presença do governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, do secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, dos comandantes do VI Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea e do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, sediado em São Paulo. Ainda de acordo com o referido autor, o projeto de implantação dessa operação não contava com a aprovação consensual dos oficiais-generais. O antigo comandante do II Exército, Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, era contrário à ideia. Em abril de 1969, ele foi substituído pelo general José Canavarro Pereira. Afastado o “empecilho”, com pouco mais de dois meses, foi criada a Oban. Essa organização contava com o apoio oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhum diploma legal da época. No entanto, teve uma importância muito grande para a consolidação do projeto de estruturação do sistema de segurança. Nas palavras de Fico:

9. *Ibidem*, p. 39.

Foi a estrutura da Oban que inspirou a criação do sistema Doi-Codi. Especula-se que, com a criação do Doi paulista, a Oban teria perdido força. Parece mais lógico supor que, na verdade, ela teria perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão.¹⁰

Com a montagem deste esquema de repressão, a luta armada foi dizimada, com morte e prisão de vários de seus integrantes. Segundo Ridenti, a morte da principal liderança guerrilheira do país, Carlos Marighella, numa emboscada no dia 4 de novembro de 1969, “simbolizou o início do fim dos grupos guerrilheiros, particularmente a ALN, afetada ainda pelas prisões sofridas no final de 1969”. A luta armada se encerra no final de 1973, com o aniquilamento da guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB.¹¹

As esquerdas revolucionárias na Paraíba: o PCBR e a “guerrilha” de Catolé do Rocha

Um ano depois do golpe civil-militar, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, em que a corrente liderada por seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes, e pelo membro do Comitê Central, Giocondo Dias, majoritária no Partido, afirma que a linha política adotada até então estava correta. Gorender relata:

A reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o “desvio de esquerda”, expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das

10. C. Fico. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar (espionagem e polícia política)*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 118.

11. M. Ridenti, *op. cit.*, 2007, p. 39.

massas, sectarismo e por aí fora. No caso do PCB, o “desvio de esquerda” se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira.¹²

A partir dessa constatação, alguns dirigentes passaram a ser acusados de “desvio de esquerda”, entre eles, os membros da Comissão de Educação do Partido, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho e da direção sindical, Jover Teles. Mas, de acordo com Gorender, “apesar de acusados de golpismo, nenhum dos indiciados tinha participação na alta política partidária, ao contrário de Prestes e Dias, diretamente envolvidos na manobra golpista de Jango”.¹³

Com essas divergências surge nacionalmente uma oposição interna ao Comitê Central do PCB que recebeu o nome de Corrente Revolucionária e inicialmente procurava disputar a liderança do partido. Com o aprofundamento dos conflitos, no ano de 1967, o Comitê Central afasta alguns membros dissidentes de cargos chave na direção. Afirma Gorender:

Diante das punições e intervenções arbitrárias aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967, articulou-se uma reunião nacional da Corrente Revolucionária em outubro. A reunião teve lugar em Niterói, com a presença de cerca de trinta companheiros. [...] Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR.¹⁴

Os dissidentes do Partido são definitivamente expulsos da legenda no VI Congresso, realizado em dezembro de 1967. “Pelos jornais da grande imprensa, tivemos conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsava Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira,

12. J. Gorender. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 88.

13. *Ibidem*, p. 89.

14. *Ibidem*, p. 101.

Miguel Batista dos Santos e Apolônio de Carvalho. A resolução foi oficialmente publicada no nº 35 da *Voz Operária*, de janeiro de 1968”.¹⁵

Posteriormente, no mês de abril de 1968, num sítio fluminense situado num lugar alto da serra da Mantiqueira, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – mais uma dissidência do PCB – com a presença de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do Comitê Central do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados.¹⁶ Entre esses delegados de base, estava um representante da Corrente Revolucionária do estado da Paraíba, o estudante de Direito Rômulo de Araújo Lima.

No estado da Paraíba, um grupo de jovens vinculados ao PCB,¹⁷ liderados por Eduardo Ferreira Lima, conhecido como Batata, aderiu às teses da Corrente Revolucionária. Em abril de 1967, foi enviado como representante do Grupo o estudante Rômulo de Araújo Lima, para participar como delegado de uma Conferência Nacional da Corrente Revolucionária, realizada no Rio de Janeiro, que viria a fundar o PCBR. Em depoimento no Cenimar, quando se encontrava preso na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, Rômulo de Araújo Lima informou como se desenvolveu a referida reunião:

No que diz respeito aos trabalhos da Conferência Nacional da “Corrente Revolucionária”, que tinha por objetivo debater assuntos de natureza política, visando à formação de um partido de esquerda, e revolucionário propriamente dito, a mesma foi instalada, em uma norma pré-estabelecida e os trabalhos da mesma, giraram em torno de uma ordem-do-dia constante de quatro pontos, a saber: primeiro – leitura e discussão do documento “Sobre programa e tática”; segundo – discussão dos estatutos; terceiro – eleições para escolha de quadros-dirigentes

15. *Ibidem*, p. 92.

16. *Ibidem*, p. 102.

17. Além do próprio Eduardo Ferreira Lima, o grupo era composto pelos estudantes Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jenner Rosas e José Emilson Ribeiro.

do partido a ser formado; e quarto – resoluções. O centro dos debates da Conferência foi o documento “Sobre programa e tática”, documento esse, aliás, elaborado por Mário Alves de Souza Vieira, sendo que por ocasião desses debates, verificou-se haver uma apreciável maioria, que acompanhava a tese de Mário, contudo, somente Manoel Jover Telles é quem mais procurava se opor a Mário, tendo o mesmo, aliás, apresentado também, nessa Conferência, um outro documento, inclusive um estatuto para a formação de um partido, em oposição ao estatuto, que foi elaborado ainda pelo próprio Mário, resultando no final das discussões, a aprovação do documento intitulado “Sobre programa e tática”, com pequenas modificações; o mesmo acontecendo para a aprovação dos estatutos elaborados por Mário, rejeitando-se finalmente, os documentos apresentados por Manoel Telles. Nessas circunstâncias, o documento aprovado, foi transformado em resolução política da I Conferência Nacional do recém-formado PCBR. Em seguida, foi feita a eleição para a escolha dos quadros-dirigentes.¹⁸

Com a volta de Rômulo de Araújo Lima a João Pessoa, foi convocada uma reunião da Corrente Revolucionária nessa cidade, da qual participaram, além do próprio Rômulo, Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes dos Santos e José Emilson Ribeiro, que ali relatou os fatos ocorridos na conferência e em seguida se decidiu pela criação do PCBR na Paraíba.

Nessa oportunidade, ficou decidido que a partir daquela data, o antigo grupo da Corrente Revolucionária passaria a desenvolver suas atividades político-partidárias, sob a designação de Comitê de Zona de João Pessoa (CZ), em obediência aos estatutos do novo PCBR. Assim, o CZ de João Pessoa passou a exercer suas atividades político-partidárias, procurando concentrar-se

18. INQUÉRITO Policial Militar 862, Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 11.

principalmente no meio estudantil e no seio da massa operária camponesa, com objetivo de poder recrutar novos adeptos e, conseqüentemente, ampliar a organização e, como consequência dessas atividades, já havia algum tempo depois, perspectivas apreciáveis, para a formação de um organismo no seio dos estudantes secundários e no setor operário camponês.¹⁹

O PCBR teve certa inserção no movimento estudantil e universitário de João Pessoa. Porfírio informa:

No movimento secundarista na cidade de João Pessoa, foram constituídas organizações de base do PCBR no Roger e no Liceu. Já no movimento estudantil universitário, apesar de não possuir uma organização de base consolidada, o partido tinha certo poder de intervenção, tendo participado do Congresso Regional da União Nacional dos Estudantes, realizado em setembro de 1968 na cidade de Salvador, Bahia, com a presença dos militantes: Rômulo Araújo, Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos.²⁰

O PCBR da Paraíba, como a maioria das organizações da esquerda revolucionária no Brasil, realizou “expropriações” para a sua manutenção e para montar a estrutura da tão sonhada e nunca realizada guerrilha rural. Na Paraíba, as primeiras ações foram os “furtos” do mimeógrafo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, em João Pessoa, e outro da Faculdade de Agronomia, na cidade de Areia. Noutra ação, militantes do PCBR levaram os cálices da Catedral de João Pessoa, imaginando que fossem de ouro, com o objetivo de vendê-los para obterem recursos. Depois, constatou-se que não tinham valor comercial.

De acordo com Porfírio, em março de 1969, um dirigente regional do PCBR veio do Recife a João Pessoa discutir documentos

19. *Ibidem*, pp. 13-14.

20. W. Porfírio. *Ação do PCBR na Paraíba*. João Pessoa: mimeo, 2013, p. 2.

do partido. Na ocasião, colocou para os militantes do PCBR paraibano a necessidade de conseguir recursos por meio de assaltos a bancos e empresas para manter a infraestrutura da organização e sobrevivência de seus militantes. Diante desses fatos, vários estudos foram feitos buscando definir quais estabelecimentos seriam atacados. Depois de se avaliar várias possibilidades, decidiu-se por um assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz.

A ação mais ousada dos militantes do PCBR foi o planejamento de um assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz. Participaram do plano Eduardo Ferreira Lima, Eraldo Fernandes, Emilson Ribeiro, Alberto Magno e Aduino Ferreira. As informações sobre o funcionamento interno da empresa e os horários que os funcionários do Banco da Lavoura de Minas Gerais recolhiam o dinheiro da empresa, foram fornecidas pelo militante Alberto Magno, que trabalhava na Souza Cruz. Enquanto Magno anotava as movimentações internas, Aduino e Emilson fizeram, no final de abril de 1969, o reconhecimento da área externa da Companhia de Cigarros, conhecendo quais as melhores ruas para efetuar a fuga após o assalto e o horário de menor tráfego de automóveis.²¹

Para realizar a ação, buscou-se o apoio do PCBR de Pernambuco, por meio do dirigente Ronaldo Dutra Machado:

[...] foi debatido todo o plano do assalto, o dia e horário marcado, ficando acertado que a direção regional do partido daquele estado contribuiria com a vinda de três militantes, fornecimento de armamento e carros para ajudar ao assalto à Souza Cruz. Quando tratou da questão de quem ficaria com o dinheiro, a proposta de divisão entre o PCBR dos dois estados não foi aceita pelos pernambucanos. Eles queriam ficar com todo o produto do roubo e deixariam as armas, veículos e dinheiro para

21. *Ibidem*, p. 4.

o pagamento do aparelho para os militantes da Paraíba. Não chegando a nenhuma conclusão, os militantes pernambucanos voltaram para Recife se comprometendo em fazer nova reunião para tentar um entendimento, o que não aconteceu.²²

Diante das divergências com o PCBR de Pernambuco, os paraibanos resolveram agir por conta própria. Marcaram o assalto para o dia 3 de maio de 1969, um sábado, mas a ação terminou sendo abortada, como relata Porfírio:

Eduardo Ferreira conseguiu um *volks* de cor vermelha e o estacionou ao lado do prédio do Tribunal de Justiça. Entregou as chaves a Adauto Trigueiro que buscaria o carro, trocaria as placas e o levaria ao aparelho da Cidade dos Funcionários. Logo que chegou, entraram no carro Eduardo Ferreira e Emilson Ribeiro, e foram pegar Eraldo Fernandes, que os esperava próximo ao Posto Fiscal. Nervosos, verificaram se todos estavam com suas armas e máscaras nos bolsos e, depois, colocaram os óculos escuros, luvas cirúrgicas e chapéus para não serem reconhecidos. Dirigiram o automóvel para o centro de João Pessoa, estacionando-o próximo a empresa Souza Cruz por volta do meio-dia, que ficava na Praça João Pedro Gonçalves. Espantados, viram a presença de um caminhão sendo descarregado, em frente ao prédio da Souza Cruz, fato que não estava previsto no plano original. Estacionaram o carro próximo a Igreja de São Francisco para trocar ideia sobre o incidente. Depois de 10 minutos de discussão, voltaram ao local da Souza Cruz e não viram mais o caminhão, mas notaram que as portas da empresa estavam fechadas e os trabalhadores estavam indo embora. Diante disso, decidiram adiar o assalto e devolver o *volks* ao seu proprietário.²³

22. *Ibidem*, p. 5.

23. *Idem*.

Depois do malogro da primeira tentativa, uma nova investida foi organizada, fracassando mais uma vez de forma pitoresca.

Era preciso, então, buscar um novo automóvel. Para isso, um grupo de militantes do PCBR, formado por Emilson Ribeiro, Eduardo Ferreira e Eraldo Fernandes, dirigiu-se à praia de Tambaú, local preferido dos casais de namorados “motorizados”. Escolheram um que estava estacionado no local com seus ocupantes praticando sexo, e anunciaram o assalto. Depois de retirar o casal do carro, pretendiam levá-lo para Campina Grande, onde ficaria escondido até o dia do assalto. Para infelicidade do grupo, o automóvel faltou gasolina e tiveram que abandoná-lo na área circunvizinha de Santa Rita. Quando retornaram com o combustível, o carro já não estava no local, porque a polícia havia localizado e recambiado para João Pessoa.²⁴

O assalto à empresa Souza Cruz acabou sendo realizado pelo PCBR de Pernambuco, sem a participação dos paraibanos – que já estavam em processo de rompimento com o partido para ingressar na ALN. Os pernambucanos, aproveitando o plano traçado pelos paraibanos, levaram o dinheiro, enquanto os paraibanos ficaram com o ônus da repressão, pois após o assalto – mas sem relação direta com ele – aconteceu a queda de um aparelho da organização na Avenida Olinda no bairro de Tambaú em João de Pessoa, pertencente à família de um dos militantes do partido, Marcos Guilherme de Miranda Batista, quando vários integrantes do PCBR foram presos e outros tiveram de fugir e cair na clandestinidade.

Outro movimento com características de “luta armada” desenvolveu-se na cidade de Catolé do Rocha, localizada no sertão da Paraíba a 330,19 quilômetros da capital. No início da segunda metade dos anos 1960, surgiu ali um importante movimento estudantil secundarista, com base no Colégio Dom Vital. Logo suas principais

24. *Idem.*

lideranças passam a ter contato com o PCB, como nos relata um dos militantes, Ubiratan Cortez Costa, conhecido como Bira:

[...] através de um funcionário do Banco do Brasil, Pereirinha, se não me engano, um menino de Campina Grande, foi que fizemos um contato com o “partidão” (PCB) de Campina Grande, o senhor Costa. Colega e funcionário do Banco do Brasil, Pereira acompanhava nosso trabalho, ajudava também; falou para a gente que era simpatizante do PCB e que tinha uma forma de fazer um contato com o “partidão”. Levamos o assunto para a turma e todos manifestaram interesse em fazer contato, não para se filiar. O senhor Costa veio a Catolé, de ônibus, e tivemos um contato muito escondido, fora da cidade, no mato, na fazenda do senhor Pedro Costa. O senhor Costa voltou muitas vezes a Catolé do Rocha e terminou instalando uma célula do PCB com muitas filiações. Alguns estudantes se filiaram, outros não, porque era opcional, ninguém os obrigava a nada.²⁵

Posteriormente, algumas lideranças desse grupo, tais como Ariosvaldo Diniz e Ubiratan Costa, entre outros, que vieram cursar o hoje chamado ensino médio em João Pessoa, fizeram contato com o PCBR, e mesmo sem serem orgânicos neste partido, resolvem aderir à suas teses de luta armada. Outro militante do grupo, José de Lima Soares, conhecido como “Intelectual”, relata:

Em Catolé do Rocha, um grupo se formou a partir desse espírito de luta. Queríamos pôr fim à ditadura militar, fazer a revolução, transformar a sociedade e construir o socialismo. O grupo era bastante heterogêneo. Constituído, em sua grande maioria, de jovens menores de 18 anos, sem nenhuma experiência política, ou com pouca formação política. O principal representante

25. U. C. Costa. “Combatentes da liberdade: movimento revolucionário estudantil – Catolé do Rocha”. In: A. L. G. Melo *et al.* *Católé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 392.

do grupo era Ariosvaldo da Silva Diniz, Ari, juntamente com Ubiratan, entre outros, começaram a organização da militância em torno da perspectiva revolucionária. Eles tinham a clareza de que a política reformista do velho partidão não serviria como instrumento da transformação social; por isso passaram a integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).²⁶

Com o pretexto de realizar uma caçada, esse grupo de jovens sobe a Serra do Capim Açu, na cidade de Catolé do Rocha, para discutir política e fazer treinamento guerrilheiro, ficando dois dias no local.

No primeiro semestre de 1969 – em plena Semana Santa, ocorre a primeira subida a Serra. O número de participantes desta atividade política foi bem mais reduzido que a segunda, que iria ocorrer logo depois, no mês de Julho. [...] procuro citar apenas alguns nomes: o autor destas linhas (José Soares), Joaquim Almeida, José Cidalino Almeida (“Dedé de Cidalino”), Ariosvaldo da Silva Diniz, Rogério Ribeiro, Gildásio Fausto Araújo, Luiz Gonzaga, o bancário, e ex-presidente do Centro Estudantil Catoleense Espedito Vieira Figueiredo (todos alunos ou ex-alunos do D. Vital), Amilton (da AP, Campina Grande), Washington Rocha (dirigente do PCBR, J. Pessoa), Geraldo Magela (de João Pessoa, que não era militante) e Chico, um parente de Ari, que, salvo engano, residia em Brasília. Na primeira subida a Serra do Capim Açu, o fato mais importante foi, sem dúvida, o de tomarmos contato diretamente com a área, o terreno íngreme e acidentado, além do debate sobre a conjuntura política, a tática e a estratégia da revolução brasileira. Washington foi o responsável pelo informe central e, em seguida, participamos da discussão.²⁷

26. J. L. Soares. “História, cultura e memória: resistência e luta do movimento estudantil em Catolé do Rocha (1968-1971)”. In: A. L. G. Melo *et al*, *op. cit.*, 2013, p. 355.

27. *Ibidem*, pp. 356-357.

Após esta experiência, o grupo continuou sua militância política no município, dentro das possibilidades, numa cidade pequena do interior. Soares conta:

Tentávamos levar uma vida normal, líamos um pouco, estudávamos, participávamos das festas, tomávamos contato com a literatura, os clássicos do marxismo, procurávamos entender a conjuntura, compreender o momento político, participávamos da vida cultural, fazíamos panfletagem e chegamos mesmo até a fazer um jornalzinho intitulado *Luta Camponesa*, que distribuímos no campo, fizemos contatos com os trabalhadores rurais. Lembro-me de que, em pleno dia de sábado, dia-de-feira, o mercado amanheceu totalmente tomado por pichações com palavras de ordem: “Abaixo a Ditadura”, “Abaixo o Imperialismo”, “Costa é pior do que bosta”, “Viva Che”, “Viva Cuba”, “Viva a Revolução”, “Viva o socialismo”.²⁸

No final de julho de 1969, o grupo, já ampliado, com dezenove jovens,²⁹ faz uma segunda subida a Serra do Capim Açú, onde ficaram uma semana. Desta vez, além das discussões teóricas sobre práticas das organizações de esquerda, o grupo realizou treinamento militar de fato:

Passamos para a fase de treino de combates, armamos alvos para treinar pontaria, efetuamos disparos de rifle 44, revólveres e espingardas de cartucho, tudo com moderação por economia de

28. *Ibidem*, p. 357.

29. Num esforço de memória, um dos integrantes do grupo, José Leandro Soares e outros companheiros lembraram de parte dos nomes dos dezenove jovens que subiram a Serra do Capim Açú na segunda vez: ele próprio, os irmãos Costa: Ubiraci Cortez Costa, Irapuan Cortez Costa, Ubiratan Cortez Costa; Luiz Gonzaga da Silva (conhecido como Gegê, atual líder dos trabalhadores sem teto em São Paulo e irmão do cantor Chico César), Ariosvaldo da Silva Diniz, Gildásio Fausto Araújo, Rogério Ribeiro de Sá (Zeinha) e seu irmão Carlos Roberto Ribeiro, Santino Rocha, Noel Veras, Manoel Pedro e seu irmão José da Paz, Francisco Alves Dantas (Cacheado) e seu irmão, Flávio Alves Dantas, Ronaldo (de Jeová), João Salustiano Neto e Orivaldo Barreto.

munição. [...] Depois da teoria passamos aos treinamentos com as armas que tínhamos: um rifle papo-amarelo de 15 tiros, dois revólveres calibre 38.1, uma espingarda de cartucho-28, uma pistola *luger* sem balas e uma espingarda soca-soca. Este nosso poderio militar arrancava risos.³⁰

No dia 22 de outubro de 1969, todos os participantes da aventura de subida a Serra de Capim Açú foram presos.

Prisão e punições dos militantes do PCBR e dos “guerrilheiros” de Catolé do Rocha

Apesar das ações da esquerda revolucionária na Paraíba terem sido muito incipientes, às vezes lembrando filmes de comédia “pastelão”, as punições foram duras e resultaram em prisões, torturas e cumprimentos de longas penas. Com a queda do aparelho do PCBR, na Avenida Olinda, os órgãos de repressão apreenderam um acervo de documentos, arquivados por seu líder, Eduardo Ferreira Lima, conhecido como Batata. Rodrigues informa: “Nele se reuniam documentos variados, informações detalhadas como locais, pautas e atas das reuniões, nomes de militantes e simpatizantes, rol de colaborações financeiras, organograma do partido, discriminação das tarefas a serem cumpridas e respectivos executantes”.³¹

A partir daí, foram sendo identificados e presos os membros da organização, que também passaram a prestar informações sobre os demais. Diz Rodrigues: “As confissões dos acusados foram conseguidas pelo uso de intimidações e torturas, como era habitual”.³² Alguns conseguiram fugir e caíram na clandestinidade, como foi o caso de José Emilson Ribeiro e Eduardo Ferreira Lima, que fugiram para o Recife, e de Newton Veloso Pimentel, o “Pistola”, que fugiu para o Chile.

30. U. C. Costa, *op. cit.*, 2013, pp. 398-399.

31. C. J. L. Rodrigues. *Alienados e Subversivos. A Aventura Estudantil (1950-1999)*. João Pessoa: Ideia, 2000, p. 290.

32. *Ibidem*, p. 293.

Os integrantes do PCBR na Paraíba responderam inquéritos na Polícia Federal, onde foram acusados de várias atividades consideradas subversivas. Com a conclusão do inquérito, alguns foram absolvidos e outros condenados a variados anos de prisão pela Justiça Militar. Assim, em janeiro de 1970, a 7ª Circunscrição Judiciária Militar do Recife absolveu Eric Jenner Rosas, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Francisco de Paula Barreto Filho e José Maria Gomes da Silva. Mas foram condenados, a penas que variaram entre seis meses e quatro anos de prisão, Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos (três anos e quarto meses de reclusão), Eduardo Ferreira Lima, José Emilson Ribeiro da Silva, Newton Veloso Pimentel, Ronaldo Dutra Machado, Juliano Homem de Siqueira, Antonio Soares de Lima Filho, Marcos Guilherme de Miranda Batista, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Severino Gomes da Silva, Mário Alves e João Baltar.³³

Quanto aos militantes de Catolé do Rocha, todos foram presos no dia 22 de outubro de 1969, mas como a maioria deles era menor de idade, apenas três ficaram presos e responderam processo, sendo condenados.

Preso o grupo de estudantes surpreendido um a um em distintos pontos da cidade, entregues os menores aos pais, por inimputáveis e imunes por isso à abertura de qualquer processo nos termos da legislação penal, inicia-se na cidade de João Pessoa o Inquérito Policial Militar – IPM. As forças federais da repressão se encarregam da fase de coleta preliminar de provas apenas contra Ariosvaldo da Silva Diniz (Ari), Ubiratan Cortez Costa (Bira) e Francisco Alves Dantas (Cacheado). Concluído o IPM, é encaminhando à Auditoria Militar da 5ª Região, órgão da Justiça Militar competente para processar e julgar os chamados crimes contra a segurança nacional.³⁴

33. Cf. INQUÉRITO da Polícia Federal, Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, pp. 679-680.

34. J. T. Fernandes. “Serra do Capim Açú, a guerrilha em preparação”. In: A. L. G. Melo *et al*, *op. cit.*, 2013, p. 295.

A denúncia dos procuradores foi formulada nos seguintes termos:

Durante as férias, em julho do ano de 1969, os acusados Francisco Alves Dantas, “Cacheado”, Ariosvaldo da Silva Diniz, “Ari”, e Ubiratan Cortez Costa, “Bira”, combinaram uma caçada no Morro do Capim Açú, no Catolé do Rocha, na Paraíba, onde conseguiram reunir vários companheiros e ali permaneceram durante cinco dias caçando. Mas, o móvel principal da empreitada, como vieram a compreender os participantes e conforme ficou depois apurado, tinha por finalidade um movimento subversivo, inclusive guerrilha. [...] que em verdade, constituía um programa de subversão, a que eles próprios denominaram MR3-Movimento Subversivo nº 3³⁵ – que visava atentar contra a Ordem Pública e o Regime. [...] realizaram “desapropriações”, ou sejam, furtos de mimeógrafo, máquina de escrever, papel para panfletos e um fuzil privativo das Forças Armadas [...]. de posse desses objetos, passaram [...] à prática de atos antissociais, procurando aliciar pessoas para subversão, com incitação contra a Ordem Pública, à desobediência às Leis, inclusive com treinamento de guerrilha. Incitavam à luta pela violência, provocando a desunião das classes sociais daquela localidade, mantendo, além disso, sob sua guarda arma de fogo privativa das Forças Armadas. Os livros de Guevara encontrados e apreendidos em poder dos acusados juntamente com duas máquinas de escrever, um mimeógrafo, dicionários, um fuzil modelo nacional, tipo 1908 e um revólver Taurus, cal. 38, serviam de orientação para o desenvolvimento do plano criminoso, onde os assuntos eram guerrilha, assalto ao governo, movimento de Cuba, luta social [...].³⁶

35. O chamado MR-3, foi um grupo de três militantes integrantes do grupo geral, mas que impacientes por ação, realizaram por conta própria o “furto” de mimeógrafos, entre outras pequenas ações. Era formado por José Otávio Maia (Zezito), Francisco Alves Dantas (Cacheado) e Rogégio Ribeiro Sá (Zeinha).

36. J. T. Fernandes, *op. cit.*, 2013, pp. 296-297.

Os três acusados foram condenados a um ano de prisão, cumprida no Presídio do Roger, em João Pessoa.

Considerações finais

Segundo Carlos Fico, com o relativo distanciamento no tempo do golpe civil-militar no Brasil, velhos mitos e estereótipos estão sendo quebrados, devido à pesquisa histórica factual de perfil profissional e a um “desprendimento político” permitindo que tabus e ícones da esquerda sejam contestados sem que tais críticas sejam classificadas de “reacionárias”. Assim, segundo o autor, determinadas temáticas começam a ser abordadas, entre elas, o “deslocamento de sentido”, operado sobretudo após a campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática.³⁷

Esta memória que vê as esquerdas revolucionárias que formam a luta armada como parte da resistência democrática ao regime é criticada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, que considera que as organizações comunistas eram uma “contra-elite, alternativa, que parte para o assalto do poder político”. Para o autor, essa memória

[...] apresentou as esquerdas revolucionárias como integrantes da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o

37. Cf. C. Fico, *op. cit.*, 2004. As outras temáticas indicadas por Fico são: o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia, inclusive à esquerda; o perfil vacilante e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado pelos reacionários. Também os clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime vão sendo deixados de lado, como a ideia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político; a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc.

fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.³⁸

Na verdade, pode-se afirmar, com certa segurança, que a esquerda revolucionária não lutava para retornar à democracia existente antes do golpe, durante o governo de João Goulart; tampouco o objetivo era instaurar uma democracia nos moldes da que foi instalada com o fim da ditadura militar. O objetivo era a construção de uma sociedade socialista, conforme podemos ver neste texto da principal liderança da esquerda revolucionária, Carlos Marighella, intitulado “As perspectivas da revolução brasileira”, citado por Ridenti:

A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classe da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos.³⁹

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social com um governo que, apesar de aliado às forças conservadoras, tinha práticas próximas ao ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastante mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto, esse governo capitulou e aderiu ao

38. D. A. Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 70.

39. *Apud* M. Ridenti, *op. cit.*, 2007, p. 39.

golpe civil-militar, e a repressão se abateu de forma bastante dura sobre vários setores da sociedade civil. Posteriormente, houve uma reorganização da oposição ao regime militar, principalmente entre os jovens, através do movimento estudantil, que foi bastante combativo, entre os anos de 1966 e 1968. Deste segmento, saíram os grupos que aderiram à luta armada.

Na Paraíba, como vimos, não houve propriamente luta armada, mas um grupo de jovens com muita disposição para a luta tentou se organizar. Com esse objetivo, fez algumas ações, um pouco desajeitadas, é verdade, mas com o objetivo de construir uma sociedade que eles consideravam mais justa e igualitária, e lutaram contra o regime militar. Muitos pagaram caro por isso, com prisões, torturas e cumprimento de penas.

Anos 1970: uma produção cultural à margem da polarização política¹

Telma DIAS FERNANDES

Nada de novo no front
E na retaguarda também
Tudo normal desde ontem
Quando houve sol e alguém
[...]
Alguém de cabelos longos
E doce sorriso também
No tempo que hoje vai longe
Longe do mal e do bem

Do amor, quem viu?
Eu sou da cidade
Mas nasci no mar
Tudo que eu quero é cantar
Por enquanto

Eu sou da cidade
Mas nasci no mar
Tudo o que eu quero é chamar
Teu nome

-
1. Este ensaio faz parte de uma pesquisa em andamento que focaliza algumas das manifestações artísticas entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980. Em um primeiro momento, na primeira parte da pesquisa, abordei questões pertinentes às percepções do amor na poesia marginal, analisando, principalmente, a produção de Ana Cristina César. No âmbito geral, a pesquisa busca problematizar aspectos diversos das manifestações da contracultura através da arte.

Nada se move no monte
E o sol mergulha no mar
Vento e silêncio na ponte
E tudo se perde no ar
Por quê?²

Introdução

Sobre o movimento autoritário no Brasil, concernente ao período que se estende do golpe militar em 1964 até o processo da chamada abertura política brasileira³, muito se tem escrito. A partir dos mais diversos enfoques, a ditadura civil-militar brasileira tem suscitado calorosos debates, motivado simpósios, seminários e encontros dentro e fora das instituições universitárias e de pesquisas. De tantos matizes são as manifestações acerca da ditadura civil-militar brasileira que poderíamos considerar a temática esgotada, mas não está. As linhas analíticas são plurais, assim como são as memórias que lhes servem de base.

Passados cinquenta anos do triunfo das principais forças conservadoras brasileiras, em meio a esforços que ainda não são suficientes para a liberação total da documentação, embora com

-
2. Versos de uma música, intitulada *Por quê?*, da Banda *Ave Sangria*, formada em Recife, capital de Pernambuco, na década de 1970. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ave-sangria/876518/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.
 3. Na história brasileira convivemos com alguns períodos autoritários, não apenas o que foi inaugurado com o golpe militar de 1964, a exemplo do período varguista. Além dos governos explicitamente ditatoriais, entendo que partilhamos de relações de sociabilidade cujas culturas políticas e históricas se mostram autoritárias, mesmo em períodos de vigência democrática. Certamente, são condições distintas. Entretanto, estou, sobremaneira, convencida de que o perfil autoritário de uma sociabilidade é o elemento fundamental para a possibilidade de instauração de governos ditatoriais. A violência, o autoritarismo e mesmo as formas mais diversas e cruéis de torturas físicas e morais não foram condição particular dos períodos ditatoriais que vivenciamos. São elementos que estão presentes nas possibilidades de suas efetivações e foram reforçados por estas. A população mais pobre brasileira continua vitimada diuturnamente por tais práticas. Não é possível dissociar uma prática de outra, uma contingência da outra porque são marcas significativas para pensar o que uma determinada relação de sociabilidade aceita e interdita.

grandes avanços, é possível apontar para um momento catártico em torno dessas memórias e da historiografia que as problematiza.

A ocasião dos cinquenta anos do golpe faz emergir o acirramento pelas liberações dos documentos, pela sistematização dos arquivos, como também provoca pesquisas, debates e análises que revolvem a experiência do trauma com o autoritarismo. Pierre Ansart, ao discutir a humilhação, afirma que ela é uma das experiências da impotência.⁴ Ser humilhado importa em ser atingido nos afetos; a humilhação deprecia, cria rancores e ressentimentos. A resistência nem sempre é possível, mas quando o é, se dá em meio ao caos das nossas razões de sensibilidades. Adentramos o jogo do lembrar e esquecer na perspectiva da memória.⁵ Muito do que foi vivenciado pelos militantes contra o regime ditatorial permaneceu na sombra de uma dicotomia entre esquerda e direita, numa perspectiva do aprisionamento da experiência.

Ainda predomina nas culturas históricas, em parte, inclusive, como reverberação da historiografia, um entendimento sobre a ditadura civil-militar brasileira, inaugurada oficialmente com o golpe militar de 1964, polarizado entre direita e esquerda. A direita representada pelos militares e os grupos que lhes deram apoio e sustentação político-financeira, e a esquerda, pelos movimentos de militância ligados aos diversos grupos que se formaram durante a vigência do período autoritário, quase todos voltados para a luta armada. Entretanto, as relações de sociabilidade, em quaisquer de seus matizes, apontam para uma experiência heterogênea, conflituosa, sob tensões e, sobretudo, plurais.

Certamente, parte considerável da população brasileira não se inteirou do que ocorria nos campos de batalhas dessa experiência. Muitos ignoraram essa guerra, alguns segmentos da população não se

4. P. Ansart. "As humilhações políticas". In: I. Marson; M. Naxara (org.). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia (MG): EDUFU, 2005, p. 15.

5. Sobre memória, história e esquecimento, lembro o trabalho de M. Seligmann-Silva (org). *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2003. Nesta obra, o organizador e vários outros autores discutem aspectos diversos dessa relação, considerando as experiências traumáticas.

aperceberam de alterações significativas nos seus cotidianos, inclusive as parcelas mais pobres da população, para quem o terror nunca esteve ausente. Outros tantos por fazerem parte de grupos que preferiram alienar-se e não olhar ao redor, não envolver-se, livrar a própria pele de contatos dolorosos. Contudo, se muitos não conviveram diretamente com as práticas ditatoriais, isso não diminui os horrores inerentes ao autoritarismo, o que dimensiona, em larga medida, o complexo jogo das memórias.

No âmbito dos que se permitiram afetar, as formas de resistência e combate foram heterogêneas. Os destaques que a historiografia e a mídia jornalística reconhecem de maneira predominante se reportam aos movimentos de luta armada, que envolveram, principalmente, jovens estudantes e militantes dos grupos de esquerda política. Esses grupos, de forma mais ou menos intensa, se referenciavam em ideários marxistas.

Embora ainda pouco explorados, outros movimentos pontuaram a experiência histórica. Os versos da música *Por quê?*, da banda Ave Sangria, abrem este ensaio como forma de chamar a atenção para esses outros movimentos. Tolhidos pela repressão política e pela moral conservadora, os jovens abriam picadas nessa floresta de raízes densas por meio da arte. Mudou a batida dos instrumentos e os versos falam de uma vida que deseja fluir, perder-se, descobrir os sentimentos, os corpos.

Para muitos – as famílias moralmente conservadoras, o Estado repressor e até mesmo militantes de esquerda e intelectuais –, os jovens inscritos nesses movimentos eram malucos, inconsequentes, alienados. Produziam uma pseudoarte, resultado de alucinações por drogas.

Entretanto, a cena cultural que se espalhou pelo Brasil, a partir dos anos finais da década de 1960 e que se intensificou durante a década de 1970, colocou no palco das experiências o exercício da arte como forma de resistência, numa dinâmica de desterritorialização. Espremidos por um Estado autoritário, uma moral conservadora e relações de sociabilidade baseadas na exclusão, muitos jovens intentaram desenhar caminhos de ruptura, linhas de fuga. Os versos

dos poemas e das músicas rejeitando os cânones artísticos da época, o uso das drogas expandindo o pensamento e abrindo corpos – cartografias rizomáticas⁶ que desnudavam a impostura dos decalques e faziam emergir a alteridade e multiplicidade dos sentidos.

A palavra precisa lança o som
à velocidade da luz
onde nós e você dominamos o espaço
a imagem fala por si
e por mim
portanto flutuaremos pelo avião
como um par dançante
perseguidos pelos olhares estrelados
de uma plateia atenta
é fundamental que o texto entre olhos e ouvidos
se envolva nos pelos do cérebro
revelando-se a cada repetição
a quanta repetição por segundo
o eco sonoro se instala
guarda a direção da força
a trajetória interna da palavra
o momento de ser
o é
preciso
claro
suaveamargo
artimanha.⁷

O momento coetâneo convive, permite e legitima outros prismas de observação da experiência histórica. A mídia explora outros vieses,

-
6. Sobre rizoma, ver G. Deleuze; F. Guattari. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol 1. Tr. Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
 7. S. Cohn (org). *Nuvem Cigana: Poesia & delírio no Rio dos anos 70*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007, pp. 159-160.

assim como faz a historiografia. Entretanto, creio não incorrer em erro quando percebo que a tarefa de despolarização, de atentar para as alteridades, projetou-se inicialmente a partir das artes, dos ensaios e de algumas análises que emergiram no âmbito da crítica literária e da produção artística. Os trabalhos de Heloísa Buarque de Hollanda, tais como *26 poetas hoje*, *Impressões de viagem (1960/1970)*, *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*, este último em colaboração com Elio Gaspari e Zuenir Ventura⁸, anteciparam obras historiográficas. Zuenir Ventura também projetou, através de ensaios jornalísticos, outros espaços ocupados por jovens das décadas de 1960/1970, fora do âmbito de guerrilhas urbanas e rurais.

O sentido da mescla trazida pela assimilação lírica da experiência direta ou da transcrição dos sentimentos comuns, frequentemente traduz um dramático sentimento do mundo... Do mesmo modo, a poetização do relato, das técnicas cinematográficas e jornalísticas resulta em expressiva singularização crítica do real. Se agora a poesia se confunde com a vida, as possibilidades de sua linguagem naturalmente se desdobram e se diversificam em psicografia do absurdo cotidiano, na fragmentação de instantes aparentemente banais, passando pela anotação do momento político. Nesse último caso, é interessante observar como a atualização poética de circunstâncias políticas, experimentadas como fator de interferência e limitação da vivência cotidiana, se faz contundente e eficaz, diferenciando-se do exercício da poesia social de tipo missionário e esquemático. A frequência de metáforas de grande abstração convive com a agressão verbal e moral do palavrão e da pornografia. Nesta poesia, o uso do baixo calão nem sempre resulta num efeito de choque, mas, na maior

8. E. Gaspari; H. Buarque de Hollanda; Z. Ventura. *70/80 Cultura em trânsito*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Z. Ventura. *1968 o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Círculo do Livro, 1988. Z. Ventura. *1968 o que fizemos de nós*. São Paulo: Planeta, 2008.

parte das vezes, aparece como dialeto cotidiano naturalizado e, não raro, como desfecho lírico.⁹

Nas artes, o cinema, a cena musical e a literatura emergem como precursores, principalmente os dois últimos. Em termos de narrativas, contamos, também, com os textos não ficcionais e focados em memórias, muitos produzidos e/ou publicados no calor do retorno dos exilados para o Brasil, marcados por um exercício significativo de uma escrita de si, responsável, por vários anos, pelos relatos que focalizaram as dinâmicas da vida, os cotidianos, as escolhas, os movimentos de resistência, sob óticas diversas. Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e, sobretudo, Herbert Daniel são militantes que destaco.

O recorte: trilhas transviadas¹⁰

Neste ensaio, privilegio uma análise produzida a partir de alguns poemas, inscritos na literatura marginal e reunidos no livro *Nuovem Cigana*, sob a organização de Sérgio Cohn, e alguns versos de músicas da banda *Ave Sangria*, banda presente na cena musical de Pernambuco, observando-os sob a perspectiva teórica sistematizada por Michel Foucault, de estéticas da existência.

Através das produções poéticas, poetas e músicos, alguns dos quais presentes neste trabalho, imprimiram seus protestos. Sob forte influência dos hippies, dos *beatniks*, do rock e dos movimentos de protestos, como os de maio de 1968 na França, fizeram palpitar o desejo

9. H. Buarque de Hollanda. *26 poetas hoje*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007, p. 12.

10. O termo transviado, para designar jovens rebeldes que navegavam contra a normatividade, se fez presente no senso comum a partir, principalmente, do filme *Juventude Transviada*, do diretor Nicholas Ray, filme de 1955 que se projetou para as décadas seguintes. O filme é um marco na ruptura entre gerações porque construiu uma análise sobre a emergência do embate vertical das tensões entre gerações no pós-guerra. Essa análise está tanto no roteiro e construção dos personagens como nos recursos fotográficos, na dinâmica rítmica e no abandono proposital de um retrato naturalista, na rejeição de uma colagem perfeita com os “fatos reais do cotidiano”.

de mudanças nas relações familiares, no conceito amoroso, nas práticas da sexualidade. Associada a um conteúdo que se voltava para a ética comportamental, investiu-se também na forma, nos estilos musicais e literários. Um duplo rompimento: com a moral conservadora e com os cânones artísticos, parte de um movimento de contracultura que se espalhou pelo mundo.

A arte produz um entendimento, uma interpretação da experiência histórica. A literatura, em prosa ou versos, especificamente, além de fazer parte do jogo temporal-espacial, está mais próxima da história porque compartilha a narrativa e a criação de tramas. Ao pensar a história no âmbito do cruzamento entre história e arte, o historiador coloca-se diante de uma forma de compreensão do mundo. Se pode ou não derivar desse encontro alguma informação, no sentido de dados sobre o que aconteceu, isso é irrelevante.

O que o historiador tem diante dos seus olhos e sentidos é a possibilidade de problematizar, através das construções do sensível, a historicidade da qual faz parte a obra de arte, tanto no momento de sua produção quanto em seus desdobramentos por temporalidades e espacialidades diversas. As narrativas literárias e a escrita da história compartilham de muitos aspectos; além de se constituírem ambas em uma forma narrativa, com construções de enredo e criação de personagens, são imbuídas de sentidos a partir de suas recepções. Consigo carregam camadas de historicidades e se prestam, em cada espaço de que participam, a uma interpretação singular.

Ao problematizar uma memória, os historiadores a eliminam quando a transmudam em historiografia; ao problematizar uma interpretação do mundo por meio da arte, em especial a arte poética expressa em narrativas literárias, os historiadores produzem historiografias inaugurando compartilhamentos. A historiografia não elimina a arte porque esta não se constitui em uma memória, mas em uma dinâmica de eliminação da memória pela produção artística.

O enfoque recai sobre algumas produções à margem dos cânones artísticos da época porque tenho me debruçado sobre essa experiência a partir de interesses diversos, orientada pela percepção

de que não compreendemos a experiência histórica senão pela amplitude e multiplicidade. O recorte, como já mencionado, está em dois focos: exemplos da literatura marginal e da cena psicodélica de Pernambuco, ambos ambientados na década de 1970. No primeiro olhar sistematizado sobre a poética marginal, intentei discutir como essa literatura representou a ideia de amor e romance, sentimentos aparentemente banais em tempos de caos. Há um ditado popular que utilizamos como meio de consolo: a vida sempre continua. Sim, continua. O caos não faz desaparecer nossas necessidades emocionais, apenas as marcam com seus ferros em brasa.

Mais que traduzir as expressões sobre o amor, sobre a vida profissional, a sexualidade e a vida familiar, somou-se aos movimentos a perspectiva de uma proposta de vida, tratando-se de uma experiência que buscou configurar formas de existência além e fora do âmbito polarizado de esquerda e direita, fora do eixo das lutas armadas e dos movimentos sociais de transformação das estruturas sociais.

Penso que é preciso evitar polarizações: as lutas militantes, bélicas ou não, que foram resistentes à ditadura civil-militar no Brasil *versus* os movimentos considerados por muitos como alienados e elitistas. Compreendo os diversos movimentos como facetas relacionais de uma sociabilidade e, como afirmou Paul Veyne¹¹ acerca do ofício dos historiadores, as diversas faces não totalizam nem dão visibilidade a um geometral. Tomo de empréstimo essa figura metafórica para expressar o que percebo como condições das experiências que envolveram os jovens naqueles anos de chumbo, de medo e de caos numa relação medonha e bizarra.

11. P. Veyne. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4ª ed., tr. Alda Baltar e Maria A. Kaneipp. Brasília: UNB, 1998.

Nuvem cigana, Artmanha – uma cartografia poética do Rio de Janeiro

Sou mais chegado ao escracho que ao desempenho
 Mais chegado à música que à porrada
 Mais chegado ao vício que à virtude
 Sou pedestre sim senhor
 Sou panfleta de uma sociedade anônima
 Reconhecida entre ares pesados da cidade [...]¹²

O livro de Sérgio Cohn, *Nuvem cigana. Poesia e delírio no Rio dos anos 70*, publicado em 2007, focaliza uma dinâmica cultural que emergiu a partir de uma proposta de vida e que esteve, segundo o autor, atrelada aos sonhos de alguns jovens.

Nuvem cigana reúne entrevistas com vários dos que participaram do movimento Nuvem Cigana, do Artmanhas e que estão entre os poetas que produziram a poesia marginal na década de 1970. Em 2005, na feira literária em Paraty, Chacal propõe a Cohn um livro, conta este na apresentação, que entre outros aspectos o levou a pensar que “é sempre possível atuar propositivamente no mundo com alegria e leveza”.¹³

Chacal, Ronaldo Santos, Bernardo Vilhena, entre outros, ao longo das entrevistas, são chamados a expor a impressão atual que têm da experiência pessoal e coletiva que marcou a década de 1970, seus eventos e produções literárias e teatrais e a relação com o autoritarismo e, mesmo, ainda que de forma não vertical, a relação com os movimentos de resistência armada ao sistema ditatorial. *Nuvem cigana*, o livro, já configura uma forma de pensar o período e suas dinâmicas após o distanciamento de algumas décadas.

Os testemunhos que compõem *Nuvem cigana* são organizados em temporalidade linear. As primeiras impressões se referem aos pais, infâncias, escolaridades, aos bairros do Rio de Janeiro e aos primeiros

12. C. Peixoto. In: S. Cohn, *Nuvem Cigana: Poesia & delírio no Rio dos anos 70*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2007, p. 13.

13. *Ibidem*, p. 7.

contatos com a literatura. Alguns herdaram um passado intelectual, como Charles, neto de Ronald de Carvalho, mas os contatos com essas heranças foram efêmeros. Eram jovens com acesso às informações básicas que circulavam em sua época de infância e adolescência, com acesso à escolarização e, na maioria dos casos, nem ricos e nem pobres, faziam parte do que costumamos denominar, no senso comum, classe média. Charles conta: “A Ana Maria Machado era professora de literatura [do Colégio Princesa Isabel] e foi ela quem me destampou, quem me incentivou a investir na escrita”.¹⁴ Chacal se refere à contracultura como os primeiros contatos com a poética.

[...] eu era um garoto muito família, meio formatado para ser um playboy. [...] Só com uns 15 anos é que comecei a tomar contato com a contracultura. Foi quando eu descobri os Beatles e o Bob Dylan, além da jovem Guarda. A minha geração foi muito embebida em Beatles, no rock da época. [...]. Eu não entendia muito bem inglês, mas a forma que ele cantava [referindo-se a Bob Dylan] e a música que o acompanhava me deixaram uma impressão muito forte de poesia.¹⁵

Em Bernardo Vilhena e em Ronaldo Santos, Chacal diz ter encontrado a encarnação da “*postura da juventude transviada*”.¹⁶ A trajetória de Ronaldo Santos se faz pelo morro e o contato com a maconha. A vontade de liberdade e o gosto pela poética foram juntando vários jovens. Viraram um grupo e se encontravam, inicialmente, no píer de Ipanema.

Em cima daquelas dunas começou a se reunir uma estranha espécie de seres peludos, esqueléticos, com pouquíssima roupa e uma língua alada. Todo mundo ali, desbundadíssimo, tentando reinventar um tempo legal. O Brasil andava sinistro, a repressão

14. S. Cohn, *op. cit.*, 2007.

15. *Idem*.

16. *Ibidem*, p.15.

voava baixo, a polícia colada atrás. E a realidade insuficiente para quem queria espaço a fim de criar e reinventar o verbo.¹⁷

Foram apenas dois verões no píer, dali para o posto 9 e para o bairro carioca de Santa Teresa. A cartografia da zona sul carioca abrigou jovens sedentos de prazeres que se lançaram em busca de uma alternativa ao que parecia ser inevitável: alienar-se inteiramente ou juntar-se aos militantes para combater militarmente a ditadura.

A poesia marginal está até hoje associada ao mimeógrafo, que chegou por acaso ao grupo pelas mãos de Guilherme, que utilizava o recurso num cursinho onde ensinava e teve a ideia de imprimir os poemas. Não havia como se inserir, no início de 1970, num esquema editorial. Não eram reconhecidos e não havia grana para grandes despesas.

Para Heloísa Buarque de Hollanda, em *26 poetas hoje*,

No plano específico da linguagem, a subversão dos padrões literários atualmente dominantes é evidente: faz-se clara a recusa tanto da literatura classicizante quanto das correntes experimentais de vanguarda que, ortodoxamente, se impuseram de forma controladora e repressiva no nosso panorama literário.¹⁸

Pernambuco psicodélico: Ave Sangria – o avesso do avesso do avesso.

Local por onde se entra
Para o bosque das flores
Carnívoras
Atenção, candidatos
Aqui todos trazem
Longos pedaços de veludo roxo
Pendendo dos ossos
É carne rasgada¹⁹

17. *Ibidem*, p. 18.

18. H. Buarque de Hollanda, *op. cit.*, 2007.

19. *Geórgia, a carniceira*, uma das músicas da banda *Ave Sangria*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ave-sangria/876514/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

Os sons do *rock & roll*, do *folk* de Bob Dylan se amalgamavam com os sons que vinham do interior do estado, do sertão, do agreste e da zona da mata. Frevo, xote, baião. Outros sons ainda reverberavam: jovem guarda, rock rural. As lendas interioranas e os movimentos culturais além das fronteiras nacionais se misturavam com o ideário da vida urbana do Recife. A música se projetou com maior ênfase. É possível que a existência de uma gravadora na cidade, a Rosenblitz, tenha contribuído significativamente para a projeção musical, mas a cena Udigrudi²⁰ incluía música, teatro e outras formas de expressões artísticas. Nesse cenário, formou-se a banda *Ave Sangria* no Recife (PE), no início da década de 1970. Gravaram apenas um LP e dois CDs, todos lançados pela RCA.

Quando começaram, a banda se chamava Tamarineira Village, mas o nome só fazia sentido na cena musical da cidade do Recife. Tamarineira é um bairro da capital pernambucana onde se encontra a Vila dos Comerciantes; nela moravam alguns componentes da banda, e lá todos transitavam. A Tamarineira era também como se conhecia o hospital psiquiátrico, Hospital Ulysses Pernambucano, cobiçado para se transformar em complexo imobiliário. Marco Pólo, vocalista e autor, relata que já estavam cansados de explicar o nome da banda. Quando convidados para gravar um disco, a gravadora sugeriu mudar o nome da banda e Marco Polo inventou que um dia, andando por uma estrada no estado da Paraíba, encontraram uma cigana que assustada com a trupe disse que pareciam uma ave sangria, e o nome ficou.²¹

20. Cena Udigrudi do Recife, também conhecido como turma do Barato. O movimento também é inscrito na psicodelia brasileira, psicodelia de Pernambuco. Contemplava diversas formas de artes e se reportava não só à produção artística, mas também e, sobretudo, a uma posição política, moral e ética. Significou uma ruptura comportamental e de como fazer arte e política. Há um livro, disponível na internet, que trata da psicodelia brasileira. A. Ridolfi; A. P. Canestrelli; T. Dias. *Psicodelia Brasileira: um mergulho na geração bendita*. <http://www.udigrudirecife.blogspot.com.br/>. Acesso em: 15 de julho de 2014. Neste trabalho, há um capítulo que focaliza o movimento Udigrudi.

21. Vídeo sobre a banda apresenta entrevistas com seus primeiros componentes. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hNYF5gHIFRs>. Acesso em: julho de 2014. Uma curiosidade, uma coincidência: quando estava terminando a escrita deste artigo, tomei conhecimento de que a banda (não com todos os componentes originais) se apresentaria após 40 anos, no Teatro Santa Isabel, no Recife (PE).

José Teles, jornalista, autor do livro *Do Frevo ao Manguebeat*, em um texto²² (disponível no coquetelmolotov.com), traduz parte do que representaram aqueles meninos na cena do Recife para sua geração, a começar pelo título: *eu queria ter visto o Ave Sangria na época*. A Banda foi se inventando na cena de Pernambuco psicodélico ou movimento udigrudi, os meninos antenados com uma pulsão de liberdade que despertava os jovens numa cartografia sem fronteiras.

Mas eu queria era ter visto o Ave Sangria, com a formação original. Estar no Santa Isabel, no Perfumes Y Baratchos, nos dias 28 e 29 dezembro de 1975. “Prepare-se que seu coração vai sangrar”, frase no cartaz, que comprei de Rafles, e que está envelhecendo na parede aqui de casa. Rafles foi o “ministro da informação” do Ave Sangria, o conheci, no início dos anos 90, no bar de comida natural de Glauco, na rua da Saudade, quase esquina com Conde da Boa Vista, pertinho de onde ficava a Fun’s. O bar, que Glauco fechou no começo do anos 2000, era conhecido também por O Médico e o Monstro, porque de dia era natureba roots, e à noite, depois das 18h, valia tudo.

Astúcias: inventando vidas livres

A experiência autoritária e os regimes de perfis fascistas imprimem às relações de sociabilidade a condição de medo, revolta, sufocamento. Em um documentário veiculado pelo YouTube, os integrantes da *Ave Sangria* e outros expoentes da cena Udigrudi expressam a vontade de combater a ditadura, de resistir às interdições.

22. <http://coquetelmolotov.com.br/novo/eu-queria-ter-visto-o-ave-sangria-na-epoca/>. Acesso em: 10 de julho de 2014. O título do texto é: “Eu queria ter visto o Ave Sangria na época”. O livro citado desse autor: J. Teles. *Do frevo ao Manguebeat*. São Paulo: Editora 34, 2000. (Coleção Todos os Cantos)

E o silêncio costurado
Na boca de um guarda
E o silêncio costurado
Na boca de um guarda [...]
Não se enterre na solidão[...]
Não se entregue
(Lá fora).²³

Mas foi a música “Seu Waldir” que provocou a censura ditatorial.
O LP foi relançado sem a faixa censurada.

Seu Waldir, o senhor
Magoou meu coração
Fazer isso comigo, Seu Waldir
Isso não se faz, não

Eu trago dentro do peito
Um coração apaixonado
Batendo pelo senhor
O senhor tem que dar um jeito
Se não eu vou cometer um suicídio
Nos dentes de um ódio vou morrer

Estou falando isso
Pois sei que o senhor
Está gamadão em mim
Eu quero ser o seu brinquedo favorito
Seu apito, sua camisa de cetim

Mas o senhor precisa ser mais decidido
E demonstrar que corresponde ao meu amor
Pode crer

23. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ave-sangria/876516/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

Se não eu vou chorar muito, Seu Waldir
 Pensando que vou lhe perder
 Seu Waldir, meu amor...²⁴

Além de aventar a possibilidade de uma sexualidade interdita pela moral ditatorial e cristã, a música estava associada ao humor – traço presente na produção cultural daquele momento, o humor reverberava como algo que poderia significar o avesso da normatividade. Riam-se de si mesmos e do outro, ferindo uma prática do biopoder.²⁵ O humor significava colocar em suspeição as regras de controle, feitas para serem internalizadas por todos. Seu Waldir nunca existiu, Marco Pólo fez a música para ser gravada por Marília Pera e, como a gravação não ocorreu, resolveram incorporá-la ao repertório da Banda. Assim como havia feito com relação ao nome da banda, Marco Pólo inventou uma historinha para a música. Muitos percorreram as ruas de Olinda (PE) procurando o bar de um português gordo, objeto desse amor irreverente.²⁶

A irreverência e a transgressão se faziam na atitude performática, homens de batom e roupas coloridas, cabelos longos e adereços, trocavam bitocas no palco, enquanto cantavam em ritmos que se misturavam e que para alguns soavam como um acinte com suas misturas de ritmos e batidas que desvirtuavam todos os estilos.

Não se iluda, minha calma não tem nada a ver
 Sou bandido, sou sem alma e minto
 Minha casa é o reino do mal
 Meu pai é um animal
 Minha mãe há muito que enlouqueceu

24. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ave-sangria/876519/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

25. M. Foucault. *Microfísica do poder*. Tr. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979; _____. *Nascimento da biopolítica*. Tr. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

26. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hNYF5gHIFRs>. Acesso em: 29 de agosto de 2014.

Só resta eu com a minha faca e a minha nau
Só resta eu com a minha faca e a minha nau
Sou pirata, solitário, sem mais nada
Sem bandeira, sem espada, no mar pra viver
Sangue e vinho derramados no convés
Sons de gaitas, violões e pés
Quando de repente surgem dez canhões
Era o Barba Negra com a sua turma e suas canções
Era o Barba Negra com a sua turma e suas canções
Não me ame, eu não quero ver você assim
Vá-se embora, eu não choro, sei cuidar de mim
Eu não tenho todas essas ilusões e apesar de ter tantos corações
Minha guerra nunca, nunca vai ter fim
Sim, sim eu sei, faço meu sorriso e faço minha lei
Sim, sim eu sei, faço meu sorriso e faço minha lei
(O Pirata)²⁷

No período em foco, ditatorial civil-militar, o Estado atuava na perspectiva do biopoder, captando corpos e sensibilidades pela força bruta, pela ameaça de morte e torturas. Ambas as vias faziam transitar pelas artérias de todos o medo e a vontade de liberdade.

Quando eu botar fogo na roupa
Você vai se arrepender
De tudo o que me fez
Você vai ver meu corpo em chamas
Pelas ruas... Ho, yeah
E o povo todo horrorizado
Iluminado pelo meu fulgor mortal
Eu vou dançar
Girando o corpo incendiado

27. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ave-sangria/866193/>> Acesso em: 12 de julho de 2014.

Até cair no chão
(Corpo em chamas)²⁸

O mesmo sentimento nos versos de Charles Peixoto:

Acertaram o cara no meio da avenida Antônio Carlos
Os tiros ninguém ouviu porque o esporro cobriu
Quantos foram ninguém contou
Três ou quatro flagraram a arma na mão do policial
De onde tava/alto/parecia um atropelado
Na cara do palácio da justiça
Na frente do 127 – estiradão.²⁹

Nessa faixa de turbulências em que estes sentimentos se embaralhavam, focalizo as práticas culturais por meio das quais grupos de jovens se associaram em múltiplas possibilidades que envolveram literatura, poética, música, teatro, comportamentos e formas de relacionamentos capazes de fazer emergir estéticas da existência que investiam na arte da desobediência, quebrando elos da sujeição, deixando visíveis práticas de dominação que se travestiam de naturalidade e produziam a normatividade.

Ao buscar referência na cultura clássica para problematizar as estéticas da existência, Foucault se desloca do presente para o passado num exercício histórico. Considero como um exercício histórico não apenas pelo retorno ao passado, o que é peculiar à sua obra como um todo, porque desenvolve uma cuidadosa pesquisa documental, mas, sobretudo, porque esse retorno ao passado aponta para um exercício histórico na perspectiva das interconexões das temporalidades, imprimindo nas práticas culturais do presente a dinâmica da alteridade.

Produzimos valores para a vida a partir das tradições e da invenção, num amálgama intrincado, envolvido em tensões que denotam as interseções temporais e espaciais nas experiências históricas que

28. <http://letras.mus.br/ave-sangria/1166805/>. Acesso em: em 12 de julho de 2014.

29. C. Peixoto, *apud* S. Cohn, *op. cit.*, 2007, p. 187.

demarcam a vida. Foucault parece buscar em outra espacialidade elementos que ampliam o leque de possibilidades nas escolhas para a vida, corroborando a perspectiva que lhe foi sempre peculiar de uma ausência ontológica, ausência de um destino a ser cumprido.³⁰

A cena cultural no Brasil da década de 1970 nos reporta, através das experiências como as que destaco, para a construção de subjetivações que buscaram criar modos de vida transgressores, rejeitando as culpabilizações, o que significa um posicionamento político, um investimento na arte de ser livre. Guilherme Antunes, em três versos, chama a atenção para “que não seja o medo da loucura / que nos obrigue a baixar / a bandeira da imaginação”.³¹

Contracultura no Brasil na década de 1970: intrínseca relação entre conteúdo e estética.

A contracultura emergiu na década de 1960,³² em várias partes do mundo, referenciada nos EUA e em alguns centros europeus. Embora os ícones que caracterizam o que chamamos de contracultura estejam atrelados a movimentos específicos da América do Norte e parte da Europa, ganharam força como práticas culturais e propostas de vida na confluência de pulsões presentes de forma generalizada, por isso não se limitaram a algumas espacialidades e remetem às inquietações e insatisfações que grassaram por parte considerável do mundo no período pós-guerra, inclusive no Brasil.

A década de 1960 viu predominar na sociabilidade brasileira uma arte engajada, antípoda da perspectiva contracultural, embora com expressivos expoentes questionadores. Sobre a participação

30. M. Foucault. *História da sexualidade*, v. 2: *o uso dos prazeres*. 12ª ed., tr. Maria Th. da C. Albuquerque. São Paulo: Graal, 2007a; _____. *História da sexualidade*, v. 3: *o cuidado de si*. 9ª ed., tr. Maria Th. da C. Albuquerque. São Paulo: Graal, 2007b.

31. G. Antunes, *apud* S. Cohn, *op. cit.*, 2007, p. 194.

32. Afirmar que a contracultura emergiu na década de 1960 é um recurso didático baseado na intensidade dos movimentos e em regimes de predominâncias. Entretanto, muito do que emprestou características ao que se denomina contracultura já se fazia presente em anos anteriores, principalmente na década de 1950.

engajada nos anos 1960, Heloísa Buarque de Hollanda, no livro *Impressões de viagem*, ressalta: “A relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia uma concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata.”³³ Associada aos debates políticos, influenciada pelas mais diversas formas de leitura quanto ao comunismo e socialismo, principalmente do Partido Comunista Brasileiro, a produção artística, com ênfase na literatura, voltou-se para um projeto de revolucionar a realidade, percebendo a arte como trincheira necessária. Um bom exemplo é o manifesto do CPC (Centro Popular de Cultura), de 1962. Um artista poderia se posicionar de três formas diante da sociedade: conformado, inconformado ou como um revolucionário. Mais uma vez recorrendo a Hollanda:

O artista revolucionário popular poderia ser o indivíduo que mora na zona sul [referência ao Rio de Janeiro], trabalha e ganha dinheiro, tem mãe, mas vê que a favela é logo ali e que na porta do seu edifício dorme um mendigo adulto. Sente-se, então, compelido a renegar sua existência de “burguês de doídera tez” para juntar-se ao povo. Sua opção é moral. Sua ação política é um problema de honra e de doutrina. Realiza-se como atitude intelectual pacificadora de uma existência contraditória de escritor de classe média que mora em edifício altíssimo, observando o rico que porta um presunto e os andrajos que crescem na favela. Evangelicamente, ele mitifica o poder de conversão da palavra e seu movimento intencional passa a ser o de comover e culpar; comover pela denúncia da miséria, culpar pelo investimento na suposta consciência crítica e revolucionária do intelectual.³⁴

33. H. Buarque de Hollanda. *Impressões de Viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 15.

34. *Ibidem*, p. 26.

A autora ainda chama a atenção para o debate suscitado por tais posicionamentos diante da arte que dizem respeito à relação entre engajamento e qualidade literária. Considerando as análises benjaminianas, a autora ressalta que não se pode separar em dois polos uma e outra condição: “[...] Benjamim demonstra que o engajamento de uma obra só pode ser politicamente correto se a obra for literariamente correta”.³⁵

Contudo, nem toda cena cultural esteve presa à arte engajada na perspectiva partidária, militante, como tarefa.³⁶ Dentre outros movimentos artísticos, o Brasil da década de 1960 viu emergir o tropicalismo – mais saliente na esfera musical, esse movimento propunha perceber a produção nas artes e, sobretudo, um olhar político de rompimento com os valores éticos e formais. Foi um significativo deslocamento em relação a padrões vigentes da época.³⁷ A década de 1960, principalmente no final da segunda metade e até o AI-5 em 1968, mostrou-se diversificada nas expressões que envolveram música, teatro, literatura e cinema e expressou, através dessas performances artísticas, um universo de inquietações, medos e renovações no que se refere ao que se entendia por sociabilidade e modos de vida.

Parte significativa do que se empreendeu na cena cultural do Brasil na década de 1970 não configurou uma arte engajada nos moldes de tarefas militantes, de arte planfletária, mas demarcou contornos de

35. *Ibidem*, p. 27.

36. Tarefa no sentido das ações que eram cobradas dos militantes pelo Partido ou pelas lideranças de grupos militantes. Foram muitos os grupos no período da ditadura civil-militar brasileira. Quanto aos partidos políticos, lembro que não é algo novo na experiência brasileira. No Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas, os literatos que também eram militantes comunistas se viram ferrenhamente cobrados a praticar uma arte engajada aos ditames do Partido. Graciliano Ramos angustiava-se e vociferava contra a orientação do Partido. Faço algumas considerações sobre a questão em T. Dias Fernandes. *A história e a literatura. Graciliano Ramos e a história*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.

37. Com relação às análises sobre o tropicalismo, existem vários estudos críticos e depoimentos, alguns desautorizam o entendimento do tropicalismo como um movimento e, sobretudo, desautorizam uma expansão dos seus sentidos para além da música. Entretanto, entendo que pelos desdobramentos e pelo que reverberou na produção cultural, é possível vê-lo nessa perspectiva.

uma prática política na perspectiva de uma inscrição de autonomia e de crítica, que emergiu por meio das escolhas de modos de vida. Um encontro não marcado juntou pessoas em torno de um rompimento com a normatividade.

Foi assim que se deram os encontros entre os jovens no Rio que vieram a participar do Nuvem Cigana, e de jovens no Recife que participaram da cena udigrudi. Percorrendo trilhas individuais, movidos pela busca de um modo de vida não convencional, ocupados com suas próprias trajetórias e tentando encontrar formas de se inscrever no mundo que não os impedissem de um cuidado de si. A palavra falada/escrita e a música, respectivamente, abriram a porta principal, pela qual circularam as mais diversas maneiras de fazer arte, como desdobramento de um exercício de subjetivações empreendido pelos que não se viam inscritos nas práticas políticas dominantes à época. Aproprio-me de Foucault para pensar essa história como

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado.³⁸

A década de 1970 trouxe consigo todas essas camadas de historicidade, mas envolta em um ambiente social cuja política reguladora se fazia a partir do autoritarismo. Os que militavam em partidos e grupos políticos revolucionários, os que negavam ambos os caminhos – direita e esquerda militante, produtores diretos ou não de quaisquer meios de expressão artística, estavam, sem exceção, encarcerados pelo regime governamental de uma ditadura.

38. M. Foucault, *op. cit.*, 2007a, p. 13.

Todas as influências, dos hippies, do rock, dos movimentos contraculturais quaisquer que fossem, emergiram filtrados pelas possibilidades dos tempos de repressão. O que desejo salientar aqui é que a década de 1970 no Brasil, no que concerne à produção da cultura e de propostas de modos de vida, projetou-se num exíguo espaço. A criatividade poética e suas referências percorreram subterrâneos para alcançar um lugar no espaço público.

No “Abre Alas”, Sérgio Cohn apresenta Nuvem Cigana como um coletivo que muito contribuiu para alterar toda a cultura do seu tempo, ou seja, os movimentos culturais a partir de meados de 1970.³⁹ A experiência da poética marginal seria responsável pela poesia moderna falada. Afora a poesia popular, e Cohn cita o repente como exemplo, a tradição brasileira, mesmo com os modernistas, se manteve na escrita.

A ruptura com a forma, com a linguagem e com a própria experiência poética redimensiona a relação da arte com as pessoas, produzindo uma interação entre quem faz poemas e quem “curte” o poema. No poema “o é preciso”, de Bernardo Vilhena, citado acima e do qual saliento mais uma vez alguns versos, a palavra fere, é veloz, não foge do conflito, mas, sobretudo, dispensa uma iniciação na cultura formal para ser sentida, para provocar afetos.⁴⁰

a palavra precisa lança o som
à velocidade da luz

é fundamental que o texto entre
olhos e ouvidos

o eco sonoro se instala
guarda a direção da força

39. S. Cohn, *op cit.*, 2007, p. 6.

40. Existe uma vasta discussão na crítica literária a respeito da qualidade da poesia marginal, menciono ao tempo que registro que não me ocuparei desses aspectos neste ensaio.

a trajetória interna da palavra
o momento de ser
o é
Preciso⁴¹

Quanto à materialidade do livro *Nuvem Cigana*, fotos em preto e branco percorrem ângulos da cidade do Rio, nos reportam para outro tempo através dos carros, vestimentas, vendedores na praia, postes de luzes de um iluminar suave. As capas das publicações, rascunhos de poesias e fotos das apresentações, sobretudo, deixam visíveis as figuras humanas. Quase todos magros, fariam a alegria dos padrões estéticos atuais. Cabeludos e vestindo roupas folgadas, biquínis mínimos, camisas abertas.

Ao subirem nos palcos usando batom, ao se tocarem, os “meninos” da banda Ave Sangria marcaram a cena cultural brasileira com irreverência e transgressão. Para Lula Côrtes, a banda foi o melhor exemplo do rock pernambucano e para Jomar de Brito, um gesto de poeticidade.⁴²

Os corpos movimentavam-se e deixavam-se ver. Uma estética de sedução sem apelo erótico. Não anuncia apenas uma sedução sexual, mas de modo de vida, uma ode à liberdade dos sentidos, corpos que pareciam não ter raízes, pareciam flunar soltos, em suspensão pelo mundo – ruas e estradas. Aqueles jovens desejavam reinventar a vida e emprestar vida às palavras. Foucault, no volume II da *História da sexualidade*, ao discutir o desejo e sua relação histórica com a sexualidade, afirma:

[...] parecia difícil analisar a formação e o desenvolvimento da experiência da sexualidade a partir do século XVIII, sem fazer, a propósito do desejo e do sujeito desejante, um trabalho histórico e crítico. Sem emprender, portanto, uma “genealogia”. [...]

41. B. Vilhena. In: S. Cohn, *op. cit.*, 2007, pp. 159-160.

42. <https://www.youtube.com/watch?v=hNYF5gHIFRs>, acesso em: agosto de 2014.

analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos do desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade do seu ser, seja ele natural ou decaído. Em suma, a ideia era pesquisar, nessa genealogia, de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo.⁴³

Como movimentos inseridos na contracultura, os aqui enfocados compartilham aspectos e perfis gerais no universo das contestações e transgressões que propuseram rupturas em vários níveis e em vários locais ao mesmo tempo. Como especificidades da experiência histórica brasileira tais elementos foram associados à situação específica de autoritarismo interno. É significativo salientar que desde a década de 1950, as gerações do pós-guerra engendraram de diversas maneiras práticas sociais e individuais que emergiram da inquietude juvenil associada ao fim das certezas de uma cultura ocidental dominante.

A razão humana, a partir de uma herança do iluminismo, foi se consolidando com os avanços das ciências e aparatos tecnológicos e sustentou, por um longo espaço de tempo, a convicção de que seria o caminho, único caminho, de libertação dos humanos dos grilhões servis, quaisquer que fossem. Mas essa mesma racionalidade foi também a que produziu um monturo de misérias. Lembrando Walter Benjamin, todo monumento ao progresso é também um monumento à barbárie.⁴⁴ A noção de civilização⁴⁵ revelou-se um discurso político e/ou apropriado pela política para aprisionamento da criatividade

43. M. Foucault, *op. cit.*, 2007a, pp. 11-12.

44. W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e ensaios da cultura*. Tr. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

45. N. Elias. *O Processo Civilizador*. Vol. I e II. Tr. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994/1993, respectivamente.

cultural e do controle dos corpos. Já no século XIX, em *Assim falava Zaratustra*, Nietzsche delineava as suas reflexões problematizando a ideia de progresso e de civilização.⁴⁶

Os movimentos que entendemos como contraculturais, a despeito de suas especificidades, guardam em comum o desejo, a necessidade premente de um grito de guerra, um grito de alerta contra uma racionalidade que privilegiou o viés autoritário, excludente, o qual, ao se sair vitorioso da empreitada proposta, retirou a proteção que encobria a experiência histórica, deixando ver a destruição.

Pode parecer contraditório ressaltar a perspectiva da repressão ditatorial da época com o percurso percorrido pelos poetas marginais no Rio e pela banda Ave Sangria no Recife. Embora estivessem sujeitos ao regime geral de censura, poucas vezes foram alvos diretos de intervenção. Em larga medida, foram considerados transviados, perniciosos ao bom andamento familiar, mas o controle familiar sobre os jovens parecia ser suficiente. Apenas quando a música “Seu Waldir” colocou a banda Ave Sangria entre as mais ouvidas é que houve uma intervenção direta. Sobre esses jovens incidia mais intensamente a rejeição moral, o julgamento de uma moral conservadora.

Primeiro as pernas voaram
De borracha, de nada
Ou músculo leve
Salto livre
O suficiente pra plantar
E o corpo todo foi atrás

Em cima, embaixo
Dos lados, no meio
Centro do mundo

46. F. Nietzsche. *Assim falava Zaratustra*. Tr. Mário Ferreira dos Santos. São Paulo: Vozes, 2008.

E os violões brilharam sobre a noite
Enquanto as lâmpadas de mercúrio
Iluminaram a praça

E os olhos abertos
E o sorriso.⁴⁷

A estética irreverente constituiu o passaporte para exposição das novas percepções. Os versos das músicas e poemas utilizavam uma linguagem diferenciada e chocavam os cânones poéticos da época, mas também estavam impressos nas indumentárias, nos corpos e no comportamento, como nos versos da música “Momento na praça”, da banda Ave Sangria, a arte de existir de corpo inteiro, o exercício da busca de liberdade, marcando dessa forma uma participação política no período autoritário.

47. letras.mus.br/ave-sangria/876517/. Acesso em: setembro de 2014.

Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente

Leonardo Sá

Uma ordem política que não estivesse inscrita na ordem social seria uma mera abstração. E, por sua vez, uma ordem social que não estivesse inscrita, enraizada, na ordem dos corpos do conjunto heterogêneo de indivíduos e coletivos que compõem o espaço sociocultural mais amplo seria ineficaz. Não haveria de durar, de perdurar politicamente, de se fazer reconhecer como necessária, como não arbitrária. A sociologia da ordem é uma análise sociocultural dos corpos que a encarnam, que a reproduzem e a contestam. Então, caso uma ditadura não realizasse com todas as armas políticas, burocráticas e autocráticas o investimento no trabalho policial e biopolítico de dominação pelo corpo, ou seja, por meio de uma incidência inscritora sobre a corporalidade dos indivíduos na sua relação com o Estado policial e a governamentalidade biopolítica,¹ não haveria de seduzir as massas para a aliança que mantém, sustém e opera o funcionamento do amplo sistema de tortura, de crueldade, sem o qual uma ditadura adentraria na insustentável instabilidade de um regime de pura violência, o que não é o caso de uma ditadura com apoio popular, apesar das oposições ativas, questionando o consenso desse apoio.

1. M. Foucault. *Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. Tr. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

“A ordem social se inscreve nos corpos”.² Caso não ocupasse o espaço de memória dos corpos com suas inscrições, escarificações, torturas, crueldades e medos, a ditadura perderia seu principal substrato, o assujeitamento pelo medo. Uma ditadura é uma experiência histórica baseada na ordem do silêncio e do esquecimento da historicidade de sua gênese. Desse modo, uma ditadura faz suas imposições pelo modo como os corpos são socialmente produzidos nela e para ela, ou seja, para que esses corpos desempenhem o reconhecimento imediato, como identificação com a ordem dada, ditada, que se faz pela aprendizagem autoritária das figuras superiores, algo que passa pelo corpo assujeitado, condicionado à pronta aceitação da hierarquia de voz. É o modo como uma ordem social autoritária se inscreve nos corpos, no campo dos afetos, dos sentimentos, das sensibilidades, que faz da história de uma ditadura uma questão de intimidade cultural, que atravessa a estrutura social e suas divisões.

Esse ensaio busca discutir algumas das possibilidades imaginativas para um conceito sociológico de ditadura, apenas um esboço de algo a ser pensado coletivamente em debates com redes de pesquisa e fóruns de discussão política, e toma como contexto histórico a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O escopo do texto é heurístico. Crítico e heurístico. Uma experimentação conceitual que prepara o terreno para práticas vindouras de conhecimento (com elas e a partir delas). As bases da reflexão são, como se verá a seguir, pesquisas sobre a formação dos policiais brasileiros, apenas um mote, uma ancoragem para o exercício de imaginação conceitual proposto, que é o objetivo principal do texto.

O lugar de pesquisa e a ancoragem empírica para a reflexão

Durante os últimos 20 anos, tenho participado da formação do campo de estudos da violência no Brasil, primeiramente como estudante (dezesseis anos de formação para a pesquisa na área), e agora como

2. P. Bourdieu. *Meditações pascalianas*. 2ª ed., tr. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

profissional efetivo da universidade (nos últimos quatro anos), mas, nos dois casos, como membro pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará, coordenado pelo meu orientador de tese e hoje colega, César Barreira, um dos pioneiros do campo de estudos em questão.³ Digo isso com a finalidade de situar o lugar a partir do qual falo como pesquisador. Afinal, o contexto histórico da ditadura civil-militar brasileira perpassa praticamente todos os objetos de pesquisa da rede a que pertencço. Com essa rede nacional de colegas do INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã, composto por grupos de pesquisa de seis instituições, USP, UFRJ, UFRGS, Fiocruz, UnB, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e UFC, estudamos as prisões, as polícias, as dinâmicas criminais e as políticas de segurança pública no Brasil. Por isso, essa nossa produção coletiva está recortada de ponta a ponta pelo impacto dos governos autoritários da longa ditadura brasileira, sobre os destinos desses temas e problemas do crime, da segurança pública, da violência policial, da violência nas prisões etc., para o período pós-constituição cidadã de 1988, marco de um processo de reorientação normativa da sociedade brasileira no sentido de sinalizar para uma vida coletiva organizada segundo a ideia de democracia.

No contexto da transição democrática brasileira, a tortura nas prisões, a violência policial no cotidiano das grandes cidades contra pobres, negros e moradores das periferias em geral, a atuação de grupos de extermínio formados por policiais, a ausência de controle externo das atividades que compõem o circuito das práticas da justiça criminal, entre outros temas da agenda política dos segmentos que militavam em prol da redemocratização do Estado, após o período da ditadura civil-militar, foram os pontos principais que compuseram os discursos críticos contra o chamado “entulho autoritário” do Estado

3. R. S. Lima, J. L. Ratton (orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo/Urbania: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ANPOCS, 2011.

no Brasil.⁴ Neste sentido, os debates acadêmicos que deram origem ao campo de estudos da violência e da conflitualidade, no qual me situo, estão historicamente conectados a esses debates públicos mais amplos, centrados nas questões da violência e da cidadania e do controle democrático do crime no contexto de redemocratização do Brasil.⁵

As graves violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar autoritário motivaram a transformação do tema da violência em um problema público. As militâncias acadêmicas de cientistas sociais brasileiros desde fins da década de 1970, mas principalmente a partir de 1980, consolidando-se na década de 1990, estão indissociavelmente orientadas para a construção de modelos de interpretação da violência brasileira e para a superação do autoritarismo, o que em alguns casos tem inclusive motivado um viés normativo da produção de conhecimento disso, exigindo constante vigilância epistemológica para evitar a normatização da própria produção, de acordo com parâmetros políticos, em detrimento do processo de descoberta.

A violência nas prisões, envolvendo a relação entre presos políticos e presos comuns, o sistema da tortura na repressão realizada nos porões da ditadura e a violência policial cotidiana nas grandes cidades ganharam força no cenário de discussões da vida social brasileira e também, por assim dizer, pleno direito à cidadania

4. Da extensa literatura já produzida sobre as questões da transição democrática na América Latina, gostaríamos de remeter o leitor ainda não familiarizado com o debate para os artigos de Pinheiro e de O'Donnel que funcionam como boa porta de entrada, entre várias outras possíveis (P. S. Pinheiro. "Autoritarismo e Transição". *Revista USP*, v. 9, 1991; G. O'Donnel. "On the state, democratization and some conceptual problems: A Latin American view with glances at some post communist countries". *World Development*, v. 21, n. 8, 1993, pp. 1355-1369). César Barreira analisa o problema mais amplo da transição democrática no Brasil no contexto específico das mudanças políticas e institucionais das políticas de segurança pública no Ceará, o que oferece o quadro mais amplo para o tipo de pesquisa que realizei sobre a formação policial militar neste estado: C. Barreira. "Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, 2004, pp. 77-86.

5. A. Zaluar. "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 3, 1999, pp. 03-17.

epistêmica no campo científico brasileiro.⁶ Polícia, prisão, justiça, crime e segurança formaram uma agenda tópica que unificou esse esforço coletivo.

No Brasil, as ações dos policiais militares costumam ser tão truculentas e letais que se desenvolveu na população um sentimento generalizado e difuso de medo da polícia frente às graves violações de direitos humanos por ela efetivamente perpetrados.⁷ Essas práticas autoritárias da polícia militar não existem no vazio, ao contrário, estão inseridas no contexto de formação histórica da relação de repressão do Estado brasileiro frente às camadas populares, desde os primórdios de formação da Guarda Real de Polícia, transmigrada juntamente com a família real portuguesa para o Brasil, cujo modelo funcionou até o final do Império e deixou profundas marcas nos modelos das forças policiais estaduais que seriam reformadas pelos períodos republicanos. A história da truculência policial brasileira, de suas práticas e do seu campo institucional é de longa duração e foi contada de modo aprofundado por Thomas H. Holloway,⁸ a quem estamos recorrendo nestas referências apenas tangenciais à história social das polícias no Brasil.

Ocorre com a ditadura todo o reaparelhamento da polícia militar brasileira sob a centralização do Exército. Por isso, tomamos esse recorte como marco da análise, uma vez que é o recrudescimento do “poder militar” que irá promover essa convergência entre polícia e militarismo intenso, gerando esse dilema da transição democrática brasileira a partir de 1985 como um embate entre autoritarismo e democracia.⁹

-
6. S. Adorno, C. Barreira. “A Violência na Sociedade Brasileira”. In: C. B. Martins, H. H. T. Martins (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla, 2010.
 7. N. Cardia. “O medo da polícia, o medo do policial e as graves violações dos direitos humanos”. *Tempo Social*, v. 1, 1997, pp. 1-10.
 8. T. H. Holloway. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
 9. J. Zaverucha. “Poder militar entre o autoritarismo e a democracia”. *Política Hoje, Brasil*, v. 15, 2001, pp. 8-30.

Com o fim da ditadura, as ações dos militares estaduais que compõem forças policiais passaram a estar sob a alçada dos governadores dos estados da República Federativa do Brasil. Todavia, antes da democracia, o Exército, em nome de um governo militar centralizado federal, comandava diretamente essas forças estaduais para evitar, entre outras razões, que governadores fizessem uso direto de tais aparatos. É, por conseguinte, contra o pano de fundo do modelo instituído pela ditadura militar que a crise da formação dos policiais militares enquanto questionamento do militarismo, como universo simbólico de princípios incorporados de divisão e visão do mundo social entre as categorias militar e civil, precisa ser lida.

O chamado espírito de corpo militar é explicitamente o principal objetivo da educação policial militar, e para entendê-lo, precisamos pensar, com o apoio das análises de Norbert Elias¹⁰ sobre o caso histórico da Alemanha, que há momentos de militarização generalizada da vida social que podem ser significativamente abrangentes, como o que ocorreu nas ditaduras militares latino-americanas. Os questionamentos realizados no contexto da democratização do país põem em xeque não apenas os princípios organizacionais dos aparatos policiais militares de educação tais quais instituídos sob o comando direto do Exército no regime militar autoritário, mas, metonimicamente, remetem à “crise de identidade” da própria Polícia Militar,¹¹ bem como às tentativas de transformar um país inteiro em um “grande quartel”, de acordo com cosmovisões militarizadas e tecnocratas, como ocorreu na América Latina.

É importante enfatizar que esta crise específica no contexto das escolas policiais, ligada à educação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento de quadros, precisa ser lida no contexto mais amplo da crise de um modelo de ensino da conduta policial plasmado à semelhança do tipo de ensino operado pelo Exército brasileiro em

10. N. Elias. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

11. J. O. Muniz. “A crise de identidade das polícias militares: dilemas e paradoxos da formação”. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, 2001, pp. 187-198.

suas escolas corporativas.¹² A forma autoritária do militarismo, com formação marcial, centrada na disciplina do corpo como máquina de guerra, a ordem unida, a mística militar, enfim, aquilo que os próprios atores sociais estudados por nós chamam de “militarismo”, fez da Polícia Militar no Brasil um mecanismo auxiliar do Exército na luta de contrainsurgência frente aos grupos revolucionários da esquerda armada cuja repressão foi extensiva aos movimentos populares pacíficos de oposição ao regime. Ou seja, o modelo de formação do policial militar, principalmente, mas não apenas, foi orientado para os valores e práticas característicos do éthos soldadesco de combate ao inimigo interno, herdado do espírito de corpo militar ao longo da ditadura militar brasileira e ideologicamente informado, justificado e resguardado pela Doutrina da Segurança Nacional.

Se, como dizia Goffman, “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob as diferentes autoridades e sem um plano racional geral”,¹³ o padrão de carreira do policial militar vai de encontro a essa tendência. O contexto da profissão se distancia das características e dinâmicas das categorias ocupacionais civis, gerando um forte estranhamento por parte do militar frente a essas dinâmicas e às liberdades individuais e ao

12. No Brasil, o principal modelo de Academia Militar que iria se tornar a referência para a constituição das academias policiais militares, foi o da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Celso Castro fez um relato etnográfico da vida social na AMAN que inspirou nosso trabalho de pesquisa. Neste mesmo trabalho, ele dedica um dos capítulos a apresentar a história da Academia Militar no Brasil desde 1810. Em trabalho posterior, Castro utiliza um recorte histórico relacionado ao primeiro período republicano brasileiro (1889-1930), propondo interpretações antropológicas sobre a relação entre cultura, ação política, e descrevendo como as missões militares francesas, alemãs e norte-americanas disputavam no contexto brasileiro a hegemonia do modelo de formação militar das Forças Armadas. Esses trabalhos revelam a profundidade histórica do problema do autoritarismo na formação dos militares brasileiros e sua complexa relação de adesão aos ideais republicanos. C. Castro. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; _____. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

13. E. Goffman. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

individualismo que lhes são próprias. Em vez da identificação com o mundo civil ser estimulada, ocorre, ao contrário, uma incitação por parte dos esquemas de formação para que os policiais militares vejam o civil como desleixado, vagabundo e potencialmente ofensivo à ordem, ou seja, como inimigo do Estado. Uma função que poderia ser eminentemente civil, como a de policiar o cotidiano da cidade, torna-se um teatro de operações, onde a guerra é o padrão de conduta esperado do policial em relação ao combate ao crime, à desordem e à quebra da disciplina e da hierarquia social.

Foram figuras subjetivas de soldados, marcadas pela marcialidade da vida na caserna, que tiveram a pretensão de reduzir a heterogeneidade de estilos de vida e de visões políticas a um princípio unificador, o do quartel. Mas nisso foram utópicos e engolidos pela complexidade do funcionamento da sociedade brasileira.

Quando realizei pesquisas na antiga Academia de Polícia Militar do Ceará,¹⁴ meus interlocutores foram os cadetes que, como figuras subjetivas de futuros oficiais, estavam passando por intenso processo de socialização profissional militar, em muitos casos, sob a supervisão direta de instrutores da linha dura da PM, ou seja, integrantes da velha guarda, recrutados e treinados na década de 1970 pelo Exército brasileiro para fazer atividades antiguerrilha em apoio às forças armadas – incluindo espionagem, repressão e tortura –, contra movimentos sociais. Os cadetes, sendo treinados a partir de uma visão de mundo ditatorial, e diante desse paradoxo, falavam de um choque de futuro, do enigma da esfinge, do “decifra-me ou te devoro”, para se referirem à situação em que se encontravam no processo de democratização, treinados para atuar com os padrões da ditadura numa sociedade que pretendia se democratizar.

Segundo alguns cadetes e oficiais, a sociedade brasileira havia mudado, queria-se democrática. A maioria não refletia sobre isso. Aliás, absorviam com pouca reflexão os padrões de sentimento social dos instrutores ligados à ditadura. As expectativas sobre uma nova

14. L. Sá. *Os filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

polícia pressionavam as estruturas do ensino herdadas do militarismo e do autoritarismo da década de 1970, baseadas na noção de que o policial é, enquanto homem armado, respaldado pela lei e investido de autoridade pública estatal, um filho do Estado a que deve honrar e defender de inimigos, com a própria vida, se preciso for, sejam eles criminosos comuns ou agitadores e militantes políticos.

Nessa cosmovisão, militantes de direitos humanos eram percebidos como o “inferno” dos policiais, eles faziam parte das levas de “baderneiros” que ameaçam a “paz e a ordem social”. Havia oficiais instrutores da antiga Academia que, após a queda do muro de Berlim, mantiveram mentalidades linha-dura do anticomunismo ferrenho que tomou conta do Exército e da PM durante décadas, fazendo, como já fiz notar, da instrução policial militar um bastião para a reprodução de uma moldura de experiência imersa nos princípios da doutrina da segurança nacional sob cujos auspícios fez-se a unificação das polícias militares no Brasil pela ditadura na década de 1970.

O raciocínio era simples, ou um simplório maniqueísmo, mas coerente do ponto de vista da análise interna desse discurso linha dura. Diziam mais ou menos o seguinte: se nós, os policiais militares, somos os defensores do Estado, da ordem pública, do cidadão de bem, dos bons costumes, da boa sociedade e da segurança pública, quem nos ataca defende o crime, os desordeiros e os direitos humanos dos bandidos.

Em sala de aula não eram raros os discursos de oficiais instrutores fazendo pregação anticomunista, usando como exemplo de luta antiguerrilha o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como o grande inimigo interno contra o qual a PM teria de se bater, e contra o qual de fato se bateu em diversas ocasiões, ocasionando eventos drásticos, perseguições e até mortes de militantes do MST. De um modo um tanto impressionista, oferecemos essa imagem do pensamento conservador do oficialato para vislumbrarmos um tema fortemente politizado na sociedade brasileira, o tema da continuidade ou não da militarização policial.

Com a crise do ensino policial militar dos anos 1990 e 2000, estamos lidando com o que propomos chamar de desincorporação

de um *habitus* militarista na formação dos oficiais da Polícia Militar (PM), o que afeta o todo da cosmovisão militarista. De um lado, reconhecemos o limite dessa aproximação restrita apenas aos quadros do oficialato, deixando de lado o universo de formação de soldados. De outro, pensamos ser relevante enxergar a dinâmica própria dessa mudança de mentalidade, pois isso traz implicações gerais para o funcionamento das relações de poder na organização policial militar, inclusive do ponto de vista da gestão do espaço coletivo interno por meio de mecanismos de controle social de tipo militarizado, que é a marca da estrutura de comando contra a qual uma série de movimentos grevistas, paradistas e reivindicatórios das bases dos soldados têm se debatido nas últimas duas décadas, pelo menos, o que nos exige novas incursões de campo e também novas rodadas de entrevistas em profundidade sobre o impacto das greves na mentalidade dos oficiais. Diversos oficiais usam o termo “choque de futuro”, com que se acham desafiados a pensar os novos rumos da PM no Brasil. Antes de retornar a esse ponto, precisamos visualizar o contexto anterior para o qual há reivindicações de mudanças.

Para que se tenha uma ideia de como funcionava esse modelo militarista na prática cotidiana de uma Academia de Polícia Militar, vamos oferecer uma rápida e sintética descrição, baseada no relato etnográfico completo e nas atualizações que fizemos dele ao longo de uma década por meio de entrevistas com policiais militares e da observação direta dos novos contextos de educação policial militar.

No final da década de 1990, cadetes, oficiais e instrutores da Academia de Polícia Militar manifestavam categorias simbólicas reveladoras da dificuldade em fazer convergir essa aprendizagem militarista no quartel e a cotidiana nas ruas, no trato com a população civil em rotinas de policiamento ostensivo. Eles apresentavam uma diferença de percepção perante o dilema de ter “visão de escola” ou ter “visão de rua”. Havia ceticismo e alguma frustração em suas falas, acordos e desacordos, quanto ao mérito da discussão. Para que serviria na prática, afinal, ter visão de escola, quando munição lhes faltava para aulas e prática de tiro? – indagavam-se muitos. O que adiantaria

ter visão de rua, mas continuar atuando com um modelo de polícia autoritário que a sociedade não aceita mais? – indagavam-se alguns. Apesar disso, quase todos se orgulhavam de sua escola de formação.

O quartel da Academia de Polícia Militar do Ceará, apesar dos escombros de seu espaço físico, continua a ser elemento decisivo da memória coletiva da corporação. Tratava-se de um lugar central para a construção da identidade social do oficialato, do seu orgulho e de sua dignidade como soldados profissionais da segurança pública. Era um espaço de rituais de instituição, onde os cadetes aprendiam a visão de mundo, o *éthos*, o *habitus* e o estilo de vida considerado próprio à condição de oficial da PM. Era, enfim, um lugar de construção da disciplina e da autoimagem do oficialato, de constituição de visão de comando e, conseqüentemente, da noção de grupo corporado do oficialato. Em 1990, apenas uma minoria de policiais alertava para a necessidade de mudança de mentalidade em relação a isso.

As formas do pensamento social de cadetes, oficiais e instrutores operam com categorizações simbólicas reveladoras de suas práticas profissionais. Na dificuldade em fazer convergir aprendizagem no espaço escolar e a informal no cotidiano das atividades de policiamento, eles apresentavam uma divisão, uma barreira quase intransponível, entre a “visão de escola” e a “visão de rua”, uma espécie de fronteira mágica. Havia ceticismo e frustração em suas falas sobre a possibilidade de superação dessa fronteira. Investidos de uma visão de escola que de pouco ou nada serviria na prática cotidiana das ruas, lamentavam as deficiências relativas à falta de investimento no treinamento propriamente dito que os tornariam competentes para a atividade de policiamento. Para aulas de tiro, por exemplo, faltava munição na Academia. Apesar disso, a maioria se orgulhava tenazmente dessa escola de formação, onde nascia o futuro da PM e eram produzidos socialmente seus futuros oficiais, portanto comandantes, a partir de um trabalho de modelação do *self* de seus neófitos, os cadetes da PM.

Todavia, à época da pesquisa de 1990, como já aponte, nossos entrevistados falavam de um choque de futuro como um elemento amplo da sociedade. Todavia, não havia acordo sobre suas adesões

ao novo cenário e aos novos valores. De um lado, cadetes classificados por colegas como “bacharéis de farda” tendiam a adotar discursos inovadores sobre as exigências de uma polícia cidadã, defendendo a legalidade de um Estado Democrático de Direito. Direitos humanos, mesmo entre esses, era um tema tabu. Eram uma minoria. De outro, a maioria, cadetes sob a influência dos militaristas, influenciados por oficiais operacionais extremamente dedicados à missão de “preservar” a ordem pública, até mesmo com o sacrifício de suas próprias vidas, como reza seu juramento sob o batismo das espadas, um ritual de consagração dos três anos que os cadetes dedicavam em regime de semi-internamento ao Curso de Formação de Oficiais (CFO) do qual saíam como aspirantes a oficiais.

Esse modelo de oficial era o do homem de rua, do homem operacional, que mostrava serviço no cumprimento de sua missão. Muito dedicado, mais militarista, mais líder em relação à tropa, mais vibrante e mais compromissado com as razões de Estado. Ótimos servidores, mas não para o exercício do policiamento numa sociedade democrática. É preciso ressaltar que entre os bacharéis de farda também havia homens de rua, policiais operacionais, respeitados pelos colegas por simultaneamente terem formação intelectual elevada e competência policial no teatro de operações. O que tornava a compreensão desse universo de educação policial militar mais difícil era outro par de categorizações simbólicas expressas pelos termos “matador” e “moita”. Policiais matadores, como alguns jogadores de futebol matadores, são aqueles que, além de operacionais, de rua, são temidos, pois são guerreiros, antes de soldados. Policiais moitas, como alguns professores da universidade, ou alguns membros do judiciário, do legislativo e do executivo (ou seja, em qualquer lugar), escondem-se da atividade-fim, apegando-se à atividade-meio, obtendo benesses políticas em um sistema de apadrinhamento político. São aqueles que não trabalham, apenas cuidam de suas carreiras de prestígio junto às instâncias de poder e de mando. Atuam com pistolões.

A ditadura como ordem de silêncio e esquecimento

Depois desse relato resumido sobre a análise de um dos objetos de pesquisa a que tenho me dedicado em torno das práticas autoritárias persistentes e sistemáticas das polícias militares no Brasil, gostaria de retomar o núcleo da argumentação esboçada no início do texto e tecer as considerações heurísticas lá anunciadas.

A ordem é uma palavra de ordem para o corpo social, antes de sê-lo para o corpo político no sentido clássico: que é o dos partidos, dos sindicatos, do banco central, do parlamento e do campo profissional da política em sua extensividade desconcertante, que chega inclusive à representatividade política de um síndico de condomínio. Afinal, durante a ditadura militar-civil brasileira, os síndicos de condomínio atuavam em forte proximidade com policiais e com o aparelho de repressão política, da polícia política, justamente para identificar os fluxos de pessoas que pudessem ser consideradas suspeitas de subversão. O controle do mercado imobiliário e dos fluxos de informação sobre locais de moradia por aluguel é uma peça importante desse quebra-cabeça que envolve a vigilância tirânica de todos contra todos. É um exemplo concreto de um detalhe que pode ser explorado analiticamente em pesquisas sobre como pessoas comuns (síndicos, porteiros, zeladores, vizinhos etc.) funcionaram como colaboradores de uma rede de apoio à repressão policial do regime. É contra as forças subterrâneas da subversão, esse centro da paranoia dos governos autoritários, que os desejos colaboracionistas da pessoa comum são acionados, mobilizados, fazendo funcionar a rede de informantes sem a qual a polícia praticamente nada faria. Sem essa adesão de base, o Estado policial soçobriria em sua utopia de vigilância total.

Como argumenta Aarão Reis,¹⁵ um dos pontos de maior interesse nas discussões sobre memória e história da ditadura civil-militar brasileira é a questão dos silêncios: silêncio sobre a tortura e os

15. D. A. Reis. "Ditadura, anistia e reconciliação". *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jun. 2010.

torturadores, silêncio sobre as propostas revolucionárias da esquerda e silêncio a respeito dos apoios da sociedade brasileira às concepções, valores e práticas da vida social brasileira sob a ditadura; silêncio, portanto, sobre os apoios que garantiam legitimidade (no sentido sociológico) à ditadura. A força da crença social sustentou a ideia de ditadura como resposta adequada para a situação social brasileira. As oposições, que são muitas e sempre existiram, são mais bem conhecidas do que a ampla e extensa rede de apoio à ditadura, composta por uma maioria social, nem sempre silenciosa ou unânime, como enfatiza Daniel Aarão. Segundo ele, seriam três os momentos relevantes para visualizar esse apoio, que é o ponto que mais nos interessa nessa discussão: a) Marcha da Família com Deus pela Liberdade; b) altos índices de popularidade do presidente Médici no período mais duro da repressão política; c) votações consideráveis da ARENA, inclusive no final da década de 1970, com a ditadura já desgastada em sua representação pública.¹⁶

Na base do apoio popular à ditadura, parece haver uma relação que vai da sedução pelos apelos de ordem e hierarquia à força com que a ditadura realiza ameaças contra elementos estranhos ao regime, opositores abertos ou não, com uma satisfação diante da relativa ameaça de morte subjacente ao funcionamento do modelo militarizado de vida social.

A ameaça de morte é o recurso último de qualquer sistema de dominação, não há sistema de ordens em que essa não seja uma das principais moedas do exercício do poder. E é a situação dos sobreviventes que define a experiência do medo como instrumento da política. Sobrevive-se ao medo instilado por um sistema de tortura que funciona de modo paranoico na busca de identificação do inimigo, aquele que está em toda parte. Neste sentido, as ditaduras são paranoicas, são caixas de ressonância de uma paranoia baseada no reforço máximo da tirania coletiva, onde o medo do estranho é levado às últimas consequências. Durante uma ditadura, a sociedade padece

16. *Ibidem*, p. 174.

dessa “doença de poder”, para usar a expressão de Canetti, que é a paranoia.¹⁷

Os estranhos, os diferentes, do ponto de vista totalizante de uma ditadura, são pessoas incômodas que precisam ser vigiadas, segregadas. A morte do estranho passa a ser desejada. Os estranhos e suas diferenças passam a ser imaginados de modo cruel como um campo de cadáveres. Sem o desejo da morte da diferença, não há ditadura. A ditadura é da ordem dos desejos, dos desejos perversos que são as perversões da ordem. A face assassina do poder torna-se o princípio de organização de uma política sem política, de uma despolítica da política. Todavia, como discute Hannah Arendt,¹⁸ a disciplina e a hierarquia das organizações militares não são capazes de isoladamente, por si mesmas, gerar estruturas políticas, mesmo que autoritárias. A adesão das massas ao desejo do desejo de ditadura é uma estratégia central, sem a qual uma ditadura, como a sustentada pelo regime militar com ancoragem em estruturas civis, não teria durado vinte e um anos, produzindo efeitos no modo de atuar do complexo institucional do Estado por mais de trinta anos depois de oficialmente encerrada. Não haveria, por exemplo, brutalidade policial sistemática contra pessoas na vida cotidiana ou contra pessoas que protestam politicamente contra o regime da ditadura, se essa brutalidade policial não fosse validada pela crença social de uma maioria silenciosa que tem horror aos estranhos.

O desejo de submissão, de obediência, de ser dominado, que tem sido o desejo do que se sugere com essa imagem de uma maioria silenciosa, pode ser mais decisivo do que a vontade de poder para o funcionamento do campo político.¹⁹ Sem rede de apoiadores, sem articulação da opinião pública, sem um investimento intensivo no desejo de consentimento da maioria, sem um sistema de tortura, a

17. E. Canetti. *Massa e poder*. Tr. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

18. H. Arendt. *Origens do totalitarismo*. Tr. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

19. H. Arendt. *Sobre a violência*. Tr. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ditadura não teria sido possível. Uma ditadura capaz de durar duas décadas e de decidir a configuração estatal mesmo três décadas após oficialmente terminada, é uma tirania coletiva desejada por um grande número, de forma que “a vontade de poder e a vontade de obedecer estão interligadas”, para usar uma elaboração de Stuart Mill²⁰ que Arendt considera um ponto de partida importante para o estudo das reversões entre poder e violência no campo da política. Deste modo, para pensar criticamente os sentidos da ditadura no Brasil, e o momento presente está muito fértil para isso, como discutirei mais adiante, é preciso levar a sério a questão das bases sociais da revolta e da obediência no sistema social, como fez em trabalho já clássico Barrington Moore Jr.²¹ para o caso alemão. Sem uma massa hostil às inovações políticas que pregam transformações, massa hostil cujas identificações com as classes dominantes são mais íntimas do que se poderia imaginar à distância, o regime policial e político (política como gestão) não se sustentariam, mesmo com o uso da pura violência. O controle acirrado realizado por uma ditadura é o controle da voz que fala com pretensão de falar fora da massa hostil a si mesma. É o controle das vozes que garante a dominação, é poder silenciar a voz que fala fora do enquadramento da massa hostil ao estranho e obediente às camadas dirigentes e seus representantes, o que conta decisivamente é o exercício do “poder sobre a vida e a morte dessas vozes”²² dissonantes, subterrâneas, estranhas, diferentes, que fogem aos esforços de orquestração da voz que funciona como caixa de ressonância da ditadura, a voz dos quartéis, mas também das donas de casa, das famílias, das mulheres e dos homens que desejam ordem, hierarquia, nos escritórios, nas empresas, na própria ordem mental da ditadura. É o horror ao devir, a proibição do movimento e do fluxo, da metamorfose, de transformação,²³ o medo de perder o lugar de

20. *Apud* H. Arendt, 1994, p. 34.

21. B. Moore Jr. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. Tr. Roberto Martins Filho São Paulo: Brasiliense, 1987.

22. E. Canetti, *op. cit.*, 2005, p. 395.

23. *Ibidem*, p. 382.

onde desejar o desejo de obediência frente à vontade de poder de um ditador, é esse tipo de horror à mudança que faz da ditadura uma experiência de limitação dos movimentos sociais e culturais em seu devir minoritário.

Um governo ditatorial pode promover um banho de sangue, aliado à estrutura política de consentimento da maioria silenciosa assentada no medo e na vontade de obediência civil. O que faz uma ditadura perdurar é o uso de instrumentos de violência do Estado, polícia e forças armadas, ancorados nas bases da crença daqueles que desejam o desejo de Estado autoritário. A pura violência não faz uma ditadura existir ao longo de duas décadas. A pura violência é o sintoma final da perda do poder, é o esfacelamento final da estrutura de poder. Seguindo de perto a argumentação de Hannah Arendt, pode-se inferir que uma ditadura como a civil-militar brasileira precisa recorrer mais ao terror do que à pura violência:

Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis; e a questão desta obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência.²⁴

A despeito da insistência analítica com que Hannah Arendt²⁵ distingue as formas da tirania, da ditadura e do despotismo ante a lógica própria dos governos totalitários, é preciso lembrar que essa distinção é heurística; são configurações de domínio, pois é o uso generalizado do terror que vai fazer a diferença nesse ponto. De qualquer modo, tanto as ditaduras quanto os totalitarismos fazem das medidas de terror e de medo inspirado pelo terror seus mecanismos próprios de atuação. No totalitarismo, porém, a generalização do terror atinge a própria base de apoio do regime num sistema de suspeição generalizada. Uma diferença de grau, não de substância histórica.

24. H. Arendt, *op. cit.*, 1994, p. 39.

25. H. Arendt, *op. cit.*, 2012.

Destarte, o terror de um governo ditatorial não funciona sem práticas de violência, mas o que decide o campo de força é o uso do terror, do medo social. O Estado policial de uma estrutura social e política ditatorial decide-se como uma questão de terror, uma política governamental do terror, que satisfaz o gozo de morte de uma maioria silenciosa, que sente ódio de si por meio dos estranhos, como ressentimento sob as condições sociais infelizes. É o preço que se está disposto a pagar pelas consequências do terror permanente de um Estado policial que está em questão nas lutas de opinião pública em torno da validação ou não do funcionamento de uma ditadura. E nesse modo de pensar, a fronteira entre o que se chama ditadura e o que se chama “democracia” (no sentido hegemônico) é muito tênue. Por isso, seria mais apropriado falar da democracia que se deseja como um processo de luta por democracia real.

A luta política faz uso corrente dos termos democracia e ditadura como armas políticas, e desse modo exige de analistas um esforço de crítica desses vocabulários com que se luta, pois o tipo de engajamento que move a análise, longe de ser neutro, faz parte de uma micropolítica do saber, para a qual o deslocamento dos sentidos e das interpretações sobre o mundo social é proposta, desagradando a quem faz uso de armas políticas no campo de batalha do presente.

Algumas considerações nada extemporâneas

Para concluir, eu gostaria de remeter para uma leitura aberta do contexto atual, tendo em mente que o problema principal que está a me inquietar é o da adesão subjetiva ao autoritarismo, o problema da produção social de subjetividades ou figuras subjetivas afins a princípios autoritários de ação social e de legitimação da organização política em termos ditatoriais, mesmo quando palavras grandiloquentes como democracia brasileira são retoricamente manejadas nas lutas políticas.

A leitura diária dos grandes jornais e o acompanhamento interativo das trocas humanas nas redes sociais virtuais nos últimos três anos, que correspondem aos do mandato presidencial de Dilma Rousseff, do

Partido dos Trabalhadores (PT), permitem a qualquer analista atento vislumbrar como vocabulários políticos usados historicamente na luta contra a ditadura civil-militar brasileira são reapropriados no campo de disputa do presente; e também como os vocabulários autoritários dos governos militares e dos setores de opinião pública que os apoiavam são mobilizados pelo atual governo e pela grande mídia no contexto de luta pelo poder em torno dos sentidos da democracia brasileira. De junho de 2013 a julho de 2014, os instrumentos de violência do Estado brasileiro, polícia e exército, foram acionados com impressionante frequência e estardalhaço, para não falar dos abusos e brutalidades fartamente documentados pelas mídias digitais independentes e até mesmo pela grande mídia, em alguns casos, para realizar repressão policial de cunho político, ou seja, contra opositores do governo, a protestos e manifestações espalhados por todo o Brasil. Eventos com pautas abertas de contestação que pegaram de surpresa instâncias políticas de controle como partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos e que dão ensejo a uma inusitada onda de debates públicos sobre a legalidade e a ilegalidade das medidas de exceção.

Abusos, prisões, infiltrações e uso sistemático de forças policiais de contenção, gerando agressões com graves lesões corporais e mortes, em uma avalanche midiática do confronto, envolvendo grande mídia e mídias digitais independentes, fazendo das redes sociais virtuais uma arena aquecida de acusações, denúncias, julgamentos e ameaças como nunca se tinha visto antes na história recente. Das jornadas de junho de 2013 aos protestos contra os governos durante a Copa do Mundo em junho e julho de 2014, a reativação de diversos vocábulos políticos, reapropriados pelos atores políticos, e a criação de novos, resultou em um questionamento da efetividade da democracia brasileira. As minorias heterogêneas dos campos de esquerda foram inventivas em falar jocosamente de AI-6 e de uma real continuidade da ditadura no Brasil, fazendo uma leitura de denúncia do autoritarismo persistente do Estado, agora sob os governos petistas, cuja história de militância, na transição democrática, de 1979 a 1984, foi um marco da luta por democracia no Brasil.

A forma como policiais atuaram nas repressões aos protestos aponta para uma série de retrocessos na relação que a sociedade civil vinha mantendo com as organizações policiais. Parece ter havido um rápido desinvestimento na agenda de discussão sobre a democratização da polícia, e os segmentos mais conservadores de policiais estão se destacando, pautando o debate sobre condições de trabalho e salariais, descoladas da pauta da democratização, e isso é politicamente preocupante.

Entre 2008 e 2010, eu já havia ficado bastante atento, como observador e crítico social, à forma como a violência policial incide sobre o cotidiano dos jovens nas periferias, enquanto realizava trabalho de campo etnográfico numa das inúmeras favelas à beira-mar da cidade de Fortaleza, que seria a base da minha tese de doutoramento em sociologia.²⁶ O cotidiano de guerras entre facções armadas e vítimas e mais vítimas da morte matada por arma de fogo tornava-se mais assustador devido à observação da atuação policial nas favelas, com práticas de tortura e de extermínio ocorrendo de modo sistemático, sem despertar o interesse geral da sociedade. Aliás, foi o desinteresse da maioria a respeito da tortura e do extermínio, praticados, predominantemente, contra jovens afro-ameríndio descendentes, mestiços, de famílias pobres das camadas populares, que mais me afetou, o que não era propriamente uma novidade na vida pessoal e na militância, pois tenho acompanhado, desde 1988, muitos casos de jovens vítimas de violência policial nas favelas onde atuei como pesquisador militante.

Se a formação social brasileira passou por um intenso processo de modernização capitalista com viés autoritário e conservador, tendo como expressão política principal uma ditadura civil-militar, não se pode deixar de lado, como muitos analistas o fazem, a dimensão da produção social do desejo e da subjetividade no enquadramento da experiência sociocultural sob a égide de modelos autoritários que validam amplamente, pelo desinteresse e, por vezes, pela apologia da

26. L. Sá, *op. cit.*, 2010.

violência contra jovens pobres nas favelas, o modo autoritário pelo qual a polícia continua a atuar, modelado pelo campo das práticas sistematizadas ao longo da ditadura e sofisticadas pela ditadura que funciona dentro da democracia. E é isso o que estava subterraneamente me preocupando quando escrevi este texto. Espero ter contribuído para visualizar o drama desse problema ligado à persistência autoritária da estrutura policial produzida pela ditadura em tempos institucionalmente democráticos.

A brutalidade policial nos protestos e nas manifestações de ontem e de hoje que ousam questionar ditaduras é a dimensão conspícua dessa relação de poder pelo terror, pelo medo e pela sedução simbólica da hierarquia e da ordem que faz uma ampla base de apoio funcionar pelo investimento na paranoia do sistema de dominação. Ditadura e democracia não são períodos estanques na história recente do Brasil, mas atitudes sociais e políticas em disputa no campo do poder repletas de continuidades e ressonâncias. Os mecanismos institucionais e as práticas extralegais com que operava a ditadura são uma questão atual. A história da ditadura civil-militar é uma história do presente, do mesmo modo que a história pela luta por democracia real parece estar apenas começando.



HISTÓRIA

Uma ditadura “revolucionária”?

Teoria e prática da Junta Militar argentina (1976-1983)

Federico FINCHELSTEIN

*Tradução do original em inglês por Caio Gomes e
Jenison dos Santos*

A última ditadura militar na Argentina (1976-1983) foi muitas coisas. Não fossem seus campos de concentração, ela se pareceria com muitos outros Estados autoritários da Guerra Fria.

Afora o universo dos campos, a ditadura argentina não envolveu o que Hannah Arendt definiu como uma dominação total, supostamente uma característica exclusiva de Estados totalitários.¹ A sociedade civil foi atacada, até mesmo “atomizada”, mas não destruída. A Junta Militar fortaleceu a dualidade entre o universo oficial e institucional da Argentina ditatorial e o que restou da vida democrática que idealmente (em teoria) queria destruir.² Quanto à imagem da ditadura perante a sociedade, sua mais importante característica foi o reforço institucional autoritário. A ditadura apresentou-se como a solução para que pudessem ser mantidas ou resguardadas as tradições nacionais.

-
1. Ver H. Arendt. *The Origins of Totalitarianism*. Nova Iorque: Meridian, 1959. Para uma crítica substancial da tendência de Arendt a não sistematizar as formas não totalitárias de ditadura, ver A. Arato. “Dictatorship Before and After Totalitarianism”. *Social Research*, v. 69, n. 2, verão de 2002, pp. 473-503.
 2. Ver a discussão sugestiva dessa faceta, com uma referência específica ao caso argentino em J. Cohen; A. Arato. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp. 49-51.

Na autorrepresentação dos ditadores, seu regime era essencialmente conservador e não, como eu gostaria de argumentar, uma ditadura revolucionária contra a imaginária ameaça da revolução.

A imagem autoproclamada de uma ditadura mirando o futuro promoveu a noção de um Estado tecnocrático autoritário. De acordo com essa visão, a Junta acertou as contas com o inimigo declarado, mas não foi encapsulada, nem definida, por esses processos de constituição de vítimas ideológicas. Tal imagem não só conseguiu, à época, convencer alguns argentinos da supostamente benigna, e não ideológica, pacificação burocrática e ditatorial do espaço social, mas conseguiu também convencer muitos observadores das esferas acadêmicas. Gostaria de questionar tal concepção.

A ditadura argentina foi, acima de tudo, um empreendimento ideológico que transformou suas vítimas em corpos torturados e em cadáveres. A Guerra Suja da ditadura representou um ataque “revolucionário” e radical contra muitos cidadãos do país. Não era uma guerra de verdade, mas verdadeira repressão estatal, agindo fora da legalidade e matando em nome de Deus.

Enfatizar o fortalecimento da burocracia não explica a razão pela qual a normalização institucional tenha vindo somente após as tendências autodestrutivas do regime, especialmente a guerra externa (ou seja, após a derrota argentina na Guerra das Malvinas em 1982). Em casos como o argentino, transições para a democracia somente puderam ser estabelecidas depois do colapso total do regime. Continuidade institucional teria sido um elemento central nesse processo. Tal fato é questionado por uma leitura aparentemente homogênea que unifica diferentes transições democráticas, na América Latina e alhures.³ Depois da repressão radical, pareceu predominar a normalização. Em suma, esses diferentes atores acreditavam que a burocracia deslocava, de certo modo, a ideologia. Esse não foi o caso da Argentina.

Certamente, essa oposição binária entre repressão e tecnocracia demonstra dimensões burocráticas importantes durante o período

3. Para essa crítica da literatura de transição, ver A. Arato. *Civil Society, Constitution, and Legitimacy*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2000, pp. 21-30.

da Junta Militar. No entanto, ela subestima o fato de que burocracia e ideologia reforçaram mutuamente diversos aspectos da ditadura argentina. O resultado do engajamento em tal dicotomia é uma visão funcionalista um tanto normalizadora das ditaduras modernas, em geral, e da ditadura argentina, em particular. O cientista social Andrew Arato lembra-nos que ditaduras modernas podem estar, na verdade, engajadas em políticas altamente ideológicas e “anti-institucionais”. Nesse sentido, uma ditadura moderna pode apresentar formas de violência radicais e revolucionárias em tudo opostas “às formas de normalidade existentes (definidas por legalidade, democracia processual ou burocracia)”.⁴ Assim, algumas das ditaduras modernas fizeram uso da linguagem e da violência fundadas no aviltamento total (desumanização) do outro, que Arendt erroneamente acreditou estarem excluídas nas formas não totalitárias de ditadura.

Tomando por base o pensamento de Arato sobre a teoria da ditadura, analisarei algumas dimensões significativas da prática e da teoria da última ditadura na Argentina, abjetas em si e que tornaram abjetas suas vítimas. A ideologia, que teve suas raízes atreladas a um vínculo com o “sagrado”, orientou até mesmo os mais “burocráticos” processos de extermínio. Mediações tecnocráticas não limitaram a radicalização dos imperativos ideológicos. Como foi o caso em outros campos de concentração conhecidos da história, o poder administrativo do Estado organizou-os como locais de violência ritualizada. Neles não havia limite para a violência ditatorial. No interior dos campos, a ditadura era completamente autônoma e independente da opinião pública, impondo sobre eles sua “dominação total”. Foi um mundo criado para alcançar e reconfigurar os postulados da teoria fascista em relação à ideologia e à sacralização.

No interior dos campos, a ditadura era fascista. O legado do nacionalismo, que é a ideologia fascista argentina representada pela

4. A. Arato, *op. cit.*, 2002. Sobre a noção da ditadura, ver também A. Arato. “Good-bye to Dictatorship?”. *Social Research*, v. 67, n. 4, 2000, pp. 926-937; A. Kalyvas. “The Tyranny of Dictatorship: When the Greek Tyrant met the Roman Dictator”. *Political Theory*, v. 35, n. 4, 2007.

aliança sagrada entre a Cruz e a Espada, ali reinou supremo. Os campos de concentração marcaram o legado dessa ditadura. Não foram somente uma metáfora da ditadura como um todo, mas também uma representação de seu mundo ideal: um lugar sem relação alguma com a realidade. Neles, a ideologia desalojava as distinções, sociais, políticas e culturais.⁵

As juntas militares sequestraram, torturaram e mataram sistematicamente entre 10 e 30 mil cidadãos argentinos, além das pessoas de outros países europeus e latino-americanos. Esses assassinatos não foram aleatórios, mas cuidadosamente planejados pelos escalões mais altos do governo militar. Os militares argentinos, ademais, cooperaram com outras ditaduras latino-americanas em uma trama transnacional de sequestros e assassinatos nomeada Plano Condor, que operou ao longo de países do Cone Sul, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.⁶

As palavras “desaparecer” e “desaparecidos” viraram eufemismos para assassinatos, sancionados pelo Estado, dos inimigos da ditadura, fossem eles reais ou imaginários. Esses assassinatos não foram reconhecidos pelo Estado, o que explica o uso da categoria “desaparecidos”, como foram oficialmente considerados. Em muitos casos, as vítimas foram confinadas em campos de concentração, torturadas, executadas e despejadas no oceano Atlântico, lançadas do alto de aviões militares. A ideologia que permitiu esse estado de violência tinha raízes argentinas, europeias, norte-americanas e latino-americanas, especialmente a teoria de segurança nacional em suas versões francesa e americana.⁷ De fato, ressonâncias militares advindas do Norte foram bem recebidas pelos militares do Sul. Isso se deve à

-
5. Para um estudo aprofundado da ideologia fascista argentina e suas conexões transnacionais, ver F. Finchelstein. *Transatlantic Fascism: Ideology, Violence and the Sacred in Argentina and Italy, 1919-1945*. Durham-Londres: Duke University Press, 2010.
 6. J. Dinges. *The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents*. Nova Iorque: The New Press, 2004.
 7. Ver, por exemplo, M.-M. Robin. *Escuadrones de la muerte. La escuela francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005; L. Gill. *The School of the Americas: Military Training and Political Violence in the Americas*. Durham-Londres: Duke University Press, 2004.

longa história argentina de apropriação e reformulação de teorias dos dois lados do Atlântico. No entanto, a influência de uma corrente específica da ideologia fascista católica e nacionalista propriamente argentina deve ser vista como fator central. A maioria dos generais e oficiais do alto escalão militar próximos à ditadura havia sido treinada como cadetes durante o fim da década de 1930 e início da década de 1940, ou seja, durante o apogeu da ideologia nacionalista no Exército; uma ideologia que legitimava a intervenção “sagrada” das Forças Armadas na política.⁸ Antissemitismo, anticomunismo e a ideia de um inimigo interno concebido como um todo único – o “outro não argentino” – foram os elementos ideológicos chave. Os assim percebidos como inimigos eram considerados a personificação da “antipátria”, e, portanto, como aqueles que se opunham à fusão especificamente argentina entre Deus e a Pátria que o Estado militar representava.

A última ditadura encerrou um ciclo histórico que havia começado com a ditadura do general José Félix Uriburu (1930-1932). Assim como no governo de Uriburu, também ela apresentou-se como uma combinação entre a ideologia nacionalista e a tradição econômica de livre mercado, defendida pelas classes mais altas na Argentina. A Junta baniu atividades e partidos políticos organizados por civis. Via a si mesma como uma instituição além da política, restabelecendo a pena de morte para alguns crimes políticos, assim como Uriburu havia feito em 1930.⁹ A ditadura também se uniu à extrema direita e a uma hierarquia católica que quase por completo se identificava com os projetos ideológicos dessa direita. No ciclo anterior da extrema direita (1932-1976), essa ideologia esteve a serviço do discurso nacionalista

-
8. Como afirmou o general Luciano Benjamin Menedez, o líder da luta contra a “subversão” em quase a metade do país: “Pertencço a uma geração militar que se sentiu em casa na revolução de 1930, àquela na qual passei de cadete a general pelas intervenções militares de 1943 a 1976”. Ver general L. B. Menéndez. “Las intervenciones militares en la vida política nacional”. *Revista Militar*, n. 707, janeiro-março de 1982, p. 13. Os generais Jorge Rafael Videla e Roberto Viola graduaram-se como comandantes em 1944 e o almirante Eduardo Emilio Massera em 1946.
 9. “Sanciones por la acción política”. *La Nación*, 5 de junho de 1976; “Habrà fusilamientos para algunos delitos”. *La Nación*, 26 de junho de 1976.

(a violência “sagrada” da Cruz e da Espada), manifestando-se ocasionalmente em atos específicos de violência, tortura e repressão. Mas, nos campos de concentração da ditadura militar mais recente, a ideologia deixou de ser um momento da realidade; neles, a ideologia era ela própria a realidade.

Essa ideologia superou-se no uso de um vocabulário simbólico. As ações criminosas da Junta foram chamadas de “guerra suja” pelos perpetradores, termo que foi posteriormente adotado, sem crítica, pelas próprias vítimas e pelos espectadores. Não é de forma alguma irônico o fato de a Junta Militar ter chamado seu regime de *Proceso de Reorganización Nacional*. Embora a alusão a Kafka não deva agradar aos militares, a referência descreve aspectos cruciais da burocratização da morte levada a cabo nos campos de concentração.¹⁰ Se, em termos de ideologia, o “Proceso” era nacionalista, a forma pela qual “travou guerra” contra o inimigo seguiu, por outros aspectos, uma lógica burocrática e autoritária que não diferia daquela das ditaduras militares da década de 1960 e sua defesa tecnocrática e autoritária da forma neoclássica do capitalismo de livre mercado.¹¹

Em termos políticos, a ideologia da ditadura era nacionalista. A desarticulação entre a economia e as políticas de governo criou, porém, um modelo híbrido, levando os defensores de uma economia de mercado livre a aceitarem a repressão social no nível político, que acreditaram ser um complemento necessário à não intervenção estatal no mercado. Tal combinação – livre mercado econômico e política nacionalista de tradição fascista – levou a uma repressão social sem precedentes; fez também com que o aparato de extermínio estivesse frequentemente a serviço de corporações. Ford e Citibank, por exemplo, colaboraram com o desaparecimento de trabalhadores envolvidos com as demandas dos sindicatos de esquerda. Como

10. O termo é difundido e geralmente funciona em termos mais generalizados como no romance *Cath 22* [de autoria de Joseph Heller, 1961].

11. Sobre este modelo, ver o texto clássico concernente ao autoritarismo burocrático de G. O'Donnell. *El Estado burocrático autoritario*. Buenos Aires: Ed. Belgrano, 1982. Ver também G. O'Donnell. *Catacumbas*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

afirmado por José Luis D'Andrea Mohr, foi Guillermo Walter Klein, o braço direito do então ministro da Economia, Alfredo Martínez de Hoz, quem colocou as coisas em seu devido lugar: declarou explicitamente que a política econômica da ditadura era “incompatível com qualquer sistema democrático e só aplicável se endossada por um governo de fato”.¹² Grandes corporações e instituições de crédito internacionais apoiaram a ditadura e seu plano econômico, assim como o fizeram os países “desenvolvidos”. Em 1976, em um encontro com o almirante César Guzzetti (o Ministro de Relações Exteriores argentino durante os primeiros anos da ditadura) no Chile, Kissinger foi perfeitamente claro sobre a posição do governo dos Estados Unidos. Afirmou a Guzzetti a necessidade de encontrar uma rápida “solução” para o problema dos “subversivos” antes que James Carter tomasse posse em 1977.¹³ Mas, como nas variações clássicas de fascismo que a precederam, a ditadura argentina não foi somente uma procuradora ou uma representante dos “grandes negócios” ou das potências estrangeiras.¹⁴

Sendo um produto de duas forças (mercado econômico livre e nacionalismo clerical-fascista), esse híbrido ditatorial rejeitou todas as tendências “sociais” da ideologia nacionalista e exacerbou a ideia de inimigo em sua prática fanática e explícita. Somente em relação à ideia do inimigo é que os defensores da ditadura pareciam concordar. O próprio Mussolini havia combinado essas duas tendências (o mercado livre e a economia “social” do proletariado) por quase duas décadas, até que se decidiu pelo fascismo social para a República de Saló entre

12. Citado em “Conversaciones con José Luis D'Andrea Mohr”. *Página 12*, 20 de julho de 1998.

13. M. Novaro. *La dittatura argentina (1976-1983)*. Roma: Carocci, 2005, p. 65; M. Novaro, V. Palermo. *La dictadura militar (1976-1983): del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 110; M. Seoane, V. Muleiro. *El dictador*. Buenos Aires: Sudamericana Debolsillo, 2006, p. 262; “Kissinger Approved Argentinian ‘Dirty War’”, *The Guardian*, 6 de dezembro de 2003; C. Hitchins. *The Trial of Henry Kissinger*. Nova Iorque: Verso, 2001, pp. xiii-xiv. Como cidadão privado, Kissinger posteriormente visitou a Argentina em 1978 para a Copa do Mundo de futebol e elogiou com frequência a ditadura. Ver “Llega hoy al país Henry Kissinger”. *La Nación*, 21 de junho de 1978.

14. Essa leitura clássica antifascista do fascismo foi primeiramente articulada por Daniel Guérin nos anos 1930.

1943 e 1945. Perón foi fortemente influenciado pelo fascismo italiano e pelo nacionalismo argentino. Mas, se a primeira administração de Perón evitou as tendências mais vitimadoras do fascismo e abraçou a causa social, a ditadura evitou essa causa e identificou-se plenamente com a ideologia capitalista do livre mercado.

A ditadura, na Argentina, contou com maciço suporte civil. Em março de 1976, com o golpe de Estado; em 1978, com a Copa do Mundo de futebol; e em 1982, com a Guerra das Malvinas, a ditadura era tão popular quanto o regime de Perón havia sido na década de 1940 e início da década de 1950. Ou, examinando um pouco além, a ditadura conseguiu forjar uma unanimidade de opinião, como havia conseguido Mussolini com a guerra na Etiópia e a declaração do Império Fascista nos anos de 1935 e de 1936. A *Plaza de Mayo*, com milhares de pessoas comemorando a guerra em 1982, foi uma operação ideológica apoiada amplamente. Algo único na história da Argentina, e que ocorreu durante a ditadura militar.

Regimes fascistas defendem primeiramente uma guerra doméstica para então deflagrarem a guerra contra o inimigo externo. Na ideologia fascista, a guerra é entendida como um bem coletivo, uma fonte compartilhada de regeneração nacional.¹⁵ O legado fascista é, nesse ponto, bastante claro e, levando em conta especificamente a interpretação argentina do fascismo em termos do sagrado, esse legado foi necessariamente concebido como sendo essencialmente “cristão”. Nos campos de concentração argentinos, foi possível ver o empenho máximo dessa ideia fascista “revolucionária” de regeneração por meio da violência.

Foi nos campos de concentração da ditadura que tal ideologia materializou-se totalmente nos corpos de suas vítimas. A ideologia nacionalista da ditadura transformou a realidade e, nos campos, impôs uma nova. Se os nacionalistas, no período entreguerras, formularam a ideia segundo a qual o inimigo deve ser torturado, lançado ao mar e eliminado, com a ditadura tal discurso pôde finalmente ser efetivado.

15. Ver F. Finchelstein. “On Fascist Ideology.” *Constellations. An International Journal of Critical and Democratic Theory*, v. 15, n. 3, 2008.

Transformou-se em prática ditatorial de uma revolução de extrema direita contra a imaginada, ou assim percebida, revolução de esquerda.

A ênfase na percepção e na imaginação é importante para entendermos como as vítimas foram primeiramente concebidas ideologicamente, e só então “identificadas” nos corpos de diferentes cidadãos. A ideia do inimigo interno é um legado chave do nacionalismo, ou seja, uma herança fascista para a Argentina. A ditadura apropriou-se dessa ideia, tomando-a como uma tradição lógica; ela representava o senso comum e também uma cultura política. Essa noção de um inimigo interno aí encontrou uma deliberada afinidade.

Como seus precursores nacionalistas, o ditador Jorge Rafael Videla entendeu esse inimigo como um desafio à própria ideia de nação: “Porque subversão é somente isso: subversão dos valores essenciais do ser nacional” (25 de maio de 1976). Videla prometeu que a batalha contra a subversão iria finalmente “extirpá-la”.¹⁶ É importante esclarecer que já em 1976 os movimentos de guerrilha haviam sido derrotados militarmente graças à repressão ilegal iniciada durante a administração peronista anterior (1973-1976). O fato de os assim nomeados rivais não serem mais capazes de tomar o poder não foi visto como uma contradição pelos militares: afinal, sua ideologia nacionalista tinha uma ideia muito mais ampla do inimigo. Para eles, o inimigo era menos uma organização terrorista do que uma ideia que se opunha a Deus e sua Argentina cristã, esta que os militares pretendiam personificar. Como afirmado na proclamação militar da Junta que declarou o golpe de Estado:

As Forças Armadas assumiram o controle da República. Todo o país deve entender o significado profundo e inequívoco desse fato, a fim de que a responsabilidade e os esforços coletivos apoiem esse empreendimento que, na busca de um bem comum, fará – com a ajuda de Deus – com que a nação se recupere completamente.¹⁷

16. “El Gral. Videla habló al país”. *La Nación*, 25 de maio de 1976.

17. L. Caraballo, N. Charlier, L. Garulli (orgs.). *La Dictadura (1976-1983): Testimonios y Documentos*. Buenos Aires: Eudeba, 1996, p. 76.

A ditadura representava a comunidade e seu Deus. Mais do que uma presença física, as vítimas representavam a tentativa de eliminar a ideologia sustentáculo da nação. De acordo com esse ponto de vista, as vítimas queriam provocar uma “modificação completa das estruturas políticas, sociais e econômicas da nação, de acordo com suas concepções materialistas, ateístas e totalitárias”, em palavras do general Roberto Viola em 1977, o segundo líder da ditadura.¹⁸

Ideias patológicas e pseudobiológicas pululavam na ideologia da Junta. Se a nação era entendida como uma presença física, os inimigos, “subversão estrangeira”, eram vistos como um vírus, um bacilo que precisava ser extirpado. A ideia de contaminação era apresentada em propaganda televisiva substancialmente simbólica que apelava para a grande Argentina lugoniana. Em uma delas, a nação era retratada como uma vaca gorda que, ao ser atacada por vírus ou por germes, acabava por matá-los a coices; após o ataque, a vaca é ainda mais engordada por um *gauchito* que, sistematicamente, lhe oferece comida. Metaforicamente, temos um ataque ao gado e aos campos de milho, salvos, enfim, pela Guerra Gaúcha. A propaganda concluía com a palavra *unânime*. A paisagem campestre onde se passa a batalha é essencialmente nacionalista; ela não tem nada a ver com a Argentina moderna e suas cidades cosmopolitas, com suas ideias sobre multiplicidade étnica e cultural.

Nesse tipo de propaganda, a ideia de guerra doméstica, anunciada na década de 1930 por clérigos fascistas, foi então posta em prática. Mais uma vez, a prática era justificada pela teoria. A Junta combatia o que Videla definiu como uma “conspiração contra a Civilização”. Era uma batalha de tudo ou nada, enfrentando a subversão que conspirava contra “o destino nacional, nossa fé e nosso estilo de vida”.¹⁹ A

18. Ver R. Viola. *La Opinión*, 20 de abril de 1977, citado em F. Almirón. *Campo Santo. Los asesinatos del Ejército en Campo de Mayo: Testimonios del ex-sargento Victor Ibáñez*. Buenos Aires: Editorial 21, 1999. Sobre o uso projetivo do conceito de totalitarismo para retratar o inimigo, ver também o discurso do general Videla em “El discurso de Videla”. *La Nación*, 1 de julho de 1976.

19. “El enemigo subversivo”. *La Nación*, 8 de julho de 1976. Ver também “Viola: Solución definitiva y no una mera salida”. *La Prensa*, 31 de março de 1981.

doutrinação dos repressores repetia constantemente as palavras de Videla sobre a guerra, sobre o extermínio e sobre o ser argentino.²⁰

A ideia de um inimigo cujo único destino possível era a morte foi justificada pela impossibilidade de restaurar sua humanidade. Sujeitos foram ideologicamente transformados em objetos, sobretudo pelo fato de o inimigo ter de ser ideologicamente consagrado à nação. Como disse o general Cristino Nicolaidis, comandante-chefe do III Corpo do Exército, em 1976: “O inimigo que é comprometido com a subversão, que tem lutado [contra nós], é, em minha opinião, um criminoso sem nenhuma esperança de reforma”.²¹ O general Antonio Domingo Bussi concordou: “nós não pararemos até matarmos o último desses covardes”.²² Um ano depois, em maio de 1977, o general Ibérico Saint Jean, futuro governador da província de Buenos Aires, explicou essa concepção ampliada do inimigo, bem como seu destino: “Primeiramente, nós mataremos todos os subversivos, depois mataremos todos os seus colaboradores, depois todos aqueles que simpatizaram com os subversivos; e então mataremos todos aqueles que permanecem indiferentes e finalmente mataremos os tímidos”.²³

-
20. Ver, por exemplo, os relatos convergentes do ex-sargento Ibáñez e do ex-comandante da Marinha Adolfo Scilingo. Os relatos estão reproduzidos em: F. Almirón. *Campo Santo: los asesinatos del ejército en Campo de Mayo. Testimonios del ex-sargento Víctor Ibáñez*. Buenos Aires: Ed. 21, 1999; e H. Verbitsky. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.
 21. C. Nicolaidis. *La Razón*, 12 de junho de 1976, citado por Novaro e Palermo, *op. cit.*, 2003, p. 92. Como o almirante Massera afirmou, não existia equilíbrio ou possibilidade de acordo na luta contra a subversão: “haverá vencedores e haverá perdedores”. *La Nación*, 23 de junho de 1976.
 22. “Conceptos del general Bussi”. *La Nación*, 21 de junho de 1976.
 23. Ver E. Vázquez. *PRN. La última (origen, apogeo y caída de la dictadura militar)*. Buenos Aires: Eudeba, 1985, p. 73. Como argumenta Novaro e Palermo (*op. cit.*, 2003, pp. 88-89), a ideologia foi o elemento principal que corroborou as condições subversivas das vítimas. Desse modo, os militares identificavam como inimigos aqueles que eram de fato ou supostamente marxistas, comunistas, criptocomunistas, católicos progressistas do terceiro mundo, freudianos, ateístas, liberais, peronistas de esquerda e judeus. Não obstante, ambos os autores consideram que essas identificações não eram o suficiente para a ditadura e isso explica o porquê de relatos como o do general Saint Jean serem primordiais para entender a natureza ampla da concepção de inimigo entre 1976 e 1983. Ver também o discurso do general Andres Ferrero que definiu a indiferença como comportamento criminoso no contexto da guerra contra a “subversão”. *La Nación*, 21 de junho de 1976.

Em uma projeção tipicamente totalitária, o ataque ao inimigo foi apresentado como um ato letal e contrarrevolucionário de autodefesa. O vice-almirante Armando Lambruschini considerou essa ação uma reafirmação de forças trans-históricas transcendentais. Nesse contexto, ele argumentou dubiamente que o terrorismo internacional tinha um formidável aparato de propaganda e que “os culpados estão se apresentando como vítimas”.²⁴ A subversão não podia ser um empreendimento verdadeiramente argentino. Seus agentes eram controlados pelas forças externas do “ateísmo”, segundo o arcebispo de San Juan, monsenhor Ildefonso Sansierra que ainda afirmou que essa “guerra suja e infame nos foi imposta do estrangeiro”.²⁵ Como o brigadeiro general Orlando Agosti explicou, o esquecimento de “Deus e de um sentido de transcendência” vinha prosperando nas esferas internacionais. Nesse contexto, Videla indicou a existência de uma conspiração de “escala internacional”.²⁶ Para os membros da Junta, metáforas bíblicas pareciam adequadas para descrever a situação. O secular precisava ser explicado por meio do sagrado. O general Viola afirmou que a Argentina havia caminhado por uma “*via crucis*”. Aqueles “sem Deus e sem Pátria” tinham desafiado a nação.²⁷ A escolha era clara. Brigadeiro Agosti opôs “nossa fé em Deus, nosso amor pela Pátria” ao “totalitarismo e à escravidão” do inimigo.²⁸ O general Luciano Benjamin Menendez concordou. A principal razão para eles estarem lutando contra o inimigo era “para continuarmos acreditando em Deus”.²⁹ Videla afirmou que as “armas” tiveram que ser usadas porque as “viris tradições” argentinas e “nossos valores sagrados” haviam sido atacados por “um inimigo sem fé,

24. “Lambruschini: defenderemos hasta la última consecuencia la soberanía”. *Clarín*, 25 de novembro de 1977.

25. “El arzobispo de San Juan”. *La Nación*, 2 de janeiro de 1977.

26. “Agosti dio la orden de partida a los cadetes”. *Clarín*, 2 de novembro de 1977; “Videla habló del proceso económico”. *Clarín*, 17 de novembro de 1977. Ver também “Declaración de Videla”. *Clarín*, 12 de março de 1977.

27. “El acto”. *Clarín*, 19 de novembro de 1977; “Los mandos del Ejército analizaron la propuesta política de ‘unión nacional’”. *Clarín*, 29 de novembro de 1977.

28. “Crear un sistema propio”. *La Nación*, 8 de julho de 1978.

29. “Objetivos del Tercer Ejército”. *La Nación*, 26 de agosto de 1976. Ver também o discurso do general Antonio Domingo Bussi, “La lucha del ejército por un estilo de vida”. *La Nación*, 2 de agosto de 1976.

sem pátria e sem Deus”. Os agressores tinham que ser “aniquilados em todas as suas manifestações”.³⁰ Para o tenente-coronel Hugo Ildebrando Pascarelli, “a história de nossa terra nunca testemunhou uma luta similar a esta que travamos hoje. Esta luta não tem limites éticos ou naturais. Ela está sendo lutada além do bem e do mal”.³¹ A explicação encontrava-se na natureza sagrada da disputa. O inimigo havia cometido “a maior das ofensas contra Deus e contra a Pátria”.³² O chefe de Pascarelli, o general Santiago Omar Riveros, argumentou que não havia, para os inimigos, redenção possível, pois eram “traidores sem volta”. Ao se confrontar ao “barbarismo”, Riveros pediu a Deus para proteger seus soldados e seu povo em “sua marcha triunfal rumo à argentinidade”.³³ Em suma, para repressores militares como Pascarelli e Riveros, não apenas o inimigo devia ser sacrificado, mas também seu eu, seu ser. Riveros considerava que os atos violentos eram justificados pela própria condição de argentino. Nesse pensamento, a transcendência unia-se à história e ao trans-histórico. Na morte, emergiriam novamente os imperativos éticos aparentemente abandonados na luta: “essa luta terá apenas um limite: o da nossa vida na morte, sublime paradoxo em que a maior dor física, que é a morte, une-se a mais preciosa bondade de espírito, que é alcançar o objetivo ético do encontro com a bondade Suprema que é Deus, em sua infinita perfeição e eternidade de seu tempo”.³⁴

30. “Continuar la lucha hasta la Victoria”. *La Nación*, 25 de setembro de 1976; “Videla habló a gobernadores”. *La Nación*, 1 de julho de 1976; “Eliminación total del enemigo subversivo”. *La Nación*, 8 de julho de 1976.

31. “La alocución”. *La Nación*, 13 de junho de 1976.

32. Pascarelli foi dos principais líderes militares a supervisionarem o campo de concentração *El Vesubio*. Nesse campo, como em outros, essas declarações místico-sagradas eram comumente direcionadas às vítimas, junto a denominações nazistas. Também no *El Vesubio*, semelhante a outros, prisioneiros eram solicitados a abrir mão de qualquer traço de sua individualidade. “Detienen a ex jefes militares por su actuación en ‘El Vesubio’”. *Clarín*, 31 de março de 2006; “Mataban con golpes y patadas”. *Página 12*, 31 de março de 2006; “Para los dueños del campo El Vesubio”. *Página 12*, 30 de maio de 2006. Ainda sobre *El Vesubio* ver igualmente os testemunhos reunidos em “Memoria Abierta”: <<http://www.memoriaabierta.org.ar>>.

33. “Habla el Gral. Riveros”. *La Nación*, 21 de junho de 1978.

34. “La alocución”. *La Nación*, 13 de junho de 1976.

A morte era a dimensão derradeira da vitória dessa ditadura que mesclou prática tradicional com autoridade ideológica. Para a lógica da Junta, atos de extrema violência repressiva tornavam-se, de certa forma, éticos quando confrontados à determinação dos militares de enfrentar a morte. Tal ação foi concebida como uma vitória contra a revolução esquerdista que, esta, não restauraria a ordem, mas instigaria a configuração de uma nova Argentina.

Este foi o desfecho que justificava homens armados como os primeiros formuladores de um futuro redentor. Quando Massera afirmou que os argentinos precisavam “apropriar-se do futuro pela violência” (*tomar el futuro por asalto*), ele disse também que “nós não lutaremos até a morte, lutaremos até obter a vitória, seja além ou diante da morte”.³⁵

A morte traçou o caminho para uma nova Argentina de paz, na qual, conforme Videla, “direitos humanos” estavam sendo protegidos com “sangue” argentino.³⁶ O sangue de soldados argentinos fora sacrificado em nome de Deus. Tal como o general Leopoldo Fortunado Galtieri justificou: “quando criminosos terroristas atacaram o solo da pátria, foi o sangue dos heróis e dos mártires, civis e militares, que redimiu o povo argentino diante de Deus”.³⁷

O indivíduo e o inimigo, ambos, já não eram mais sujeitos, mas objetos de sacrifício. Eram fontes distintas da salvação nacional. A morte do inimigo, sobretudo, tanto era considerada justificável em si mesma quanto servia para justificar a ideologia.³⁸ Isso é o que Hugo

35. “Massera descartó todo compromiso con fechas electorales”. *Clarín*, 4 de março de 1977. É interessante comparar a expressão utilizada por Massera (*tomar el futuro por asalto*) com aquela de Karl Marx a respeito dos revolucionários parisienses de 1870 e o seu céu tempestuoso, cuja tradução para o espanhol seria *tomar el cielo por asalto*, então bastante em voga nos discursos marxistas na Argentina e na América Latina.

36. “Videla anunció una amplia consulta a todos los sectores de la comunidad”. *Clarín*, 7 de março de 1977. Sobre a noção de paz após a guerra, ver por exemplo “Condenó toda violación de derechos humanos el ejército”. *Clarín*, 7 de março de 1977; “Los conceptos de Viola”. *La Prensa*, 20 de abril de 1981.

37. Gal. L. F. Galtieri. “El terrorismo”. *La Prensa*, 30 de março de 1981.

38. Para alguns exemplos, ver em particular o discurso do general Videla: “Continuar la marcha sin reparar en el sacrificio”. *La Nación*, 30 de maio de 1976. Ver também

Vezzetti compreende como sendo a criminalização do Estado que, em nome da fé e da civilização cristã, “consagrou o poder redentor da violência”. Muitos teriam que morrer, Videla profetizou em 1975, para que a nação encontrasse a paz.³⁹ A noção de que atos criminosos de repressão e assassinato eram, de fato, parte de uma “guerra santa” estava intrinsecamente ligada à ideia de sacrifício purificador. Sacerdotes como o arcebispo do Paraná, Victorio Bonamín, justificaram a opressão, qualificando-a como “um banho de sangue” redentor e defendendo que a função do Exército seria “purgar a impureza do país”.⁴⁰

A ideia do Exército como um instrumento político da vontade de Deus foi reprisada pelo diretor da Escola Superior de Guerra, general Juan Manuel Bayón, em seu ensaio de 1978, “Lo nacional. El Nacionalismo”. Segundo Bayón, Deus não acreditava em democracia. Ele também não aprovava o populismo. O que Ele queria era um governo feito por aqueles supostamente considerados os melhores:

O populismo é radicalmente subversivo: desonra a ordem natural e Cristã da sociedade e do Estado; provoca uma reviravolta nas hierarquias sociais, elevando os níveis mais inferiores [...]. Como a Igreja ensina, [...] o poder da política soberana provém de Deus, contudo não é oferecido àqueles que não podem colocar tal poder em prática. Para tanto, o povo, considerado essencialmente como uma massa de indivíduos, não é, em virtude de sua inépcia, o primeiro nem o segundo detentor do poder.

“Mensaje al país del Gral. Videla”. *La Nación*, 26 de dezembro de 1976; R. G. D. Bessone. *Guerra Revolucionaria en la Argentina (1959-1978)*. Buenos Aires: Fraterna, 1986, pp. 9-15.

39. E. Mignone. *Iglesia y Dictadura*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1986, p. 22; H. Vezzetti. *Pasado y presente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002, p. 14. Ver igualmente: P. Lewis. “La derecha y los gobiernos militares 1955-1983”. In: S. M. Deutsch, R. Dolkart (orgs.). *La derecha argentina: Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales*. Buenos Aires: Vergara, 2001, p. 358.

40. Caraballo, Charlier e Garulli, *op. cit.*, 1996, p. 92.

Bayón concluiu: “Existe uma razão teológica para a consonância entre a plutocracia e o comunismo, e é o seu entendimento do ateísmo, sua rejeição em relação a Cristo e à sua divina salvação”. A luta contra o ateísmo era tão genuína quanto o nacionalismo, visto que “o nacionalismo ou conservadorismo é puro, direciona-se a uma política da Verdade, Sacrifício e Hierarquia”.⁴¹

Abertamente compartilhada por seus colegas, a base do pensamento do general Bayón vinha calcada no nacionalismo e na prestigiosa Argentina “prometida” por Deus para os argentinos fascistas nos anos 1930 e 1940. Em 1976, Bonamín acreditava estar honrando tal promessa, acrescentando gravemente que “estava escrito, estava nos planos de Deus, que a Argentina não perderia sua magnificência, visto estar protegida por seu guardião inerente, o Exército”.

Personalidades como Bonamín foram líderes morais e espirituais da opressão militar, assim como o foram o padre Meinvielle e seus correligionários em décadas anteriores. Em 1976, intelectuais da ditadura como Mariano Grondona difundiram a aliança entre Deus e o Exército como uma possível resposta para evitar a decadência: “O que seria da Argentina sem a Cruz e a Espada? Quem gostaria de ser o responsável por privar a Argentina de uma delas? A Argentina é católica e militar. Existe, nesses tempos, uma grande incumbência na preservação desse ideal”.⁴²

O pensamento de Grondona refletia uma concepção de catástrofe iminente, que o nacionalismo creditava ao secularismo e à democracia. De Grondona aos escalões mais baixos daqueles engajados na teoria e na prática da ditadura, o sagrado era equiparado a uma transcendência contrarrevolucionária regenerativa, enquanto o secular estaria vinculado ao profano, ao mundano e ao material. Ironicamente, e

41. Ver J. M. Bayón. “Lo Nacional. El nacionalismo”, reproduzido em Vázquez, *op. cit.*, 1985, pp. 883-890. Para uma discussão similar, ver A. Mason. “Apuntes de una teoría de la nación”. *Revista Militar*, n. 711, julho-dezembro de 1983, p. 38.

42. M. Grondona. *Carta Política*, n. 34, agosto de 1976. Artigo citado por Novaro e Palermo, *op. cit.*, 2003, p. 94; e M. Sivak. *El Doctor: Biografía no autorizada de Mariano Grondona*. Buenos Aires: Aguilar, 2005, p. 165. Grondona foi professor visitante de Estudos Internacionais em Harvard nos anos 1980 e no início dos anos 1990.

propositalmente, essa era a concepção atribuída à teoria crítica. Numa análise extensa e confidencial de Jürgen Habermas, por exemplo, o censor militar argumentou que, embora Habermas “conservasse posições relevantes em centros culturais da Alemanha e em Nova Iorque”, ele encadeara uma “filosofia materialista que repudia a percepção da pessoa humana e seu propósito transcendental e, assim, [Habermas] abala nosso estilo de vida e os princípios morais e legais que nos governa”.⁴³

Essa lógica baseava-se em uma dicotomia ideológica absoluta entre o secular e o sagrado. Era igualmente o sintoma de uma ideologia contrarrevolucionária apocalíptica que amalgamou religião e política, e prometeu a salvação, malgrado a destruição de todos os que pensassem de modo distinto. Para Bonamín, a luta na Argentina significava a luta entre o “materialismo ateuista e o humanismo cristão”. Foi uma luta por uma Argentina politicamente nacionalista, assim como por “seus altares”. Foi “uma luta em defesa de Deus. É por esse motivo que rogo pela divina proteção nessa guerra suja na qual estamos inseridos”.⁴⁴

Na quase totalidade dos casos, a hierarquia da Igreja apoiou a “guerra santa” que a ditadura levava até as últimas consequências. Como apontam Novaro e Palermo, apenas quatro dos oitenta e quatro membros eclesiásticos da Conferência Episcopal condenaram publicamente a opressão ilegal.⁴⁵ De modo geral, a Igreja apoiava-a pública e ativamente. Conforme Emilio Mignone afirma, tal apoio vinha do respaldo intelectual da maioria dos bispos argentinos e da crença de que os militares da ditadura eram a salvaguarda derradeira contra o comunismo. Para Mignone, “existiam duas ideologias intrínsecas ao pensamento da maioria da hierarquia da Igreja: o convencionalismo e

43. Archivo de la DIPBA. *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*. “Documento 17753/120. Decreto 20216/73. Pacote 2331/6 L” e “Documento 17518/220. Decreto 1774/73. Pacote 2719 L”.

44. E. Mignone. *Iglesia y Dictadura*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1986, p. 24.

45. Tais bispos eram Enrique Angelelli (assassinado pela ditadura em agosto de 1976), Jaime de Nevares, Miguel Hesayne e Jorge Novak. Cf. Novaro e Palermo, *op. cit.*, 2003, pp. 99-100.

a ideologia do catolicismo nacional”. Mignone sustenta que, embora as diferenças entre os dois fossem na prática esmaecidas, eram, porém, ideologias distintas. O “catolicismo nacional”, em particular, não divergia muito da ideologia fascista das décadas de 1930 e 1940.⁴⁶ Mignone descreve-o como a “noção de que o cristianismo deveria abraçar as estruturas do Estado, tornando assim o catolicismo uma religião nacional. Como a Religião e o Rei em épocas precedentes, Religião e Pátria – ambos com letra maiúscula – interligam-se. Não aceitar o catolicismo e suas preces [...] significa ser um mau argentino”. A procedência histórica da ideia do inimigo como um traidor de Deus e da Pátria pode ser percebida na trajetória histórica de violência da Argentina do último século.⁴⁷

Em 1977, o arcebispo de La Plata, monsenhor Antonio Plaza, afirmou que as vítimas da ditadura eram “argentinos vis que deixam o país, trabalham no exterior contra a Pátria com o apoio de forças malignas [...], em conjunto com outros que operam secretamente dentro do nosso território”. O arcebispo era inequivocamente partidário da ditadura e de suas políticas de repressão. “Rezamos por um desfecho favorável para as árduas ações daqueles que nos governam em tempo e espírito. Que sejamos filhos de uma Nação onde a Igreja goza do respeito desconhecido de todos os países condenados pelo marxismo.”⁴⁸ Posteriormente, em 1983, Plaza justificaria as ações da ditadura e defenderia a necessidade de uma lei de auto-absolvição militar que chamou de “evangélica”. Plaza apoiava a “reconciliação”, entendendo-a como um passe livre para os agressores. “Leis de anistia, em todas as tradições do mundo, nunca foram algo ruim. Elas apaziguam o espírito. Mas isso não deveria se tornar nossa versão dos encontros de Nuremberg, não deveria servir a caçar e a matar as pessoas, cometendo tantas irregularidades e levando o pobre Eichmann”⁴⁹. Ao mencionar o “pobre Eichmann” – isto é, ao

46. Ver Finchelstein, *op. cit.*, 2010.

47. Mignone, *op. cit.*, 1986, pp. 167-169.

48. *Ibidem*, 1986, p. 124.

49. *Ibidem*, p. 117.

afirmar que um dos principais arquitetos do Holocausto deveria ser autorizado a permanecer em sua pátria adotiva (Argentina) no lugar de enfrentar julgamento em Israel –, monsenhor Plaza deixou explícita a relação entre os crimes nazistas e os crimes da ditadura. Plaza referia-se ao julgamento dos agressores argentinos como um “Nuremberg às avessas”, um “monte de escória”, “onde criminosos julgam aqueles que derrotaram o terrorismo”.⁵⁰ De acordo com diversas testemunhas, monsenhor Plaza visitou vários campos de concentração durante a ditadura, algo comum, ao que podemos perceber, entre os sacerdotes daquela época.

A Igreja na Argentina possuía uma relação quase orgânica com os indivíduos desaparecidos. De fato, na maioria dos casos, a hierarquia católica tinha conhecimento desses desaparecimentos e teria podido impedi-los – embora costumeiramente não o fizesse –, especialmente quando os sequestrados eram sacerdotes. Como Horacio Verbitsky afirma, “Adolfo Servando Tortolo, o então presidente da Conferência Episcopal e vigário militar, solicitou que, antes de prender um sacerdote, as Forças Armadas informassem a prisão ao seu respectivo bispo”. Verbitsky menciona o trabalho de Mignone:

[...] algumas vezes carta branca era dada pelos próprios bispos. No dia 23 de maio de 1976, a tropa da Marinha deteve o padre Orlando Yorio em Bajo Flores, Buenos Aires, e o manteve “desaparecido” por cinco meses. Uma semana antes de sua prisão, o Arcebispo Aramburu teria revogado a licença de Yorio sem nenhuma razão aparente. Muitas coisas que Yorio ouviu durante o seu cativeiro deixaram claro que as Forças Armadas interpretaram tal decisão e, talvez, alguma crítica de seu superior na Sociedade Jesuíta, Jorge Bergoglio, como autorização para agir contra ele. Indubitavelmente, os militares notificaram tanto Aramburu quanto Bergoglio do suposto perigo que Yorio representava.⁵¹

50. *Idem.*

51. H. Verbitsky. “Con el mazo dando”. *Página 12*, 25 de abril de 1999.

O fundamento para este “perigo” aparentemente acatado por Bergoglio, destinado a se tornar o papa Francisco I no começo do século XXI, teve como respaldo a concepção adotada pela maioria dos bispos: qualquer crítica à violação dos direitos humanos era uma ameaça à Pátria e a Deus. Ou seja, os bispos argentinos de forma geral aceitavam, passiva ou ativamente, e em público, as ações contrarrevolucionárias radicais da ditadura. A ditadura compreendeu-as como parte de um compromisso cristão comum contra o “ateísmo subversivo”, uma justificação eclesiástica para as ações militares. Os soldados de infantaria que participaram da repressão partilhavam desse sentimento enraizado na versão argentina do fascismo ideológico concebido nos anos 1930 e 1940. Tem-se a impressão de que os torturadores, enquanto praticavam os sequestros, justificavam a sua afiliação à Cruz e à Espada aos gritos de: “Por Deus e pela Pátria!”. Durante um deles, os agressores escreveram nas paredes da residência da vítima “Vida longa ao Rei Cristo” e “Cristo Salva”. A ideia dos nacionalistas – de que eram os enviados de Deus na Terra – era incessantemente reforçada nos campos de concentração. Ali coagiram, por exemplo, a prisioneira Nora Iadarola a repetir “quinhentas vezes” a seguinte frase da liturgia nacionalista: “Vida longa a Videla, Massera e Agosti! Deus, a Pátria e o Lar!”. A repetição compulsória desse princípio nacionalista através da voz da vítima não tinha como propósito adequá-la à ideologia clerical-fascista; pretendia, antes, a reiteração e a atualização dessa prática. Foi a consumação derradeira do legado do ideal fascista na Argentina.

As teorias da ditadura nacionalista não eram, de forma alguma, originais. Suas argumentações eram uma reiteração constante de concepções mais antigas. A Cruz e a Espada continuavam a difundir as ideias da nação. Não obstante, a prática do extermínio adquiriu novos sentidos, desdobrando a sua ideologia e transformando-a em um postulado. Os meios se tornaram o fim. Em suma, a ação tornou-se o elemento central da teoria da ditadura. Tortura, violência e morte estavam agora na origem da regeneração ideológica nacional.

Se compararmos, por exemplo, as práticas nazistas de extermínio total com as da ditadura argentina, as diferenças quantitativas e até “qualitativas” são mais significativas do que as semelhanças. Mas, diferentemente de outros regimes totalitários, as Forças Armadas argentinas e os nazistas eram ambos fascinados pelo segredo e ambos faziam uso da linguagem do extermínio rica de eufemismos. Isso não se deu por acidente; foi, antes, o resultado de uma afinidade deliberadamente construída. Termos como “transporte”, por exemplo, serviam como metáforas para uma ideologia que produzia a morte de maneira padronizada.

Entre os diversos mecanismos da prática de extermínio argentino encontrava-se o roubo de crianças, o que aparentemente não fizera parte da prática fascista dos regimes europeus. *Nunca Más* (o relatório da Comissão da Verdade argentina) assim a descreve: “Os repressores, que roubavam as crianças dos desaparecidos de suas casas e de suas mães durante o parto, determinavam o destino desses seres tão friamente quanto se estivessem descartando butim de guerra”.⁵² A ideia do butim de guerra permitiu aos militares levar mais longe o significado do “desaparecimento”. Se a vítima, pela tortura degradante e desumanizadora, perde sua própria identidade, a situação limite é a do sacrifício último da identidade como representada na morte pelo desaparecimento. A situação de não-lugar, do não-ser na morte, foi o que o próprio Videla definiu como “enteléquia”. Para Videla, a irrealdade dos desaparecimentos garantia aos militares o monopólio do destino dos prisioneiros até mesmo na morte: “Os desaparecidos

52 Cf. CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas). *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984, p. 299. *Nunca Más* é o relatório da Comissão Verdade Argentina ou CONADEP. Foi formada no governo eleito democraticamente do presidente Raul Ricardo Alfonsín, em 1984. Seu propósito principal é investigar e relatar as violações dos Direitos Humanos pela ditadura militar argentina (1976-1983). A comissão incluía membros de várias esferas da sociedade argentina e era dirigida pelo escritor Ernesto Sabato que, embora tenha de início apoiado a ditadura militar, tornou-se um ícone da punição aos agressores militares. Ver H. Vezzetti. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002; C. Nino. *Radical Evil on Trial*. New Haven: Yale University Press, 1996; E. Crenzel. *La historia política del Nunca Más: La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

são apenas isso, desaparecidos. Eles não estão nem vivos nem mortos, estão desaparecidos”.⁵³

Crianças nascidas em cativeiro também, de algum modo, “desapareceram”, na medida em que ignoram sua origem e, com isso, reforçam o roubo da identidade biológica de seus pais assassinados. O roubo da identidade dos filhos dos desaparecidos assegurava a memória distorcida dos campos de concentração, uma memória que perpetua a imagem dos militares tal qual eles próprios gostariam de se ver representados. Crianças como butim de guerra significam a tentativa dos militares de ignorar um passado definido pela perda de identidade dos pais; asseguram aos agressores uma vitória ideológica na esfera da memória por gerações. Desse modo, as políticas de memória da extrema direita, que se mantiveram ainda depois de 1983, sob a democracia, foram iniciadas nos próprios campos de concentração. Esse dado não é uma particularidade da Argentina. Os nazistas, por exemplo, aniquilaram todo e qualquer vestígio de suas vítimas por meio da destruição da memória da unidade familiar; a ditadura argentina satisfazia-se com o sacrifício dos pais e a apropriação da identidade de seus filhos.

Os campos de concentração argentinos tornaram-se, assim, fábricas de identidades fabuladas e alimentadas pela tortura. Frequentemente, os novos “pais” eram escolhidos dentre os grupos que apoiavam a ditadura. Como adequadamente retratado no filme *A História Oficial* (1985) e, mais recentemente, em *Cautiva* (2003), esses “pais adotivos” possuíam vínculos ideológicos, religiosos e/ou financeiros com os militares. Testemunhos das vítimas indicam que “no Hospital Naval existia uma lista de casais da Marinha impossibilitados de ter filhos e dispostos a adotar crianças dos desaparecidos”. O sacrifício das vítimas era a recompensa ideológica para aquelas famílias dispostas a receber os filhos da catástrofe e oferecer-lhes uma versão deformada de amor familiar.

A relação entre o mito e a realidade nacionalista era muitas vezes efêmera e, fora dos campos, sua artificialidade era latente. No

53. Caraballo, Charlier e Garulli, *op. cit.*, 1996, p. 114.

tocante às crianças roubadas pela ditadura, a marca ideológica secreta seria imposta às gerações vindouras. Uma vez que não conheciam suas identidades, essas crianças eram o mais real artefato produzido nos campos de concentração e, sem que o soubessem, prolongavam a ideologia e a realidade dos campos além de seu espaço físico. Tais ideologias e realidades eram nitidamente nacionalistas, ou seja, fascistas à maneira argentina.

À medida que justificava os desaparecimentos e o roubo das crianças, o nacionalismo exaltava ideias racistas que muitas vezes determinavam quem viveria e quem morreria. Fora dos campos, essa ideologia extrema da morte adquiriu nova forma, na tentativa de se adequar a uma sociedade que podia se engajar no racismo em sua prática cotidiana, mas não tolerava a articulação explícita de ideias racistas. A sociedade, em sua grande maioria, preferiu o silêncio. Para aqueles dispostos a reconhecer o fato, era incontestável o que estava acontecendo nos campos militares. Com a ditadura, o maquinário da morte tornou-se o símbolo da consagração ideológica por meio da degradação das vítimas. Como nos campos de concentração nazistas, a necessidade de levar a ideologia às últimas consequências explica a gana de humilhar as vítimas. Todavia, a humilhação não era um fim, mas o meio de assegurar que a lógica da ideologia e a dinâmica de sua prática fossem aceitas mesmo por aqueles que com elas padeciam. A figura daquele que “quebrava” tornava-se um signo do poder ideológico. A ideia de que uma pessoa poderia “quebrar” demonstrava que, para os agressores, a destruição almejada não era apenas física, mas também parte de uma necessidade ferrenha de triunfar ideologicamente.

Uma dimensão central da tentativa dos agressores de mudar, ou de moldar, a identidade ideológica das vítimas era o fato de estas serem levadas a renunciar à sua posição de sujeito, abraçando a identidade dos agressores. A ideia nazista de que as vítimas poderiam existir apenas como exemplo da vontade volátil dos agressores tornou-se também uma característica primordial da ditadura argentina. Esse foi o caso, em especial, das vítimas de descendência judaica.

A maioria dos poucos prisioneiros judeus sobreviventes enfatiza ainda uma conexão substancial entre o Holocausto e a campanha genocida na Argentina. Para esclarecer, essa não é uma perspectiva original *per se*. Sobreviventes de outros genocídios também fazem a mesma comparação: o Holocausto é, para eles, um ponto de referência. Mas, em vez de enfatizar questões estruturais (como as similaridades históricas entre os dois regimes e suas campanhas de extermínio), os sobreviventes argentinos destacam uma original continuidade entre o Holocausto e o massacre argentino: sua dimensão experiencial. Deixe-me explicar.

Na Argentina, os agressores faziam referências explícitas ao Holocausto como uma meta a ser emulada nos campos e como um ponto de referência a ser superado. As vítimas, por sua vez, viveram os acontecimentos como um deslocamento da memória do Holocausto. Entremeavam inevitavelmente essa memória com suas experiências traumáticas do presente. O Holocausto como lembrado pelos opressores forneceu aos judeus argentinos motivos plausíveis para reproduzir Auschwitz. Essa foi, obviamente, uma meta impossível de se alcançar; levou, entretanto, os agressores a uma hipérbole histórica e a noções messiânicas de salvação através da violência e da tortura. Foi a memória de Auschwitz (que entendiam como integralmente positivas) que os levou a justificar o morticínio antissemita. Timerman ouviu de um de seus sequestradores: “Hitler perdeu a guerra. Nós vamos vencê-la”.⁵⁴

A figura de Mussolini fazia-se presente nos campos, ao lado de Hitler, bem como a ideia de sinarquia, introduzida pelo padre Meinvielle nos anos 1960 e posteriormente apropriada pelo Triplo A e Juan Domingo Perón nos anos 1970. Em testemunho diante do juiz espanhol Baltasar Garzón, Mario César Villani lembrou que, no campo, por entre a venda que obstruía seu olhar, era possível entrever um retrato de Mussolini pendurado na parede.

54. J. Timerman. *Prisoner without a Name. Cell without a Number*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2002, p. 50.

Nos campos de concentração argentinos, o universo de Auschwitz era apresentado como a consagração contrarrevolucionária de um ideal patriótico. Mas se, sob os nazistas, os judeus podiam simplesmente deixar de existir devido às ações que teriam perpetrado, como se alegava, contra a raça ariana, na Argentina os massacres eram justificados pela tradição de longa data do fascismo argentino, que combinava o antissemitismo nazista com uma marca mais tradicional de antissemitismo religioso.⁵⁵ Essa combinação fez da ditadura uma ditadura “revolucionária”, uma revolução contra a democracia e contra a esquerda. Essa combinação entre os múltiplos fascismos e as tradições ideológicas sagradas não foi tanto o resultado de uma teoria específica do inimigo. Foi uma forma de sincretismo contrarrevolucionário experimentado na teoria e na prática repressivas.

Foi, acima de tudo, um sentimento ideológico contextual e transcontextual, uma visão circular do mundo, difícil de articular em palavras. Os agressores argentinos tornaram-no tangível para si mesmos com a prática revolucionária extrema que foram os campos de concentração. Esse foi, em suma, o legado da ideologia fascista argentina, concretizado nos campos. Esse legado, efetivado pelas vias da repressão de Estado, das torturas e dos assassinatos sistemáticos, representou a dimensão mais “revolucionária” da ditadura argentina.

55. Finchelstein, *op. cit.*, 2010, pp. 163-177.

Golpe de Estado e violações dos direitos humanos no Chile*

Rodrigo Freire de CARVALHO E SILVA

O golpe de Estado ocorrido no Chile em 11 de setembro de 1973, que derrubou o governo do presidente constitucional Salvador Allende, certamente pode ser percebido como mais um dos muitos golpes de Estado similares que ocorreram na América do Sul desde 1964, quando foi derrubado o presidente brasileiro João Goulart, até o golpe de Estado na Argentina, em 1976.

Em geral, foram vitimados por tais golpes de Estado presidentes que, eleitos democraticamente, realizavam governos de conteúdo nacional-popular (mormente identificados como “populistas”), propondo-se a avançar em tarefas políticas de expansão da democratização (política e social) nos seus países, e assumindo uma política externa de independência ou de não alinhamento automático com nenhum dos dois grandes blocos políticos que hegemonizavam a Guerra Fria. Isso em cenários de ampliada mobilização política e social, em que às greves de trabalhadores urbanos e às mobilizações estudantis associava-se o aparecimento de novos atores políticos – principalmente

* O autor agradece a colaboração de Amana Martins Fagundes, Licencianda em História pela UFPB, e de Vivianne de Sousa, Licencianda em Ciências Sociais pela UFPB, bolsistas de iniciação científica (CNPq/UFPB), colaboradoras da pesquisa documental que deu origem a esse texto. Muitas das ideias aqui apresentadas foram discutidas no nosso grupo de pesquisa sobre a política contemporânea do Chile.

os camponeses, cujas demandas iam de encontro aos privilégios das oligarquias latifundiárias, intocados pelos distintos governos com conteúdo nacionalista e reformista que se instalaram na América do Sul desde a década de 1930.

O caso chileno, entretanto, merece considerações adicionais. Ao contrário da maioria dos países da América Latina no século XX, o Chile ostentava em 1973 a mesma ordem constitucional desde 1925, cuja normalidade garantira uma sucessão de presidentes eleitos, apenas interrompida entre junho e setembro de 1932, quando um golpe de Estado instalou uma breve “República Socialista”. Em 1973, o Chile se constituía como uma democracia parlamentar sólida – na medida em que isso é possível num ambiente competitivo –, fundada num sistema partidário organizado segundo clivagens sociais e ideológicas relativamente consistentes.¹ Nos termos do sociólogo Manuel Antonio Garretón, os partidos políticos e as organizações da sociedade civil constituíam-se como a “coluna vertebral” do sistema político chileno anterior a 1973, por ele caracterizado pelo

estabelecimento relativamente precoce de um espectro político-partidário de caráter nacional. Isso significa tanto a existência de uma gama completa de opções políticas expressas em organizações sociais, como a existência de partidos [...]. Uma segunda característica dessa estrutura político-partidária era o seu envolvimento com o conjunto de organizações sociais, [que] foram capazes de se converter em atores de relevância nacional precisamente na medida em que se relacionavam com a estrutura político-partidária. Este entrelaçamento de partidos políticos e organizações sociais favoreceu o desenvolvimento amplo e diversificado de uma classe política, no interior da qual estavam representadas as diversas opções do espectro ideológico.²

-
1. F. G. Gil. *The political system of Chile*. Boston: Houghton Mifflin, 1966; T. R. Scully. “Reconstituting party politics in Chile”. In: S. Mainwaring, T. R. Scully (orgs.). *Building democratic institutions*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
 2. M. A. Garretón. *El proceso político chileno*. Santiago: FLACSO, 1983, p. 31.

Assim, se as organizações sociais representativas das classes trabalhadoras tendiam a estreitar relações com os partidos de esquerda, as organizações empresariais estavam mais próximas da direita, estando os partidos de centro em posição equidistante, a depender de cada situação concreta, mas, sobretudo, identificando-se com a classe média urbana. Como resultado, a classe política e os partidos políticos se relacionavam com, e buscavam representar, as clivagens sociais e ideológicas existentes na sociedade chilena naquele período – o que pode ser percebido como uma excepcionalidade chilena no ambiente político latino-americano. Com exceção do Chile, talvez apenas países como Uruguai e Costa Rica pudessem ser apresentados desta forma, naquele momento. Garretón não exagerava ao falar que o sistema partidário chileno era de constituição *relativamente temprana*. Os partidos Liberal, Conservador e Radical, protagonistas da política chilena no período anterior a 1973, foram criados ainda no século XIX.

Após as reformas eleitorais de 1958 e 1962, que proibiram as coligações entre partidos políticos, preservando o sistema eleitoral proporcional com o método das maiores médias para a alocação das cadeiras nas disputas parlamentares,³ a fragmentação partidária diminuiu, fortalecendo os partidos maiores e ideológicos e garantindo mais consistência ao sistema partidário. Em 1966, como consequência dessa reforma, os tradicionais partidos Liberal e Conservador, rivais no século XIX, unificaram-se no Partido Nacional, de direita.

A disputa política no Chile do período era caracterizada pela chamada “lei dos três terços”, segundo a qual partidos políticos de esquerda, de centro e de direita controlavam espaços relativamente equivalentes do sistema político. A esquerda (formada pelos partidos comunista e socialista) estivera no poder no final da década de 1930, em coalizão com o Partido Radical, de centro – a chamada “Frente Popular”. A direita venceu o pleito de 1958 com Jorge Alessandri, em eleições que foram exemplares da polarização do sistema político

3. R. G. Valenzuela. “Reformando reglas electorales: la cédula única y los pactos electorales em Chile (1958-1962)”. *Revista Ciência Política*, Santiago, v. 31, n. 2, 2011, pp. 159-186; F. G. Gil, *op. cit.*, 1966.

chileno. Alessandri, o vitorioso, teve modestos 31,6% dos votos, contra 28,9% do segundo colocado, Salvador Allende, representante da aliança entre socialistas e comunistas, então na sua segunda disputa presidencial. O centro apresentou-se às eleições com as candidaturas do radical Luis Bossai, que recebeu 15,6% dos votos, e de Eduardo Frei, da então recém-fundada Democracia Cristã, obtendo 20,7% dos sufrágios. Numa eleição decidida em apenas um turno, o vitorioso recebeu apenas 33.416 votos a mais que o segundo colocado.

A criação da Democracia Cristã (DC), em 1957, representou uma reordenação do centro político, até então hegemônico pelos radicais, que enfrentavam o desgaste decorrente dos seus sucessivos governos desde o final dos anos 1930, que lhe deixaram uma marca de “clientelista”. Os democratas-cristãos passaram então a ocupar a base social tradicional do centro político – principalmente, a classe média urbana –, com um discurso que combinava a recusa das práticas políticas tradicionais com um reformismo inspirado na doutrina social-cristã. O resultado foi um verdadeiro fenômeno eleitoral. Em poucos anos desde sua fundação, a DC elegeu um presidente da República – Eduardo Frei Montalva – em 1964, e conquistou a maioria da Câmara dos Deputados em 1965.

O governo de Frei foi marcado por uma agenda de reformas – com destaque para a realização da reforma agrária – mas também por uma postura isolacionista, favorecida pelo seu rápido sucesso eleitoral, o que bloqueou a possibilidade de acordos mais amplos entre as forças políticas chilenas, seja ao centro-esquerda ou ao centro-direita. Para analistas como Samuel Valenzuela – inspirado por Giovanni Sartori –, a inexistência de um centro político aliancista, exercendo um papel conciliador que freasse as tendências centrífugas então observadas no sistema político chileno, foi fundamental para o desenlace golpista de 1973, como veremos adiante.

O resultado é que as eleições presidenciais de 1970 voltaram a reproduzir a tradicional “lei dos três terços”, estando as forças políticas dispostas com praticamente a mesma conformação de 1958. O Partido Nacional voltou a lançar a candidatura de Jorge Alessandri. Os

democratas-cristãos apresentaram Radomiro Tomic, que dispunha de um perfil muito mais à esquerda que seu correligionário Frei Montalva, propondo-se a avançar na agenda reformista. Já a esquerda tornou a lançar a candidatura de Salvador Allende, pela aliança Unidad Popular (UP) que, além dos socialistas e comunistas, incorporava também o enfraquecido Partido Radical, além de outros pequenos partidos de esquerda. Os resultados confirmaram a divisão tripartida: Tomic recebeu 28% dos votos, contra 35,3% obtidos por Alessandri, muito próximo dos 36,7% sufragados para Allende. Ou seja, a diferença de apenas 39.338 votos obtida por Allende sobre seu adversário de direita garantiu às eleições de 1970 um cenário proporcionalmente ainda mais apertado que as eleições de 1958.

A plataforma política da UP e do governo de Salvador Allende não poderia simplesmente ser classificada como “nacional-popular”. Em contrário, o que se propunha era a reorganização da economia chilena sob patamares socialistas, nos marcos da institucionalidade democrática. Tratava-se, portanto, de uma nova “via ao socialismo”, com democracia e liberdade – proclamava Allende – distinta tanto da via armada à revolução como do reformismo social-democrata, pois, sendo pacífica, pretendia-se revolucionária. Uma revolução “com empanadas e vinho tinto”, como também afirmava Allende. Uma “via chilena ao socialismo”, que pretendia constituir-se como uma experiência histórica original para a esquerda revolucionária.

Tais expectativas fomentaram franca oposição ao governo da UP, seja por parte da elite econômica chilena – e também de setores médios e politicamente moderados, impactados pelas consequências imediatas das principais iniciativas econômicas da UP, como a inflação e a escassez de produtos –, seja por parte de atores políticos externos. Entre esses, merece destaque o governo dos Estados Unidos, que não pretendia ver repetir-se na América Latina outra experiência socialista como a Revolução Cubana de 1959. Mas os Estados Unidos também receavam que uma exitosa experiência de construção do socialismo pela via democrática inspirasse iniciativas semelhantes em outros países ocidentais – particularmente na Itália, onde o Partido Comunista,

ao tempo em que obtinha sucessivos crescimentos eleitorais, assumia uma postura de crítica democrática à União Soviética, principalmente após a Primavera de Praga.

Coerente com seu propósito revolucionário, o governo de Allende tratou de impulsionar reformas econômicas de conteúdo socialista, projetando a criação de um amplo setor público-estatal na economia, que assumiria o controle dos principais meios de produção e do sistema financeiro, convivendo com empresas privadas, empresas de economia mista ou cooperativas, mas deixando ao mercado a responsabilidade pela maioria da economia chilena. O Estado seria convertido, assim, “no principal agente econômico, com poder tanto de normatizar e orientar o desenvolvimento econômico quanto de realizar atividades de produção e de serviço, de conformidade com o planejamento a ser feito”.⁴

Quase todo o sistema bancário foi estatizado já no primeiro ano do governo Allende, junto com muitas empresas privadas. Tratava-se de um modelo de desenvolvimento endógeno, *hacia adentro*, que fizesse crescer a economia a partir do estímulo à demanda de consumo, e distribuisse parcela expressiva da renda nacional às classes populares e trabalhadoras, estendendo sobretudo aos camponeses os direitos de cidadania do Estado laico e democrático que se construía desde 1925. Para tanto, foram expandidos o crédito público e concedidos aumentos de salários, ampliando a participação da renda dos trabalhadores no PIB nacional. Se a política de estatização desestimulou o investimento privado nacional e internacional, favorecendo a fuga de capitais e a carência de matérias-primas para a indústria, o crescimento da demanda de consumo aumentou a necessidade de importações, impactando negativamente a balança comercial e gastando as reservas cambiais chilenas, cenário desolador para uma economia capitalista dependente.

Por outro lado, o crédito externo praticamente esgotou-se, já que, sob pressão do governo dos Estados Unidos, as principais agências

4. L. A. M. Bandeira. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende, 1970 – 1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 259.

financiadoras internacionais deixaram de conceder empréstimos ao Chile. Ao governo, restou emitir moeda para atender à demanda que ele mesmo estimulava, agravando o processo inflacionário.⁵ Entretanto, a melhora na distribuição de renda garantida pelas políticas do governo da UP beneficiou de imediato aos trabalhadores que, em sua maioria, seguiram fiéis a Allende até o final. Mas a inflação e a desorganização das contas públicas estimularam a sensação de um “cenário de caos” que interessava aos golpistas de direita.

A preservação da ordem é um traço fundamental da cultura política chilena. De acordo com o PNUD, “a especificidade do imaginário chileno parece estar ancorado na sacralização da ordem como uma unidade determinada a partir de sua origem, ao mesmo tempo constantemente ameaçada pela desordem”⁶ Tal imagem de ordem estaria expressa numa tradição republicana autoritária, legada do século XIX e materializada em um Estado forte e centralizador, capaz de assegurar uma pretensa unidade que mascarasse os conflitos sociais. A Constituição de 1925 era uma expressão dessa tradição. Para lideranças como Allende, mesmo uma situação de revolução social, na qual se pretendia subverter as hierarquias econômicas e sociais por meio de um processo de democratização em favor das classes populares, a preocupação com a normalidade constitucional fazia-se fundamental. Uma cultura de apreço à ordem implica igualmente uma recusa ao caos. Para os setores mais extremistas da oposição, portanto, a experiência do governo da UP representava uma situação de desordem que justificava o golpe de Estado, entendido como remédio para o caos.

Como presidente, Salvador Allende foi antes de tudo um legalista, preservando sempre sua premissa de construir o socialismo a partir da institucionalidade democrática de 1925. Um bom exemplo foram as estatizações do seu governo, todas realizadas nos termos da lei. Em

5. L. A. M. Bandeira, *op. cit.*, 2008; A. Valenzuela. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones UDP, 2013.

6. PNUD. *Desarrollo humano en Chile: nosotros los chilenos, un desafío cultural*. Santiago, 2002, p. 59.

geral, por mais que se acumulassem os sinais de que havia um golpe de Estado em preparação – o primeiro exemplo veio antes mesmo da posse de Allende, em 1970, com a tentativa de sequestro que resultou no assassinato do general René Schneider, um militar legalista que defendia as prerrogativas da Constituição – havia a crença de que os militares chilenos eram majoritariamente profissionais, e não cederiam às tentações golpistas.

Tal crença era compartilhada, inclusive, pelo Partido Comunista chileno. Questionado sobre o ingresso de militares no ministério de Allende, após a greve de caminhoneiros em 1972, o secretário geral do PC, Luis Corvalan, deu a seguinte declaração: “Eu diria que constitui um avanço e um sinal de força, não apenas da Unidade Popular, mas também do Governo Constitucional e da democracia chilena. [...] Sem dúvida que um Gabinete no qual estão os três ramos das Forças Armadas e em que a classe operária têm uma presença relevante constitui-se como *uma barreira intransponível contra a sedição*” [grifos meus].⁷ A respeito desta crença dos comunistas quanto à força das instituições democráticas chilenas, é interessante o comentário do brasileiro Sérgio Augusto de Moraes, militante do PCB exilado no Chile em 1973: “Todo político brasileiro que chegava ao Chile estranhava a tranquilidade com que a esquerda chilena tratava as Forças Armadas. Elas eram tidas pelo povo e pelos dirigentes da Unidade Popular como absolutamente profissionais, incapazes de descumprir a Constituição, obedientes às decisões do seu ‘comandante supremo’, o Presidente da República”.⁸

Ainda sobre esse assunto, segue Luis Corvalan: “o programa da Unidad Popular, em seus termos textuais e aplicados dentro dos marcos legais, não merece objeção dos institutos armados por seu conteúdo essencialmente patriótico.”⁹ Sendo um programa patriótico, não encontraria, portanto, objeção dos militares, cientes que eram

7. E. Labarca. *Corvalan 27 horas*. Santiago: Quimanin, 1972, p. 13.

8. S. A. Moraes. *Viver e morrer no Chile*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2010, p. 30.

9. E. Labarca, *op. cit.*, 1972, p. 15.

das suas atribuições profissionais. Apresentado como uma “barreira intransponível” até pelos comunistas, o Estado constitucional chileno não resistiu, porém, às múltiplas pressões golpistas, que resultaram no golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973.

A bem da verdade, naquele momento, poucas eram as forças políticas dispostas a salvar a democracia chilena. Na oposição, desde as eleições de 1970, o Partido Nacional, junto com outros grupos de extrema-direita – como o neofascista *Pátria y Libertad* –, com organizações sociais da elite econômica e com amplos setores das forças armadas, operavam abertamente a favor de um golpe de Estado. A eles foram progressivamente se associando os democratas-cristãos, que – tal como os liberais brasileiros em 1964 – acreditavam que à derrubada de Allende pelos militares se sucederia uma posterior convocação de eleições, que eles facilmente venceriam com a candidatura de Eduardo Frei.

Já à esquerda, Allende era pressionado para radicalizar as reformas, para romper com a institucionalidade democrática e construir o “poder popular”. Esta era a oposição assumida pelo MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), que não fazia parte da UP, mas guardava estreita relação com alguns setores desta aliança, e pelo próprio Partido Socialista de Allende que, inspirado pela Revolução Cubana, radicalizara-se na segunda metade da década de 1960 e passara a criticar seu “ilusionismo eleitoral”. Pressionado à esquerda pelo seu próximo partido, Allende estava taticamente mais próximo dos comunistas que, desde a desestalinização do final dos anos 1950, defendiam a política da “coexistência pacífica” com o bloco ocidental e a construção do socialismo por meio da via democrática. Mas, para os comunistas, a democracia era um instrumento para acumular forças na construção do socialismo – ao contrário de Allende, que não pensava no socialismo para o Chile senão com democracia e liberdade. Assim, os comunistas chilenos esforçavam-se para manter a legalidade a todo custo, inclusive desestimulando greves e manifestações, e procurando estabelecer contatos com as lideranças mais à esquerda da DC, como Radomiro Tomic, iniciativa à qual também se associava Allende.

Mas a iniciativa de construção de acordos e pontes entre a esquerda e os centros democráticos não foi bem sucedida. O sistema político chileno já se encontrava dominado por atores providos de motivações golpistas e comportamentos centrífugos, que tornaram impotentes os poucos esforços de resistência democrática. Na avaliação de Arturo Valenzuela, a ruptura (*el quiebre*) da democracia chilena,

[...] foi majoritariamente produto da erosão do centro pragmático e da incapacidade das forças centristas – os democratas de ambos os lados do muito dividido sistema político – para perceber a lógica da espiral da crise, ou [...] prever as consequências desastrosas que representava a alternativa de um regime autoritário repressivo.¹⁰

A aliança entre o governo dos Estados Unidos e setores da oposição a Salvador Allende no Chile, num cenário onde a maioria dos atores políticos não mostrava mais disposição de salvar a ordem constitucional de 1925, foi fundamental para o desenlace golpista. A participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1973 no Chile, por meio de organismos como a CIA, a Embaixada em Santiago e o próprio Departamento de Estado, já é conhecida pelos documentos desclassificados e tornados públicos desde os anos 1990, fruto da iniciativa de pesquisadores e militantes de direitos humanos como o jornalista John Dinges e o historiador Peter Kornbluh, do National Security Archive (NSA) da George Washington University.¹¹ Na tentativa, primeiro, de barrar o avanço da esquerda no Chile e, depois, de derrubar o governo Allende, os Estados Unidos financiaram campanhas eleitorais e partidos políticos de direita e de centro no Chile – inclusive, Eduardo Frei e

10. A. Valenzuela, *op. cit.*, 2013, p. 27.

11. O sítio do NSA na internet dispõe de farta documentação relacionada à violação dos direitos humanos, particularmente, na América do Sul: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv>>.

sua Democracia Cristã; entregaram dinheiro e armas para grupos paramilitares de direita, como o *Patria y Libertad*, que as usou no assassinato do general René Schneider; estabeleceram intensa atividade de informação e de treinamento com militares chilenos favoráveis ao golpe; e mantiveram uma rede de colaboradores remunerados em território chileno, que incluía Augustin Edwards, proprietário do *El Mercurio*, o jornal diário de maior circulação nacional do mesmo nome, e também o maior grupo de comunicação chileno. Nada muito diferente, portanto, do que já havia sido feito pelos Estados Unidos no Brasil de 1964.

Hoje, está muito claro que o presidente Richard Nixon e seu secretário de Estado, Henry Kissinger, não aceitavam sob nenhuma hipótese um governo de Allende, e empenharam-se pessoalmente para impedir sua posse. Não tendo sucesso, operaram para sua deposição. Para esses líderes e seu grupo político nos Estados Unidos, a democracia e o respeito aos direitos humanos eram valores menores, que poderiam ser sacrificados, frente ao objetivo principal de manter a hegemonia de seu país no Chile e na América Latina. O argumento que eles utilizavam para justificar a violência golpista era, paradoxalmente, o de que estavam a defender a democracia, pretensamente ameaçada pelos comunistas. Excluindo-se a narrativa do comunismo, não há como não identificar uma semelhança com a postura novamente assumida pelos Estados Unidos nas invasões do Afeganistão e do Iraque, na primeira década do século XXI, e na sua subsequente guerra contra o terrorismo.

Um diálogo travado entre o secretário Henry Kissinger e o ditador Augusto Pinochet, em reunião anual da OEA realizada em 1976 no Chile, é exemplar da afinidade política entre estes dois líderes anticomunistas. Disse Kissinger a Pinochet:

Nos Estados Unidos, como sabe, simpatizamos com o que você está tentando fazer no seu país. Acho que o governo anterior rumava na direção do comunismo. Desejamos sucesso ao seu governo. [...] A minha avaliação é que você é vítima de todos os

grupos esquerdistas em todo o mundo, e que seu maior pecado foi ter derrubado um governo que se tornava comunista.¹²

Também o Brasil, presidido à época pelo general Garrastazu Médici, colaborou efetivamente com o golpe de Estado de 1973 no Chile. Era frequente o intercâmbio entre os militares chilenos e brasileiros em matéria de informação e repressão ao comunismo. O Serviço Nacional de Inteligência brasileiro serviu de inspiração e apoio a seu congênere chileno, criado após o golpe de 1973, a violenta Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), que também recebeu dinheiro e treinamento da CIA. É frequente o relato de exilados sobre a presença de militares brasileiros no Estádio Nacional do Chile, transformado em campo de concentração nos momentos imediatamente posteriores ao golpe de 1973.¹³ O embaixador brasileiro no Chile, Antonio Cândido Câmara Canto, também era frequente interlocutor dos articuladores do golpe, e foi visto em comemorações após o trágico desfecho do 11 de setembro: ¡*Ganamos!*¹⁴

Expressiva sobre esse assunto foi a conversação entre os presidentes Médici e Nixon, em 9 de dezembro de 1971, nos Estados Unidos, que resultou em um memorando do Departamento de Estado, só desclassificado em 2008.¹⁵ Naquele encontro, Médici afirmou que Allende poderia ser derrubado pelas mesmas razões que ocasionaram a derrubada de João Goulart no Brasil, acrescentando que acreditava que as Forças Armadas chilenas eram capazes de conduzir tal empreitada, deixando claro que o Brasil estava colaborando com os militares chilenos com esse intuito. Nixon replicou afirmando que julgava muito importante esta iniciativa brasileira, e que Brasil e Estados Unidos deveriam trabalhar conjuntamente para evitar o surgimento de novos

12. J. Dinges. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Tr. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 239-240.

13. Por exemplo, L. A. M. Bandeira, *op. cit.*, 2008; J. Dinges, *op. cit.*, 2005.

14. "La ayuda secreta de los militares brasileños". *La Tercera*, Santiago, 03 de agosto de 2003.

15. Disponível, na sua versão original em inglês, no sítio do NSA: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>>.

“Allendes” e novos “Castros” na região. Colocou ainda seu governo à disposição para fornecimento de qualquer ajuda, inclusive de dinheiro.

A ditadura de Pinochet no Chile foi uma das mais violentas da América do Sul. Os trabalhos de investigação realizados pelas distintas comissões de verdade e reparação instaladas no Chile após a redemocratização indicam a existência de mais de 40 mil vítimas, entre presos e torturados, das quais mais de 3 mil foram assassinadas – muitas das quais estrangeiras, inclusive cidadãos do Brasil e dos Estados Unidos. Mas a ditadura chilena não se limitou a executar seus adversários no seu território. Partiu do Chile, através do comandante da DINA, o coronel do Exército Manuel Contreras, a iniciativa de criação da organização conhecida por “Operação Condor”, em 1975. Tratava-se de uma colaboração entre ditaduras de países sul-americanos – das quais as mais ativas foram Argentina e Uruguai, além do Chile; mas também estiveram envolvidos o Brasil, o Peru e a Bolívia – com vistas à troca de informações e à prisão de militantes de esquerda que estivessem além da fronteira dos seus países.

Documentos recentemente classificados comprovam que o governo dos Estados Unidos tinha conhecimento da instalação da Operação Condor, e a via com bons olhos, como atesta correspondência enviada em 20 de julho de 1976 pelo seu embaixador no Uruguai, Ernest Siracusa, ao Departamento de Estado:

Os Estados Unidos têm recomendado há muito tempo que esses países aumentem a sua cooperação para segurança. Agora que estão fazendo exatamente isso, a nossa reação não deveria ser de opróbrio. Devemos condenar os métodos abomináveis, mas não podemos condenar sua abordagem coordenada de supostas ameaças comuns.¹⁶

16. J. Dinges, *op. cit.*, 2005, p. 253.

Por “métodos abomináveis” entendam-se as barbaridades cometidas na violação de direitos humanos, particularmente os assassinatos internacionais. Mas é certo que o governo dos Estados Unidos não estava preocupado com qualquer violação de direitos humanos no combate ao comunismo – apenas com os excessos.

A política de Contreras envolvia também o assassinato de adversários que, localizados no exterior, tomavam iniciativas democráticas de oposição à ditadura chilena. Para tanto, posicionou alguns de seus agentes para executar estas operações especiais em diversos países. O primeiro desses assassinatos foi cometido contra o antecessor de Pinochet no comando das Forças Armadas chilenas, que renunciou ao seu comando no final do período democrático, o general Carlos Prats. Residindo na Argentina, Prats trabalhava na redação das suas memórias e poderia se tornar um inconveniente para a ditadura. Prats e sua esposa foram assassinados em Buenos Aires, com um carro-bomba operado por agentes da DINA, em setembro de 1974, antes mesmo da reunião que originou a Operação Condor. Em seguida, o democrata-cristão Bernardo Leighton e sua esposa foram vítimas de um atentado em Roma, em outubro de 1975, do qual saíram com vida. Logo após o golpe, os democratas-cristãos perceberam a monstruosidade do regime que se instalava com os militares e passaram à oposição. Leighton era deputado e, tendo seu mandato interrompido em 1973, trasladou-se para a Europa, para denunciar o regime, e lá foi localizado pelos agentes da DINA.

Por fim, já na vigência da Operação Condor, foi assassinado o ex-embaixador do Chile nos Estados Unidos e último Ministro da Defesa de Allende, o socialista Orlando Letelier, em setembro de 1976. O detalhe grave é que Letelier foi vítima de uma bomba que explodiu seu automóvel quando ele se dirigia ao trabalho, num instituto de pesquisas em Washington, capital dos Estados Unidos. Este episódio despertou forte comoção na opinião pública estadunidense, na oposição democrata no Congresso e incomodou o próprio governo. Afinal, uma coisa era violar direitos humanos na América do Sul, outra coisa era cometer assassinatos na Europa ou nos Estados Unidos. A partir de

então, a relação da ditadura chilena com seu parceiro do norte ficou estremecida, situação que se agravou após a chegada de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos. Em todos estes três assassinatos, esteve envolvida a figura de Michael Townley, cidadão estadunidense e agente duplo, da CIA e da DINA. Sob as ordens de Manuel Contreras, Townley contou com a colaboração, nessas operações, de exilados cubanos nos Estados Unidos e, no caso de Leighton, de um grupo neofascista italiano. Essa extrema-direita internacional via Pinochet como um herói.¹⁷

As inúmeras notícias sobre a colaboração do governo dos Estados Unidos com as atrozes violações dos direitos humanos cometidas pelas ditaduras sul-americanas levaram um grupo de parlamentares do Partido Democrata a criar comissões de investigação no Congresso sobre o assunto. Dessas, destaque-se a comissão instalada no Senado em 1975, presidida pelo senador democrata Frank Church (conhecida como *Church Committee*), que tratou das ações secretas (*covert actions*) realizadas no Chile entre 1963 e 1973 pela CIA, pela NSA e pelo FBI. O relatório dessa comissão constitui um importante documento para a reconstrução histórica da violação dos direitos humanos nas Américas – mesmo que a recente desclassificação de documentos lhe supere em algumas informações. Foi através do relatório da Comissão Church que se soube, pela primeira vez, do financiamento de jornais, políticos e partidos políticos chilenos pelos Estados Unidos como estratégia de enfraquecimento das forças de esquerda nas Américas, notadamente, do governo de Allende. O relatório da Comissão Church afirma categoricamente que a CIA

[...] financiou atividades que cobriam um amplo espectro, desde simples propaganda manipuladora com a imprensa até o apoio em grande escala de partidos políticos chilenos; desde pesquisas de opinião pública até tentativas diretas para fomentar um golpe militar. O panorama de atividades “normais” da Central-CIA em

17. J. Dinges, *op. cit.*, 2005.

Santiago incluía a inserção de materiais de propaganda criados pela Central nos meios de comunicação chilenos mediante pagamento, apoio direto a publicações e esforços para opor-se aos comunistas e à ala esquerdista das organizações de estudantes, camponeses e trabalhadores.¹⁸

Mais adiante, esse relatório faz a relevante afirmação de que as *covert actions* eram um instrumento da política exterior do seu país, agregando que “os Estados Unidos se esforçaram em 1970 para fomentar um golpe militar no Chile; depois de 1970 adotou-se uma política manifesta e encoberta de oposição a Allende; e continuaram os contatos de inteligência com militares chilenos, incluindo os oficiais que participaram do complô do golpe”.¹⁹

Percebe-se que se instalou no interior do Parlamento uma disputa aberta sobre a política externa dos Estados Unidos com relação à violação dos direitos humanos pelas ditaduras sul-americanas dos anos 1970. Se de um lado o governo republicano estreitava suas relações com essas ditaduras, motivado pelo interesse pragmático de reduzir a influência da esquerda e de garantir sua hegemonia sobre a política regional, diversos congressistas de filiação democrata insistiam em orientar a política externa dos Estados Unidos pelo estrito respeito aos direitos humanos. Em 1976, o senador Ted Kennedy apresentou uma emenda visando proibir a venda de armas ao Chile, caso este país não apresentasse melhoras na sua política de respeito aos direitos humanos. Várias iniciativas similares, visando interromper as ajudas econômicas e militares dos Estados Unidos a tais ditaduras, foram objeto de discussão no Congresso dos Estados Unidos daquela década. Considerada em seu conjunto, a posição dos Estados Unidos em relação às ditaduras sul-americanas, a partir da segunda metade da década

18. UNITED STATES SENATE. *Covert action in Chile, 1963-1973: Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*, 1975. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/chile/doc/encubierta.html>>. Consultado em: set. 2014.

19. *Idem*.

de 1970, foi marcada pelo conflito e pela disputa política entre setores democratas do Congresso – que obtiveram sucesso na sua estratégia de denúncia da política exterior do seu país – e o Executivo, pragmático e de direita, dominado por “falcões” republicanos.

O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 no Chile pode ser visto como um exemplo histórico da ação de elites nacionais e internacionais que, envolvidas na batalha política pela defesa dos seus privilégios e interesses, abdicaram dos valores da democracia e dos direitos humanos, abraçando uma solução autoritária que descambou em uma ditadura violenta. Controlada com mão de ferro por militares que – até pouco antes do golpe – se diziam legalistas (como o próprio Pinochet, que desfrutava da confiança de Prats e de Allende), essa ditadura não se conteve em reprimir e exterminar os seus compatriotas, assumindo também uma atividade terrorista internacional. Diversos atores que, com maior ou menor intensidade, apoiaram o golpe de Estado em 1973 rapidamente se tornaram vítimas da ditadura, como os democratas-cristãos.

De certa maneira, o próprio governo dos Estados Unidos também pagou seu preço pelo apoio aos militares golpistas no Chile, quando viu a situação fugir do seu controle a ponto de um atentado terrorista ser executado em seu território. A ambiguidade por trás do episódio é que o argumento fundamental para a opção pela alternativa golpista era a preservação da democracia, contra a ameaça comunista. Na verdade, em um ambiente de Guerra Fria, o que se procurava era barrar um processo de democratização social e a construção de uma alternativa política autônoma, de base nacional-popular, conduzido pelo governo Allende, que podia servir de inspiração para o resto do mundo e para a América Latina em particular. É de se lembrar que a esquerdista Frente Ampla esteve muito próxima de vencer as eleições presidenciais uruguaias de 1971 e que, naquela ocasião, a ditadura militar brasileira chegou a cogitar uma invasão do país vizinho.

Nos anos 1990, o Chile redemocratizou-se, e desde então vem realizando esforços significativos em matéria de justiça de transição, visando à construção de uma sociedade democrática. Várias

comissões da verdade e da reparação foram instaladas pelos governos democráticos, e muitos dos militares envolvidos nas violações de direitos humanos durante o período ditatorial foram a julgamento e condenados. Manuel Contreras, antigo chefe da DINA, está preso, cumprindo condenações que, acumuladas, excedem os duzentos anos de prisão. Pinochet foi detido na Inglaterra, quando fazia tratamento médico, em 1998, após pedido de extradição à Espanha emitido pelo juiz Baltasar Garzón, que peticionava sobre o desaparecimento de espanhóis no Chile durante a ditadura.

O caráter transnacional dos crimes cometidos pela ditadura chilena, particularmente pela Operação Condor, abriu um debate jurídico sobre extraterritorialidade em matéria de violação de direitos humanos. Desde então, diversos militares chilenos envolvidos com a ditadura evitam viajar ao exterior. Mesmo assim, muitos têm sido os casos de prisão e condenação pela justiça chilena.

A sociedade chilena saiu cindida e traumatizada da ditadura militar. Com as iniciativas que vem desenvolvendo em matéria de justiça de transição, o Chile tem dado importantes passos para a construção de uma memória sobre o período ditatorial que nos parece a mais adequada a uma sociedade democrática, combinando busca da verdade, reparação das vítimas e responsabilização e condenação dos violadores. Isso é fundamental num ambiente democrático, para que nunca mais aconteça.

México: como construir uma perspectiva sobre o passado recente?*

Pablo PICCATO

Tradução do original em inglês por Mauro Marolla Filho

A historiografia contemporânea no México progrediu na última década além do jornalismo, da ficção política e do *testimonio*. Catorze anos atrás, Stephen Niblo anotava a “estéril paisagem historiográfica” mexicana desde 1940.¹ Hoje, claramente esse não é mais o caso. Novos estudos fazem uso sistemático dos arquivos, combinam abordagens local, nacional e internacional e revisam drasticamente as interpretações herdadas das ciências sociais sobre as mudanças políticas que levaram à derrota do PRI nas eleições de 2000. Ao lado do uso historiográfico dos arquivos, grande parte do impulso para tal inovação vem da determinação para encontrar a verdade sobre os abusos de um regime autoritário que tentava reagir à oposição por meios extralegais. Por causa desse imperativo e da inevitável proximidade dos acontecimentos

* Artigo originalmente publicado sob o título “Comments: How to Build a Perspective on the Recent Past”. *Journal of Iberian and Latin American Research* (JILAR), 19:1, 91-102 (julho/2013), como parte do dossiê “Spy Reports: Content, Methodology, and Historiography in Mexico’s Secret Police Archives” organizado por Tanalís Padilla e Louise E. Walker. As referências feitas aos documentos da Dirección Federal de Seguridad remetem aos textos selecionados e comentados por outros autores do referido dossiê, a saber: Walker e Padilla, Patrick Iber, Gabriela Soto Laveaga, Alexander Aviña, María L. O. Muñoz e Adela Cedillo. A versão eletrônica encontra-se disponível em: <<http://www.tandfonline.com/toc/rjil20/19/1#.U9veVIBdVcQ>>.

1. S. R. Niblo. *Mexico in the 1940s: Modernity, Politics, and Corruption*. Wilmington: Scholarly Resources, 1999, p. xvii.

de um passado ainda recente, é possível que a paisagem historiográfica ainda careça de um enquadramento interpretativo paradigmático – o que, afinal, talvez não seja algo ruim. Em vez de voltar aos documentos e às interpretações apresentados nesta problematização, os comentários que seguem apontarão para alguns temas e trabalhos historiográficos relevantes para as interpretações propostas, também como exemplos das dificuldades envolvidas na escrita da história do *pasado inmediato*, desvelando alguns de seus aspectos dolorosos. Como escreveu Alfonso Reyes poucos anos após o fim da Revolução, a “história recente é sempre a menos apreciada”. Por um lado, pensou ele, porque era difícil, senão impossível, estabelecer uma única perspectiva aceitável: “Certa medida de ingratidão sempre acompanha o progresso”. Para ele, algo inevitável, dado, de um lado, o custo da revolução para sua família e, de outro lado, a projeção que nela encontrou ele próprio.²

Muitas escolas de interpretação acerca do regime que emergiu da Revolução de 1910 forneceram os pilares básicos para compreender as transformações ocorridas a partir de 1940. A abordagem tradicional centra-se na estrutura institucional e social consolidada pelo Presidente Lázaro Cárdenas, do projeto da Constituição de 1917. Os últimos anos desse sistema são explicados pela figura de um arco que vai do corporativismo autoritário à transição parcial para a democracia, no contexto de um regime presidencialista enfraquecido. Muitas dessas considerações foram escritas por cientistas políticos, com base em jornais, publicações oficiais e entrevistas com atores importantes.³ Apesar de várias delas terem sido concebidas e publicadas antes de 2000, ainda fornecem bons enquadramentos para encerrar os sessenta anos após 1940, nos quais a *familia revolucionaria*, o grupo da elite política, tomou o rumo da direita, mas manteve as estruturas de controle político que garantiam estabilidade e desenvolvimento

2. A. Reyes. *Obras Completas*. Vol. XIII. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 182.

3. Há muitos trabalhos a esse respeito. Exemplos, com variações relevantes, seriam os trabalhos de Arnaldo Córdova e a *Historia de la Revolución Mexicana* editada pelo Colegio de México.

capitalista. Uma variante dessa interpretação compreenderia a chegada do neoliberalismo, particularmente com o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), como o verdadeiro fim do sistema, mais do que as vitórias eleitorais do PAN.⁴

Estudos acerca da formação do Estado, publicados depois da década de 1990, focaram em seu processo de construção e apresentaram alternativas em termos de interpretação e de método, até os anos Cárdenas, com maior interesse na combinação de fenômenos culturais e políticos. No entanto, seu impacto na era pós-1940 foi mais forte no soerguimento de uma perspectiva transnacional, que faz da Guerra Fria o cenário no qual política e cultura mexicanas podem ser significativamente situadas.⁵ Tais estudos são sensíveis às particularidades nacionais, mas ainda assim correm o risco da subordinação dos processos local e nacional à polaridade dos poderes globais, especificamente quando a “globalização” se torna uma retórica dominante na visão dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Durante a Guerra Fria, contudo, o regime PRI combinava um discurso nacionalista com uma íntima afinidade com os Estados Unidos.⁶ No terreno da política, o significado de comunismo, socialismo e “esquerda”, no México, remetia a um passado pós-revolucionário,

-
4. A. S. Dawson. *First World Dreams: Mexico Since 1989*. Londres: Zed Books, 2006.
 5. M. K. Vaughan, S. E. Lewis (orgs.). *The Eagle and the Virgin: Nation and Cultural Revolution in Mexico (1920–1940)*. Durham: Duke UP, 2006; J. Moreno. *Yankee Don't Go Home! Mexican Nationalism, American Business Culture, and the Shaping of Modern Mexico (1920–1950)*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003; G. M. Joseph, A. Rubenstein, E. Zolov (orgs.). *Fragments of a Golden Age: The Politics of Culture in Mexico since 1940*. Durham: Duke UP, 2001; G. M. Joseph, C. Le Grand, R. D. Salvatore. *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.: Latin American Relations*. Durham: Duke UP, 1998; E. Zolov. *Refried Elvis: The Rise of the Mexican Counterculture*. Berkeley: University of California Press, 1999; M. K. Vaughan. *Cultural Politics in Revolution: Teachers, Peasants, and Schools in Mexico, 1930–1940*, Tucson: University of Arizona Press, 1997; e G. M. Joseph, D. Nugent (orgs.). *Everyday Forms of State Formation: Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico*. Durham, Duke UP, 1994.
 6. G. M. Joseph, D. Spenser (orgs.). *In from the Cold: Latin America's New Encounter with the Cold War*. Durham: Duke UP, 2008; S. Fein. “Myths of Cultural Imperialism and Nationalism in Golden Age Mexican Cinema”. In: G. M. Joseph, A. Rubenstein, E. Zolov (orgs.). *Fragments of a Golden Age*. Durham: Duke UP, 2001, pp. 159-198.

no qual contendas religiosas, trabalhistas e agrárias e organizações corporativas permitiram a sobrevivência de uma retórica esquerdista e de formas de ativismo que pareciam contraditórias quanto ao posicionamento do México numa batalha entre os dois superpoderes. O processo de americanização cultural e a cumplicidade diplomática com o anticomunismo, em outras palavras, seriam insuficientes para descrever as transformações da política interna desde a Segunda Guerra Mundial.

Visões centradas em políticas globais e estruturas corporativas têm a vantagem de oferecer uma explanação totalizante, um enquadramento adequado, em que tudo se encaixa. No entanto, apresentam o problema comum de enfatizarem uma escala nacional de análise. Na política, isso significa que o governo federal teria exercido seu poder igualmente em todo o país, ao passo que trabalhos recentes mostram que muito se passou no nível subnacional, coisa que o presidente mexicano e os Estados Unidos não puderam controlar. Isso se tornou evidente quando foram examinadas as disputas eleitorais, mas também as ideologias de classe, *caciquismo*, etnicidade e até os significados da própria nação. Assim como no século XIX, a importância das variantes regionais ou locais na constituição do nacional continuou a ser referência central para a história revisionista e pós-revisionista do período revolucionário – incluindo uma dose saudável de ceticismo a respeito da capacidade de o Estado pós-revolucionário impor seu projeto político, cultural e, inclusive, econômico. Um grupo mais jovem de historiadores mergulhou em arquivos e jornais para prosseguir minando a narrativa grandiosa do PRI como a *dictadura perfecta*.⁷

7. W. A. Cornelius, T. A. Eisenstadt, J. Hindley. *Subnational Politics and Democratization in Mexico*; J. Rubin. *Decentering the Regime: Ethnicity, Radicalism, and Democracy in Juchitán, Mexico*. Durham: Duke UP, 1997; A. Knight, "Cardenismo: Juggernaut or Jalopy?". *Journal of Latin American Studies*, v. 26, n. 1, 1994, pp. 73-107; C. Lomnitz. *Exits from the Labyrinth: Culture and Ideology in the Mexican National Space*. Berkeley: University of California Press, 1992; A. Knight. "Revolutionary Project, Recalcitrant People: Mexico, 1910-40". In: J. O. Rodríguez (org.). *The Revolutionary Process in Mexico: Essays on Political and Social Change, 1880-1940*. Irvine: University of California, 1990; J. Friedlander. *Being Indian in Hueyapan: A Study of Forced Identity in Contemporary Mexico*. New York: St. Martin's Press, 1975. Ver os trabalhos de

Quando focamos as últimas décadas do século e extrapolamos os trabalhos publicados em inglês, o *pasado inmediato* passou a centrar-se no significado do movimento estudantil de 1968. Nos anos seguintes ao 2 de outubro, particularmente entre uma geração de acadêmicos e escritores que foram observadores próximos ou partícipes do movimento e que seguiram tendo uma influência considerável no discurso político e na narrativa histórica da esquerda, 1968 significou o começo do fim do regime pós-revolucionário, o momento em que a verdadeira natureza autoritária da presidência e do PRI foi revelada e radicalizada. Poderia ter sido um efeito de perspectiva, como sugere Reyes ao escrever, em 1939, a respeito de 1910, mas o fato, visto dos anos 1990 e 2000, é este: *el sessenta y ocho* minou o mito do progresso nacional que fizera parte da legitimidade pós-revolucionária. Desenvolvimento e democracia não pareciam marchar juntos em direção a um futuro no qual o México se assemelharia aos países desenvolvidos. A violência desencadeada sobre o movimento estudantil foi uma revelação para a geração que atingiu a maioria política em meio ao “milagre econômico” que caracterizara o crescimento econômico por várias décadas. Faziam parte de uma classe média ascendente, porém ansiosa, com o sentimento de que não encontrariam os canais apropriados para se fazer ouvir e, portanto, influenciar o sistema político. A memória pública do movimento enquadra-o em termos de erosão da crença de que o *status* de primeiro mundo estava ao seu alcance. A decepção (tivemos nossos Jogos Olímpicos, pensavam, mas não nos tornamos o Japão, anfitrião dos jogos em 1964, nem a Alemanha, anfitriã em 1972) encabeçou uma amargura generalizada parecida com aquela posterior à queda abrupta do sonho salinista, em 1994.

Esta é a história, pelo menos tal como ficou preservada na memória pública. Mas, de acordo com aquela geração, 1968 também interrompeu um silêncio político. Tão inesperados quanto a repressão foram o tamanho e a criatividade das irrupções do movimento

Paul Gillingham, Thomas Rath, Benjamin Smith, Richard Boyer. [Particularmente útil é *Dictablanda: Politics, Work, and Culture in Mexico, 1938–1968*. P. Gillingham, B. Smith (orgs.). Durham: Duke University Press, 2014.]

estudantil no espaço público. Com o passar dos anos e a mudança do tom das comemorações do 2 de outubro, ficou claro que 1968 não foi somente um fim marcado pela tragédia de Tlatelolco, mas também um ponto médio, a parte mais visível de um processo cultural e político de transformação na esfera pública. Com o tempo, 2 de outubro se tornaria uma comemoração oficial, os participantes perderiam o monopólio sobre a narrativa do movimento e novas gerações de intelectuais passariam a abordar o assunto como parte dos esforços para compreender a democratização, mais do que a ditadura. O movimento e a violência usada contra o 2 de outubro foram o melhor exemplo, ao invés de o ponto culminante ou um caso isolado, dos movimentos populares de resistência que lutaram contra o regime do PRI, enquanto durou, alcançando os trabalhadores da ferrovia e os *Navistas* em San Luis Potosí no fim dos anos 1950, ou ainda os henriquistas nos anos 1940.⁸ Os zapatistas em Chiapas evocaram o espírito de 68 como um paradigma do imaginário da revolta social que se opôs à repressão. Era, naquele momento, uma referência histórica apropriada, por ter sido 1994 também o fim do projeto do presidente Carlos Salinas de desenvolvimento primeiro-mundista.⁹

Os eventos de 1968 ganharam relevo através de um argumento causal constante, no qual memória e história se encontraram. As balas e os tanques de Tlatelolco, argumenta-se com frequência, empurraram aquela geração, ou pelo menos os mais corajosos entre eles, a optar pela luta armada contra o regime. Aqui novamente não estamos de fato falando de um começo, mas de uma continuidade. Como sabemos, a ação da guerrilha era parte da política mexicana bem antes de 1968. Nas serras de Guerrero, Morelos e nas ruas de Guadalajara,

8. R. F. Alegre. *Contesting the "Mexican Miracle": Railway Men and Women and the Struggle for Democracy in Mexico, 1943–1959*. Ph.D. Dissertation – New Brunswick, Rutgers The State University of New Jersey, 2007; V. Markarian. "Debating Tlatelolco: Thirty Years of Public Debates About the Mexican Student Movement of 1968". In: J. Downs, J. Manion (orgs.). *Taking Back the Academy: History as Activism*. Nova York; Londres: Routledge, 2004; E. Servin. *Ruptura y oposición: El movimiento henriquista, 1945–1954*. Cidade do México: Cal y Arena, 2001.

9. *Declaración de la Selva Lacandona*. <<http://palabra.ezln.org.mx/>>, acessado em 1 de outubro de 2011.

organizações guerrilheiras eram motivadas por razões locais tanto quanto pela frustração dos estudantes da Cidade do México – cujo impacto foi amplamente neutralizado pelas organizações estudantis pró-governo locais.¹⁰

Para a escrita da história recente, eu argumentaria que 1968 é mais importante do ponto de vista metodológico do que como marco cronológico. Como diz o relato deslocado das memórias pessoais e coletivas para as narrativas históricas, o episódio demonstrou que o modelo de Estado centralizado e a ênfase nas organizações corporativas herdadas dos anos cardenistas limitam as fontes e os temas que poderiam ser examinados de uma perspectiva histórica – que é, com a clara consciência dos atores, mudança e continuidade, e dos múltiplos entendimentos relativos ao passado, ainda que certa “ingratidão” esteja envolvida. Pensar em 1968 da perspectiva de seus efeitos potenciais na reforma do Estado pareceu limitar o estudo dos movimentos sociais e dos atores políticos emergentes: os líderes e sua relação com o Estado (como prisioneiros, informantes, empregados, críticos) pareciam mais relevantes que a ação coletiva. Porém, pensá-lo a partir de um foco mais complexo demandava novas ferramentas: o movimento estudantil, por sua dispersão e espontaneidade, e a militância guerrilheira, por seu sigilo e derrota, tornaram imperativo o uso sistemático de fontes orais.¹¹ Isso resultou num crescente interesse por novas fontes e perspectivas que não estavam no registro oficial ou nos jornais, nem nas explicações dadas pela geração de 1968 que se tornavam a história oficial. Como o discurso do Estado sobre os eventos de Tlatelolco evoluiu, particularmente a partir de 1997, quando

-
10. T. Padilla. *Rural Resistance in the Land of Zapata: The Jaramillista Movement and the Myth of the Pax Priista, 1940-1962*. Durham: Duke UP, 2008; D. C. Hodges, D. R. Gandy. *Mexico under Siege: Popular Resistance to Presidential Despotism*. London; Nova York: Zed Books, 2002; S. A. Quezada. *La Charola: Una Historia de los Servicios de Inteligencia en México*. Cidade do México: Grijalbo, 2001.
 11. T. Padilla, *op. cit.*, 2008; E. Carey. *Plaza of Sacrifices: Gender, Power, and Terror in 1968 Mexico*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005; L. J. Frazier, D. Cohen. “Mexico ‘68: Defining the Space of the Movement, Heroic Masculinity in the Prison, and ‘Women’ in the Streets”. *Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 4, 2003, pp. 617–660.

a esquerda estava no governo da Cidade do México e o Congresso tinha maioria da oposição, a confluência entre memória e história foi problematizada em novos projetos de comemoração crítica. O melhor exemplo é o projeto patrocinado pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), um novo museu localizado em Tlatelolco. O desafio desse projeto era responder a demandas paralelas por preservar a experiência dos atores não estatais e entender o significado histórico dos eventos. A resposta curatorial foi combinar entrevistas pessoais com a exposição dos limites do enquadramento histórico.¹²

A emergência de 1968 como tema histórico teve duas outras consequências. Uma, que ressoou em outras pesquisas nas ciências sociais, voltando a atenção dos historiadores para pontos de vista antes ausentes da narrativa dominante, foi principalmente a importância do gênero para entender a política e, de forma mais genérica, a relação entre histórias individuais e a grande história na qual cada estudante rebelde ou *guerrillero* queria entrar gloriosamente. Assim, 1968 transformou as subjetividades políticas – juventude, imaginação, humor e coragem ganharam relevância – e aqui novamente 1968 era menos uma ruptura que uma continuidade de velhos pontos de vista sobre gênero, e mesmo classe, que a esquerda mexicana relutava em abandonar junto a outros costumes do autoritarismo. Lutas dentro da luta, algumas que fervilhavam há anos, e histórias complexas da militância tornaram-se assim visíveis, reforçando a opinião de que 1968 não foi um *parteaguas*, mas um entre vários processos justapostos e movimentos de transformação. Como notou Ariel Rodríguez Kuri, ao escrever sobre os começos do movimento, “as teleologias nos arrebatavam as possibilidades de recuperar a liberdade dos atores”.¹³ Estudantes, mulheres, as vítimas da repressão, os desaparecidos e seus familiares, até mesmo os dissidentes internos da esquerda, tornaram-se historicamente significativos porque revelaram questões importantes

12. Á. V. Mantecón. *Nuevas historias oficiales: el caso del Memorial del 68 en México*. Manuscrito.

13. A. R. Kuri. “Los primeros días: Una explicación de los orígenes inmediatos del movimiento estudiantil de 1968”. *Historia Mexicana* v. 53, n. 1, 2003, pp. 179-228.

além da estrutura do controle político – e não apenas porque ajudaram na revisão da história da esquerda, embora isso fosse importante também.¹⁴

A segunda consequência de 1968 foi menos o produto das reinterpretações e dos novos interesses e mais a necessidade de adaptação à falta de fontes acerca do passado recente. A esse respeito, os relatos de participantes do movimento geraram problemas difíceis: como contradizer alguém que não só “esteve lá” como ainda deu forma ao próprio movimento? Como utilizar múltiplas fontes de maneira crítica quando muitas dessas primeiras interpretações desafiavam a validade umas das outras? Gustavo Guevara Niebla, por exemplo, dispensou a utilização de documentos oficiais, dadas as falhas das investigações e a falsidade das fontes policiais.¹⁵ Assim, quando o monopólio da presidência do PRI foi interrompido em 2000, grupos defensores dos direitos humanos exigiram uma prestação de contas, verdade e justiça sobre os atos de 2 de outubro e a guerra suja dos anos 1970. Extraíram do antigo regime a dupla promessa de abertura dos arquivos e de investigação das responsabilidades entre aqueles que sobreviveram ao presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964–1970). No entanto, como registra Padilla em seu artigo do volume de *JILAR* citado acima, documentos do Serviço de Inteligência das últimas décadas do século XX foram revelados antes de outros arquivos do Estado menos manifestadamente políticos, como aqueles da *Secretaría de Educación Pública* (SEP). Surgiram documentos, inclusive testemunhos de oficiais do exército, que demonstravam não somente que houvera muitas vítimas em Tlatelolco (que o governo e o PRI tentaram negar mais por disciplina que por convicção), mas também que a ordem para matar viera do alto escalão, envolvendo a participação das Forças

14. A este respeito, o trabalho de José Revueltas merece maior atenção dos historiadores. Ver J. Revueltas. *Los errores*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

15. G. G. Niebla. 1968: *Largo camino a la democracia*. Cidade do México: Cal y Arena, 2008.

Armadas.¹⁶ As promessas feitas pelo presidente Vicente Fox, no ano 2000, resultaram, porém, em desengano. A investigação, a cargo de um promotor especial ao invés de uma comissão pública da verdade, fracassou sem impetrar qualquer punição – provavelmente, alguns argumentam, por causa dos erros autodestrutivos. O acesso às fontes utilizadas durante a investigação era apenas parcial e algumas delas documentavam abusos do Exército em diferentes áreas do país.¹⁷ Ainda que expostos, não revisavam fundamentalmente o enquadramento corporativista e autoritário, mesmo quando deram nomes, datas e outros duros fatos para a história de intolerância e brutalidade condensados nos eventos de Tlatelolco.

Quanto a isto, os livros de Sergio Aguayo merecem um olhar apurado, não somente por serem importantes contribuições empíricas e conceituais para o lado negro do *pasado inmediato*, mas também por exemplificarem a dificuldade de estabelecer a perspectiva que Reyes já anunciara. Em seu livro sobre o 2 de outubro (o qual Guevara Niebla condena em termos amargos), Aguayo utilizou novas fontes, advindas principalmente dos arquivos de *Gobernación* e também de entrevistas com participantes anônimos. Sua minuciosa reconstrução não dissipa a incerteza sobre quem foi em última instância responsável e quem puxou o gatilho, mas demonstra como esta confusão serviu como instrumento para aqueles que conceberam a supressão do movimento estudantil. O massacre de Tlatelolco torna-se a demonstração de uma estreita, porém amplamente descoordenada, conexão entre Serviço de Inteligência e repressão dentro do governo mexicano. Em um episódio revelador, soldados e paramilitares atiravam uns nos outros. Todos acreditavam que estavam respondendo a uma séria ameaça de rebelião

16. J. S. García, C. Monsiváis, M. G. Barragán. *Parte de guerra, Tlatelolco 1968: Documentos del General Marcelino García Barragán: Los hechos y la historia*. Mexico City: Nuevo Siglo/Aguilar, 1999.

17. *Esclarecimiento y sanción a los delitos del pasado durante el sexenio 2000–2006: Compromisos quebrantados y justicia aplazada*. Mexico City, Comité 68 Pro Libertades Democráticas-Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos, A. C. Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez, A. C. Fundación Diego Lucero. Ver artigo de Cedillo em *JILAR*.

– mesmo que Aguayo demonstre que, no protesto, era grande a violência verbal contra o presidente e o regime, mas na prática, pouco mais que enérgica era a resistência de algumas escolas e vizinhanças contra os distritos de polícia federal.¹⁸

La Charola é uma história dos setores de Inteligência e Segurança, basicamente da *Dirección Federal de Seguridad* (DFS). Retrata os métodos legais e ilegais do policiamento político sob o PRI, a realidade da tortura, dos homicídios e desaparecimentos, e o esforço do Estado pela modernização do serviço de Informação comunitário que se seguiu ao colapso da DFS na metade dos anos 1980. A agência foi vítima de seu próprio êxito em dismantelar os grupos de guerrilha; para seus membros e líderes, 1968 foi um ano importante por revelar o tamanho da briga. Tal “êxito” emparelha-se com o limbo legal no qual a DFS foi criada, em 1946, para facilitar a impunidade e a corrupção de seus agentes. O livro é também uma história de Guadalajara como campo de batalha entre jovens, homens e mulheres, que nos anos 1970 decidiram usar da violência contra o regime, a fundação da *Liga 23 de Septiembre*, e a espiral de violência que feriu não somente a esquerda na cidade como também o próprio governo, abrindo campo para a entrada de poderosos traficantes de drogas que fizeram de Guadalajara sua capital na década de 1990.

Aguayo teve acesso aos arquivos da agência ao convencer seus oficiais e os políticos de que uma boa história da DFS era necessária para consolidar o processo de modernização do sistema de Inteligência. Os abusos, sugeriu, podem ter ocorrido sem o conhecimento, ou por negligência, de autoridades políticas, e não porque o trabalho da Inteligência fosse por si autoritário.¹⁹ Aguayo pôde ler os documentos, sem permissão, porém, para copiá-los. Teve de passar por exames tão minuciosos e por tamanho sistema de segurança que parecia impossível a outros pesquisadores fazerem o mesmo. O que significa que, apesar de seu esforço meticuloso em prover referências para os documentos

18. S. A. Quezada. 1968: *Los Archivos de la violencia*. Cidade do México: Grijalbo, Reforma, 1998.

19. S. A. Quezada *op. cit.*, 2001.

e em transcrever alguns deles, suas descobertas não poderiam ser corroboradas nem contraditas num futuro imediato. Ainda assim, para Aguayo, abrir os arquivos da Inteligência não só é necessário para a história do regime, como também para o avanço da democracia.

Essas fontes, ainda que reveladoras, não o são, porém, o bastante para construir uma perspectiva sobre o passado recente. Aguayo sustenta ao longo do livro a ideia de que tentou ser objetivo e que apoiava suas assertivas em documentos ou entrevistas. Isso é relevante, porque a história que reconstruiu era-lhe bastante próxima – assim como para muitos intelectuais de sua geração. Ele cresceu no bairro de San Andrés, em Guadalajara, e foi amigo de alguns dos jovens que caíram durante a repressão do governo nos anos 1970. Descreveu sua visita a San Andrés trinta anos depois, sua mágoa pelas oportunidades perdidas para a violência e a gratidão emocional que o projeto lhe havia proporcionado. Desde os anos 1980 era um crítico do regime e um organizador dos esforços da sociedade civil para melhorar a qualidade das disputas eleitorais e a transparência do Estado. Simultaneamente, *La Charola* enaltece alguns aspectos dos empenhos da modernização levados pelo governo depois de 1985. O engajamento crítico de Aguayo com a burocracia do Serviço de Inteligência fez dele parte deste processo e facilitou-lhe o acesso à informação. Em última instância, o livro preocupa-se em servir ao desenvolvimento de um sistema de Inteligência eficiente para o serviço de segurança nacional. Como história, é uma crítica aos abusos perpetrados, mas também um espelho bastante útil no qual o Estado mexicano deve olhar para si próprio a fim de prevenir-se contra os erros do passado.

Uma consequência da tentativa de Aguayo em construir essa perspectiva é que 1968 não mais precisa ser a origem mítica que explica a impossibilidade de qualquer diálogo com o Estado – ou ao menos com aquele Estado – mas um capítulo da relação entre Estado e sociedade civil, que se tornou mais complexa e menos autoritária. *La Charola* é um ponto chave para a revisão historiográfica da era pós-1940, pois traz duas posições distintas: aquela do participante da história que nela continua investido até o fim e aquela do intelectual desinteressado

que pode olhar para o passado com o necessário distanciamento e que arrisca ser perseguido como ingrato. Nenhuma história real é escrita a partir de qualquer dessas duas posições, mas a tensão entre objetividade e envolvimento emocional gera uma inevitável referência para os jovens historiadores que se interessem por revisar aquele período.

Os demais autores reunidos em *JILAR*, não tendo tanta proximidade com os eventos e com os atores, podem ser mais explícitos do que Aguayo e outros historiadores/participantes do *pasado inmediato*. A surpresa inicial, nessa perspectiva, está na descoberta de que o Estado mexicano, em teoria um Estado de Direito que não enfrentara maiores ameaças internas ou externas, teria desenvolvido um aparato de Informação, se nem sempre eficiente, ainda assim bastante robusto. Não é fácil acomodar este fato às explicações que entendem o regime como uma máquina do bem-estar corporativo e clientelista, que cooptou quase todos os adversários potencialmente significativos desde o fim da década de 1930, assim como não é fácil acomodá-lo ao paradigma do Estado centralizado tradicional. Uma primeira questão geral que surge é saber se isso foi um sinal de debilidade ou, ao contrário, de força por parte do regime e, segunda questão, saber se essas agências de Informação possuíam algum poder de fato e, se sim, com qual finalidade. Há muitas respostas parcialmente contraditórias para a primeira questão. Alguns dos autores enquadram os documentos numa teoria acerca da produção de conhecimento pelo Estado moderno proposta por James Scott.²⁰ Mapear e classificar podem ser formas autoritárias de soerguimento do poder, inevitavelmente conectadas à intenção de criar a subordinação com vistas à aceitação de um Estado autoritário. A Informação, nos casos analisados nestes capítulos, refere-se tanto à produção de conhecimento, quanto à dominação. Para Aviña, relatórios e pareceres sobre os grupos da guerrilha em Guerrero, redigidos por agentes federais, fornecem *insights* para discernir as maneiras como o Estado percebia a sociedade. Mas também sugere que a proposta

20. J. C. Scott. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale UP, 1998.

de contra-insurgência do documento representa, citando ainda Scott, *hidden transcripts* do partido dominante.²¹ Similarmente a Aviña, Muñoz vê os relatórios da Inteligência, no caso sobre as organizações indígenas, como “tentáculos” do poder que manipularam a informação, mapeando a sociedade civil para o Estado melhor controlá-la.

Ainda que autoritário, o Estado mexicano não se guiava por uma visão utópica de modernidade avançada para a sociedade do tipo que caracteriza o foco do *Seeing like a State*. Ele tentava, ao contrário, alcançar mudanças demográficas e econômicas e adaptar-se a uma sociedade civil envolvente e não tão “prostrada” quanto o modelo de Scott requereria para o desdobramento dos experimentos autoritários de mapeamento, classificação e engenharia social. O Estado pós-revolucionário parecia por vezes desorientado, dirigido por disputas e resistências locais, incapaz de lidar com elas sem se utilizar de táticas clientelistas tradicionais. Esse era certamente o caso por volta da metade do século e os documentos neste volume confirmam que décadas mais tarde e mesmo com o desenvolvimento das agências de Inteligência, havia ainda setores da sociedade civil mexicana obstinadamente difíceis de disciplinar e mapear: grupos indígenas, médicos, camponeses – sem mencionar as tentativas da resistência armada que encontraram brutal repressão em algumas regiões.²² Os subservientes *orejas* da *Secretaría de Gobernación* contaram com a ajuda dos informantes locais (disseminando boatos e burburinhos, por exemplo), coisa que os criadores de um Estado moderno deveriam ignorar.²³ Voltando suas atenções para anedotas e especificidades, eles mais obstruíram que ampliaram a legibilidade da sociedade política mexicana. Como demonstra Soto Laveaga, por exemplo, agentes da *Gobernación* tentaram se infiltrar e manipular o movimento dos médicos de 1965 – da mesma maneira como o fariam com o dos estudantes em

21. J. C. Scott. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale UP, 1990.

22. P. Gillingham. “Maximino’s Bulls: Popular Protest after the Mexican Revolution, 1940-1952”. *Past and Present*, 206, n. 1, 2010, pp. 175-211.

23. J. C. Scott, *op. cit.*, 1998.

1968.²⁴ A prática de infiltração sugeria que o Estado, especificamente sua secretaria *Gobernación*, era incapaz de subordinar os adversários à obediência e tão meramente nutria a esperança de poder contar, listar, identificar, cooptar ou empurrar os movimentos para direções que fariam a repressão parecer justificável, como em 1968, ou gerar isolamento e divisões – o caso em 1965, quando aos médicos faltava uma ideologia revolucionária ou o ímpeto para usar de violência, sendo prudentes demais, ou ingênuos, em suas estratégias.

A maior evidência que contraria o uso de um modelo interpretativo centrado na construção do Estado é o fato, evidente nas análises de Soto Laveaga, Muñoz, Padilla e Iber, de que em grande parte espões se ocupavam de espionar outros agentes do Estado. O documento examinado por Padilla mostra, por exemplo, como professores que tinham um papel decisivo nas disputas agrárias eventualmente incentivaram o presidente Luis Echeverría (1970-1976) a manejar a distribuição de grandes faixas de terra em Chihuahua. Como sugeriu Aguayo em sua reconstrução das operações que levaram para e além do 2 de outubro de 1968, a falta de organização entre os atores do Estado era tamanha que levou à violência.²⁵ Este pode ter sido um Estado autoritário em aspiração, mas dificilmente foi suficientemente efetivo para que apresentasse uma fachada unificada para a sociedade civil ativa. Esta sociedade civil aderiu ao discurso corporativo e usou o Estado para promover seus objetivos (como consumidores, por exemplo), ainda que sem abandonar, como demonstraram as opiniões da classe média coletadas nos documentos de Walker, os pontos de vista conflitantes que os separavam dos mais altos níveis do poder político. Em suma, em resposta à primeira questão formulada acima, os documentos e a prática dos serviços de Inteligência subjacentes revelam mais um Estado fraco, do que um Estado capaz de facilmente eliminar a dissidência. Paranoia é frequentemente imputada aos poderosos, mas em larga escala, no México, demonstra um medo que se autorrealiza, um desfoque e um

24. S. A. Quezada, *op. cit.*, 1998.

25. *Idem.*

estreito campo de visão, uma limitada, e às vezes contraproducente, capacidade de influenciar acontecimentos, mesmo aqueles que os próprios agentes do Estado produzem.

Muñoz, Cedillo e Aviña encontram nos documentos evidências do uso do “terror” por parte do Estado, com a finalidade de manter o controle político e social. A violência contra populações que podem abrigar guerrilhas foi certamente parte dessa teoria e, no caso de Guerrero, dessa prática. Terror foi um efeito do uso deliberadamente confuso da violência em Tlatelolco, mas isso não é suficiente para classificar o regime mexicano na mesma categoria de alguns de seus contemporâneos latino-americanos – distinção que os priístas nunca deixaram de frisar. O uso de tais táticas nas ditaduras militares do Cone Sul buscava eliminar a oposição criando um sentimento generalizado de medo, um tipo de violência paralisadora advinda de fontes anônimas que inviabilizavam a possibilidade de contar com o sistema judicial ou outras proteções aos direitos civis. No México, o único uso de violência estatal foi ambíguo: se, como alega o documento examinado por Aviña, as guerrilhas eram marginais e condenadas à frustração, então, por que foi considerado necessário exterminá-las, como ditava o programa da contra-insurgência, e omitir crimes, como Cedillo demonstra ter feito? Repressão física era impensável no caso dos médicos, como nota Soto Laveaga, em razão de seu próprio *status* profissional – uma consideração que jamais frearia verdadeiros Estados autoritários, desde a União Soviética até as ditaduras militares do Cone Sul.

Assassinato, desaparecimento e outras formas de violência direcionada nunca estiveram sob a moralidade do aparato de inteligência mexicano. Os documentos examinados não fornecem evidências diretas de práticas ilegais – nem poderiam fornecê-las, devido aos expurgos de arquivos que precederam sua publicação. No entanto, arquivos não falam por si só. No caso dos documentos de Cedillo, sua publicação corrige uma versão publicada por Carlos Tello Díaz na qual se afirma que as circunstâncias da morte de vários membros da guerrilha foram adulteradas a fim de negar seu

desaparecimento após a captura.²⁶ Apesar de sua concisão, tais documentos confirmam indiretamente que crimes foram cometidos pelo Estado porque eles complementam evidências de outras fontes. Eles têm um valor e são uma contribuição evidentes no contexto das investigações sobre vítimas específicas da repressão estatal, mas não substituem a tentativa de compreensão histórica. Juízes e historiadores compartilham igualmente a preocupação com as provas e a verdade, embora suas posições em relação à produção das fontes sejam radicalmente diferentes.²⁷ É preciso uma discussão mais aprofundada para saber se, embora graves e carentes de esclarecimentos judiciais, tais ações são suficientes para demonstrar que o terror foi usado de maneira sistemática pelo PRI, com fins de manutenção do poder.

Pode-se certamente ler estes documentos como evidências das decisões de um Estado autoritário cujo sistema de Inteligência e de operações secretas constituiu efetivamente ferramentas para a manutenção de uma estabilidade que os autores dos relatórios estavam ciosos por demonstrar. Os argumentos dos agentes era circular: “temos que espionar e reprimir essas pessoas para manter a estabilidade” e, ao mesmo tempo, reconheciam: “ainda que na realidade eles não sejam capazes de minar tal estabilidade”. Se nos esquecermos da tensão intrínseca a esses documentos, arriscamos validar a interpretação centralizadora presidencialista dos políticos mexicanos pós-revolucionários que a historiografia recente tanto se empenhou em desfazer. Mas os documentos, com todas as suas lacunas, inexatidões e ânsia por agradar aos superiores, podem também sustentar a leitura oposta: a da história de um Estado que se sente menos no controle – especificamente, de um ramo do executivo duramente pressionado para ocultar sua participação em acontecimentos políticos ao invés de mostrar os verdadeiros limites de seu poder. Os agentes estavam certos de que a espionagem ajudava a manter a estabilidade, mas não tão certos de que aqueles sob vigilância eram de fato inofensivos.

26. C. T. Díaz. *La rebelión de las cañadas*. Mexico City: Aguilar, León y Cal, 1995.

27. C. Ginzburg. *The Judge and the Historian: Marginal Notes on a Late-Twentieth-Century Miscarriage of Justice*. Tr. A. Shugaar. London: Verso, 1999.

A chegada de Alemán à presidência em 1946 oferece um momento interessante para comparar as duas interpretações. A data foi vista como o início de um ciclo autoritário – do qual a fundação da DFS deveria ser um sintoma. O oposto parece ser cada vez mais convincente: como primeiro civil na presidência em três décadas, encarando a oposição interna ao Estado, incluindo os militares, o governo de Alemán era paranoico, ansioso por sufocar a oposição, seja por violência, seja por cooptação – assim, a corrupção e o *pistolerismo* foram as marcas de seu mandato.²⁸ Desde então, os objetos da espionagem, senão da repressão, estavam tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, como demonstra Walker. Poderia o período de Alemán ser visto como um antecedente para a hostilidade da classe média décadas mais tarde, enfrentada por Echeverría e pelo presidente José Lopez Portillo (1976-1982)? Equipados com as mesmas ferramentas do serviço de Inteligência, os dois últimos seriam menos ditosos em suas habilidades para conduzir um longo período de prosperidade.

Em vez de discorrer sobre a fraqueza ou a potência do Estado, seria mais útil falar em um sistema no qual não somente o inimigo era definido de modo empobrecido, como também os limites do poder presidencial eram difíceis de esboçar, ou inconveniente fazê-lo, menos ainda se revelasse um alcance mais restrito que a retórica bajuladora da vida pública sugeria. Num tal regime, as distinções entre espionagem, manipulação e colaboração eram vagas e inconstantes. Pode ter sido um Estado paranoico, mas foi também um Estado capaz de inspirar uma oposição paranoica, não somente entre os grupos da guerrilha relutantes em tolerar qualquer diálogo com o governo, mas também no interior de um movimento operário que podia ver corrupção e colaboração mesmo entre os seus líderes mais combativos, como Vicente Lombardo Toledano. Em outras palavras, documentos e práticas dos serviços de Informação não são testemunhos de uma firme

28. Ver exemplos recentes A. W. Navarro. *Political Intelligence and the Creation of Modern Mexico, 1938–1954*. University Park: Pennsylvania State UP, 2010; B. T. Smith. *Pistoleros and Popular Movements: the Politics of State Formation in Postrevolutionary Oaxaca*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2009.

disciplina e de divisões políticas ou ideológicas puras, mas da moral e da ambiguidade legal dos políticos mexicanos. Niblo vê a corrupção como traço dos governos mexicanos pós-1940. Talvez seja o momento de ir além desse *insight* como um julgamento de valor negativo e abraçar a corrupção, por assim dizer, como parte do *zeitgeist*.

As questões acima precisam ser enunciadas antes de passar à análise crítica das fontes. Padilla nota que esses documentos podem ser lidos em múltiplos sentidos justapostos, enquanto Aviña sugere que a pobreza intelectual da análise das espionagens não necessariamente enfraquece a riqueza da informação. Em um nível, esses documentos são, como Padilla nos lembra, registros, ainda que tendenciosos, da realidade social e política. Eles podem ser úteis quando confrontados a outras formas de evidências. É importante estabelecer, portanto, o curso de suas tendenciosidades.

Seriam esses documentos as ferramentas para uma visão geral do monstro totalitário, prestes a dar formas à realidade através de sua descrição? Ou, alternativamente, seriam eles expressão da paranoia ou o desejo de alimentá-la com o intuito de manter o orçamento correndo em direção às agências de Inteligência? A tese mais recente é a de Aguayo: a DFS ganhou reputação inflando a ameaça dos movimentos sociais, o que facilitou eliminá-los com violência.²⁹ Em retrospectiva, os documentos parecem ter sido exitosos quanto ao segundo propósito, o que não significa que eles não tenham almejado servir ao primeiro. Em qualquer dos casos, tais documentos podem ser úteis para escrever diferentes versões da história, desde que sejam balanceados por análises contextuais das múltiplas mudanças de posição de diferentes atores em relação ao Estado: a vida cotidiana e as lutas dos consumidores ou profissionais da classe média (Walker, Soto Laveaga), a política externa e as ambiguidades dos atores estatais e não estatais na Guerra Fria (Iber), as organizações políticas marginalizadas que, não obstante, representaram importantes setores da população e da burocracia de Estado (Padilla, Aviña) e a oposição

29. S. A. Quezada, *op. cit.*, 1998.

ao regime mesmo quando foi derrotado por meio da violência ou do isolamento (Muñoz, Cedillo).

Quais são as outras fontes que podem ser postas em diálogo produtivo com estes documentos? Muitos autores utilizaram a imprensa, o que não é ruim, desde que se tenha em mente a complexidade das relações entre jornalistas, editores e Estado – o mesmo jornal, é preciso lembrar, pode reproduzir colunas escritas e pagas por autoridades políticas em uma seção, enquanto publica seus próprios relatórios críticos acerca da corrupção do Estado em outra. O prestigiado colunista Manuel Buendía tinha um crachá da DFS – a instituição cujo chefe foi posteriormente condenado por tê-lo matado. Sigilo e publicidade não eram reinos distintos, ao menos assim pensava Echeverría: a portas fechadas, ele conspirava para influenciar o presidente Díaz Ordaz e derrotar seus inimigos; mas também escreveu artigos para os jornais, sob pseudônimo, para servir a seus objetivos.³⁰

Documentos do serviço de Informação e da diplomacia estrangeira também podem ser de utilidade, como demonstraram Navarro, Knight, Katz e outros, mas essas fontes tendem a um alto grau de paralelismo com materiais da própria Inteligência mexicana, uma vez que se nutriam frequentemente umas às outras. O livro *El Complot mongol*, de Rafael Bernal, retrata com um humor cáustico os círculos claustrofóbicos da espionagem e dos *pistoleros* que, como mostrou Iber, fizeram a Cidade do México, na Guerra Fria, assemelhar-se a Casablanca – sem que houvesse algum herói romântico como Rick Blaine no Anáhuac. O diálogo com as fontes de Inteligência externas não obstante é inevitável se vamos continuar a falar sobre a Guerra Fria como um quadro de referência para as políticas interna e externa mexicanas. Os caprichos dos relatórios da DFS e da *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales* (DGIPS) poderiam ser tanto uma correção quanto uma confirmação da relevância da ordem bipolar

30. A. W. Navarro, *op. cit.*, 2010; J. R. Munguía. *La otra guerra secreta: Los archivos prohibidos de la prensa y el poder*. Cidade do México: Mondadori, 2007; J. S. García; C. Monsiváis. *Tiempo de saber: Prensa y poder en México*. Cidade do México: Aguilar, 2003; S. A. Quezada, *op. cit.*, 1998.

mundial para compreender a realidade mexicana: o que Filiberto García fez, como o *pistolero* de Bernal, foi conveniente para lançar inimigos globais uns contra os outros, sem qualquer preocupação com a ideologia, se o objetivo era promover a sua própria agenda de luxúria e vingança. Lombardo Toledano, como examinado por Iber, é uma boa ilustração dessa definição ambígua da política mexicana em direção ao comunismo e anticomunismo, menos sangrenta que a de García: salários podiam vir do lado pró-Soviet mesmo que o partido de oposição leal estabelecido por Lombardo Toledano servisse para polir as credenciais democráticas do regime diante dos Estados Unidos. Entre os cidadãos de classe média pesquisados nos documentos de Walker, a Guerra Fria parecia uma problemática bastante distante: de fato encontraram-se comparações relevantes com o Chile, mas especialmente por razões ideológicas, por causa da presença de chilenos no México e pela decisão de Echeverría de fazer dos exílios chilenos um exemplo de sua inclinação esquerdista e um dispositivo para recuperar algum crédito junto à esquerda depois que emergiram suspeitas sobre seu papel na repressão ao movimento estudantil de 1968.

Memórias e outros testemunhos foram também utilizados produtivamente para contrastar com o silêncio oficial acerca da repressão. Os primeiros vêm emergindo em boa medida graças aos esforços de pesquisadores da história oral e intelectuais que entrevistaram fontes centrais. O trabalho com organizações envolvidas no esclarecimento dos crimes cometidos pelo Estado durante esta guerra suja também tem sido importante. Os testemunhos das vítimas da repressão podem ser fortes advertências sobre a profundidade da violência cometida pelos agentes do Estado.³¹

Documentos dos arquivos de Inteligência são apenas uma parte do maquinário do Estado. Comparando-os a outras fontes produzidas

31. Anon. *La verdad negada: Informe histórico sobre la guerra sucia del estado mexicano entre los años 60's a los 80's*. Cidade do México: Centro de Investigaciones Históricas de los Movimientos Sociales, 2009; L. E. Walker. *The End of Miracles: Crisis and the Middle Classes in Mexico City, 1971-1988*, Ph.D. Diss.- Yale University, 2008; T. Padilla, *op. cit.*, 2008; D. C. Olmos, E. G. Ruiz. T. Padilla, *op. cit.*, 2008. Cidade do México: Tierra Roja, 2006.

pelo próprio Estado (ainda que considerando as funções menos abertamente políticas, como educação, saúde pública, cultura indígena, citando apenas aquelas ligadas aos documentos examinados aqui), podem realçar ou contrariar a perspectiva das agências de Informação. Arquivos, por exemplo, da *Secretaría de Defensa Nacional*, uma instituição ainda relutante em viabilizar o acesso aos documentos, podem ser extremamente produtivos após uma pesquisa persistente.³² Outras atividades são mencionadas na introdução de *JILAR*. As tensões entre ramos diferentes do governo mostrariam que o dilema do Estado forte *versus* Estado fraco não é suficiente para compreender os mecanismos da negociação política, a incorporação de atores sociais emergentes e mudanças políticas que, cada vez mais, parecem difíceis de explicar tendo por base apenas a escolha presidencial. Os documentos aqui examinados, mesmo que seus autores não tenham tido a intenção de torná-los parte de uma discussão pública, surtiram efeitos além do Estado e confirmaram que este dificilmente fora uma entidade monolítica.

Algumas orientações preliminares para a contextualização de documentos da Inteligência podem ser formuladas em termos negativos: no México pós 1940, as forças externas da Guerra Fria não explicam todas as formas de violência; a espionagem não era apenas voltada para o anticomunismo e a violência não era o único fim da política. Em suma, há mais o que recuperar além do segredo, do silêncio e da repressão: a publicidade segue sendo uma dimensão relevante, ainda que indireta, das fontes examinadas neste trabalho. Relatórios que eram destinados exclusivamente a alguns olhos penetraram a esfera pública a partir de vazamentos, burburinhos, evidência judicial ou, eventualmente, como é o caso presente, como fontes históricas. Declarações obtidas sob coação, no contexto da detenção ilegal, não podem ser usadas como prova de acontecimentos reais, mas é inegável que houve a intenção de torná-las parte do registro público, a fim de inculpar os suspeitos. Além da lealdade a *el presidente*, até mesmo

32. T. Rath. *Army, State and Nation in postrevolutionary Mexico 1920–1958*. Ph.D. Diss. - Columbia University, 2009.

relatórios de espionagem provocaram debates que transbordaram a estrutura burocrática do Estado e alcançaram maiores audiências na forma de entrevistas, artigos, rumores e noticiários criminais da *nota roja* mexicana. Sem fazer deles instrumentos do terror ou de exercícios de poder-saber foucaultianos, tais documentos prometem ser peças importantes para o quebra-cabeça historiográfico que cresce diante de nossos olhos, quando tentamos entender a segunda metade do século XX no México.

O Estado corporativo fascista e sua apropriação na Era Vargas

Fabio GENTILE

Sabe-se que as ideias fascistas e corporativistas tiveram uma notável difusão na América Latina entre as duas guerras mundiais.¹ Não é, contudo, a intenção desse trabalho propor uma comparação entre os fascismos europeus e as ditaduras “populistas” e autoritárias como o peronismo e o varguismo, já que a respeito disso existe uma abundante historiografia que, partindo dos trabalhos pioneiros de Gino Germani, mostrou amplamente as analogias e as diferenças entre o modelo fascista europeu e o modelo autoritário latino-americano. Ao mesmo tempo, não parece produtivo, para que se tenha um avanço nas reflexões sobre esses temas, polarizar em torno do confronto aqueles que defendem a tese de que o modelo sindical-corporativista da Era Vargas é uma “cópia” *tout court* da “Carta del lavoro” fascista e aqueles que tendem a se dissociar do documento italiano para apoiar a tese da originalidade e da novidade das leis varguistas em

1. H. Trindade. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974; M. H. Capelato. “Fascismo: Uma Ideia que circulou pela América Latina”. *Anais do XVI simpósio da associação nacional dos professores de história*. Rio de Janeiro: 22 a 26 de julho de 1991; E. Scarzanella (org.). *Fascisti in Sud America*. Firenze: Le Lettere, 2005; F. Finchelstein. *Fascismo trasatlántico. Ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919-1945*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

matéria de proteção do trabalho.² A própria historiografia mais crítica e documentada sobre o assunto não parece sair deste “impasse”, uma vez que reconhece apenas a matriz fascista das leis sociais durante a Era Vargas, sem reconstruir as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação do modelo jurídico arquitetado pelo jurista fascista italiano Alfredo Rocco de forma compatível com um Estado que aspirava claramente ao totalitarismo.³

Gostaríamos de abordar a questão da influência do corporativismo fascista na via brasileira para o autoritarismo com outro enfoque

-
2. A questão da influência da “Carta do trabalho” na legislação social brasileira das décadas de 1930 e 1940 começa logo após a revolução varguista de 1930 e continua sendo até hoje o centro de uma controvérsia, especialmente no campo jurídico, também em consideração ao fato de que o modelo corporativo dos anos 1930 ainda é a espinha dorsal da atual organização sindical brasileira. Nem mesmo a declaração de Evaristo de Moraes Filho, um dos protagonistas da época, que afirmou que “nossa legislação é simplesmente cópia da *Carta del lavoro* de Mussolini” (*Correio da Manhã*, 19 de abril de 1945) esgota o problema, embora todo o conteúdo sobre a ordem econômica e social da Constituição de 1937 seja uma cópia da *Carta del lavoro*, pois não esclarece como e em que medida aconteceu esta apropriação. Para uma primeira reconstrução do problema, sobretudo em âmbito jurídico, A. Romita. *O fascismo no direito do trabalho brasileiro. Influência da Carta del lavoro sobre a legislação brasileira*. São Paulo: LTr, 2001; R. G. da Cunha. “Análise do modelo corporativista italiano”. *Revista do Departamento de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. 1, nº 2, pp. 79-202; F. Teixeira da Silva. “The Brazilian and the Italian Labor Courts: comparative notes”. In: *International Review of Social History*, Cambridge: vol. 55, 2010, pp. 381-412. Para uma defesa da autonomia e da originalidade da legislação trabalhista varguista: M. Biavaschi. *Direito do Trabalho no Brasil (1930-1942). A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2007.
 3. E. de Moraes Filho. *O problema do sindicato único no Brasil*. Rio de Janeiro: A noite, 1952; J. A. Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1968; L. W. Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976; K. P. Erickson. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979; K. Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; A. Simão. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981; S. A. Costa. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1986; A. Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988; L. M. Rodrigues. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990; A. Araujo (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002; F. C. Palomanes Martinho, A. C. Pinto (org.). *O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; P. P. Z. Bastos, P. C. Dutra Fonseca (orgs.). *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

metodológico e analítico. O objetivo é entrelaçar o debate sobre o fascismo como “fenômeno em andamento”,⁴ pensado no “cerne da modernidade do século XX”,⁵ com aquele processo de “circulação-compartilhada” de ideias em nível global entre as duas guerras mundiais, de forma a analisar como, a partir do modelo italiano, ele foi recebido e reelaborado no nacionalismo autoritário brasileiro da década de 1920 até tornar-se praxe, “guias estratégicos para a ação política”,⁶ durante a década de 1930.

O corporativismo, nas suas várias dimensões (econômica, política, social e jurídica), torna-se então um campo privilegiado de análise para dar uma imagem mais dinâmica do ciclo evolutivo fascista, desde o seu nascimento na Itália durante a Primeira Guerra Mundial até a tragédia da Segunda Guerra Mundial, uma vez que nas intenções de Mussolini e dos seus colaboradores o Estado corporativo devia ser a essência do Estado novo, a ser exibido com orgulho diante de todo o mundo através da fórmula da “terceira via” fascista, verdadeiramente “revolucionária” entre liberalismo e socialismo.⁷ Basta pensar que não só o Portugal de Salazar e a Espanha de Franco, mas também alguns países do Leste Europeu, a Áustria de Dollfuss, a Alemanha nazista em alguns aspectos e a Argentina peronista apreciaram e utilizaram os princípios da *Carta do trabalho* italiana na construção de seu projeto de governo autoritário e totalitário.

Tendo em conta o estado atual do debate, pretende-se analisar a influência do corporativismo fascista na construção da via brasileira para o corporativismo autoritário, um dos pilares da Era Vargas entre a Revolução de 1930 e a Segunda Guerra Mundial. A escolha dessa periodização é necessária a fim de mostrar que a apropriação do modelo

4. R. Paxton. *The Anatomy of fascism*. London: Allen Lane, 2004.

5. M. Mann. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

6. W. G. Santos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 67.

7. É preciso observar que o fascismo não inventou o corporativismo. As ideias corporativas eram bastante populares na segunda metade do século XIX, especialmente no pensamento católico (Leão XIII), na escola sociológica francesa (Le Play) e na ideologia da direita reacionária de Charles Maurras.

italiano na criação do Estado autoritário e corporativo brasileiro não se limitou apenas à fase ditatorial do Estado Novo (1937-1945), mas foi uma operação gradual, cujas raízes teóricas já são detectáveis no debate ideológico e político da Primeira República.

Vamos tratar, portanto, do triunfo do corporativismo durante a era de Getúlio Vargas, tentando responder a algumas das questões: como e com base em quais fontes as ideias corporativas fascistas, tais como “questão social”, “nacionalismo social”, “Estado nacional do trabalho”, “categoria”, “contrato coletivo”, “justiça do trabalho”, “corporações”, “enquadramento sindical”, “sindicato único”, “produtores da nação” e “conselhos técnicos”, circularam no Brasil entre os anos 1920 e 1930? Como e em que medida os intelectuais e os juristas que auxiliaram Vargas na construção do Estado corporativo receberam o modelo de Alfredo Rocco, modificando e adaptando-o de uma forma compatível com a realidade brasileira? Para analisar esse ponto focaremos uma parte da nossa análise sobre a trajetória intelectual de Oliveira Vianna, dos principais arquitetos da incorporação do Estado corporativo fascista na via brasileira para o autoritarismo.

Essas questões são complexas, porque colocam dois problemas fundamentais. O primeiro diz respeito aos diferentes modelos de Estado em que o corporativismo esteve presente. Se, no caso do Estado fascista italiano, Alfredo Rocco pensou em uma organização corporativa sujeita ao controle rigoroso do partido-Estado totalitário, no caso brasileiro, ao contrário, o corporativismo enquadrou-se em um regime autoritário que não tinha um partido único de massa, mas baseou-se na liderança do presidente.

O segundo problema diz respeito aos diferentes níveis econômicos e sociais dos dois países. Precisamos, então, entender como foi possível adaptar a um país agroexportador, dependente do mercado internacional, com uma classe operária ainda embrionária, o modelo corporativo italiano, concebido para um país que, desde a segunda metade do século XIX, tinha tomado o caminho da industrialização, inclusive com o conflito capital-trabalho típico de uma sociedade industrial avançada.

Nossa hipótese baseia-se na convergência de duas teorias. A análise estruturalista de Juan Linz, que vê o fascismo como um *latecomer*, um fenômeno ideológico, político e social retardatário típico do século XX – distinto das outras ideologias amplamente presentes ao longo do século XIX (o liberalismo, o socialismo) – que se expande rápida e simultaneamente numa época de crise das instituições liberais e de afirmação do socialismo (dos quais o fascismo quer subtrair “espaço político”), assim como de expansão do autoritarismo tendente à direita.⁸ A teoria do “desenvolvimento tardio”, em sua variante nacionalista, segundo a qual alguns países da “periferia” do capitalismo privilegiaram o Estado autoritário como centro organizador da nação em todos os seus aspectos, tendo em vista superar o atraso e diminuir a dependência dos países mais desenvolvidos.⁹

Nessa perspectiva, o corporativismo fascista foi percebido pelos teóricos do autoritarismo brasileiro como o modelo mais moderno, para a época, de reorganização das relações entre Estado, indivíduo e mercado. Perante a decadência do “artificialismo” da velha república liberal, a via brasileira para o corporativismo autoritário tomou a forma de uma apropriação criativa do repertório e da linguagem fascista em um contexto histórico diferente do italiano da década de 1930. No caminho traçado pela revolução de 1930, Getúlio Vargas e os arquitetos do Estado Novo apresentaram a industrialização como uma via para reconstruir a economia nacional, após a crise de 1929 – que tornou evidente a dependência do café, o principal produto da economia agroexportadora brasileira do mercado global. E o Estado corporativo

8. J. Linz. “Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective”. In: W. Laqueur (org.). *Fascism. A Reader's Guide*. Berkeley: Los Angeles University of California Press, 1976.

9. Com o devido cuidado, pode-se dizer que o nacionalismo autoritário brasileiro entre as duas guerras reproduz o *demonstration effect* que o historiador Emilio Gentile utiliza para o caso italiano do começo do século XX, quer dizer, “a sugestão de que a imagem dos países mais avançados tem sobre os países menos desenvolvidos incentivando-os a tomar medidas para atingir o nível dos primeiros” (*Il mito dello Stato nuovo*. Roma-Bari: Laterza, 1999, p. 9). Para uma discussão sobre o conceito no debate socioeconômico brasileiro, ver F. H. Cardoso; E. Faletto (orgs.). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

autoritário tornou-se o principal instrumento para governar a transição para a civilização industrial.

Um dos principais fundamentos teóricos dessa visão foi o conceito de corporativismo “integral” e “puro” do economista e político romeno Mihail Manoïlesco,¹⁰ elaborado de acordo com os diferentes níveis econômicos e políticos de cada país para resolver a crise econômica das áreas avançadas e coadjuvar o *take off* industrial da “periferia” do capitalismo, com base na ideia de que essa área poderia romper o vínculo de dependência semicolonial dos países mais desenvolvidos. Esse conceito previa a implantação de um Estado forte, capaz de organizar integralmente todos os recursos nacionais para projetar a transformação necessária e irreversível da sociedade agrária para a sociedade industrial. Embora as massas trabalhadoras da “periferia” do capitalismo ainda não tivessem chegado a um nível de organização e consciência de classe comparável à dos países mais industrializados, também nessa área a transição para a era industrial, dominada pela organização e pela técnica, deveria ser coadjuvada por uma política preventiva, orgânica à centralização capitalista, de incorporação da classe operária ainda em formação ao Estado, para evitar a reprodução do conflito de classes da sociedade europeia durante a Primeira Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, o corporativismo fascista – em suas múltiplas dimensões de catalogação jurídica do “social”, dirigismo econômico, organização da nação e harmonização do conflito capital-trabalho – encaixou-se perfeitamente no projeto nacional-desenvolvimentista, autoritário e estadocêntrico de Getúlio Vargas, de modernização corporativa da sociedade brasileira no período entreguerras.

10. Seguidor do fascismo italiano, convidado para o Congresso de Ferrara (1932), Manoïlesco foi dos autores mais populares do debate brasileiro dos anos 1930. Sua obra mais famosa – *O século do corporativismo* (1934) – foi traduzida do francês para o português por Azevedo Amaral, dos principais ideólogos do Estado Novo. Por “integral” entende-se um modelo de corporativismo não limitado apenas ao dirigismo econômico, mas que engloba todas as forças sociais e culturais da nação. “Puro” refere-se à centralidade das corporações como fontes de poder do Estado.

O corporativismo italiano: do sindicalismo nacional à Carta do trabalho

Para os fins de nossa análise sobre a incorporação da *Carta del lavoro* na legislação trabalhista, precisamos relembrar as etapas essenciais que constituíram o modelo italiano. Na origem do corporativismo fascista há a doutrina fundamental do sindicalismo nacional. Afirma-se na Europa em princípio do século XX (França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Polônia) e fundamenta-se na socialização da economia entregue às categorias do trabalho e da produção em todas as suas manifestações, que não deveriam mais ser enquadradas no esquema marxista capitalismo-proletariado, mas teriam de ser repensadas à luz das novas transformações aportadas pela técnica, pela administração e pela organização empresarial.

O seu programa teórico-político embasava-se na aversão pelo regime liberal-representativo e no desenlace entre o sindicato e o modelo clássico marxista (burguesia *versus* proletariado, enfatizando a centralidade do trabalho nos processos de transformação política, econômica e social do Estado), para representar o “Estado nacional do trabalho”, incorporando categorias mais amplas de trabalhadores: neste modelo de “sindicalismo nacional”, são os “produtores”, identificados por sua condição profissional, que gozam plenamente do *status* de cidadãos da nação.¹¹

11. Sobre o corporativismo fascista em geral ver F. Cordova. *Verso lo stato totalitario: sindacati, società e fascismo*. Rubbettino: Soveria Mannelli, 2005; G. Santomassimo. *La terza via fascista: il mito del corporativismo*. Roma: Carocci, 2006; I. Stolzi. *L'ordine corporativo*. Milão: Giuffrè, 2007; A. Gagliardi. *Il corporativismo fascista*. Roma-Bari: Laterza, 2010.

Porém, deve-se a Alfredo Rocco¹² a transformação do sindicalismo nacional em “sindicalismo jurídico”, pressuposto para a construção do Estado corporativo fascista. O modelo de Rocco é o ápice de uma trajetória ideológica e política coerente desde a adesão ao movimento nacionalista. Vale a pena examiná-la rapidamente. No nacionalismo conservador do jurista italiano, o ponto de partida é a crítica ao liberalismo, formulada através de alguns elementos fundamentais que se entrelaçam: o problema da relação entre autoridade e liberdade e o problema das massas amorfas produzidas pela modernização.

O horizonte teórico de referência para Rocco é a escola jurídica alemã do positivismo legal. Pensamos em Georg Jellinek, o qual, em *Sistema dos direitos públicos subjetivos* (1892), teorizou o conceito de “auto-obrigação do Estado” como fundamento dos direitos individuais. Em síntese, é o Estado – e não o indivíduo – o sujeito originário e representante do interesse geral e soberano. Os direitos individuais têm sua origem na vontade do Estado de ser vinculado não por outras normas, mas pela autolegislação da razão que deve ser vista como uma auto-obrigação do Estado às suas próprias leis. Segue então que a liberdade individual está na autolimitação do Estado em relação ao direito que ele mesmo criou.

12. Alfredo Rocco (Nápoles, 1875 – Roma, 1935), após a graduação em Direito obtida pela Universidade de Gênova, havia prosseguido para o doutoramento em Direito Comercial tornando-se professor-titular em processo civil pela Universidade de Parma e professor de Direito Comercial na Universidade de Pádua, 1910-1925, e mais tarde de Legislação Econômica na Universidade La Sapienza de Roma, da qual foi reitor. Após uma adesão juvenil ao Partido Radical, tornou-se dos maiores expoentes do movimento nacionalista italiano. Eleito em 1921 para a Câmara dos Deputados do Reino da Itália, com a chegada do fascismo no poder, foi eleito Ministro da Justiça, 1925-1932, e promoveu a codificação do direito penal fascista, através da elaboração do Código Penal de 1930. Sobre a sua biografia e seu pensamento, ver E. Gentile. *Il mito dello Stato nuovo*. Roma-Bari: Laterza, 1999; R. D’Alfonso. *Costruire lo Stato forte: politica, diritto, economia in Alfredo Rocco*. Milão: Franco Angeli, 2004; S. Battente, *Alfredo Rocco: dal nazionalismo al fascismo (1907-1935)*. Milão: Franco Angeli, 2005.

Mas como é reelaborado o conceito da auto-obrigação do Estado em relação às próprias leis do pensamento nacionalista e depois daquele fascista? Enquanto na tradição jurídica liberal a ideia de autolimitação do Estado é a base legal sobre a qual se fundamenta a liberdade do cidadão no Estado de Direito, Rocco operou uma verdadeira torção do positivismo jurídico, de modo que a autolimitação do Estado, codificada pela escola organicista alemã e pelo *Rechtsstaat* italiano, assume a forma de um Estado nacional que transcende a vida de cada indivíduo e sua liberdade. O conceito de nação, associado a uma ideia de Estado autoritário dotado de um “poder executivo depositário e órgão de todas as funções do Estado genericamente consideradas”,¹³ termina por negar a tradição liberal democrática e também o socialismo.

Em um dos textos básicos a respeito do nacionalismo italiano, *Che cosa è il nazionalismo e che cosa vogliono i nazionalisti*, editado pela Associação Nacionalista em 1914, Rocco expôs os princípios da doutrina nacionalista italiana. Para Rocco, o Estado liberal esgotou sua tarefa. Por um período modernizou a Itália, elaborando também certa ideia de harmonização do conflito social. Mas o problema da crise do liberalismo está na sua incapacidade de compreender a irrupção das massas na história. O limite fundamental do liberalismo – assim como do socialismo, que a seu ver possui a mesma raiz individualista – está na garantia dos direitos individuais, enquanto para o nacionalismo o princípio fundamental reside na ideia de que o indivíduo vive e se realiza em sua nação, entendida como uma sociedade dotada de existência transcendente dos singulares e estruturada em uma totalidade orgânica que tem interesses superiores àqueles dos indivíduos que a compõem.¹⁴

Nessa visão, conciliam-se idealismo e positivismo. São ideias que expõem claramente as bases da ideologia nacionalista e logo daquela fascista totalitária: a organização das massas no Estado-nação. As massas emersas na história são amorfas. Devem ser enquadradas

13. A. Rocco. *Discorsi parlamentari*. Bolonha: Il Mulino, 2005, p. 225.

14. A. Rocco. *Scritti e discorsi politici: la lotta nazionale della vigilia e durante la guerra (1913-1918)*, volume I. Milão: Giuffrè, 1938, p. 51.

dentro de organismos com fins superiores aos dos componentes singulares e isso somente pode ser obtido por meio de uma atividade de paciente organização (nação, sociedade, Estado), na qual há uma fusão total entre a nação e o Estado.

Esta é a moldura filosófico-jurídica do modelo italiano consagrado pela lei “Sobre a disciplina jurídica das relações coletivas do trabalho”, de 3 de abril de 1926, pela criação do Ministério das Corporações, o órgão reiterado para o controle e o funcionamento das normas previstas por essa lei, e pela Carta do trabalho, de 1927, o manifesto programático do projeto corporativo fascista. Temos agora que examinar brevemente estes momentos fundamentais para concluir nossa panorâmica da gênese do corporativismo italiano.

Na base da lei de 3 de abril de 1926, havia a preocupação compartilhada de todas as correntes do fascismo em neutralizar a luta de classes na Itália, como é claramente expresso por Alfredo Rocco, autor da lei, no longo e cansativo *iter* que a conduz à aprovação:

Bem, o que houve nas relações entre indivíduos, deve acontecer nas relações entre as classes. Como houve uma época em que nos pareceu fatal a luta e a autodefesa individual, assim foi, até hoje, uma época em que parecia fatal a luta e a autodefesa das classes. Mas como o Estado colocou fim a esta condição de perpétua anarquia e proibiu a autodefesa individual, assim também chegou o momento para o Estado colocar fim a um novo tipo de anarquia e proibir, assim, a autodefesa de classe.¹⁵

O próprio Rocco ilustrava a orquestração jurídica, no sentido fascista corporativo, das relações entre capital e trabalho:

Reconhecimento jurídico dos sindicatos; concentração da representação das categorias num só sindicato; disciplina dos contratos coletivos estipulados por esse sindicato com defesa

15. A. Rocco, *op. cit.*, 2005, p. 209.

erga omnes, que são tidos como válidos e eficazes juridicamente frente a todos os interessados; instituição da magistratura do trabalho, ou seja, de um órgão jurisdicional, não somente árbitro mental que resolva controvérsias no trabalho; enfim, proibição de greve e bloqueios que serão punidos como crime.¹⁶

Como destacou um trabalho recente, a grande novidade e ao mesmo tempo o sentido mais profundo da lei Rocco foi a construção de um corporativismo autoritário moderno. Não foi uma simples negação dos elementos constitutivos da sociedade industrial, mas a absorção em sua própria esfera. Esvaziou-se a sua capacidade de representação antagônica dos interesses sindicais para incorporá-los e legitimá-los como órgãos públicos do Estado organizador da sociedade. O Estado torna-se a nova fonte de legitimidade dos sindicatos: não mais os trabalhadores.¹⁷

Sobre os quatro pilares fundamentais da lei de 1926 construiu-se a *Carta del lavoro* de 1927, a qual representou, por sua vez, o compromisso entre as diversas concepções corporativas dentro do fascismo. Em continuidade à lei de 1926, a *Carta del lavoro* terminava por ser a única reafirmação dos princípios corporativos, sinteticamente exposta em um breve documento, composto por trinta enunciações, agrupadas em quatro blocos, sobre a natureza do Estado corporativo e a sua organização; o contrato coletivo de trabalho e as garantias do salário; os guichês de emprego e, enfim, previdência, assistência, educação e instrução. Foi essencialmente uma complexa reorganização da estrutura social italiana, que desde o tempo do *take off* industrial estava se organizando de forma antagônica ao Estado.

A Carta do trabalho teve uma grande ressonância internacional. Bem além das expectativas do próprio fascismo italiano, ela foi estudada, comentada e utilizada em países que inspiraram claramente suas políticas sociais e econômicas na doutrina corporativa do fascismo.

16. *Ibidem*, p. 311.

17. A. Gagliardi, *op. cit.*, 2010, p. 38.

Circulação das ideias fascistas e corporativistas no Brasil após a Revolução de 1930

Entre a segunda metade dos anos de 1920 e os primeiros anos da década de 1930, o fascismo penetrou no Brasil através de organizações políticas, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas.¹⁸ Do ponto de vista ideológico, chegou a ganhar mais força após a revolução de 1930, quando a nova elite governante, liderada por Getúlio Vargas, pretendeu enfrentar a crise do liberalismo da velha República com um projeto de Estado autoritário, embora a Constituição de 1934 fosse ainda um compromisso entre o liberalismo e o autoritarismo.

Na verdade, o próprio Getúlio Vargas, na véspera da Revolução, não fez segredo de sua admiração pelo fascismo. Em um discurso de 1929 chegou a dizer que sua “diretriz no governo do Rio Grande [...] se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.”¹⁹ Vargas tentava uma conciliação entre a sua visão positivista e castilhista do indivíduo totalmente absorvido no coletivo e o primeiro modelo de Estado nacional que enfrentava a questão social de forma autoritária.

18. O próprio jurista F. Oliveira Vianna admitiu que “essa inclinação para o Fascismo não seria, aliás, coisa muito difícil de compreender. Quando a Constituição de 1937 foi publicada, o regime fascista estava no esplendor do seu prestígio e do seu êxito. Os tratadistas italianos de Direito Sindical e de Direito Corporativo nos eram todos conhecidos; as suas obras entravam aqui em copiosa abundância; rumas e rumas delas se acumulavam nas vitrinas dos livreiros. Havia mesmo casas especializadas na matéria – como a livraria Boffoni. Esta passou a ser a Meca de todos os interessados nestes assuntos novos e fascinantes. Os volumes de Barassi, Zanobini, Costamagna, Cioffi, Palopoli, Chiarelli, Carnelutti e toda a luminosa plêiade de juristas do corporativismo mussoliniano ali chegavam e para logo lhe desapareciam das estantes, absorvidos pela sede de saber dos estudiosos da nova doutrina. Nas palestras dos técnicos e especialistas improvisados, que se comprimiam em torno dos balcões, faiscentes de vistas lombadas, a língua italiana era quase tão falada quanto a portuguesa” (F. O. Vianna. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943, p. 27).

19. G. Vargas. *O ano de 1932: a revolução e o Norte. Volume II*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 150.

Acima de tudo estava a ideia do superior interesse do Estado, como é esclarecido no Artigo I da *Carta del lavoro* (1927): “A Nação italiana é um organismo com fins, vida, meios e ações superiores, em potência e em extensão, àqueles indivíduos separados ou reagrupados que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado fascista.” Cabe ressaltar que, nessa organização totalitária do Estado-nação, os sindicatos não são livres, mas apenas ferramentas criadas para organizar o trabalho em todas as suas formas no Estado.

Também sob o aspecto mais prático, os conceitos de “superior interesse da nação”, “sindicalismo nacional” e “colaboração entre as classes” exerceram profunda influência após a Revolução de 1930. No discurso do Rotary Club, proferido em dezembro de 1930, argumentava o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor:

Tanto o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e a proteção do governo. As forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à Pátria e não podem contar com o beneplácito dos poderes públicos. Capital e trabalho, no Brasil, têm uma função brasileira a cumprir [...]. A regularização jurídica das relações entre o capital e o trabalho obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental de colaboração das classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalista, que possa pretender que os seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes.²⁰

O princípio do enquadramento jurídico do sindicato, anunciado no discurso de Collor, é o fundamento da lei sindical de 1931,²¹ sobre a

20. L. Collor. *Origens da legislação trabalhista brasileira: exposições de motivos de Lindolfo Collor*. Org. Mario de A. Lima. Porto Alegre: Fundação Do Couto e Silva, 1990, p. 187.

21. O decreto no. 19.770 regula a sindicalização das classes patronais, operárias e dá outras providências. O artigo 1º. atribui às associações sindicais o direito de defender perante o Governo e por intermédio do Ministério do Trabalho

importância da qual assim se manifesta o próprio Vargas no discurso pronunciado em 4 de maio de 1931:

A propósito, é oportuno observar, ulteriormente, exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe. As leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem com força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado.²²

Sabe-se que atentar para a ordem econômica e social conforme os princípios da justiça e homogeneizar a vida nacional foram as maiores tarefas do governo provisório liderado por Getúlio Vargas. Entre a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934, passando pelo processo constitucional, o Estado sindical-corporativo fascista, afastado do projeto de simbiose totalitária entre partido único, Estado-nação e sindicato, influenciou o cenário de profunda transformação econômica, política e social do Brasil. Enquanto os técnicos do governo Vargas estavam reformulando os pilares da lei Rocco sobre a disciplina jurídica das relações de trabalho e da Carta do Trabalho de 1927 numa nova veste jurídico-política, o próprio Vargas expôs as diretrizes da ideologia trabalhista, cerne da sua política social.²³ Inspirado pelo conceito de trabalho como um dever social do indivíduo enquadrado no Estado nacional, tal como previsto no segundo princípio da Carta do trabalho italiana, em discurso de 1933, convidava a Assembleia Constituinte a reajustar a vida nacional considerando a centralidade do trabalho como fundamento da vida nacional do país e do *status* de

os interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural de todos os trabalhadores que exercessem profissões idênticas, similares ou conexas no território nacional.

22. G. Vargas. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 209.

23. A. C. Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

cidadão brasileiro, a cooperação entre empregados e empregadores, a sindicalização das classes, a justiça do trabalho (artigos I-XII da *Carta del lavoro*), levando o problema para o âmbito do novo direito corporativo, que se afirmou em consequência da imprescindível necessidade de enquadrar o fenômeno da organização coletiva dos interesses e do conflito capital-trabalho que acontecia em nível internacional. Ficava, portanto, claro que os problemas jurídicos tornaram-se problemas de “categoria”. Após a crise do liberalismo, o Estado contemporâneo estava retomando todas as suas prerrogativas – governo, poder e corporativismo – para organizar o fenômeno moderno das “pluralidades coligadas” em uma catalogação total do “social” baseada em “categorias”, dando continuidade à tradição do *ius positum* e ultrapassando o férreo modelo totalitário italiano.²⁴

Por fim, não nos parece muito produtivo retomar ainda as trinta declarações da *Carta del lavoro*, comparando-as com os artigos 136-140 da Constituição do Estado Novo de 1937 ou com o Decreto-lei nº 1.237 de 1939, que organizava a justiça do trabalho, ou com o Decreto nº 1.402, de julho de 1939, que instituía o sindicato único, para comprovar a tese da cópia. O próprio fascismo italiano se apropriou de forma original do debate francês e alemão sobre o Estado social, a questão da “democracia social” e a teoria jurídica do contrato coletivo de trabalho.

O que nos interessa é entender como e em que medida as ideias de fascismo e corporativismo influenciaram os processos de ruptura da ordem liberal da Primeira República e contribuíram para a formação do Estado brasileiro contemporâneo durante a Era Vargas.

24. Destacam-se entre as várias medidas aprovadas: o salário mínimo, a proibição do trabalho infantil, o estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal obrigatório, as férias remuneradas, a compensação para trabalhadores demitidos sem justa causa, a assistência médica, a assistência para trabalhadoras grávidas, a proibição de diferenças salariais tanto para trabalhos similares quanto por razões de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, a educação básica obrigatória.

Oliveira Vianna, teórico da via brasileira ao Estado autoritário corporativo

Ocuparemos-nos de Oliveira Vianna porque acreditamos que ninguém mais que ele foi capaz de unir a tradição do nacionalismo autoritário brasileiro após a Primeira Guerra Mundial com a modernização totalitária do fascismo, uma vez que o problema do corporativismo foi dos grandes temas de sua produção nos anos 1930, seja como intelectual “orgânico” comprometido em repensar as relações entre Estado e sociedade, servindo-se também de modelos estrangeiros, seja como um dos principais juristas da legislação social durante a Era Vargas na sua função de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, desde 1932.²⁵ Será também uma maneira de repensar o papel dos intelectuais como protagonistas na “circulação das ideias”.

Antes de focar nossa investigação em alguns textos significativos dos anos 1930 e 1940²⁶ – nos quais Vianna trata sistematicamente de um dos aspectos menos estudados de seu pensamento, a recepção e incorporação das ideias fascistas e corporativas em seu “autoritarismo instrumental”, ou seja, um sistema político autoritário transitório, pensado para construir uma sociedade autenticamente liberal²⁷ –, devemos necessariamente fazer algumas considerações preliminares sobre a sua produção dos anos 1920, porque existe, segundo nosso parecer, uma profunda continuidade em seu percurso ideológico e político. Não é, portanto, possível dissociar o sociólogo das raízes rurais do Brasil nos anos 1920 do jurista maduro, comprometido em harmonizar o conflito capital-trabalho produzido pelos processos de modernização nos anos 1930.

25. H. M. Arruda. *Oliveira Vianna e a Legislação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ltr, 2007.

26. F. O. Vianna. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; _____. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; _____. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.

27. Conforme definição formulada por W. G. Santos *op. cit.*, 1978, p. 93.

Se é possível falar, nos anos 1930, de uma orgânica teoria “sindical-corporativista”, já na primeira parte da produção de Oliveira Vianna podemos encontrar muitos elementos que irão confluír em seu modelo de Estado sindical-corporativo na década de 1930. Acima de tudo, a crítica ao liberalismo clássico e o interesse significativo pelo corporativismo, tema central do pensamento europeu daquela época. Pensemos, por exemplo, em alguns textos fundamentais como *Populações meridionais do Brasil*, escrito entre 1916 e 1918 e publicado em 1920, *Pequenos estudos de psicologia social* (1923), *O ocaso do Império* (1925) e *Problemas de política objetiva* (1930). Nessa fase, Oliveira Vianna parece assumir as mesmas posições do pensamento nacionalista conservador europeu, adaptando-as, porém, ao contexto brasileiro.

O horizonte problemático da sua primeira grande obra, *Populações meridionais do Brasil*, é o fim do liberalismo e a exigência de construir um Estado-nação que transforme o povo brasileiro, representado como uma massa sem forma, atomizada e anômica, em uma comunidade harmoniosa baseada no direito positivo como fundação de uma nova organização do Estado e da sociedade, inspirada nos princípios da solidariedade econômica e social.²⁸

Trata-se de um novo conceito orgânico de Estado, enquadrado em quatro séculos de história do Brasil, fortemente influenciado pelo idealismo, ao mesmo tempo concebido segundo um método científico muito rigoroso, que Oliveira Vianna recupera do positivismo sociólogo e jurídico. O Estado de Oliveira Vianna é um Estado vivo, no qual as tradições vivem; Estado orgânico que projeta a nação sobre um horizonte de salvação, num momento de grande transformação da economia, da política e da sociedade: um Estado no qual convivem o conceito de ordem da matriz positivista de Comte e o conceito de progresso da nação da matriz idealista.

28. O panorama dos estudos sobre o pensamento de Oliveira Vianna conheceu nas últimas duas décadas um notável despertar de interesse. Ver E. R. Bastos, J. Q. Moraes (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993; G. M. Brandão. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

Nesta trajetória intelectual, *Problemas de política objetiva* constitui um verdadeiro divisor de águas no pensamento político de Vianna, porque foi publicado em uma conjuntura histórica diferente, ou seja, entre a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930. Aqui o modelo fascista de organização jurídica do Estado sindical-corporativo encontra terreno fértil em seu nacionalismo autoritário, lidando com uma questão social brasileira transformada sob o impulso da modernização.

O primeiro grande autor fascista utilizado é Sergio Panunzio, do qual lê *Il sentimento dello Stato* (1929).²⁹ Antes de aderir ao fascismo, Panunzio, filósofo e teórico de direito, fora dos principais teóricos do “sindicalismo nacional”. Conforme Panunzio, o “sindicalismo nacional” nascia do encontro entre a teoria orgânica da sociedade de Durkheim (a divisão do trabalho social), o sindicalismo integral de Sorel e a valorização do conceito de trabalho, em todas as suas articulações, não somente o trabalho na fábrica, como princípio em torno do qual articular a nova ideia de Estado-nação (o “Estado nacional do trabalho”). Em síntese, a originalidade política e social do fascismo estava na fusão do sindicalismo e do nacionalismo.

Do encontro com o fascismo, estudado por meio do Estado sindical-corporativo de Panunzio, o autoritarismo de Vianna recebe uma nova linha teórica para resolver, a partir disso, a crise do Estado liberal, reduzido a um centro de relações políticas vazias e atômicas, longe das forças sociais, simples garantia da coexistência interindividual, sem meios para enfrentar o problema do governo da sociedade de massa.

Como foi justamente observado, aquele de Vianna é um pensamento “ecléctico”,³⁰ que utiliza o que pode ser compatível com a sua visão organicista e autoritária das relações entre Estado e sociedade. Não, portanto, uma forma tradicional de autoritarismo social, voltada ao clã familiar, mas um moderno projeto de revisão estrutural das relações entre Estado e sociedade que vai se atualizando

29. F. O. Vianna, *op. cit.*, 1930, pp. 157-158, 163, 176.

30. E. Vieira. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

continuamente, servindo-se dos modelos mais modernos da época. Nesse caso, o Estado sindical-corporativo do fascismo, especialmente após a crise de 1929, coloca-se como um caminho privilegiado para colmar o defeito de conteúdo social do Estado moderno, levando a vida social ao plano da vida política, em função de integrar a sociedade, em suas múltiplas articulações e subdivisões, em um projeto de Estado novo, comprometido, sob o efeito da crise da ordem liberal, em repensar sua soberania, entendida como reapropriação total do espaço público, passando por um processo de integração de seus poderes e das forças sociais, coadjuvado nesse papel pelo sindicato, instrumento privilegiado da transformação corporativa do Estado.

Precisamos agora ver como ele, durante os anos 1930, apropriase, em seu autoritarismo instrumental, do modelo corporativo criado por Alfredo Rocco, com a Lei sobre a disciplina jurídica das relações de trabalho, de 1926, e a Carta do trabalho, de 1927. Tomemos *Problemas de direito corporativo* (1938), escrito para se defender da acusação movida pelo exímio jurista liberal Waldemar Ferreira de ter introduzido no direito do trabalho brasileiro o princípio fascista do poder normativo da magistratura do trabalho.³¹ O texto de Vianna utiliza um léxico jurídico e argumentações reelaboradas pela principal ciência jurídica fascista da época e pelo pensamento do político romeno M. Manoülesco.

Desde as primeiras páginas, o tom da autodefesa de Vianna é jogado sobre uma hábil e fina tentativa de desenganchar o corporativismo do férreo modelo do Partido-Estado totalitário fascista, levando o discurso ao âmbito da relação entre a tradição jurídica e o novo direito corporativo, que se afirmou em consequência da imprescindível necessidade de colher o fenômeno da organização coletiva dos interesses e do conflito capital-trabalho em nível internacional, portanto, não limitado ao caso do fascismo italiano. Vianna pretende mostrar como o modelo corporativo quer resolver, da mesma forma que o liberalismo no século XIX, o problema das relações entre Estado e sociedade no século XX, indo além das fronteiras da

31. W. Ferreira. "Justiça do Trabalho". *Revista do Trabalho*, n. 5, maio de 1937, pp. 233-236; F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, pp. 78ss.

tradicional lógica dicotômica: privado ou público, lei ou contrato. Diante do *novus ordo* do século XX, caracterizado pela ampliação das forças sociais e dos grupos de interesse, ele estava convencido de que os problemas jurídicos tornaram-se problemas de “categoria”.³² Dessa forma, o Estado estava retomando todas as suas prerrogativas – governo, poder e corporativismo – para organizar o fenômeno moderno “das pluralidades coligadas” em uma catalogação total do “social” baseada nessas “categorias”.

Mas, se o modelo de corporativismo teorizado por Vianna recalca em boa substância o modelo corporativo italiano, como pôde o jurista fluminense sair do impasse de ser acusado de “imitar” uma organização corporativa, que nas intenções explícitas de Alfredo Rocco tinha de ser a essência da ditadura permanente do totalitarismo? Como Vianna pôde justificar normas fascistas como o poder normativo da magistratura do trabalho, o contrato coletivo, o sindicato único e a proibição de greve no direito do trabalho brasileiro?

Para argumentar o caráter “instrumental” e transitório do seu autoritarismo, Vianna desengancha o seu modelo corporativista do totalitarismo fascista referindo-se principalmente à literatura jurídica italiana da época.³³ Ele recupera uma explicação “reduativa” da novidade introduzida por Rocco na ciência jurídica italiana, que tende a evidenciar os elementos de continuidade entre a construção do jurista napolitano e a tradição jurídica.³⁴ Prevalece assim uma tendência técnico-jurídica “neutra” a dissociar a norma do contexto político,³⁵ retirando sua real incidência na transformação da sociedade. A lei italiana de 1926 é ao mesmo tempo interpretada como uma restauração da tradicional soberania estatal que se perdeu na crise do liberalismo; o início de uma nova fase transitória e instrumental, caracterizada pela organização corporativa das ligações entre indivíduo, sociedade e

32. F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, p. 26.

33. F. Carnelutti. *Teoria del regolamento collettivo dei rapporti di lavoro*. Padova: Cedam, 1928; O. Ranalletti. *Istituzioni di diritto pubblico*. Padova: Cedam, 1937.

34. F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, p.78ss.

35. *Ibidem*, pp. 94, 102-103.

Estado, indo, portanto, além do fascismo para alcançar outras metas (a democracia social corporativa).

Nesta perspectiva, Vianna pôde até exaltar a modernidade da lei roquiana³⁶ na lógica da substancial identificação de corporativismo e fascismo, para atribuir ao modelo corporativo italiano as características de uma restauração autoritária, mas não totalitária, do Estado, ou interpretar a definitiva solução do problema sindical por meio do sindicato único, o contrato coletivo e a magistratura do trabalho na ótica de uma atualização da concepção liberal do Estado, de um Estado que se ocupa de reencontrar o indivíduo por meio de um potencial seletivo da autoridade do Estado.

Colocando-se na linha de Carnelutti, Vianna vê na lei Rocco a defesa da vocação ordinária do direito, a ser configurado como composição de um conflito intersubjetivo. A lei de 1926 harmonizou a nova dimensão do coletivo, emersa pela industrialização, e ao mesmo tempo projetou o Estado no “social”, já que é a mesma vocação social do homem procurando o instrumento para regular a pacífica convivência entre os sujeitos que compõem a sociedade. É uma leitura que tende a ver na Carta do trabalho italiana o grande debate jurídico-político da época sobre a exigência de regulamentar de forma coletiva as novas relações trabalhistas, ou seja, a passagem do conflito individual do trabalho ao conflito coletivo, entendido como aglomeração de uma série homogênea de conflitos individuais.³⁷ Nessa ótica, a instituição da magistratura do trabalho podia ser legitimada como um instrumento jurídico criado pelo Estado para se autogarantir perante os novos conflitos emersos da economia industrial moderna.³⁸

Ficava claro que, embora em contextos diferentes, Carnelutti e Vianna eliminavam da lei roquiana a sua original aspiração totalitária, a de se colocar como lei de um Estado que pretende estender seu poder anulando a fronteira entre público e privado. Se a escola de direito italiano fornecia as ferramentas para definir o quadro legal do Estado

36. *Ibidem*, p. 26. Cf. também F. O. Vianna, *op. cit.*, 1943, pp. 166 ss.

37. F. Carnelutti, *op. cit.*, 1928, pp. 43ss. e 91-92; F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, pp. 150ss.

38. F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, p. 83.

autoritário de matriz sindical-corporativa, foi a teoria do corporativismo “puro” e “integral” de Mihail Manoïlesco³⁹ que lhe permitiu, no entanto, desenganchar o corporativismo autoritário do totalitarismo. Vianna pensa o corporativismo como a forma mais completa da organização nacional – Estado, economia, política, sociedade –, destinada a marcar a história do século XX (além da experiência fascista), assim como o liberalismo havia marcado o século XIX, compatível com diversos estágios de desenvolvimento econômico e social de cada Estado-nação mediante as funções específicas das corporações e das organizações sindicais.⁴⁰

Por esse motivo, Manoïlesco, mesmo dando mérito ao fascismo italiano por ter redescoberto o corporativismo como resposta à crise da época da Primeira Guerra Mundial, teoriza que o corporativismo “integral” não é somente um dirigismo econômico ou a burocratização das corporações e dos sindicatos diretamente subordinados ao partido único (*Partito Nazionale Fascista*), pilar central do Estado totalitário, mas é, sobretudo, um modelo de organização de todos os aspectos da vida nacional, que vê o Estado e as corporações, na qualidade de fontes legítimas de poder público, juntarem-se no exercício da função econômica e da função político-social (criação do sindicato único; magistratura do trabalho; socialização dos meios de produção). Na visão de Manoïlesco, a própria versatilidade do corporativismo faz dele um modelo compatível seja com países que estão em estágio industrial avançado, como no caso da via fascista italiana ao corporativismo, seja também com países rurais, a “periferia” do capitalismo, com forte influência dos militares no poder político, como é o caso da Romênia e do Brasil nos anos 1930, envolvido com a transição para uma economia industrial.

Reelaborando de forma original o pensamento corporativo “puro” e “integral” de Manoïlesco, Oliveira Vianna tenta diferenciar-se de Alfredo Rocco e mais geralmente do corporativismo fascista: se para Rocco o corporativismo foi essencialmente a “terceira via” fascista dirigista entre o liberalismo e o comunismo, para Oliveira Vianna, ao

39. Como apontado por E. Vieira, *op. cit.*, 1981.

40. M. Manoïlesco. *O século do corporativismo*. Tr. Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1938; F. Oliveira Vianna, *op. cit.*, 1938.

contrário, o corporativismo afastado da estrutura totalitária embasada no partido único (modelo fascista) e utilizado na forma “integral” por Manoïlesco foi adaptado à especificidade da formação histórica e social brasileira e ao seu grau de desenvolvimento econômico e político.⁴¹ A verdadeira essência de seu “autoritarismo instrumental” – antimarxista, nacionalista e sindical-corporativo –, cujo objetivo era levar o Brasil à “democracia social”, está na capacidade de reelaborar, de forma original e em função da realidade brasileira, os modelos de organização política, econômica e social oriundos da Europa e dos Estados Unidos entre as duas guerras.

Também de Manoïlesco provém a ideia de Oliveira Vianna de que o corporativismo, como princípio de organização e mobilização integral dos indivíduos nas corporações, realiza o escopo final da nação que, ao contrário, seria forçada a se apresentar como uma massa amorfa de indivíduos não organizados, no centro da qual estaria um Estado muito fraco em relação à atribuição dos seus poderes, como no período liberal.⁴² Essa é uma ideia muito ampla de corporativismo, na qual a concepção idealista da nação como “espírito vivo” funde-se à ideia de cunho positivista da nova função do Estado, coadjuvado pelas corporações, na organização do mundo da produção e do trabalho, tendo sempre em vista o interesse superior da nação.

Essa concepção satisfaz Oliveira Vianna em sua atividade de sociólogo, jurista e homem político dedicado a dar uma forma ao povo brasileiro. Ele toma do modelo corporativo de Manoïlesco os elementos que podem ser úteis para a realidade brasileira, enquanto do fascismo italiano recupera a estrutura sindical-corporativa do Estado. Tem-se aqui outra transição importante, mas não sem contradições. Se o autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna recusa o totalitarismo, por que então remete ao princípio fascista de absorção do sindicato no Estado corporativo, do qual Rocco foi o principal artífice, destacando a importância do sindicato único nas suas principais obras dos anos 1930? A nosso ver, Oliveira Vianna quer construir um Estado moderno,

41. F. O. Vianna, *op. cit.*, 1938, p. 83.

42. M. Manoïlesco, *op. cit.*, 1938, p. 78.

baseado no conceito de “nação social”, cujos pontos fundamentais – em sintonia com o projeto fascista da constituição do Estado nacional do trabalho em todas as suas articulações sobre a base das representações sindicais, voltadas a realizar a transformação radical da sociedade nacional no sentido corporativo – são o reconhecimento jurídico do sindicato unitário dos trabalhadores e a solução legal dos conflitos de classe atribuídos à magistratura do trabalho.

Conclusões

A nossa tese é que a *Carta del lavoro* e o modelo corporativista fascista atualizaram o autoritarismo brasileiro, em busca de um novo modelo de ordem social e de organização dos processos de modernização que estavam atravessando o Brasil entre o final dos anos 1920 e os anos 1930. Nessa perspectiva, podemos dizer que o autoritarismo brasileiro mostrou-se disponível a receber a novidade do modelo corporativo fascista pensado por Alfredo Rocco, na perspectiva do Estado sindical-corporativo de matriz ditatorial e autoritária teorizado por Sergio Panunzio, retirando sua matriz totalitária. Foi então uma apropriação criativa em um contexto histórico diferente daquele da Itália fascista da época.

Com base no modelo italiano, desde a Revolução de 1930 Vargas, Oliveira Vianna e os demais arquitetos da legislação trabalhista montaram de forma original a “via brasileira para o estado autoritário de cunho corporativo”, na qual se entrelaçaram várias dimensões, inspiradas pelo “corporativismo puro e integral” de M. Manoïlesco:

1) A dimensão econômica. O corporativismo como uma “terceira via” para responder eficazmente à crise capitalista de 1929, através da intervenção do Estado na economia, com uma perspectiva necessariamente nacional-desenvolvimentista e industrialista, com o objetivo de quebrar a dependência do mercado internacional.

2) A dimensão ideológico-política. O corporativismo como momento de máxima expressão do Estado autoritário surgido para nacionalizar as massas amorfas e ignorantes. Para Oliveira Vianna,

o Estado corporativo era o modelo mais “adequado” para resolver o problema da distância entre o Brasil cristalizado na Constituição de 1891 e o Brasil real, lidando com a pobreza, a ignorância, a falta de cultura política e de educação.

3) A dimensão social. O estado corporativo como resposta preventiva para o perigo de uma revolução comunista no Brasil. Nessa perspectiva, era necessário neutralizar o conflito de classes que, inevitavelmente, surgia a partir do processo de industrialização, como aconteceu nos países mais avançados, incorporando o sindicato ao Estado em troca de uma legislação protetora do trabalho, para dar uma nova representação social em nome da solidariedade, da reconciliação e da harmonia entre as classes.

Ao mesmo tempo, foi uma longa e complexa incorporação da *Carta del lavoro*, separada do seu rígido contexto totalitário, em uma extensa legislação social, concebida à luz da nova dimensão do coletivo e focada na ideologia do “trabalhismo”, personificada pela figura benevolente de Getúlio Vargas, “pai dos pobres”.

Por essas razões, enfim, é extremamente simplificador falar de uma “cópia” do corporativismo fascista, porque, se é verdade que a estrutura básica do modelo sindical brasileiro foi o sindicalismo corporativo italiano, é também verdade que o rígido estatismo dirigista de Rocco foi adaptado de forma específica para o nacional-desenvolvimento industrialista de cunho autoritário, que garantiu também alguns direitos fundamentais, ao passo que as leis anteriores em matéria de proteção do trabalho eram poucas e atrasadas.

A ditadura tolerada: herança autoritária na historiografia sobre Vargas

Carlo ROMANI

No que se assenta e a quem interessa a
permanência do mito na história?

Em primeiro de maio de 2014 estreou nos cinemas de todo o país *Getúlio Vargas*, filme em comemoração aos sessenta anos de seu suicídio. Apesar de não ter obtido muito sucesso de bilheteria, teve uma grande projeção na mídia e contou com atores da rede de televisão mais popular do país como protagonistas. Não por acaso, sua data de lançamento coincidiu com o Dia dos Trabalhadores, a data que marcou a luta simbólica pela jornada de oito horas de trabalho desde a histórica greve de Chicago, em 1886. Uma data de luta que foi sendo progressivamente conquistada através de sucessivas paralisações promovidas todos os anos, nesse mesmo dia, por trabalhadores no mundo inteiro, antes de ter sido oficializada como feriado dedicado a homenagear mais o trabalho do que o próprio trabalhador. A imagem historicamente construída no Brasil de Getúlio Vargas associou-o ao estadista modernizador da nação e à paternidade institucional da defesa dos trabalhadores; e por eles foi assim reconhecido. Com isso, o “pai dos pobres” ganhou a legitimidade necessária que permitiu associá-lo à data dos trabalhadores, mesmo este tendo sido um grande proprietário rural, que nunca participou diretamente de suas lutas.

Em contrapartida, na política nacional, a imagem do bacharel gaúcho estaria melhor associada à do ditador, articulador político entre grupos de militares e diferentes setores da burguesia nacional em disputa pelo controle do Governo Federal na década de 1930; condutor do combate promovido por esses setores, convergindo com seus interesses difusos, contra os “subversivos” de qualquer ideologia revolucionária, anarquista ou comunista que fossem, atuantes naquela época. Se a cinematografia tivesse optado por rememorar esse lado pessoal, o lançamento do filme melhor caberia em setembro, mês do golpe do Estado Novo que encerrou o Brasil em mais uma ditadura que, na prática, já vinha ocorrendo desde os anos precedentes. Neste caso, a imagem de Vargas teria de ser associada à instituição legal do Estado policial brasileiro, à censura e ao controle da imprensa, ao submundo da repressão e de seus cárceres, tão bem descritos na visão particular de Graciliano Ramos.¹

Antes de tudo, temos que nos afastar de qualquer maniqueísmo no que tange à análise e à biografia de uma personalidade multifacetada e complexa como a de Getúlio Vargas e às diferentes estratégias políticas adotadas ao longo de sua vida. Mas, temos de convir que as duas faces mais marcadas de sua trajetória, aquelas que geraram mais ovações e ressentimentos, foram essas. Se na historiografia houve e ainda há uma disputa sobre qual rememoração a ser privilegiada – que, infelizmente, em grande parte dos trabalhos mais recentes tende a favorecer a primeira em detrimento da segunda –, nas obras de divulgação para o grande público raramente se recorda o ditador que flertou abertamente com Mussolini, Hitler e Salazar, de quem tomou emprestado o nome dado ao seu Estado ditatorial. Vargas figura em profusão nos lugares da memória nacional dando nome a fundações, estádios, praças, avenidas e outros logradouros, como o fazem Washington e Jefferson nos Estados Unidos e não o fazem Mussolini, Franco e Salazar em seus respectivos países. Por quê? Em que terreno se assenta essa imagem positiva do varguismo no senso comum que perpassa, inclusive, a

1. G. Ramos. *Memórias do cárcere* [1953]. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

interpretação de boa parte da historiografia nacional? Será que a necessidade de um salvador da pátria, de um defensor dos pobres, de um caçador de marajás, ou de outras construções que recorrentemente vêm à tona na história brasileira, ora de forma irônica ou caricata, ora de forma séria e convicta, está ainda de acordo com o desejo da maior parte da sociedade? Tenho muitas dúvidas. Não se trata de externar apenas uma opinião pessoal, ou de ser o locutor do desejo de um segmento ativo da sociedade que rechaça qualquer tipo de concessão feita aos Estados de exceção em nossa história e aos seus protagonistas. O Brasil mudou nos últimos trinta anos e há uma geração de jovens brasileiros e brasileiras, de diferentes classes sociais, etnias e atitudes políticas que se dispõem a lutar, de fato, por uma democracia o mais democrática possível.

As jornadas populares de junho de 2013, espontaneamente organizadas, levaram milhões às ruas. Pode-se questionar se houve algum tipo de convergência nas pautas reclamadas, pode-se questionar o espectro ideológico, que variou da extrema-esquerda mais autonomista à extrema-direita mais reacionária,² se é que esse tipo de classificação que remonta à época da Assembleia Nacional francesa ainda possa expressar a posição das diferentes formas políticas surgidas após a queda do socialismo soviético. Mas, no que a maioria dos analistas políticos converge é no fato de que a multidão que foi às ruas aquele ano reclamou algum tipo de participação direta na política. Esse conjunto significativo da população não somente criticou os instrumentos tradicionais da representação, como também atacou e rechaçou a tutela política a que a sociedade ainda se encontra submetida e que freia sua potência de decidir o próprio destino. As manifestações partiram inicialmente de pequenos movimentos sociais urbanos autônomos (pela mobilidade urbana, dos sem-

2. Em um dos primeiros artigos a analisar as críticas feitas aos participantes das jornadas de junho, Roberto Romano foi muito preciso em relação à convergência dessas críticas provindas tanto da direita quanto da esquerda: "O juízo negativo sobre a praça gerou o Brasil de Vargas, de 1964 e do AI-5. A esquerda clássica ostenta idêntica ojeriza à rua". Cf.: R. Romano. "Demofobia em marcha". *O Estado de S. Paulo*, 30 junho 2013.

teto, desempregados, grupos diversos organizados em assembleias populares de bairros, entre outros), movimentos que já vinham interferindo diretamente na política por demandas locais desde a década anterior e que foram capazes de mobilizar ou, pelo menos, de provocar a vontade de participação política nas ruas, direta e não tutelada, de um conjunto expressivo da população brasileira.³ Essa vontade é diametralmente oposta à descrença mantida por muitos políticos e também, infelizmente, por muitos acadêmicos, em relação à capacidade da população de se dirigir e autodeterminar ou à crença de que as atuais formas da política representativa ainda atendam a isso.

Tendo como ponto de partida essa premissa, a de que a sociedade brasileira tem um grau de maturidade suficiente para negar e não aceitar qualquer tipo de tutela na condução da política, e o demonstrou nas ruas, é que propomos discutir os problemas da revisão historiográfica em curso que tem tratado de modo positivo a Era Vargas, principalmente seus legados econômicos e trabalhistas. É bastante preocupante essa revisão positiva do varguismo num momento da história brasileira de avanço da perspectiva democrática e de renovada vontade da população em participar mais diretamente da política. A herança das formas de tutela política autoritária, policial, corporativista, populista, trabalhista, mística, qualquer termo que se queira usar, herança que ainda persiste, é tão danosa à construção da mais ampla democracia quanto a do antigo clientelismo e mandonismo dos potentados regionais pré-30 contra os quais se insurgiram os modernizadores da nação. Uma herança que se projetou firmemente durante os anos seguintes ao suicídio de Vargas, manteve-se nos porões da ditadura de 64, assentada no legado pernicioso da polícia política, e seguiu, após seu término, deixando resquícios difíceis de serem erradicados. É esse debate tão atual na sociedade brasileira, que após 50 anos ainda revolve seus fantasmas na Comissão da Verdade – o debate sobre a legitimidade da representação política na democracia –, que nos leva a discutir o porquê de a ditadura varguista e sua

3. E. Judensnaider *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

herança serem vistas com bastante condescendência por boa parte da historiografia.

Conceituando ditaduras e democracias

Como é sabido, Getúlio Vargas chegou ao poder após um levante militar, um golpe de Estado que conseguiu se instituir oficialmente na história nacional com o nome de Revolução de 30. Em contrapartida, a Revolução de 64, a redentora, como a chamaram seus protagonistas civis e militares, consolidou-se na história nacional após seu colapso como um golpe que levou a uma subsequente ditadura. Dois golpes, dados em diferentes momentos, que foram consagrados pela história com terminologias diferentes. Por quê? Ao indagar a construção da memória nacional sobre a Era Vargas, Ângela de Castro Gomes também interrogou as “razões que permitem compreender processos de ‘enquadramento de memória’ tão distintos”.⁴ Seu ensaio, dedicado a entender os fundamentos do pensamento autoritário desse período da história nacional, faz parte da coletânea organizada por Pedro Paulo Bastos e Pedro Cezar Fonseca, expoentes da história econômica. O objetivo dos organizadores era o de discutir as influências positivas e a importância de Vargas para o desenvolvimento nacional. Segundo a interpretação da história abraçada por ambos, o autoritarismo, a ditadura, a violência política e suas marcas visíveis poderiam ser consideradas externalidades, contingências da história, quando comparadas à modernização burocrática e aos avanços econômicos trazidos pelo varguismo à nação. Essa interpretação que minimiza o caráter ditatorial do regime varguista, da qual discordamos, ainda é majoritária no país.

Como ponto de partida, de modo a caracterizar melhor os regimes autoritários da época moderna, vamos tentar entender o significado dado à palavra ditadura por alguns autores, e nos referimos

4. A. de C. Gomes. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado Vargas.” In: P. P. Z. Bastos; P. C. D. Fonseca (org.). *A Era Vargas. Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 70.

aqui apenas à ideia geral empregada no uso do termo nessa época. Segundo Mario Stoppino, diferentemente da ditadura na Antiguidade, a ditadura moderna não estaria prevista nas regras constitucionais em vigor, mas “se instaura de fato ou, em todo caso, subverte a ordem existente” e se institui normalmente como um novo regime.⁵ O sentido político pejorativo do termo ditadura se diferenciaria daquele dado à ditadura revolucionária, que teria um caráter provisório para instaurar um novo regime baseado na justiça social, portanto, carregando consigo uma positividade, o que também é algo bastante discutível. O termo ditadura, em seu uso comum, teria, assim, uma conotação claramente negativa, antidemocrática, opondo-se por antonímia ao de democracia, a forma política característica dos Estados de direito liberais.⁶

Contudo, essa separação entre ditadura moderna e ditadura revolucionária, como demonstraram Norberto Bobbio e equipe, é aceita somente por quem defende o regime político da democracia como aquele que deve perseguir e assentar-se sobre um ambiente de justiça e equidade social ou, em outros termos, lugar onde se realizaria a “igualdade de condições” jeffersoniana. Quando a democracia se distancia dessa perspectiva tornar-se-ia legítimo o rompimento da ordem jurídica para conduzi-la, ou reconduzi-la, àquela perspectiva social. Mas, na prática, mesmo a primeira democracia moderna, aquele projeto de democracia pensado por Jefferson, durou não mais do que 50 anos. Quando Tocqueville visita a América, sua descrição de uma democracia que contemplaria a igualdade de condições, ou de oportunidades, negativa em sua concepção, pois limitaria a expressão das minorias, já não se encontrava mais presente. Sem falar na base escravista em que sempre esteve fundada a democracia americana, o brutal regime de exploração do trabalho de operários que fizeram o

5. M. Stoppino. Verbete “Ditadura”. In: N. Bobbio; N. Mateucci; G. Pasquino (org.). *Dicionário de Política AZ*. Vol. 1. [1986] 11ª ed. Tr. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Ed. UNB, 1998, p. 368-379.

6. Para um aprofundamento da discussão, ver N. Bobbio. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. [1977] 14ª ed. Tr. Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 135-166, especialmente capítulo 4, “Democracia e Ditadura”.

boom de sua indústria pré-guerra civil, não percebido por Tocqueville, já denunciava a impossibilidade da igualdade na democracia. E é esse mesmo brilhante pensador do século XIX, bastante revisitado desde o fim do século passado, que descreveu o que já não mais ocorria naquela América, a quem recorrem os novos teóricos da política do campo do liberalismo, em discordância da validade das proposições de Bobbio. Na democracia moderna teria mais importância a manutenção de um ambiente de ampla liberdade civil, confundido quase que diretamente com o direito à liberdade de expressão, mesmo que assentado na assimetria do poder econômico, do que a perseguição de um modelo de equidade social. Desse modo, a desobediência política necessária e legítima ante as injustiças sociais coletivas, para seguir o raciocínio de um dos máximos expoentes políticos da teoria da justiça, não poderia nunca ser aceita na forma de uma nova injustiça política para com o indivíduo, ou com parte da sociedade, como aquela praticada por qualquer regime autoritário, mesmo que de modo provisório.⁷

Por outro lado, no campo da crítica marxista, a democracia liberal sempre será entendida como o exercício de uma ditadura de classe imposta pela burguesia, o que legitima a tarefa da revolução. E isso não se encontra presente apenas na ortodoxia de base marxista-leninista; mesmo em um autor como Gramsci, cujas ideias influenciaram o próprio Bobbio, a crítica à democracia liberal independe do fato dela ser exercida por um governo democrático ou por um governo ditatorial. O sentido ideológico da dominação de classe estaria sempre implícito na hegemonia liberal construída. A sociedade civil que se constituiu com o liberalismo, regime estruturalmente fundado na desigualdade social, seria, assim, também o espaço privilegiado da luta de classes.⁸ Uma interpretação cara não somente aos governos socialistas, mas que legitimaria o exercício intervencionista do Estado sob o argumento da

7. J. Rawls. *Uma teoria da justiça*. [1981] 4ª ed., tr. Almiro Pisetta; Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

8. Uma boa apresentação das ideias de Gramsci para estes dois pontos foi feita com honesta explicitação da tomada de partido, algo geralmente escamoteado por inúmeros autores a pretexto de rigor acadêmico, por M. L. Durighetto. *Sociedade civil e democracia. Um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

busca da equidade em diferentes regimes políticos – à esquerda e à direita – nos anos de 1920 a 1940.⁹ Essa mesma interpretação crítica da democracia seria relativizada pelos estudos gramscianos dominantes a partir da década de 1970, na esteira do eurocomunismo de Berlinguer, quando o entendimento da democracia como o valor universal a ser perseguido na política promoveu uma profunda revisão da ortodoxia marxista.¹⁰ Então, num terreno de apropriações semânticas tão diversas para o binômio ditadura-democracia, onde acabaria uma e começaria a outra?

Na prática, talvez em nenhuma definição: “A ‘democracia’ atual pode ser tudo aquilo que se quiser exceto uma democracia, pois a esfera pública é, de fato, privada, ela é possessão da oligarquia e não do corpo político.”¹¹ Apesar de convergente, a crítica elaborada por Cornelius Castoriadis à democracia moderna, que compartilhamos, distancia-se da crítica marxista na medida em que o falecido filósofo franco-grego não coloca como solução do problema um agente externo, um rompimento revolucionário que pudesse levar a sociedade ao paraíso terrestre. O rompimento de Castoriadis com as formas autoritárias do socialismo real no século passado e com a teoria marxista da revolução não deixa dúvidas quanto a isso. O lugar de sua fala é o lugar da autoinstituição da sociedade, é o da fala militante (como ele se definiu) em defesa da autonomia do político. Há somente uma democracia para Castoriadis, a grega, na qual a sociedade se instituiu continuamente através da política. A democracia moderna é colonizada pelo interesse econômico que se sobrepõe ao político em qualquer forma e circunstância em que ela tenha se estabelecido na história contemporânea, seja nos modelos do capitalismo ou do socialismo burocrático, pois a racionalidade do

9. Um apanhado bastante interessante sobre as ideologias políticas postas em prática nesse período pode ser encontrado em F. Limonic; F. C. P. Martinho (org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

10. C. N. Coutinho. “A democracia como valor universal”. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. [1979] 2ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, pp. 17-48.

11. C. Castoriadis. *Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto*. Vol. 6. Tr. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 209.

econômico está desconectada da vontade do político. A democracia de Castoriadis é um real que não existe, somente pode ser projetada como devir na luta contínua da sociedade pela autonomia do político. O que não significa que fosse indiferente ao redator de *Socialisme ou Barbarie* o fato de a sociedade permanecer sob o regime político de uma democracia liberal ou de uma ditadura. Nos quase vinte anos que esteve à frente da revista, Castoriadis sempre combateu qualquer forma de regime autoritário, seja de direita, seja de esquerda.

Infelizmente, o lugar de sua fala, que é o lugar do devir histórico, é um lugar fora do eixo acadêmico, um presente minoritário. Em vez desse devir projetado da experiência libertadora, a historiografia estabelecida tende a trabalhar com o que julga ser a concretude real do passado. Diferentemente da filosofia, que pode se permitir a crítica abstrata das realidades, a história trabalha quase que exclusivamente com a realidade empírica. É essa historiografia que faz a crítica de “um certo tipo de interpretação mais comprometida com premissas não demonstráveis do que com as evidências disponíveis”,¹² para citarmos textualmente um dos historiadores contemporâneos mais comprometidos com a revisão positiva do varguismo. Segundo essa compreensão, as evidências seriam as fontes da história e não as possibilidades, mesmo que esse axioma seja passível de questionamento. Quais evidências se quer encontrar e como trabalhá-las?

Um dos historiadores que influenciou essa construção da nova história política foi Pierre Rosanvallon. A busca da melhor representação política do povo na democracia francesa, uma nação formada por uma sociedade de indivíduos, teria sido uma tarefa presente desde sua aparição com a Revolução de 1789.¹³ Para Rosanvallon, a democracia pura e simples – como a direta, a única possível para Castoriadis – não pode existir concretamente no mundo contemporâneo. Assim, a

12. J. Ferreira. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: J. Ferreira; L. A. N. Delgado (org.). *O Brasil republicano 3. O tempo da experiência democrática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 33.

13. P. Rosanvallon. “Malaise dans la démocratie”. In: *Le peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998, pp. 11-29.

democracia real será sempre um substantivo a ser adjetivado: direta, representativa, social, popular. A grande dificuldade da democracia residiria precisamente em conseguir agrupar coletivamente as representações parlamentares dos diferentes indivíduos na sociedade. Essa compreensão ampla do sentido do que vem a ser a democracia não foi inaugurada pelo historiador francês, mas encontra-se nas fontes do pensamento social por ele consultadas, provindas de posições tão distantes quanto as formuladas desde Proudhon até Guizot.

A ditadura do Estado Novo e a justificativa paradoxal da democracia autoritária

Algo similar, semanticamente, fizeram no Brasil os intelectuais que forjaram a construção do que posteriormente seria chamado por historiadores, sociólogos e economistas, de nacional-desenvolvimentismo e, mais recentemente, de nacional-estatismo. Para legitimar socialmente a possibilidade de um regime autoritário, de uma ditadura como se fosse um tipo de democracia, nomes do primeiro time do pensamento social brasileiro das três primeiras décadas do século XX – que foram abraçados pela burocracia do Estado varguista – foram ao ataque contra o liberalismo. Inicialmente, Francisco de Oliveira Vianna criticou a possibilidade de realização do modelo político de organização liberal no Brasil, com base numa arguta compreensão da especificidade da realidade brasileira. Uma sociedade fundada no insolidarismo não conseguiria *per se* realizar a grande transformação social por ela requerida. A artificialidade legal do liberalismo brasileiro, sustentado por uma constituição idealista, deveria ser superada pela maior intervenção do Estado nas questões de natureza econômica e social. A crítica ao paradigma liberal percorre toda a obra de Oliveira Vianna, um clássico em processo de revisão a partir dos anos 1980, como acentua Ângela de Castro Gomes,¹⁴

14. A. de C. Gomes. "Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo". In: F. Limoncic, F. C. P. Martinho (org.), *op. cit.*, 2010, pp. 203-231. O texto que inaugura a releitura positiva do pensamento de Vianna é o de C. H. Davidoff. "A

concomitantemente a uma leitura mais positiva que se passou a fazer da Era Vargas.

Esse modelo político socialmente interventor requeria uma ampliação da participação do trabalhador por meio da incorporação de suas associações de classe, reconhecidas pelo Estado e sujeitas a seu controle, combatendo todas as demais que lhe escapassem. A modernização urbana do país deixava claro ao governo que ele não governaria sem o apoio direto ou indireto da classe operária.¹⁵ Isso se torna evidente desde o início do governo Vargas com a importância, inusitada até então, da consolidação de uma legislação trabalhista com a regulação dos direitos sociais, que continuou nas formas de convencimento dos trabalhadores, deveras impositivas, para a garantia da conquista desses direitos. A lei de sindicalização de março de 1931 definia as regras de formação de sindicatos e federações, proibindo a propaganda ideológica nos sindicatos, criando dossiês para todos os associados, entre outras práticas restritivas e intimidadoras. Ciente da necessidade de conquistar o apoio do trabalhador, ao assumir a pasta do Trabalho, Lindolpho Collor dirigiu-se a São Paulo para expor o plano de governo e foi rispidamente retrucado pelos anarcossindicalistas ligados à FOSP.¹⁶ Em São Paulo, onde o sindicalismo revolucionário era mais forte, a política de tutela trazida com a legislação trabalhista de Vargas foi amplamente combatida pela Federação Operária de São Paulo (predominantemente anarquista), pela Federação Sindical Regional (comunista), e pela maioria dos grêmios operários independentes (gráficos, chapeleiros, eletricitários).¹⁷ Para Angela Carneiro de Araújo,

ideologia da modernização em Gilberto Freyre e Oliveira Vianna". *Perspectivas*, São Paulo, vol. 5, 1982, pp. 29-38.

15. A. Lenharo. *A sacralização da política*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986, p. 21 e ss.
16. Prontuário Federação Operária de São Paulo FOSP, pasta 716, Fundo DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo, AESP. Documento nº 2, 23/05/1931; Prontuário Oreste Ristori, pasta 364, *idem*. In: C. Romani. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 265 e ss.
17. R. Azevedo. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002; R. R. da Silva. *Imprimindo a resistência: A imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Para acompanhar a atuação do DEOPS junto aos sindicatos,

mesmo que ao término do governo provisório passasse a haver “uma significativa adesão das antigas lideranças sindicalistas”, os chamados amarelos da década de 1920, ao projeto corporativista, isso não ocorreu de forma passiva, mas geralmente conflituosa entre os trabalhadores, combinando, em suas palavras, resistência, assimilação e apropriação.¹⁸ Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, a instituição da tutela estatal foi o principal projeto do novo governo para manter o controle sobre as aspirações operárias, e a parcela dos operários revolucionários não soube perceber ou lidar politicamente com isso.¹⁹ O modelo corporativo que se constituía necessitava, também, para sua concretização, da “conversão do presidente em autoridade suprema do Estado”.²⁰ Abandonava-se a tirania da soberania liberal, restritiva para a nação, mas também se abandonava qualquer pretensão à representação autônoma da população. A soberania popular deveria ser substituída pela soberania do Estado, ao modo pregado pelo jurista Santi Romano durante o fascismo na Itália dos anos 1930.²¹

O antiliberalismo de Antônio de Azevedo Amaral foi além do de Oliveira Vianna. Para um dos grandes propagandistas do Estado Novo, segundo Castro Gomes, “a democracia nova só comporta um único partido: o partido do Estado, que é também o partido da nação”.²² A autora baseia-se nos artigos publicados em *Cultura Política*,

ver, entre outros, os seguintes prontuários arquivados no Fundo DEOPS/AESP: FOSP, pasta 716; Federação Sindical Regional de São Paulo, pasta 880; Sindicato dos Trabalhadores da Light, pasta 710; Confederação Geral do Trabalho no Brasil, pasta 532; União dos Trabalhadores Gráficos, pasta 582; União dos Trabalhadores Gráficos, pasta 577.

18. A. M. C. Araújo. “As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30”. In: E. Reis *et al.* (org.) *Política e cultura: visões do passado e política contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 9; A. M. C. Araújo. “Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil”. In: _____. *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.
19. P. S. Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 329 e ss.
20. *Ibidem*, p. 222.
21. G. Adinolfi. “O constitucionalismo e o regime fascista”. Tr. br. Ricardo L. S. Campos. In: F. Limoncic, F. C. P. Martinho (org.), *op. cit.*, 2010, pp. 349-375.
22. A. de C. Gomes, *op. cit.*, 2011, p. 79.

revista do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão que tinha a função de publicizar o ideário social e corporativo do novo regime ditatorial. O papel proeminente de Amaral na construção discursiva positiva da nova democracia, mesmo que, paradoxalmente, reconhecida por ele mesmo como autoritária, permitia legitimar como necessário para o bem da nação o exercício da censura sobre os meios de comunicação. A construção dessa democracia de tipo rousseauiano, reunindo Estado e nação sem dissensos, somente poderia ser conquistada graças à hipotética junção dos interesses do povo através de seu governante máximo. As palavras de Azevedo Amaral, duro combatente da constituição de 1934, já antecipavam o que três anos depois ocorreria.²³ Era apenas questão de tempo e oportunidade a emergência do Estado forte em substituição à moribunda democracia liberal, que tentou uma breve sobrevivência nesses três anos conturbados de acentuado conflito de classe na sociedade brasileira. A oportunidade não surgiu por acaso, mas foi plantada... Um inverossímil plano de subversão judaico-comunista inventado em setembro de 1937 pelo capitão integralista Olímpio Mourão, o mesmo que iniciaria na patente de general o futuro golpe de 64, foi o argumento usado para o desfecho do golpe do Estado Novo de Vargas com o apoio dos militares.²⁴

Ficam evidentes as comparações com as estratégias golpistas típicas do fascismo italiano e as alusões feitas ao modelo corporativo de Mussolini encontradas nas obras desses pensadores. No caso de Oliveira Vianna, tais aproximações já haviam sido amplamente apresentadas na década de 1970 na tese de Evaldo Amaro Vieira,²⁵ antes da reavaliação positiva que vem sendo feita à obra do intelectual fluminense, não por acaso nascido em Saquarema, templo do conservadorismo do Segundo Reinado. Se essas alusões ao fascismo não aparecem diretamente nos textos de Oliveira Vianna ou de Azevedo Amaral, são percebidas e

23. A. J. de A. Amaral. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; _____. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; _____. *Getúlio Vargas: estadista*. Rio de Janeiro: I. Pongetti, 1941.

24. H. Silva. *A ameaça vermelha: o plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

25. E. A. Vieira. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

sempre relativizadas (somente no período 1937-1943 pode-se falar em Estado corporativo; debilidade da regulação corporativista brasileira; Estado como elemento estruturador de um social inexistente etc.) pelos pesquisadores mais recentes que se dedicam a revisitar o pensamento dos próceres do Estado autoritário brasileiro para redimensionar sua real abrangência.²⁶ Inegavelmente, são visíveis em todos os autores conservadores daquele período as referências, a partir de 1933, ao modelo do Estado salazarista, o qual teve em Gilberto Freyre o mais conhecido e declarado defensor brasileiro. As ideias dos antiliberais portugueses se fazem presentes não somente na apologia de Vianna ao corporativismo como melhor modelo de organização político-administrativa para atender as demandas e o desejo da nação, mas também aparecem nos discursos de Azevedo Amaral e Francisco Campos, entre outros.

Este último, em particular, com os arroubos freudianos enveredando pela psicologia social contidos em seus textos, vaticinava o reclamo do líder carismático pelas massas, o culto ao mito que de fato se personificou em Vargas. A defesa da ditadura como o melhor regime de governo tornou-se explícita na autoria da constituição outorgada de 1937 e em sua manifesta defesa do regime como o que melhor representaria o Estado nacional.²⁷ Seu estilo autoritário e golpista continuaria até 1964, quando redigiu o AI-1 da nova ditadura. Contudo, já se manifestara desde sua passagem pelo governo de Minas Gerais na década anterior e também em 1931, quando esteve à frente da ultraconservadora Legião de Outubro mineira. Seu apoio não somente retórico a Vargas tornou-se evidente ao assumir a pasta da Educação do Distrito Federal após as acusações contra Anísio Teixeira por este manter laços com os “subversivos” da ANL. Transformado em mentor político e intelectual de Gustavo Capanema, outro nome do autoritarismo da época, o caminho encontrava-se aberto para seu projeto

26. A. Cardoso. “Estado novo e corporativismo”. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13 n. 2, 2007, pp. 107-119.

27. F. Campos. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico* [1939]. Brasília: Senado Federal, 2001.

pedagógico, segundo o qual ao “Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude.”²⁸ Dentre os próceres do varguismo, Campos, apesar de negar o regime fascista – “o Estado novo não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica” –, foi bastante cioso em legitimá-lo com base na ascensão internacional do nazi-fascismo.²⁹

O culto ao personalismo do homem de Estado forte foi o primeiro grande objeto de exportação da política italiana moderna, com as representações criadas em torno ao Duce que ganharam o mundo particularmente após 1926. Portanto, os fundamentos desse pensamento social brasileiro, do Estado forte, autoritário, corporativo, liderado por um mito, devem ser encontrados na literatura fascista italiana que influencia tanto a formação do salazarismo como a do varguismo em ambos Estados novos. Não estamos dizendo que haja uma transposição direta do modelo fascista para outros Estados nacionais. Nesse sentido, concordamos em termos com Francisco Palomanes Martinho, para quem as “interpretações que tenderam a considerar os diferentes regimes antiliberais como sendo todos eles expressões do fascismo” desconsideram “as peculiaridades de cada experiência nacional.”³⁰ A tarefa do historiador é precisamente a de perceber essas diferenças, é a de historicizar e identificar as influências de cada sociedade e cultura na formação de suas estruturas políticas nacionais. Todavia, o historiador também não pode se furtar às evidências que aproximaram, em sua forma de administração política, diferentes Estados nacionais nesse período entre as guerras. O fato de ter havido no Brasil um movimento político, o integralismo, que ocupou o espaço da extrema-direita correspondente ao dos *fasci* italianos, não descaracteriza o caráter místico do novo Estado varguista, semelhante, mas não idêntico, fique

28. S. Schwartzman, H. M. B. Bonemy; V. M. R. Costa. “O projeto fascista de Francisco Campos”. In: _____. *Tempos de Capanema* [1984]. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / FGV, 2000, p. 79 e ss.

29. F. Campos *apud* P. Fernandes. “Setenta anos após 1937: Francisco Campos, o Estado Novo e o pensamento jurídico autoritário”. *Prisma Jurídico*, São Paulo, n. 6, 2007, p. 356.

30. F. C. P. Martinho. “Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português”. In: F. Limonic, F. C. P. Martinho (org.), *op. cit.*, 2010, p. 171.

claro, ao estabelecido por Mussolini no comando da Itália. Mesmo com o uso de recursos semânticos, as tentativas de minimizar essas fortes semelhanças não conseguem varrer a poeira para debaixo do tapete. Por que tanto pudor, em parte da historiografia que se debruça sobre o legado da Era Vargas, em apontar as evidentes fontes em que o regime bebeu?

O Estado autoritário e sua herança de difícil superação

Todo Estado forte, por mais que receba apoio popular graças a uma política de barganha que favoreça a parte economicamente mais frágil da sociedade que, como veremos, é um dos pontos no qual se escora a nova historiografia mais tolerante com o varguismo, somente se mantém por um tempo duradouro graças também à forte coerção que impõe sobre uma parcela significativa da população. Assim, regimes autoritários modernos, além dos elementos já apontados, costumam também ter em comum um eficiente mecanismo de propaganda, um exército forte por trás do chefe de Estado e uma polícia política bastante atuante e repressiva, que impede a expressão do descontentamento social. Getúlio Vargas teve tudo isso. Sua polícia política vigiou ostensivamente as manifestações sindicais organizadas por anarquistas e comunistas e reprimiu os diferentes movimentos políticos antifascistas que surgiram na década de 1930. Censurou as mídias, cerceou as liberdades civis, tão caras aos liberais, e perseguiu, inclusive, seus amigos integralistas após o golpe de 1937. Mas, sem dúvida, as maiores vítimas do regime varguista foram os sindicalistas e militantes das agremiações de esquerda, presos, torturados, deportados, assassinados, de uma forma até então sem precedentes na história política nacional.³¹

31. Uma resumida e oportuna reflexão sobre as práticas repressivas da polícia contra comunistas, anarquistas e outros grupos revolucionários na Primeira República e nos primeiros anos de Vargas encontra-se em P. S. Pinheiro, *op. cit.*, 1993.

A produção histórica que tentou fazer as contas com o regime nos anos seguintes à sua queda não obteve muito êxito, seja pela dificuldade de acesso às fontes – a ditadura acabou em 1945, mas o caráter militar do regime permaneceu com o general Dutra – seja devido ao retorno de Vargas como líder carismático pelas urnas na década de 1950. O segundo mandato cindiu a política nacional entre os “pró” e os “contra” o presidente e estreitou o espaço de crítica vindo da esquerda, a principal interessada em investigar a repressão política ocorrida durante o primeiro governo Vargas. A nova onda repressiva que se abateu após 1964, montada com a polícia de ordem política e social herdada da Era Vargas, impediu ainda mais o esmiuçar da continuidade daquele aparato repressivo constituído entre as guerras. Assim, salvo alguns poucos trabalhos que saíram até o fim da década de 1960, como o já citado livro de Graciliano, os principais interessados em desnudar a violenta repressão política do período Vargas não tiveram muitas oportunidades para fazê-lo.³²

Essa conjuntura desfavorável a uma interpretação historiográfica que atendesse às necessidades dos perseguidos políticos da ditadura varguista somente se modificou na década de 1980, durante a chamada Redemocratização. Nesse período, uma série de trabalhos passou a investigar os porões da ditadura de 64 como um legado policial-militar herdado do varguismo, tendo a estrutura repressora implantada nas seções dos Departamentos de Ordem Política e Social, o DOPS, como fundamento. As pesquisas e o empenho de Maria Luiza Tucci

32. Mesmo assim, há uma boa quantidade de trabalhos de menor repercussão sobre esse tema, produzidos entre as décadas de 1950 e 1960. Indicamos aqui alguns textos da época que compõem um arco ideológico amplo e bastante heterogêneo dentro das esquerdas. A primeira denúncia pública de um sindicalista está em H. Pinto. *No subsolo do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Germinal, 1950. O depoimento de um dos protagonistas do militarismo com tom de autocrítica encontra-se em L. Coutinho. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956. O ataque virulento de um membro da ANL encontra-se em A. Henrique. *Vargas, o maquiavélico*. São Paulo: Palácio do Livro, 1961. A análise histórica dos comunistas em L. Basbaum. *História sincera da República*, 3 vol. São Paulo: Edaglit, 1962. A da posição anarquista em E. Rodrigues. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. Outra visão próxima à libertária pode ser lida em E. Dias. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

Carneiro, Alzira Lobo Campos e Elizabeth Cancelli, em São Paulo, contribuíram de forma fundamental para que as fontes da repressão política da Era Vargas pudessem ser estudadas.³³ A abertura dos arquivos do DEOPS na década de 1990, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo, forneceu as fontes para que dezenas de pesquisadores passassem a diagnosticar o *modus operandi*, a continuidade e a intensidade da repressão policial daquele período.

O antissemitismo típico do regime, materializado, por exemplo, no falso Plano Cohen, já se manifestava na condução de Filinto Muller,³⁴ amante das táticas policiais alemãs, à frente da polícia no Distrito Federal. A carta branca dada ao crescimento do integralismo e das organizações nazistas no sul do país teve como primeiro indício público o apoio policial dado aos adeptos da seita do Σ (Sigma) na chamada Batalha da Praça da Sé, em outubro de 1934.³⁵ Da mesma forma, foi possível ter outro olhar sobre a repressão que se desencadeou, a partir do fracasso da insurreição Comunista de 1935, contra os membros da ANL, os demais grupos de militantes antifascistas e os sindicalistas contrários ao controle estatal.³⁶

Os documentos com os registros das centenas de deportações de estrangeiros efetuadas na década de 1930, alguns deles vivendo há mais de 30 anos no país, tornaram-se disponíveis com o acesso, na década de 1980, ao fundo do Tribunal de Segurança Nacional, depositado no Arquivo Nacional.³⁷ O TSN, instituído em 1936 junto

33. Indicamos os principais títulos: M. L. T. Carneiro. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasma de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; E. Cancelli. *O mundo da violência: a polícia política da Era Vargas*. Brasília: Ed. da UNB, 1993; A. L. A. Campos. "Estrangeiros e ordem social". *Revista Brasileira de História*, nº. 33, vol. 17, 1997, pp. 201-237.

34. S. M. Jorge. *Filinto Muller: memória e mito (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

35. R. Gertz. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; R. R. da Silva, *op. cit.*, 2005.

36. R. Azevedo, *op. cit.*, 2002; R. R. da Silva, *op. cit.*, 2005; M. A. G. Vianna. *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade [1992]*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

37. A. L. A. Campos, *op. cit.*, 1997; V. T. Santos. *Italianos sob a mira da polícia política: Vigilância e repressão no Estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009;

com a CNRC, Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, foi, segundo Marcos Florindo, “um tribunal criado para conferir legalidade à prática da culpabilização, presumida na conclusão dos inquéritos policiais, de acordo com as necessidades de expansão do clima de terror”, preparando o terreno jurídico para a deflagração do golpe no ano seguinte.³⁸ Esse arcabouço jurídico fora gestado em março de 1935 com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, com ampla maioria no Congresso, criando as tipologias de crimes contra a ordem política social, de imprensa e de expulsão de estrangeiros. Note-se que toda a base repressiva criada durante o governo constitucional de Vargas, ampliou-se durante sua ditadura, manteve-se após e continuou durante a ditadura de 1964. Quando os dossiês de uma gama bastante heterogênea de militantes fichados no DEOPS paulista como subversivos, anarquistas, comunistas, tornaram-se públicos, permitiram a elaboração de diversas pesquisas relatando o alcance do aparelho repressivo.³⁹ Enfim, além do escancaramento da atuação da polícia política, também a institucionalização das formas arbitrárias de repressão legitimadas pelo Judiciário,⁴⁰ as práticas de censura

M. C. S. Ribeiro. *Venha o decreto de expulsão – A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; E. Geraldo. “O combate contra os ‘quistos étnicos’: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, 2009, pp. 171-187. Para uma bibliografia ainda mais recente refletindo sobre as pesquisas produzidas desde a década de 1990, ver M. A. G. Vianna, E. S. Silva, L. P. Gonçalves (org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

38. M. T. Florindo. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, p. 56.
39. Entre outros que de alguma forma consultaram as fontes do DEOPS, apontamos M. L. T. Carneiro. *Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Ed., 2002; J. F. Bertonha. *Sob a sombra de Mussolini. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999; C. Romani, *op. cit.*, 2002; M. T. Florindo, *op. cit.*, 2006; L. Parra. *Combates pela liberdade: O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. Arquivo do Estado: São Paulo, 2003; D. Karepovs. *No subterrâneo da luta. (Um estudo sobre a cisão do PCB em 1937-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
40. Isso vale não somente para o período Vargas, mas no combate à subversão e ao terrorismo durante a ditadura de 1964 e também, mais recentemente, nas leis antiterror promulgadas pelo governo federal em 2013 para atender a demanda das

e de propaganda ostensiva, foram temas que se tornaram habituais na historiografia sobre o varguismo que passou a ser escrita entre as décadas de 1980 e 1990.⁴¹

Através dessa historiografia surgida na década de 1990, em grande parte baseada em São Paulo, por causa do acesso facilitado às fontes policiais do DEOPS, foi possível traçar um panorama amplo do esquema de repressão montado, desenvolvido e implementado na Era Vargas, cujo legado perpassa o período democrático subsequente e ressurge de forma ainda mais violenta com a ditadura de 64. Esse verdadeiro Estado policial de que se fala, de fato, não se iniciou com Vargas, mas surgiu durante o período repressivo precedente, ainda na Primeira República, com o estado de sítio decretado por Arthur Bernardes, em cujo governo foi criado o DOPS centralizado no Rio de Janeiro e regionalizado em diversos Estados da união.⁴² E muito provavelmente também não se encerrou com a redemocratização e com a extinção do DOPS em 1983, como muitos querem crer, mas transmutou-se na prática cotidiana incrustada em uma polícia civil e militar que reprime violentamente jovens das periferias urbanas brasileiras. Não por acaso um dos lemas surgidos nas ruas em 2013 é o que pede o fim da polícia militar. No Rio de Janeiro, a política de militarização contínua do território nas áreas pobres do município foi paradoxalmente batizada de pacificação. Na atual democracia, a polícia continua a agir como se fosse um corpo autônomo, à parte do poder

polícias e dos judiciários estaduais em seguida às grandes mobilizações de massa de junho. Para um bom funcionamento, a estratégia da “repressão pressupõe uma lógica, a do poder, que precisa ser traduzida na sua forma legal”, tornada pública e aceita pela sociedade. Ver o excelente trabalho de P. Alves. *A verdade sobre a repressão. Práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990, p. 5.

41. Indicamos para consulta as pesquisas que seguem a interpretação da propaganda de massa praticada pelo Estado varguista. M. H. R. Capelato. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação” In: D. Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 167-178.
42. C. Romani. “Antecipando a Era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social.” *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, pp. 161-178.

político, com práticas semelhantes aos períodos de sítio decretados em regimes autoritários anteriores.⁴³

Entretanto, mesmo com todas essas evidências que remetem às práticas do governo Vargas, com toda a demora para que os crimes políticos praticados pelo Estado policial na Era Vargas viessem a público, mesmo com a nefasta herança policial repressiva deixada, há ainda um grande apoio ao legado positivo do varguismo no senso comum brasileiro, legitimado, infelizmente, por uma parcela significativa da academia que, ao fazer uma análise positiva do legado trabalhista, omite a perversa repressão praticada. Por quê?

A última revisão historiográfica e a preservação positiva da memória de Vargas

Houve quase um consenso na historiografia da segunda metade do século passado de que o primeiro governo Vargas foi marcado pelo forte autoritarismo. Muitos historiadores dedicaram-se a demonstrar detalhadamente que as práticas usadas foram, senão fascistas, claramente inspiradas nesse regime, na condução da política corporativa, na construção de aparelhos de propaganda e, principalmente, na conformação de uma prática repressiva como tarefa inerente ao Estado. Outros, contudo, optaram por relegar tudo isso a segundo plano e analisar os novos fundamentos da economia e da política trazidos com o processo de modernização conservadora viabilizado pela Era Vargas.

Até meados dos anos 1960, além da profusão de textos de protagonistas, participantes e oponentes do varguismo, e de alguns relatos de memória, a crítica que foi produzida voltou-se para o fim das liberdades civis, para a censura e a perseguição à imprensa, e provieram de uma historiografia politicamente liberal, preocupada com os porões escuros do antigo regime.⁴⁴ Por outro lado, uma

43. M. H. M. Alves; P. Evanson. *Vivendo no fogo cruzado. Moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

44. Destaca-se pelo rigor a obra de H. Silva. *1937: todos os golpes se parecem*. Coleção

historiografia de inspiração marxista elaborou uma produção alternativa sobre o significado de 1930 e seus desdobramentos com Edgard Carone, Nelson Werneck Sodré e Azis Simão, problematizando a modernização econômico-administrativa que construiu uma hegemonia política excludente, sustentada no caráter policial e militar da ditadura varguista, e também no atrelamento do sindicalismo ao Estado.⁴⁵

A primeira síntese histórica mais complexa e bem estruturada sobre a Era Vargas somente veio à luz no final dos anos 1960. Escrita por Thomas Skidmore, um brasilianista norte-americano, apresenta uma análise do período que vai de 1930 a 1964, fortemente influenciada pelas leituras do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, bem como pelas reflexões mais pontuais de Helio Jaguaribe. Oferece um importante olhar do estrangeiro sobre a debilidade de nossa cidadania, da ausência da participação popular na vida política até 1945, e destaca o início dessa participação política no pós-1945, ainda pequena e conduzida, expressa pela fraqueza dos partidos ideológicos, terreno ocupado ainda pelo fisiologismo e depois pelo nascente trabalhismo.⁴⁶ Não somente graças à extensa pesquisa de Skidmore, mas, de certa forma, como uma necessária tomada de posição contra ela, inclusive devido ao então recente golpe de 1964, surgiram as primeiras análises acadêmicas bastante inspiradas em Gramsci. Seguindo e renovando as perspectivas sindicalistas, na década de 1970 os trabalhos de Francisco Weffort, com sua definição do populismo como o modelo político herdado de Vargas, e de Luiz Werneck Vianna questionavam as causas da fragilidade da esquerda brasileira na representação dos

'O ciclo de Vargas', v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; _____. 1938: *terror em campo verde*. Coleção 'O ciclo de Vargas', v. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

45. E. Carone. *A República nova*. São Paulo: Difel, 1974; _____. *O Estado novo*. São Paulo: Difel, 1976; N. W. Sodré. *A história militar do Brasil* [1965]. São Paulo: Expressão popular, 2010; A. Simão. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Edusp, 1966.
46. T. Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo* [1969]. Tr. Ismênia T. Dantas. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003; H. Jaguaribe. *O problema de desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Fiesp, 1956; _____. *O nacionalismo na atualidade brasileira* [1958]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

trabalhadores e, por conseguinte, os dilemas presentes no sindicalismo do início da década de 1960, incapaz de resistir ao golpe de 1964.⁴⁷

Weffort marca lugar como o autor que mais abordou o tema do populismo, suas variações e problemas dele decorrentes nos confrontos com o sindicalismo. Da procura de entendimento sobre o fenômeno do ademarismo em São Paulo nos anos 1950, o cientista político acaba por traçar um panorama da política de massas no Brasil em substituição ao antigo clientelismo, panorama em que a ideia expressa de manipulação das massas mostra-se ambígua, pois se existiu o efetivo controle do Estado sobre elas, também houve a necessidade de atendê-las para a manutenção desse controle. A leitura mais superficial de sua tese foi ao encontro da avaliação da esquerda ortodoxa, derrotada pelo varguismo, a quem culpava pelo sujeito proletário não ter seguido o caminho da revolução. Mas sua crítica ao populismo também coincidiu com a posição da direita liberal, para a qual todo governo que apela politicamente para as massas pode receber essa pecha. A historiografia brasileira nesses anos 1960-1970 passou a periodizar a história republicana em três períodos: o das velhas oligarquias, o do autoritarismo varguista e o do populismo até 1964. Com o golpe, que não podia ainda ser chamado de golpe, a história passada acaba e o país ingressa em uma nova fase neodesenvolvimentista no ciclo do capitalismo internacional.

A história que não pôde ser contada nesse período foi a das imbricadas relações entre as Forças Armadas e a elite política brasileira que não se iniciaram em 1964, mas remontam seguramente ao período varguista. O golpe do Estado Novo somente pôde ocorrer graças ao apoio inequívoco dado pelo Exército ao governo nas palavras eloquentes do ministro Gaspar Dutra, futuro presidente, para quem “em nenhum momento da vida nacional o exército teve tamanha

47. Veja-se principalmente F. Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; _____. “Why Democracy?” [1983]. In: A. Stepan (org.) *Democratizing Brazil. Problems of transition and consolidation*. Nova York: Oxford University Press, 1989, pp. 327-350; L. W. Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

responsabilidade".⁴⁸ Responsabilidade, entenda-se, na recondução do país ao caminho da ordem e da organização. A justificativa baseada no discurso nacionalista antissubversivo, do inimigo de índole antipatriótica, elaborada pela cúpula do Exército, foi necessária não somente para acalmar e/ou atemorizar a sociedade, mas também os subordinados, refletindo a nova realidade dos oficiais de baixa patente, muito distante dos anos gloriosos do tenentismo; afinal, Prestes havia se tornado um perigoso líder comunista.

Com isso, o Exército brasileiro reassumia a posição de ator político atuante que mantivera no início da Primeira República, mas agora em um quadro de modernidade burocrática muito mais complexo. Foi esse mesmo poder do Exército que impediu um novo impasse político ao terminar a ditadura varguista e garantiu a manutenção na nova democracia dos velhos pressupostos do regime, expurgados de sua relação com as massas, com a eleição de Dutra para a presidência. Portanto, longe de não terem existido, as relações entre a ditadura do Estado Novo e o Exército contaram com o apoio logístico e político da instituição militar que operou em simbiose com a polícia política.⁴⁹ Veja-se, por exemplo, a política restritiva durante todo o Estado Novo em relação a diferentes grupos étnicos estrangeiros renitentes em se integrar à cultura brasileira e os procedimentos impostos aos súditos do Eixo junto aos campos de concentração entre os anos de 1942 e 1944.⁵⁰ Nos anos seguintes, entre 1945 e 1964, as Forças Armadas brasileiras irão desempenhar um novo papel, característico de vários países latino-americanos, mas inusitado entre nós, de polícia interna anticomunista zelosa da manutenção da nova ordem econômica liberal vigente. Desde então haverá sempre certa tensão entre a ascendência de Vargas e, após seu suicídio, de seus sucessores, Goulart e Brizola,

48. Relatório do Ministério da Guerra, 1937, p. 5, *apud* E. Silva. "O Estado novo no discurso dos golpistas". *Reflexões em Ciências Humanas*, Guarujá, n. 8, 2006, p. 5.

49. Há vários estudos sobre esse período e com interpretações distintas. Indico a coletânea de J. M. Carvalho. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, especialmente o capítulo "Forças armadas e política 1930-1945".

50. P. Perazzo. *Prisioneiros da Guerra: os "Súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009; E. Geraldo, *op. cit.*, 2009

sobre as massas trabalhadoras, o que foi definido nesse período como populismo, e as forças militares em apoio à ordem liberal, que viam com antipatia essa relação.

Resumimos esse panorama interpretativo do varguismo e pós-varguismo para entrar em nossa derradeira questão. Como vimos, a historiografia entre os anos de 1950 e 1980 realizou um conjunto de interpretações que tentou explicar a modernização da sociedade brasileira como uma herança política deixada pela Era Vargas, embora incompleta por não conseguir constituir a população, os trabalhadores para ser mais preciso, como um sujeito ativo da cidadania devido ao modelo populista que vingou. Isso seria uma das causas do golpe de 1964, ou pelo menos da fragilidade da defesa contra ele. A partir da década de 1980, com a redemocratização em curso e maior acesso às fontes, uma série de pesquisas passou a investigar a repressão policial às esquerdas, aos sindicalistas, durante o período Vargas, mostrando ao grande público a face violenta e arbitrária ainda pouco conhecida do regime.

Por outro lado, paralelamente a isso, começaram a surgir também pesquisas empíricas sobre o movimento operário que colocaram em xeque o problema do populismo, questionando ou até negando essa construção. Dentre estas, damos destaque, pela inovação e densidade, à interpretação de Ângela de Castro Gomes.⁵¹ Para a autora, que em nenhum momento minimiza o caráter autoritário e corporativo do primeiro governo Vargas, na conceituação do período populista como um tempo exclusivamente de manipulação e tutela da população trabalhadora, teria havido uma subestimação da capacidade dessa população em conseguir ganhos para si na relação desequilibrada de forças que se configurou naquele período. Castro Gomes entende esse momento como o do surgimento de um “pacto trabalhista” que enfatiza “a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numericamente

51. A. de C. Gomes. *A invenção do trabalhismo* [1988]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

e politicamente”.⁵² A forte repressão, vigilância e tutela sindical implementadas não teria impedido que houvesse a continuidade da luta dos trabalhadores para a efetivação de direitos conquistados. Entre a pena da lei e a aplicação prática da lei há enorme distância e a luta do trabalhismo, o nome que surge de sua pesquisa, inicia-se nesse período dentro da legalidade. E continuará depois da queda do regime.

A seu trabalho soma-se uma série de pesquisas, algumas pontuais, outras abarcando um recorte temporal mais extenso, que nos ajudam a compreender e valorizar a resistência dos trabalhadores nesse período repressivo da história nacional, barganhando espaço junto ao novo modelo corporativo de sindicato e auxiliando na construção da nova classe operária dos anos 1950. Alexandre Fortes, por exemplo, ao analisar o sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre nos anos 1930, envereda pelo mesmo caminho explicativo do pacto de Castro Gomes, apesar de assim não nomeá-lo:

[...] a luta do começo da década de 30 buscou a redefinição do espaço institucional a partir das tradições de solidariedade e organização operárias, legalizando os sindicatos enquanto resistia à intervenção estatal no seu funcionamento. A história viria a demonstrar que esta experiência deixou raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros.⁵³

E da mesma forma também é enfático no papel desempenhado pela repressão varguista ao afirmar que “o funcionamento do sindicato durante o Estado Novo perdeu qualquer vínculo com as lutas dos trabalhadores.”⁵⁴ Na lista de autores que segue em nota, indicativa, a

52. A. de C. GOMES. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: J. Ferreira (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 47.

53. A. Fortes. “Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: A. Fortes et al. (org.). *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999, pp. 41-42.

54. *Ibidem*, p. 37.

nosso ver, dos trabalhos mais relevantes dessa revisão historiográfica, mesmo que tenhamos bastante divergência em relação a algumas das interpretações que minimizaram a perda da autonomia sindical com os ganhos obtidos na constituição do modelo corporativo, entendemos que por não terem relativizado o caráter autoritário e repressor do regime interventor vigente, trouxeram novo oxigênio ao estudo dos trabalhadores e sindicatos em tempos varguistas.⁵⁵

Entretanto, partindo dessa mesma trilha aberta por Castro Gomes, a partir da metade da década de 1990 surgiram trabalhos que, além de descartarem o conceito de populismo, fizeram-lhe uma dura crítica. Grande parte dessas pesquisas dedicou-se a encontrar um sujeito ativo nas massas trabalhadoras que apoiaram Getúlio Vargas antes e após 1945, em alguns casos questionando até a validade da definição de corporativismo para o modelo sindical implantado. Esse novo repertório de estudos, construído numa perspectiva de história social marcada pela pesquisa empírica pontual sobre os sindicatos e sindicalismo, aproxima bastante suas interpretações daquelas da história econômica que avalia positivamente o modelo intervencionista estatal adotado. Como apontamos no início do texto, Pedro Dutra Fonseca, aliás, um conterrâneo de Vargas, nascido em São Borja, é um dos pesquisadores que encabeçam esse time de economistas. Na introdução da coletânea, ressalta que o chamado à “lembrança atual de Vargas e de seu tempo também deita raízes nas próprias necessidades do presente, em que as esperanças do reencontro com o desenvolvimento econômico e social encontram alento na figura

55. A começar pelo balanço historiográfico de F. T. Silva, H. Costa. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: J. Ferreira, *op. cit.*, 2001; seguem A. M. C. Araujo. “As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativista no Brasil”. In: E. Reis, M. H. T. de Almeida, P. Fry (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC/ ANPOCS, 1996, pp. 9-29; J. Wolfe. *Working women, working men. São Paulo and rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993; J. D. French. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950*. Tr. br. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1995; F. T. Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995; A. Fortes *et al.*, *op. cit.*, 1999.

do mártir e em suas realizações”. Reconhecem a existência de uma “memória negativa do ditador, do político demagogo, do caudilho”, mas defendem a atualidade do ideário varguista.⁵⁶ Mas quando esse ideário é aplicado à democracia, tornar-se-ia irrelevante a qualidade do regime político frente à modernização e ao crescimento da nação, como o foi para Vargas? E não é que está aí a China para nos provar como é absolutamente viável o *boom* do capitalismo numa autocracia, ou como o foi na época do “milagre brasileiro”?

Em todos esses trabalhos observa-se uma leitura bastante condescendente de Getúlio Vargas e de seu legado político e a quase inexistência de críticas ou referências ao autoritarismo e às práticas repressivas e policiais sob seu governo. A mitificação construída no imaginário popular sobre Vargas, líder carismático que conduziu os trabalhadores brasileiros a um novo patamar social na história, recebeu os necessários contornos científicos fundados na pesquisa empírica para garantir sua legitimação para além do senso comum. Mas, quando concepções que podem até ser bastante comuns entre aqueles que concebem o mundo a partir do primado da racionalidade econômica migram para o campo da história social, tendo como referencial o pensamento de E. P. Thompson, então devemos acender um sinal de alerta em relação a que tipo de devir político essas concepções podem nos levar. O historiador inglês é a referência preferida em nove de cada dez pesquisas de história social feitas no Brasil. Sua conhecida renovação dos estudos na área ganhou o mundo com o grandioso trabalho em que mostra a contínua e complexa constituição da classe operária na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, como resultado de um conjunto partilhado de experiências dos trabalhadores.⁵⁷

56. P. P. Z. Bastos, P. C. D. Fonseca, *op. cit.*, 2011, pp. 7 ss.

57. E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa* [1987]. 3ª ed., tr. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

No Brasil, na área da história social, Jorge Ferreira confirma-se atualmente como o principal historiador a revisitar o período Vargas e seu legado.⁵⁸ A percepção positiva de Vargas no imaginário popular e a força do movimento queremista em 1945 seriam provas incontestes de que “caí a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador”.⁵⁹ Se o ditador era benquisto, que espécie de ditador seria esse? Ferreira adentra o período pós-1945 identificando o desenvolvimento do trabalhismo na década seguinte com a vitória do tácito pacto que vinha sendo firmado entre trabalhadores e governo. Emergem os trabalhadores na conquista de seus direitos, reconhecendo-se em seu próprio partido político, mesmo que Vargas, já deposto em mais um golpe dentro do golpe, continue orientando-os: “Trabalhadores do Brasil! Condensa as vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro”.⁶⁰ Mas, na leitura de Ferreira, já não haveria sombra de passividade ou manipulação de trabalhadores, categorias celebradas por intelectuais desconectados da realidade. Há o reconhecimento de que “o ‘mito’ Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.⁶¹ O trabalhismo expressaria essa consciência de classe porque nele se encontravam presentes “ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930”.⁶² Somem as palavras cooptação, manipulação e outros termos pejorativos dados ao varguismo, cuja mão firme fora necessária para levar o Brasil a outro patamar democrático, e surgem os trabalhadores, ativos construtores de seus espaços na justa medida de suas forças. Nada mais thompsoniano. Ferreira promove, assim, uma reviravolta

58. J. Ferreira. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; J. Ferreira, *op. cit.*, 2010.

59. *Ibidem*, p. 15.

60. *Apud* J. Ferreira, *op. cit.*, 2010, p. 39.

61. J. Ferreira. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” *In*: _____ (org.), *op. cit.*, 2001, p. 88.

62. *Ibidem*, p. 103

na interpretação histórica do varguismo, particularmente de seu legado: de manipulados usados por Vargas, os trabalhadores forjaram ativamente seu mito e o usaram como escudo para manter e ampliar suas conquistas contra os interesses letais das oligarquias liberais, ou o que havia restado delas, que tanto os ameaçava.

É bastante discutível essa interpretação de uma hipotética autonomia trabalhista erigida sob o signo de Vargas dando continuidade às experiências partilhadas pelos trabalhadores antes de 1930, se considerarmos que a maior parte dos trabalhos aqui apresentados mostram significativas diferenças entre um e outro período. Para nós, a questão central é se seu modo de organização – e não temos dogmas em relação a qual ele seja – é capaz de atender as demandas trazidas pela classe trabalhadora. A experiência partilhada junto aos sindicatos mostra que é a percepção da classe trabalhadora de que ela tem o poder de conduzir o processo político e não ser levada a reboque dele, que garante a realização daquelas demandas.⁶³ Mas, mais importante do que isso, é a leitura descontextualizada que tem sido feita de Thompson. O autor enfatizou em sua obra os valores da tradição intelectual e libertária inglesa da passagem do XVIII para o XIX,⁶⁴ fontes da autonomia onde beberam os trabalhadores em seu longo percurso até instituírem a luta por direitos com o movimento cartista. Todo o esforço empírico⁶⁵ de Thompson foi para mostrar a conquista

63. Um dos mais recentes exemplos dessa percepção de estar na condução do processo político foram as greves de algumas categorias profissionais (rodoviários, professores, garis) no Rio de Janeiro em 2014, particularmente, a greve dos garis e servidores da limpeza urbana no Rio de Janeiro, em março deste ano. Durante o período de Carnaval, após uma negociação salarial que se mostrou contrária aos interesses dos trabalhadores, a base se auto-organizou, ignorou a direção do sindicato e promoveu de modo autônomo a greve que se tornou vitoriosa.

64. E. P. Thompson, *op. cit.*, 2002, v. III, p. 438.

65. Em seu enunciado sobre a lógica histórica, o historiador britânico afirma que o conhecimento histórico não pode “modificar o estatuto ontológico do passado”, mas pode e deve reatualizar esse passado no presente. E como as evidências deixadas na história são incompletas e imperfeitas, os historiadores podem “selecionar as evidências que queiram ou não trabalhar”, de acordo com suas crenças. E. P. Thompson. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Tr. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 47-62. Ver especialmente o capítulo VII, “Lógica histórica”.

dos direitos trabalhistas pela classe operária como resultado de um longo processo de lutas em que ela esteve envolvida e que prosseguiu, negociada, dentro do ambiente parlamentar, não como resultado de uma concessão imposta por um poder autoritário. Duvidamos, com base na conhecida história pessoal de Thompson, um intransigente ativista defensor dos valores do socialismo democrático, que ele pudesse ter qualquer tipo de leitura positiva em relação ao varguismo e ao enquadramento forçado dos trabalhadores na legislação outorgada, mesmo que ela tenha sido favorável a eles. O grande mérito do trabalho de Thompson foi a inversão do paradigma clássico até então vigente, de que os operários evoluíam historicamente de ações voluntárias, espontaneístas e desorganizadas, para formações politicamente organizadas quando conquistavam consciência de classe. Ao contrário, os trabalhadores adquirem essa consciência quando e enquanto se reconhecem participantes de uma mesma luta construída de forma autônoma com base em suas experiências.

A renomeação da periodização da República proposta na obra de grande difusão organizada por Jorge Ferreira e Lucilia Neves Delgado, privilegiando a história política e a social, não deixa dúvidas quanto à estratégia de preservação de uma imagem positiva sobre Vargas.⁶⁶ Boa parte dos trabalhos que a compõem flerta com ela. Em lugar do negativo autoritarismo com que se definia o governo de Vargas nos anos de 1930 a 1945, define-se o tempo do nacional-estatismo, necessário para combater o velho liberalismo excludente da Primeira República. E desse tempo novo emerge a experiência democrática de 1945 a 1964, capitaneada pelos trabalhadores já conscientes de seus direitos – direitos inexistentes antes do varguismo – até, aí sim, a democracia ser encerrada com a ditadura militar de 1964. Uma ditadura baseada na doutrina de segurança nacional, mostra-nos Nilson Borges, que não dá a devida ênfase a ela ter sido elaborada e implantada durante o governo Vargas. Uma prática repressiva fundada na espionagem, na polícia política, censura e propaganda, diz Carlos Fico. Ora, se bem

66. J. Ferreira, L. A. N. Delgado (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4 volumes.

vimos, todos pilares montados ou consolidados naquela mesma época. Semelhanças profundas entre ambos os regimes, mas ignoradas.⁶⁷

Retornando ao início e aos enquadramentos da memória

Evidentemente, nesta conclusão partiremos de concepções de democracia e de república bastante divergentes daquelas percebidas pelos autores acima. Não conseguimos entender de que modo a minimização, quando não o completo desconhecimento, da prática de um verdadeiro terrorismo de Estado implementado durante o período varguista, na mesma intensidade que o empreendido pelos militares após 1964, poderia ajudar no aprofundamento da democracia e dos ideais republicanos em nosso país. O autoritarismo desse período que se esparramou pelos diversos escalões policiais e militares, por ter sido tolerado, reapareceu duas décadas depois e manifesta-se na atualidade.

Além da vigilância ostensiva das organizações dos trabalhadores e da infiltração de agentes reservados, amplamente demonstrada pela pesquisa de Marcos Florindo, a ação de bandos de integralistas protegidos pela polícia que promoveram, diversas vezes, o empastelamento de jornais e de sedes de círculos sociais, principalmente em São Paulo a partir de 1934, em tudo lembra a prática dos *fasci* italianos. Entre os anos de 1930 e 1945, mais de uma centena de estrangeiros foi deportada do território nacional a partir dos levantamentos parciais feitos por Alzira Lobo e Viviane dos Santos, somente no estado de São Paulo. Mais dramático ainda, o fato de a maior parte desses expatriados, de nacionalidade espanhola, italiana, portuguesa, e de países da Europa central, ter ficado à mercê de ditaduras cruéis em seu regresso ao país de origem.⁶⁸ Desde o levante comunista em novembro de 1935 até o fim

67. N. Borges. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: J. Ferreira, L. A. N. Delgado (org.). *O Brasil republicano 4. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; C. Fico. "Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão". In: J. Ferreira, L. A. N. Delgado, *op. cit.*, 2003.

68. A. L. A. Campos, *op. cit.*, 1997, p. 228; V. T. Santos, *op. cit.*, 2009.

do governo varguista, estima-se entre 10 e 20.000 os indivíduos que passaram pelos cárceres do regime. A ausência de estudos detalhados justifica-se pela inexatidão e omissão dos registros policiais. Muitos sucumbiram às torturas, principalmente a arraia miúda pega nas varreduras das ruas, prática sistemática iniciada muito antes, já com o governo de Bernardes. Mais do que os próprios prisioneiros políticos, foram os desempregados e os trabalhadores pobres e negros a sofrer preconceito e a desaparecer, outro legado de Vargas a matizar a prática das polícias militares na atualidade.⁶⁹ À eficiência da polícia política com a vigilância e esquadrinhamento de indivíduos e organizações consideradas subversivas, e outras nem tanto assim, contrapunham-se os procedimentos criminais da polícia comum, que detinha para averiguações, sem registro legal, indivíduos que nunca mais voltariam aos seus lares. Assim, a quantidade de mortos pela repressão do Estado em suas diversas formas também continua difícil de ser contada.

Acreditamos que somente essa breve exposição dos crimes praticados durante a Era Vargas, que nem ao menos pôde usar a seu favor o argumento de que combateu organizações terroristas e guerrilheiras, já seria suficiente para que sua memória permanecesse indelevelmente manchada. Mas, não. Enquanto em outros países houve um esforço concentrado dos amantes da liberdade e da democracia na desconstrução do mito montado em governos similares – fiquemos com o exemplo de Salazar em seguida à Revolução de Abril cujo nome foi “banido” de inúmeros espaços e equipamentos nacionais –, no Brasil, não somente o senso comum sustentou a permanência do mito, como parte da intelectualidade acadêmica ajuda a mantê-lo. Apesar de tentativas de recuperação da imagem de Salazar por grupos ultranacionalistas, o apreço dos portugueses pela

69. S. H. Z. Martins. “Homens pobres, homens perigosos: a repressão à vadiagem no primeiro governo Vargas”. *História*, São Paulo, v. 12, 1993, pp. 283-291; R. C. Pedroso. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. Sobre o preconceito contra negros, manifestado por Oswaldo Aranha, veja-se o relato de R. Landes. *A cidade das mulheres* [1967] apud N. R. Cruz. “O governo Vargas e o fascismo: aproximação e repressão.” *Revista Eletrônica Tempo Presente*, Rio de Janeiro, dezembro de 2013.

democracia, inclusive na novíssima produção historiográfica, impede o avanço de um revisionismo que também lá se encontra latente. Na Espanha, idem. No Brasil, infelizmente, não foi e não tem sido assim, para lástima da democracia ainda titubeante. A grande quantidade de trabalhos pró-Vargas que continuam sendo produzidos, em diferentes áreas do saber, mostra que o apreço democrático não é uma qualidade acima de qualquer suspeita no ambiente acadêmico. Diferentemente dos portugueses, ainda estamos muito longe de poder caminhar pelos espaços públicos do país sem termos de nos deparar com um lugar da memória em homenagem ao ditador. Quando um dos principais centros de estudos do país, responsável por grande parte dos nossos indicadores econômicos, ainda leva seu nome e aceitamos isso com absoluta naturalidade, devemos nos questionar sobre o real alcance do sentimento democrático no país. Paradoxos da brasilidade inexplicáveis aos alienígenas.

Porém, quando não é somente o senso comum que preza a memória positiva varguista, quando grande parte da produção acadêmica prontifica-se a fazê-lo, não nos parece que isso possa ser um bom sinal para o devir político brasileiro. É claro que aqui encerro com uma posição pessoal e política, atitude que será defenestrada pelos pesquisadores preocupados com a isenção do ofício, sustentada por rigorosa pesquisa empírica. Mas é justamente contra isso que escrevo. Desmistificar a aparente imparcialidade que essas leituras dizem fazer da história, vestidas com o avental branco da ciência. A história é um campo de forças em permanente disputa. De nossa parte, lutamos, como historiadores que somos, para romper com a herança maldita do varguismo, entre outras que ainda perduram e que impedem o país de projetar-se à frente numa sociedade livre e forte, não tutelada, empenhada na construção da autonomia do político.

Totalitarismos como regimes de guerra

Fernando KOLLERITZ

The loss of freedom, tyranny, abuse, hunger would all have been easier if not for the compulsion to call them freedom, justice, the good of the people.

Aleksander Wat
My Century (1988)

Introdução

Esse texto versa essencialmente sobre o período leninista da Revolução Russa, abordando-o como introdução régia à vertente comunista dos regimes totalitários, sua configuração primeira.¹

-
1. “Estritamente definido, um regime totalitário é aquele que bane todas as instituições salvo as que aprovou oficialmente. Assim, um regime totalitário tem um partido único, um único sistema educacional, um único credo estético, uma economia centralmente planificada, uma mídia uniforme e um único código moral. Num Estado totalitário não há escolas independentes, negócios privados, organizações populares autênticas e pensamento crítico”. A. Applebaum. *Iron Curtain: The Crushing of Eastern Europe (1944-1956)*. Londres: A. Lane, 2012, p. xxiii. Na página introdutória seguinte a autora lembra a definição de C. J. Friedrich e Z. Brzezinski em *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (1956): “Regimes totalitários, declararam, tem todos ao menos cinco coisas em comum: uma ideologia dominante, um só partido dirigente, uma polícia secreta preparada para utilizar o terror, um monopólio sobre a informação e uma economia planificada. Por esses critérios, o regime soviético e nazista não foram os únicos Estados totalitários. Outros – como a China de Mao, por exemplo – candidatam-se também.”

Leva inicialmente a debruçar-se sobre a questão de classes. O que se estranha é que o proletariado e os trabalhadores precisassem tão permanentemente de um partido-guia para avançar nos caminhos do socialismo. A outra face do texto diz respeito à presença aguda da inimizade no seio das sociedades totalitárias. Tudo indica que as duas questões estão estreitamente ligadas.

Já foi dito algumas vezes, para polemizar com o conceito de totalitarismo, que comunismo e nazismo comungam “apenas” da sua respectiva oposição ao individualismo e ao pluralismo liberal. Porém, há mais do que isso: nas duas concepções, de modo explícito e central, a história manifesta luta, combate e domínio, imposição de povos sobre outros, de classes sobre outras. A noção de violência racional e justa, necessária e redentora, ditada por leis históricas ou naturais é, de certo modo, fundadora, pois participa da própria identidade da classe ou da raça/povo; tem todas as características da positividade quando exige um ajuste humano (do proletário russo, do povo alemão) à missão de lutar, um convite trágico ao heroísmo e ao sacrifício. A concepção de revolução integra evidentemente essa lógica: nela, o confronto comporta evolução histórica, há povos e nações escolhidos para trazer os tempos à sua maturidade, há classes cujo domínio, imposto eventualmente no fragor das armas, comporta a criação de forças produtivas e riquezas jamais alcançadas.

Assim, não se deve confundir a concepção de que regimes totalitários surgiram *em consequência* da Primeira Guerra – do impacto social e cultural dos desequilíbrios que comportou – com a noção filosófica segundo a qual a contradição e sua superação habitam o real; pelo exercício da força, uma racionalidade boa poderia advir emancipando classes e povo/nação ou povo/raça. Importa, na verdade, que esta concepção ao mesmo tempo trágica e cheia de promessas tenha encontrado em alguns momentos de incandescência histórica os líderes, os partidos e as massas que a puseram em movimento.

Notoriamente, esta noção, dialética e escatológica, nasce como formulação hegeliana, integrando a história à compreensão do ser social humano. Pode-se dizer que conserva alguma presença efetiva

até a implosão dos regimes comunistas no Leste Europeu. Para o que nos ocupa aqui, isto é, pensar a problemática totalitária, a passagem da escrita filosófica, reservada a poucos, para a retórica ideológica dos panfletos, dos comícios e das assembleias é o mais importante; verifica-se, então, que a noção da contradição violenta como vetor expressivo de racionalidade ética tornou-se endereçamento discursivo para massas; desenvolve-se sem peias uma retórica do enfrentamento generalizado, necessário e justo, para os trabalhadores e as populações em geral. Ao conquistar e mobilizar massas contra inimigos, a noção de antagonismo messiânico se atualiza, ganhando forças reais, tomando corpo e substância social, mostrando-se apta a unir energias sublevadas, mas instalando, por outro lado, a inimizade na carne do social e transformando de par em par a sua constituição.

A luta de classes e a guerra de um povo-raça não podem ser abordadas sem que se examine onde e como a vontade desses entes se conforma e manifesta, sem que se trate a questão da sua representação política.

O instinto de classe

Quem toca e renova o nervo da questão da subjetividade e do sujeito histórico revolucionário é Lênin: não são as massas proletárias que levarão espontaneamente à revolução. É preciso outro tipo de gente, teóricos estudiosos, pessoas ilustradas em marxismo, eticamente exigentes para guiá-las. Lênin, notadamente, não se considera como idealista, mas pode – pelo menos – pensar à frente do proletariado, talvez melhor, graças à teoria. Ora, o que possuía apenas uma dimensão cognitivista cristalizou-se sempre, em todos os países socialistas, como aparelho político, reiterando uma separação, um fosso, que eternizou a minoridade de uma classe, chamada segundo Marx a se emancipar das formas jurídico-políticas, a administrar diretamente o social e assim libertar-se verdadeiramente.

Identificar o Partido com um instrumento de luta talvez constitua a principal característica do leninismo. Por isso mesmo é centralizado e

disciplinado, instrumento possivelmente adequado à luta clandestina contra a autocracia, mas propenso também, ao traçar de maneira tão incisiva a fronteira entre as bases sociais e a organização profissional, a fortalecer um polo de subjetividade, destituindo o outro.

Não é preciso insistir, são temas batidos: no âmbito leninista, a questão da boa subjetividade conta mais do que tudo; a primazia do Partido se impõe; o proletariado precisa de uma vanguarda. Para Vladimir Illitch, os trabalhadores industriais são, por motivação primeira, “corporativistas”, isto é, anseiam por melhorias imediatas em sua vida, salários mais altos e condições de trabalho mais dignas, interesses pelos quais um sindicato responde. Realizadas essas condições, é possível que direitos e reformas trabalhistas, de fio em fio, bastem, permitindo que o capitalismo encontre um longo fôlego e, quem sabe, meios de obstar definitivamente a missão do intelectual e ativista marxista. Teria escapado ao líder revolucionário que a fome, o frio e a doença são imediatistas? Teria ele pulado as páginas do primeiro livro de *O Capital*, de estilo e tom propriamente naturalistas e humanistas, em que são longamente descritas as provações do proletariado, cuja superação é uma exigência primeira? Essas perguntas cabem porque ajudam a lembrar que o *interesse* proletário primeiro é percebido pelo trabalhador como paixão, como necessidade. Para ser *superada*, a necessidade precisa ser *satisfeita*, é preciso sair da esfera da exaustão, do trabalho excessivo e da alimentação insuficiente; por isso tudo, fazer pouco do imediatismo “corporativista” é, no mínimo, bizarro, pois tende a eliminar na classe a dimensão da *espécie* humana.²

2. “A execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome... Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores.” K. Marx. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos>. Consultado em: set. 2014.

O privilégio cognitivista do marxista é globalizante e totalizador, supõe o conhecimento das chaves históricas e a ciência das formações sociais; a suspeita, porém, que imediatamente gera – assim que autoriza o juízo sobre as potencialidades insuficientes do proletariado – é que leve à destituição da classe como centralidade política.³ Cientes que Lênin nunca deixara de afirmar o papel essencial das massas trabalhadoras na Revolução, uma dificuldade se anuncia: as massas são imprescindíveis enquanto força – e eventual violência – social, afinal deverão ser as beneficiárias da Revolução, porém insuficientes em sua espontaneidade primeira para entender a necessidade de mudar o modo de produção e o corolário inevitável da tomada do poder. Ou os partidos revolucionários são prometidos a um demorado exercício pedagógico ao longo das experiências de lutas operárias ou o estrategista agirá, à cabeça do seu Partido, transformando um momento de revolta social generalizada em tomada de poder. Haverá de fato um estrategista entre as massas e a Revolução, que assumirá altos riscos; o diabo é que muitos outros serão levados a corrê-los junto. O diabólico da questão é que entre a figura do proletariado tal como é configurado conceitualmente na tradição marxista e a remissão às massas empíricas, o espaço é enorme. Das massas se pode, a rigor, esperar ou exigir apoio, respaldo; do proletariado emana, em princípio a direção, a projeção do novo mundo, na verdade, a sua possibilidade.

O proletariado parece ocupar na distribuição leninista das qualificações um papel bastante equívoco. Não sabemos dizer se será verdadeiramente *sujeito* revolucionário (central sempre na decisão, nas diretivas e na ação, ganhando identidade cada vez mais clara ao definir seus interesses e vocação), ou se teremos de preferir

3. “Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.” V. I. Lênin. *Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1979. Disponível em: <www.pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>. Consultado em: set. 2014.

equivalentes aproximados como *portador* ou *suporte* de quem se espera respaldo, ou melhor, de quem o apoio se considera garantido. Trata-se, em suma, de um problema de capacitação e, não seja por isso, o Partido teve, tem e terá um papel de formação didática, uma função pedagógica, permanente, junto ao proletariado. O fato é que o dilema não se dissolveu e sete décadas de socialismo não tornaram o Partido dispensável, continuou (e com que peso!) a servir de vanguarda para os trabalhadores na fábrica e no *kolkhoz*, na política nacional e internacional.

A insistência na *exterioridade* dos saberes teórico-científicos em relação à própria classe só adquire sua dimensão extraordinária quando lembramos as imensas massas assujeitadas a um prisma que implica em sua diminuição. É preciso ver como se chegou a isso, mas dificilmente esses caminhos levam à emancipação de uma classe. As próprias palavras o dizem: *a vanguarda “dirige”, o guia “ilumina”*; esses termos legitimam o dirigente e reduzem o trabalhador, em nome de quem se fala. Conhecendo o “verdadeiro” interesse, desconsiderando ou mesmo contrariando uma sensibilidade primeira e, sim, espontânea, cria-se um dispositivo que permite a ousadia de falar em “nome de”.

A burguesia também teve, continua o autor de *Que Fazer?*, os seus intelectuais que lhe ensinaram caminhos e contribuíram para confortar seu poder. De fato, embora tal imputação seja quase sempre reducionista, a burguesia teve “seus” intelectuais; ensinaram esses, à luz da crítica religiosa e filosófica, a propriedade como fundamento antropológico, a inerência dos direitos individuais como expressão de uma liberdade e de uma igualdade genérica, lecionaram o indivíduo possessivo; e como que em decorrência, além da separação dos poderes e da soberania popular, os benefícios e a racionalidade secreta do mercado, da competição e da concorrência. Um monte de falácias, não é preciso dizer, para um marxista.

De qualquer modo, não há paralelo mais faltoso do que este evocado pelo líder bolchevique: de modo algum a burguesia precisou aprender em escola alguma, com partido algum, onde residem os seus interesses. Ao contrário, e isso todo marxista o pensa, o interesse imediato se constituiu no vetor e no motor da apropriação, nos

caminhos do lucro. Com a ascensão burguesa, uma subjetividade social foi posta em função, com pés no chão, ao rés do chão, prosaica, sem coração, mas com muito apetite, que nenhum biombo idealista saberia esconder, por mais que tenha frequentado a espiritualidade das letras e das artes: um interesse à flor da pele, eis o que move no concreto imediato, em termos psicológicos, antropológicos pode-se dizer, esta classe. Ela não tem alma, não pode ter: é obrigada a acumular e as pulsões mais imediatas acodem os mecanismos econômicos em ação. Assim se formou e fortaleceu: por si só, sem formação especial (não há patrões que se vangloriam de não ter ido à escola?), sem comitê central, sem partido único, por instinto.

A fortuna *in pecunia* que capitalistas e burgueses ávidos pretendem acumular é a sua própria *fortuna*, no sentido de destino histórico. Até mesmo a massa dos pequenos burgueses, pequenos proprietários, camponeses, comerciantes e artesãos, enquanto não desaparece absorvida pela grande indústria, vive em correspondência ajustada com suas entranhas, gosto e paladar. A burguesia tem a sorte de fincar o pé no sólido. O proletariado de Lênin, tudo indica, é prometido a uma história bem mais tortuosa: sua história está sempre por um fio, tanto é que corre a todo instante o risco de perder-se seguindo nos pântanos a Bernstein, o reformista traidor, a Plekhanov e Kautsky os antigos mestres, a Martov, o antigo amigo, passados todos para o lado da burguesia.

Preferem os capitalistas administrações liberais? Perfeitamente, sobretudo quando tudo vai bem para eles! A explicação é simples: essas atendem à sua sede, lhes satisfazem a disposição e o deleite. Contentam o que a classe tem de mais substancial, passional e fisiológico, algo que diz respeito ao ventre; confortam o gosto de possuir, fruir e mandar, de ganhar segurança, estatura e *status* – tudo o que fez essa classe crescer e prosperar. Sabidamente, esse interesse visceral integra-se nas leis da acumulação e da concentração, na especialização do comércio, da indústria e das finanças.

Uma filosofia individualista pode, assim, endossar, acudir, preparar mesmo uma classe com esse feitio, mas a riqueza, a

acumulação e o poder são *gozos e satisfações*; a exploração do trabalho e a satisfação de instintos vão de par, a crueldade e a indiferença têm retorno afetivo e emocional na fruição da riqueza e da preeminência social. *Todas* as mediações dos sistemas econômico, jurídico e político são boas se satisfazem o seu apetite. Não estamos aqui procurando a primazia de causalidades (psicológicas e subjetivas *ou* sistêmicas), antes, lembrando que em termos antropológicos o burguês, tal qual a sociologia crítica o desenhou, encontra em si, nas energias muito próprias de suas motivações, as seivas que o levam a integrar a classe. Pode-se arguir que o “individualismo possessivo” seja produto de uma civilização, mas esse não é o ponto; defende-se meramente que, uma vez entranhado numa pessoa, como “chamamento” ou “vocação”, o gosto de acumular, o interesse individual, é, ao mesmo tempo, uma pulsão classista, um desejo pessoal que conforma um coletivo estruturado por relações de produção. Perfila-se nesse processo uma subjetividade coletiva que integra o sistema e o faz andar.

Se há partidos que representam e defendem o comércio, nunca saberão melhor do que o próprio grande comerciante, ou o pequeno, as apetências que os movem internamente, em suas fibras. As razões para isso são fisiológicas. A ideologia empreendedora contempla, como seu pressuposto, uma satisfação. Diríamos mesmo que, na sua hora e vez, o capitalista – industrial ou bancário – desaparece, com muita espontaneidade, o que o professor de curso primário lhe ensinou sobre ética e civismo; por isso mesmo, como capitalista, é eficaz. O interesse no seu sentido quase biológico – por mais que a burguesia precise de mediações institucionais (a própria escola, insistiria Bourdieu, o Estado, a justiça e o Direito Civil, editoras e imprensa) – conduz, de modo que chamamos aqui de “substancial”, os comportamentos. E até a afirmação de que a burguesia sempre pôde e soube subsidiar “seus” autores designa uma burguesia que sabe o que faz. Nesse quadro, o intelectual estaria a serviço do burguês; sabe reconhecer contribuições a seu mando nas formas, as mais rebuscadas, pelas quais paga. Ainda nesta hipótese, o burguês detém as cartas, é sujeito. E que subjetividade inteira e acabada temos aqui! Começa instintiva, e acaba fazendo os

cálculos mais complexos na arte política de defender seus interesses, adaptando-se inclusive a várias formas de estatismo; apoiando o fascismo, subsidiando partidos operários, termina aperfeiçoando-se nos requintes da arte e da literatura, fazendo até mesmo escolhas as mais sutis, pode gostar de Nietzsche e também de Thomas Mann.

Se, inversamente, a consciência proletária falha, se as suas vísceras pensantes sugerem as escolhas erradas, a classe poderá permanecer eternamente dependente de luzes externas (e será preciso ver como essas mesmas luzes se fizeram fortes a ponto de fazer história). Nesse caso, os instintos da classe, ao se afirmarem espontaneamente, falham. O partido de conformação leninista nasceu, se levarmos a sério a citação do *Que fazer*, para guiar: há no próprio princípio da insuficiência das propensões proletárias uma função primordial reservada ao militante intelectual, uma função que se pode dizer ímpar, a de deter para si os meios de conhecer a verdade do real, a realidade verdadeira; assim também o filósofo antigo alcançava a realidade bem além das aparências, racional e iluminado ao mesmo tempo.

Ao guiar, o Partido pretende representar os interesses proletários verdadeiros. E, de fato, a exemplo dos pobres que Maquiavel evocava no *Príncipe*, é sensato pensar que os trabalhadores não querem ser dominados nem explorados. Nessa causa, um combate, um conflito permanente, os sociais-democratas oriundos de camadas mais privilegiadas se apresentam como voluntários ao lado dos operários. A dificuldade ainda assim permanece, pelo menos para Lênin. Que combate levar, com uma classe a quem o trade-unionismo “espontaneamente” basta? Guiar tão essencialmente (para a Revolução) e lutar por reivindicações que possam levar à acomodação de leis trabalhistas são funções que, em profundidade, não se acomodam facilmente. Dificilmente, aliás, diríamos que Moisés “representava” os judeus (que tanto lhe resistiram) na volta à Terra Sagrada, como também não foi fácil acomodá-los aos dez mandamentos.

Não é tão difícil assim, entretanto, definir o que o Partido representa. Ora, de que se trata, senão da verdadeira adequação do proletariado à história? Nessa senda, é preciso organizar a luta, unir

e fortalecer a classe; doutrinariamente armado, eticamente animado, o Partido designa ao proletariado o que a classe, propriamente, *deve ser*, e a lição primordial é a necessidade de se armar (não no sentido figurado), num primeiro momento, para o assalto ao poder; numa segunda etapa, assentir a tudo o que favoreça a união, anuir a tudo o que torne forte para o bom combate, que é o “seu”.

E se o inimigo vier a faltar?

Isso leva a uma segunda observação sobre a constituição da classe operária nas representações marxistas e leninistas, que, frise-se, pouco têm em comum, pois a ênfase na mediação partidária muda tudo. A subjetivação aberta e criativa do trabalhador coletivo que Marx evocava é substituída pelas diretivas dos dirigentes bolcheviques exigindo controle, taylorização e disciplina na fábrica, imitação do “capitalismo de Estado” alemão e, paralelamente, a transformação das instâncias de representação operária em instrumentos de Estado.

Essencial, não se supõe desacordo quanto a isso, para a conceituação da classe em termos marxistas é a configuração antagônica que a constrói. Uma classe se faz em oposição à outra, na oposição dos seus interesses e na continuidade prática das lutas – latentes ou declaradas – que contribuem para as identidades e posições respectivas. Ora, são de fato os inúmeros conflitos opondo operários e patrões, proletários e capitalistas, desde o início da industrialização europeia, que contribuem para fixar o conceito. Na luta antipatronal, os próprios membros da classe vão à luta, com os riscos e sacrifícios que a acompanham; numa paralisação, numa greve, cada operário sabe o preço a pagar, decide o prazo de sua resistência, as chances de perder ou ganhar. Sem a energia do trabalhador, amálgama sempre indefinível de desespero e esperança, as orientações do partido socialista, comunista ou social-democrata não valem muito; o operariado constitui-se de fato – porque assim as condições o exigem, porque diante dessas os operários agem – no suporte da luta. Sente-se bater no mesmo ritmo a sua necessidade mais material, seu senso de

honra e sua revolta moral que consistem em não serem humilhados nem rebaixados, nas condições de trabalho e de vida as mais vis.

Nas formulações recorrentes do marxismo, a constituição do proletariado como classe reside no radicalismo e na universalidade do antagonismo. Marque-se apenas, neste momento, como as noções de representação e de luta encontram-se inextricavelmente ligadas quando se parte da perspectiva do antagonismo classista.

O que acontece, portanto, se o fator de unificação – o inimigo comum – desaparece, se a burguesia foi desapropriada? (Em princípio, burguesia desapropriada significa burguesia eliminada). Em termos bastante esquemáticos, podemos adiantar uma alternativa: ou bem as reivindicações populares básicas são atendidas, ou a Revolução perde seu norte. Ao lado dos mais exigentes, os que esperavam a condução e o controle na fábrica, haverá aqueles (arriscam *ser a enorme maioria*) que anseiam simplesmente por comer à saciedade; ou essas expectativas são atendidas..., ou não.

Na alternativa negativa, é possível, sobre um fundo de codificação teórica, que o recurso à inimizade – a continuidade afirmada da presença inimiga e de sua intrínseca aleivosia, se apresentem como recurso explicativo às dificuldades vivenciadas, às exigências duras que o Partido mantém, à presença de um socialismo sem felicidade. Constitui, logicamente, o fundamento do terror ideológico; a inimizade onipresente, externa e interna, insiste em durar, o que explica como se vive em socialismo – o sistema dos trabalhadores, o produto de uma Revolução inaugural de realização humana – uma penúria igualmente sem fim.

Nesse clima, as atividades conspiratórias exigem uma *tcheka* à altura, o regime tende rapidamente a se tornar policialesco. Um mundo agonístico justifica a necessidade do terror, pode reivindicar a violência – sempre legítima, sempre racional e sempre ética – como ideologia, exigindo no seu desempenho a mobilização entusiasta de massas. A Grande Guerra praticou planejamento, coordenação dos recursos, mobilização de homens, obediência disciplinada, ensinou abundantemente as capacidades do Estado: são lições a seguir, mas a

designação de uma inimizade entranhada no social provém de outro tipo de lógica que pouco tem a ver com a funcionalidade dos meios que levam à vitória. A luta deve se prolongar, faz parte dos mecanismos do sistema.

O inimigo encarna algo como a “associalidade” do social; eis quando o todo tem uma imensa dificuldade em se fechar sobre si, sem que se extirpem parasitas e piolhos, eliminem cobras venenosas e ratazanas, traidores e espiões, lacaios da burguesia. Em suma, a sociedade terá de se haver com o fato de ser um “nós” tão profundamente perturbado por “eles” que terá que viver em estado de guerra.

Puxamos, plausivelmente, um fio condutor para entender melhor os traçados totalitários originários: a presença do inimigo requer as mobilizações de massa, requer todo tipo de empenho sacrificial, o recobrimento da sociedade civil, a sua militarização, a sua organização em *brigadas* de trabalho, em *patrulhas* de bairro, em *pelotões* de fuzilamento; exige a denúncia dos traidores, dos que hesitam, dos que pensam em hesitar; requer, enfim, que a propaganda seja a verdade. Uma coisa é certa, neste poder soberano efetivo de eleger e designar o inimigo, marcado em cada decisão da ação partidária, encontramos muito mais perto de Carl Schmitt do que de Hegel e de Marx.⁴

De Outubro à guerra civil: a luta transformada em guerra

Importa mostrar, como anunciávamos, onde e como o aporte intelectual se fundiu à insurreição das massas, de que circunstâncias as luzes externas puderam e souberam se beneficiar. De fato, um elitismo

4. “A distinção específica do político à qual podem reconduzir-se os atos e os móveis políticos é a discriminação do amigo e do inimigo. Fornece um critério de identificação que possui valor de critério e não uma definição exaustiva ou compreensiva [...] e basta, para definir sua natureza [do inimigo], que ele seja, em sua própria existência, e em um sentido extremamente forte, este ser outro, estrangeiro e tal que, no limite, conflitos travados com ele sejam possíveis sem que se resolvam nem por um conjunto de normas gerais estabelecidas anteriormente, nem pela sentença de um terceiro, reconhecido como fora do páreo e imparcial.” C. Schmitt. *La notion du politique. Théorie du partisan*. Tr. fr. M.-L. Steinhauser. Paris: Champs/Flamarion, 1992, pp. 64-65.

roso só afastaria os bolcheviques do movimento social, mas não é o que aconteceu, longe disso. Há, pois, muitos aspectos a circunscrever, especificações a fornecer, mesmo que sucintamente: a) Lênin acredita no papel das massas, Outubro não teria sido intentado sem massas urbanas e camponesas agitadas, sublevadas; b) Lênin age, é um ativista no melhor sentido da palavra, não concebe um revolucionário sem decisão pronta e ação firme, detesta a delonga de discussões, que tendem, para ele, à esterilidade; se as circunstâncias se prestarem – e ele se revelará mestre, entre abril e outubro, em torná-las favoráveis – ele agirá. O Partido é seu braço, a condição instrumental da ação, e será tão mais eficaz quanto mais se acordar com o centralismo democrático e com as regras correlatas de disciplina.

Quando desembarca em Petrogrado em abril, a possibilidade de prolongar a revolução democrática em andamento numa revolução de hegemonia proletária ao auxílio da qual outras revoluções se sucederiam na Europa Ocidental – uma maneira de aquiescer à tese da revolução permanente – já orienta seus passos. A posição isolada que os bolcheviques cultivam, denunciando sem trégua, a partir de abril, o Governo Provisório como *governo burguês* responsável pela continuidade de uma guerra imperialista e pelas duras provações que comporta gerando caos econômico-social, esta posição acusatória inexorável, de estilo e tom classistas, promove-os nos Sovieter das capitais, essencialmente entre os operários e os soldados/camponeses das guarnições de Petrogrado.

O levante na capital, pelo qual Lênin urgia tão veementemente junto ao Comitê Central, preparado de modo conspiratório, acontece no dia fixado, e os bolcheviques aceitam, sem hesitação, a responsabilidade de governar sozinhos em nome do bloco “operário-camponês” idealizado por Lênin. Uma radical negatividade os *libera* e empurra para a ação. Os dois decretos de 26 de outubro, pela paz e pela terra, ganham-lhes o favor popular; até este momento, os bolcheviques atendem aos anseios das massas melhor do que ninguém.

Em suma, se um partido cuja coerência ideológica o levou a propagandar em meio às tropas o derrotismo revolucionário,

favorecendo a deserção em massa de camponeses ávidos por participar da redistribuição de terras nos respectivos rincões; se um partido designou o governo “burguês” como fonte ignominiosa de todos os males e dificuldades que atingem as populações, soldados e civis, já, desde fevereiro, revoltadas, acusando os demais partidos democrático-populares de tergiversações, vacilações que claramente, na denúncia bolchevique, indicam composição com a burguesia e traição à causa operária, este partido cria a oportunidade do poder, suportado pela onda da sublevação popular nesta conjuntura em que o governo oficial não tem sequer o suporte das tropas necessárias para enfrentar uma insurreição.

Sejamos mais concisos: é a posição universalista sob a figura de derrotismo revolucionário que permite aos bolcheviques serem tão implacáveis e persuasivamente antigovernamentais. Nada os liga às obrigações da união nacional: chamamentos à Pátria, remissões à soberania nacional, nada disso os move; estão descomprometidos, as mãos livres; estão irresponsáveis. É preciso ver que quanto mais radical a negação, mais amarras ela solta.

Inversamente, de fato, quanto à questão da paz, os ministros do segundo governo provisório, socialistas inclusive (seis membros sobre treze, entre eles Tseretheli, Tchernov, Kerenski) hesitam, comprometidos que se sentem pelos tratados firmados com a França e a Inglaterra, herdados da autocracia czarista. Para eles, os compromissos do Estado ainda contam, convivem com certa continuidade histórica. Não é difícil acusá-los de se comprometerem com uma guerra imperialista que tantos sofrimentos traz, em que os soldados não querem mais combater. A “agitação” bolchevique, levada em semelhantes termos, cala fundo.

Ao mesmo tempo, é notório e notável que o líder bolchevique tinha lá a sua agenda própria: o arriscado assalto ao poder não poderia passar dos últimos dias de outubro, uma “oportunidade única e dever de revolucionário” pressionava o líder junto aos seus camaradas dirigentes. A urgência era de tal monta que, na realidade, o II Congresso Pan-russo dos Sovietes viu-se no dia 25 diante do fato

consumado: os principais pontos da cidade tomados, alguns ministros presos e o governo dissolvido. O Congresso, dotado de uma pequena maioria bolchevique, ratifica a tomada de poder. Outubro, assim, é um evento com dupla dinâmica: obedece à cronometragem do centralismo democrático, mas participa das ondas revoltadas de ira e desespero populares que contribuiu para levantar. Em Petrogrado, nenhuma tropa consistente se apresentou para defender o Governo Provisório. Não é sem razão que os bolcheviques podem falar em Revolução “apenas” determinaram a hora precisa tomando o Palácio de Inverno.

Cabem duas observações: se os dirigentes bolcheviques creem ter chegado o momento proletário, toda a “corja” liberal se torna inimiga, o centro da inimizade deslocou-se, mais claramente ainda, da luta contra a autocracia para a luta contra a burguesia e o espectro da inimizade se alargou e aprofundou concernindo todos os que não estavam a par da insurreição programada e a ela se oporiam (sociais-democratas mencheviques, cujo lugar é agora “a lata de lixo da História”, e parte dos socialistas revolucionários em primeira mão) e, segundo ponto, todos os modos burgueses de governar, malgrado (ou em razão de) sua “aparência” democrática, poderão ser considerados – por axioma teórico, por postulado das luzes externas – prejudiciais ao proletariado. Desde a tomada do poder, desde o dia 25, tornaram-se perniciosos.

A passagem da hostilidade para a inimizade traduz simplesmente a desistência da argumentação. É algo que já está incluído na concepção revolucionária, isto é, o “burguês” pode ter suas razões, mas está fora da Razão e imerso na iniquidade. Nessa versão, o ponto cego de todo posicionamento democrático reside aí: a violência está mais do que presente na ordem social, a própria concepção de sociedade conformando totalidade é falsa e a burguesia carrega uma nocividade tão intrínseca que pode perverter a própria alma (consciência) proletária. O inconciliável já está posto, é a própria ordem do mundo capitalista. No princípio, no sentido da *arkhè* grega, há a guerra; a ordem democrático-burguesa feita de palavras que conciliam não tem apoio ou correspondência na realidade do social, o liberalismo jurídico e político é o engodo maior. Dadas a debandada das tropas,

a insubordinação das guarnições diante dos oficiais, a deliquescência da ordem social, umas dezenas de milhares de soldados e de guardas vermelhos carregaram esta visão na ponta de seus fuzis.

Os próprios soviets que, enquanto forem pluralistas, participam da forma parlamentar estão politicamente expostos ao cutelo bolchevique⁵ e, por sua vez, a Duma, universalmente eleita – promessa programática central do Partido desde fevereiro, eixo discursivo central de oposição ao Governo Provisório desde então – está de antemão condenada. Aliás, nela os bolcheviques apresentam-se em minoria. É de se recordar que ao dissolver a Duma os bolcheviques fecharam a porta à conciliação de posições e a qualquer tipo de consenso sócio-político concernente, em especial, à guerra com a Alemanha e à condução econômico-social. Nesse momento preciso, mais claramente do que nunca, instalam-se em estado de inimizade... Inimigos consequentes, se tiverem a oportunidade e a coragem, pegam mesmo em armas, é o risco que os bolcheviques correram.

Acrescentemos algo ainda sobre Outubro, antes de entrarmos no capítulo da Guerra Civil, mudando, porém, a incidência do comentário. Prestemos atenção ao vocabulário em que se dá a tomada de poder e a tudo o que traduz. Os acontecimentos são batizados de Revolução proletária. Pode-se se dizer, sem exagero algum, que essa circunstância semântica é extraordinária. A ação foi precedida de uma chave de leitura exaustiva: ela se dá em termos de classes antagônicas, de acumulação capitalista baseada na extração da mais-valia, de estimativas sobre o grau de avanço capitalista da sociedade russa, anunciando um novo tempo – o socialismo –, e os caminhos se encontram balizados pelas palavras. A vanguarda segue coordenadas teóricas. Em suma, nas ruas de Petrogrado, alguns milhares de homens amotinados traduzem em fatos o que um cientista e humanista de envergadura havia, em meados do século

5. “Mas depois de junho-julho de 1918 quando os não bolcheviques foram expulsos do Comitê Central Executivo do Congresso dos Sovietes, o Comitê tornou-se um eco em que os representantes bolcheviques rotineiramente ‘ratificavam’ as decisões do *Sovnarkom* (Conselho dos Comissários) que por sua vez implementava decisões do Comitê central do Partido.” R. Pipes. *The Russian Revolution*. Nova Iorque: Vintage Books Edition, 1991, p. 525.

anterior, previsto; nada mais, nada menos. Os fatos, nessas condições retóricas, se tornam expressivos de significados incomensuráveis. O Palácio de Inverno foi tomado, a humanidade está em marcha.

Pois o que surpreende é a junção, no calor da hora, do saber teórico e da ação; essa com uma finalidade imediata claramente delimitada, a tomada de poder, cujo imediatismo, porém, contém um mundo completamente outro. Momento que seria intelectualmente único em que homens sabem exatamente o que estão fazendo, moradores da história, agentes que a cumprem, iluminados eticamente. Nem os ingleses em 1689, nem os franceses um exato século depois, saberiam dizer que tipo de revolução exatamente “faziam”, muito menos que seria burguesa.

Outubro, pelo contrário, significa apropriação do sentido histórico: foi feita uma revolução “proletária e socialista”, autorreconhecimento e autodenominação de um feito que deve mudar a face da humanidade, o feito quase que fala por si, tão próximo à palavra se encontra. Certamente os bolcheviques e a Rússia terão de encontrar ainda seus caminhos e não saberão sempre em que etapa da revolução se encontram (socialismo, transição para o socialismo, capitalismo de Estado?). Mas o pressuposto impõe-se sempre com força, captando entre muitas esferas sociais o reconhecimento mundial e capturando a imaginação: um passo irreversível foi dado, que significa – além da miséria cruel, dos atos de violência e do desarvoramento das populações – um salto, o início de uma História completamente outra.

Também uma relação toda nova entre acontecimentos e palavras foi estabelecida; teoricamente sustentadas, as palavras dizem o que está acontecendo. O Partido transformou-se em um ser histórico pleno, identificou-se com a História e a Revolução, consagrou-se em ato como consciência proletária: há precedentes epistemológicos, a tomada da Bastilha também foi apreendida como marco simbólico da revolução burguesa. Só que, desta vez, os bolcheviques sabem o que fazem: queimando etapas, introduziam um novo tempo. Tratou-se certamente de uma autoidentificação; acabou constituindo, porém, uma representação que marcou todo o século XX.

É bastante visível que esta cristalização histórica passa, no mesmo ato, pela decisão de declarar quem são os inimigos: os que não têm a justa consciência, os que tíbios e faltosos na subjetividade não ousaram a tomada do poder, chamaram-na de golpe, “os que não estão conosco”, os que contribuem para o enfraquecimento da classe e do socialismo. O Partido passa a emitir suas sentenças, nos dois sentidos da palavra.⁶ A autoridade de Lênin se torna imensa por ter magnificamente acertado na estratégia, pelo poder adquirido (para o Partido e para si) de dar significados, pela sua peculiar aptidão em transformar a violência (“de massa”, sempre) numa essencial virtude revolucionária. Da identificação entre o terror e a revolução, outras superposições nascem e a ditadura se torna “democracia”, escamoteando a dimensão de liberdade. Há uma lógica interna a este dispositivo: é próprio da luta “irrealizar” inteiramente a dimensão da liberdade, o soldado raso, o trabalhador combatente *já* está posicionado de um lado, a Causa o toma e o obriga; o mando o cerca e o possui; só resta a missão, deveres e obrigações – não recuar, avançar, não se render, o combatente assume a sina ditada pela guerra, cumpre ordens e cumpre juntamente uma ordem de coisas.

A Guerra Civil

A ditadura é revolucionária: o deflagrar da guerra civil virá confirmá-lo, evidenciando que há só dois lados e engajando desta vez toda a população russa na obrigação de escolher entre mundos alternativos. O princípio do antagonismo radical ao mobilizar massas e ao expô-las à morte torna-se real. É quando expressa a sua “verdade”, semeando cadáveres.

6. “Quando, no seio de um Estado, os conflitos entre partidos terminam por ocupar todo o campo dos antagonismos, atingiu-se o grau extremo da série da política interior, ou seja, é o reagrupamento em amigos e inimigos no interior do Estado que determina o conflito armado. Nessa situação onde é a política interna que importa, a eventualidade efetiva de um combate, obrigatoriamente presente quando se pretende falar de político, não remete mais, logicamente, a uma guerra entre povos organizados em unidades políticas (Estados ou impérios), remete à guerra civil”. C. Schmitt, *op. cit.*, 1992, p. 70.

A aproximação de regimes totalitários aos regimes de guerra recebe então sua entronização a mais probante: a guerra conforma lados, é certo, mas num sentido mais amplo do que pode parecer. Faz com que a configuração da verdade não mais se ocupe tanto com a adequação ao real, visa, antes, o reforço das tropas e do poder proletário, o fortalecimento da Causa. Um novo regime de verdade – todo pragmático – é exigido agora. E mudamos de mundo.

A verdade será o que conforta os soldados, o que suscita seu ardor e também o que os organiza para lutar. Analogamente, o mundo civil – o do trabalho – e toda a sociedade viverão em missão guerreira; não se estranhe que a sociedade se militarize, que, a bem dizer, a noção de sociedade civil perca sentido.

É até certo ponto evidente e compreensível que a noção de negatividade redentora tenha se desenvolvido plenamente e completado nas práticas da irreduzível inimizade a que a guerra civil deu lugar, apossando-se irreversivelmente das mentes bolcheviques (para eles, tudo, afinal, esteve por um fio naquele embate) e servindo de conduto legitimador e terrificante à construção do socialismo.

O conflito armado é para os bolcheviques, de certo modo, uma consequência natural, lógica, que poderia advir da própria Revolução. A formação dos exércitos brancos ratifica a autenticidade do poder proletário e demonstra – prova dos nove – o acerto da visão revolucionária quanto à brecha intransponível que cinde o social; o conflito, bárbaro e selvagem, ilustra, em províncias mais afastadas e em lugarejos incendiados, como o conceito de luta de classes irreconciliáveis espelha acertadamente o real, ao prodigalizar a morte. O conflito bélico é a situação que mais favorece, como “terrível necessidade”, o recurso à crueldade, quando a falta de escrúpulos pode fazer parte dos méritos militares.

Ademais, a guerra, sem falar no seu caráter heurístico e didático (como não retaliariam as classes antes dominantes e as nações imperialistas a construção do socialismo?), evidencia a necessidade de um comando centralizado, último em suas decisões, de um Estado Maior que fale pela sociedade, exigindo a disciplina e a obediência, no sacrifício e no heroísmo.

Por outro lado, a narrativa bolchevique continua sob suspeita: defensivo face aos exércitos brancos e à intervenção estrangeira, o conflito certamente o é, mas apenas na medida estrita em que se considera a realidade existente de um Estado soberano, a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, estabelecida em suas fronteiras territoriais; dizer, porém que está em jogo o “socialismo” integra apenas uma fé e uma retórica, ambas partidárias.

Observe-se, de fato, uma passagem, extremamente persuasiva, nesses jogos de linguagem: de um discurso nutrido de argumentações pratico-teóricas (uma formação social russa já entrada em capitalismo tal como a descreve Lênin em *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* [1899], a noção de “hegemonia proletária” na própria etapa democrática, tal como concebido nas Teses de abril), passa-se para a narrativa de como os bolcheviques lideraram uma revolução proletária, os operários tomaram o poder, o Partido foi acuado ao terror de massas e enfrentou vitoriosamente catorze exércitos reacionários etc. Contada assim, a Guerra Civil garante para os bolcheviques – enquanto soldados e civis, trabalhadores de todas as categorias estão sendo mortos e executados, de parte a parte – o título de campeões da racionalidade ética proletária.

As lições da luta de classe foram ensinadas aos camponeses, quando tiveram que exercitá-las no ódio ao kulak, nas diferenciações categoriais (pobre, remediados e ricos) artificiais e simplistas internas ao campesinato, diferenças cuja implicação discriminatória integra uma racionalidade violenta. Uma antipedagogia, uma didática ao contrário expressou-se, porém, nas exações cometidas durante as “simplificações” do comunismo de guerra, na volta parcial ao escambo, no monopólio estatal do comércio do trigo, nas requisições forçadas de grãos que o envio de comandos de comunistas, firmes o suficiente para a pilhagem, permitiram.⁷ Houve que recorrer à NEP para não perder de todo o controle sobre o campo.

7. A guerra civil e o “comunismo de guerra”, que Lênin qualificou de tentativa de “passagem imediata ao socialismo sem período preliminar para adaptar o antigo sistema econômico à economia socialista”. L. Shapiro. *Les Origines de l'absolutisme communiste. Les bolcheviks et l'opposition 1917-1922*. Paris: Les Iles d'Or, 1957, p. 182.

As ameaças raivosas ao inimigo são promessas generosas feitas ao proletariado; em guerra, todo negativo sangrento aparece com sua positividade ideal. Muito da “moralidade civil” deve ser sacrificada à Causa. Firmeza implacável e intransigência impiedosa são comportamentos que o Estado-maior deve aos seus soldados, o Partido ao povo trabalhador. Por inferência, é de se esperar que este ecoe, respalde, exija mesmo esta absoluta severidade para com os inimigos e desertores.

As mobilizações guerreiras têm sempre parte com o ódio, e nessas situações toques de humanidade são toques de traição. As costumeiras noções de moralidade transformam-se numa ética cujo processamento abole as questões de consciência. A “nossa moral”, defendiam Trotsky e Lênin, é tudo o que faz avançar a Causa do Proletariado; esqueciam-se de dizer que se tratava de uma Causa em causa. As subjetividades comezinhas são falhas quando é preciso remeter a uma Causa em guerra. Circularmente, proclamar a Causa, colocá-la à frente de tudo o mais, faz parte da lógica estratégica, independentemente da justeza dos princípios defendidos. Que chefe de exército, que governante não faz isso?

A guerra civil é a expressão mais pura de que o social está cindido, de que o núcleo do social é, extraordinariamente, fissão. O conflito ampliará marcas e características já manifestas na direção de um Partido que nasceu guerreiro. Ser justo e para isso duro e implacável é a marca registrada do bolchevique, seu estilo por excelência, o uniforme (e não só no figurado, também no aparato, coldre e pistola na cintura, jaqueta de couro) em que a essência revolucionária aparece. No registro verbal, eis o que podemos ler:

Zinoviev: “A Tcheka e o Exército Vermelho são o ornamento e o orgulho do Partido comunista.” Bukharin: “Desde já, devemos ser todos tchekistas”. Piatakov, então presidente do tribunal revolucionário do Don: “Toda omissão de denúncia será considerada como um crime e será punida com todo o rigor das leis revolucionárias.” Miasnikov, o próprio e honesto

Miasnikov!: “É preciso vigiar cada contrarrevolucionário, nas ruas, nas casas, nos lugares públicos, nos trens, nas instituições soviéticas, em qualquer lugar, sempre, prendê-los e entregá-los às *tchekas*. (Izvestia, 1º de outubro de 1919).”⁸

É essencial perceber que, no dia a dia dos universos socialistas, virtudes guerreiras foram exigidas das populações, inclusive na vida cotidiana do trabalho e na “esfera privada” dessas vivências. É manifesto que, se tais virtudes são exigidas, a qualidade da vida privada muda, ou talvez se diga melhor que a própria vida privada tende a desaparecer, adentrada pela obrigação de devoção ao coletivo, pelo dever de dimensionamento público e cívico, imperativos que constituem a cunha psicológica apta a penetrar as mentes, culpabilizando-as.

Não há inculpação mais extrema, no caso, pois a suspeita não incrimina tanto as pessoas por serem individualistas, questiona-as, antes, por serem indivíduos: sina, convenhamos, a quem ninguém escapa, pois até o trabalhador, tendo *seu* corpo, tem fome e se cansa. A vigilância contra o particularismo de cada um, o opróbrio do subjetivismo conciliador e moralizante acompanham esses caminhos; também mudanças radicais na personalidade de todos são exigidas. Urge uma subjetivação nova dos trabalhadores que acolha e cumpra o estado de guerra: “A coerção proletária sob todas as suas formas começando pelas execuções capitais, constitui um método com vista a criar o homem comunista, declara Dzerjinsky, o incorruptível”.⁹

A operação mais essencial, aliás, que as tendências totalitárias praticam sobre o social é asfixiante; cercam e abafam as forças e formas vivas de autonomia associativa, venham donde venham, estejam onde estejam. Parafraseando Hannah Arendt, pode se dizer que onde existe totalitarismo um time de futebol é *mais e outra coisa* do que um time de futebol. Regimes totalitários transformam constitutivamente toda forma de organização, associativa ou não, em aparelho instrumentalizável. E mesmo a palavra de ordem – em um momento essencial da ascensão

8. J. Baynac. *La terreur sous Lénine (1917-1924)*. Paris: Le Sagittaire, 1975, p. 34.

9. *Ibidem*, p. 35.

ao poder – “todo poder aos soviets” fez sob muitos aspectos parte de uma estratégia: criava dificuldades ao Governo Provisório e certamente ressoava como brado da plena identidade entre a democracia dos trabalhadores e o partido bolchevique. Identidade mais do que problemática, pois o que está sob exame é um processo de substituição subjetiva; e se este processo for real a identidade da própria classe se torna algo inqualificável.

Lênin não acredita que o poder do Estado em construção possa se firmar a partir do lugar (o Soviete) em que a pluralidade social se declara: uma instituição de tal gênero está sujeita a todas as fragilidades de uma democracia em ato, aberta ao desconhecido e ao imponderável, incontrolável pelas próprias divisões que a animam. Não é um instrumento de luta apropriado porque se aproxima demais da figura parlamentar, insuficientemente operacional por ser insuficientemente controlável; responde em demasia à regra do pluralismo que por definição nunca fará (já que integra a existência da minoria) do confronto antagônico sua lei maior. O Soviete não tem, surpreendentemente, no juízo de quem há tão pouco tempo finalizou O Estado e a Revolução, condições de se tornar centro de poder; será no máximo arrimo legitimante.

Jamais os leninistas poderão abandonar o conceito de proletariado que os habita. Todas as suas convicções e empenhos estão firmados nele. É com esta noção – um novo sujeito histórico em marcha – que a própria abordagem do social é possível; é um prisma transcendental que organiza a experiência do mundo revolucionário marxista. O conceito, todavia, nem sempre vem socorrer o revolucionário. O proletariado que, segundo Lênin, comparecera em Outubro e radicalizara a relação de força autorizando o avanço rápido da ditadura do Partido (a dissolução em particular da Duma) esvaece, desaparece rapidamente das fábricas em número e em consciência, é o próprio Lênin quem o lamenta, justificando sua conduta, em outubro de 1921;¹⁰ os operários

10. *Ibidem*, p. 17. “O magro proletariado do pré-guerra não existe mais. Em 1922, só resta dele um terço, um pouco mais de um milhão de pessoas. Lênin reconheceu essas sobras “desclassificadas”. A classe operária “cessou de existir enquanto

chegam inclusive a dar, novamente, ouvido aos mencheviques. Os marinheiros manifestam-se exemplarmente em Cronstadt por uma abertura democrática de que participem todas as tendências socialistas. Na cidade e no campo, protestos e sublevações ocorrem em **número** e vigor impressionantes, reveladores de uma “consciência insuficiente” (voltamos ao ponto de partida). Onde está o verdadeiro proletário de Lênin se os operários se declaram insatisfeitos, insubordinam-se, cometem pequenos furtos na fábrica vendendo o que roubam para sobreviver, desertam para o campo à procura de alimentos e, para cúmulo da incompreensão, deixam-se influenciar por tendências adversas (burguesas! inimigas!), enfim se o “instinto de classe” está ausente, o que lhes permitiria perceber a inconsistência de opor-se ao “seu próprio” regime? Na lógica do Partido que já entronizou o socialismo com a Revolução de Outubro, toda insatisfação manifesta, no final das contas, uma insuficiência subjetiva, um erro e, mais grave, um tipo de malfeito.

Os bolcheviques vão ter de se arranjar com o proletariado que têm, ou seja, com as “massas” (um vocábulo a que Lênin recorre frequentemente). Das massas empíricas espera-se que não desesperem totalmente do novo regime; nessa perspectiva, como já dissemos, um grau mínimo de realismo levou, finalmente, à NEP. Para que a percepção do proletariado idealizado e a existência das massas imprevisíveis convirjam, é preciso fazer destas últimas combatentes. Voltam a ser, no poder, o que eram nos tempos capitalistas: os suportes de uma luta que continua inexaurível. “Representa-se”, guiando massas num combate travado em todas as dimensões do social. O Partido pode continuar a reivindicar seu papel de vanguarda: marechalíssimos, timoneiros e comandantes, chefes do Estado-maior partidário, continuarão a ser imprescindíveis, amados e temidos. Não se pode absolutamente

classe” e, de toda maneira, se “a fizemos figurar como tal de modo formal, não possuía raízes econômicas”. Como observa J. Baynac, o próprio líder condenava com essa formulação todos os conteúdos conceituais e práticos de sua ação política. Já se tornou célebre a réplica de Chliapnikov (bolchevique, um dos líderes da Oposição Operária): “Permitam-me felicitar-vos por exercer uma ditadura em nome de uma classe que não existe!”

representar o proletariado-classe dominante substituindo na fábrica uma direção coletiva pela autoridade única de um administrador, mas pode-se forçar à disciplina um proletariado empírico, conduzido ao imediatismo pela fome. A distância entre operários que pretendem sobreviver e o proletariado libertador é imensa, mas o terror ideológico “resolve” a aporia. Uma classe, destinada a emancipar a sociedade, deve exercitar a sua liberdade e capacidade de invenção; o operariado russo foi mantido preso num estado de guerra. Conceitos ao mesmo tempo transcendentais (a partir dos quais se lê a experiência social) e estratégicos (úteis para continuar a luta), como os de burguesia e proletariado, abriram as dimensões de uma sobre-realidade sofrida em que – como o lembra a epígrafe de Aleksander Wat – era-se obrigado a sorrir.

O historiador Martin Malia indica, no final do seu livro sobre o socialismo na Rússia, que na conjunção de dois polos – o primeiro socialista, o segundo nacionalista – não devemos enxergar apenas dois polos opostos do político, pois o nacionalismo contemporâneo e o socialismo são ambos produtos do igualitarismo democrático. O autor evoca com a Revolução Francesa a substituição das “ordens” e dos “estados” por uma massa uniforme de cidadãos iguais conformando o Estado-nação democrático de direitos; na contrapartida dos deveres, são os “chamamentos em massa” dos populares que comporão os exércitos da Revolução e, a partir desse precedente, a “beligerância se tornará progressivamente guerra total”. Sempre segundo Malia, é essa face, belicosa, que os fascistas enfatizavam tentando recomeçar a guerra para ganhá-la. “É esta dimensão militar da democracia de massa que produziu os dois tipos de totalitarismo do mundo moderno. Nosso curto século vinte terá, pois, engendrado as duas perversões gêmeas da democracia igualitária, que convergiram logicamente no culto da força, da guerra, e num mesmo desprezo do estado de direito.”¹¹

Mussolini reivindica para o fascismo o papel instaurador da ação e, na esteira de Georges Sorel, a função inspiradora de mitos e de ideais

11. M. Malia. *La Tragédie soviétique. Histoire du socialisme en Russie (1917-1991)*. Paris: Seuil, 1995, p. 570.

para mover massas. “Essa política é o combate ‘contra os inimigos interiores’ da nação, uma categoria na qual o fascismo incluía todos seus adversários, assenhoreando-se do monopólio patriótico.”¹² Sobre esse aspecto, escreveu ainda Emilio Gentile:

A prática da violência, identificada com sua organização militar, impregnava todos os aspectos do partido. A violência não esteve meramente no ponto de partida do fascismo como movimento de massa, foi o elemento fundamental em torno do qual o fascismo definiu sua identidade e construiu sua cultura política.¹³

Quanto à centralidade da inimizade nas concepções nazistas, não é difícil localizá-la. De um lado, faz parte explícita das leis da natureza, da vitalidade superior do vitorioso. De outro, o inimigo – seja ele o judeu capitalista parasitário, seja o sindicalista da cizânia, seja o bolchevique semita – tem presença interna e também externa. Ademais, a necessidade de espaço vital para a nação/raça implica na beligerância, em que o destino colonial dos bárbaros eslavos se cumprirá, em que se aproveitará a oportunidade para liquidar, na linguagem hitlerista, os portadores da peste, os conspiradores universais. Aqui também o Führer traz a força; mais do que representar, identifica-se com o povo e o une para a supremacia, guiando-o na missão de extermínio.

12. Gentile traz na sequência uma citação do jornal oficial do movimento fascista, edição de 20 de novembro 1920: “O punho é a síntese da teoria [...]. É impossível atingir a meta com palavras. Eis porque o fascista fende o crânio do socialista e introduz nele à força sua própria concepção. Ganho de tempo, resultado garantido.” E. Gentile. “Au commencement était la violence”. In: P. de Lara (org). *Naissances du totalitarisme*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2011, p. 89.

13. *Idem*.



POLÍTICA

Privilégio: osso, moeda e fundamento do governo de poucos sobre todos

Fabio LANDA

Que el mundo fue y será una porquería ya lo sé...
[...]

Que siempre ha habido chorros, maquiavelos y
estafaos, contentos y amargaos, valores y dublé...

Pero que el siglo veinte es un despliegue de maldá
insolente, ya no hay quien lo niegue. [...]

¡Hoy resulta que es lo mismo ser derecho que
traidor!... ¡Ignorante, sabio o chorro, generoso
o estafador! ¡Todo es igual! ¡Nada es mejor! ¡Lo
mismo un burro que un gran profesor! [...]

Si uno vive en la impostura y otro roba en su
ambición, ¡da lo mismo que sea cura, colchonero,
rey de bastos, caradura o polizón!... [...]

¡Cualquiera es un señor! ¡Cualquiera es un ladrón!
[...]

¡Siglo veinte, cambalache problemático y febril!...
[...]

¡No pienses más, sentate a un lao, que a nadie
importa si naciste honrao! Es lo mismo el que labura
noche y día como un buey, que el que vive de los
otros, que el que mata, que el que cura o está fuera
de la ley...

Enrique Santos Discépolo
Cambalache (1934).

O tango *Cambalache*, de Enrique Santos Discépolo, no tempo de uma canção, contou o século XX. Mais que isso, talvez tenha anunciado a herança do século XXI: “tanto faz um bandido como um grande professor” ... Os mais empedernidos dirão que nada de novo há sob o sol; os mais acordados perguntarão o que fazer com tantas novidades. Detalhes e matizes que mudam o quadro e obrigam à busca aflita de uma estética para apreender a cena. Afinal, não é possível olhar Rafael e Picasso com o mesmo olhar. O cavalo de Guernica foi a quimera do século XX. Século XXI: qual é teu animal quimérico? A lesma? Ou a sanguessuga?

No século XX, os homens viveram a experiência de perderem a língua. Elias Canetti, em *Auto-de-fé* (1935), dizia profeticamente que a asfixia era o método do fim. Os homens fizeram a experiência de não poder falar, impedidos de língua. Paul Celan perguntava: como falar na língua do assassino de sua mãe? Uma língua que ele aprendera a amar precisamente por sua mãe.

A língua no século XX foi um problema praticamente insolúvel. Imre Kertész, quando todos partiram de Budapeste, decidiu ficar, contra tudo, e ao inverso de seus amigos que se foram. Ele não vislumbrava a possibilidade de escrever longe da música da sua língua, tampouco vislumbrava a possibilidade de não escrever. Escreveu, então, a própria sufocação: escreveu um livro de um só parágrafo.¹ Uma longa expiração a perder o fôlego.

Os homens que perderam a língua, ao terem dito a sufocação, nos deixaram, porém, a possibilidade de falar. Eles inventaram a língua. Essa língua que falamos. Aproveitamos a invenção. Ninguém inventa nada que não seja absolutamente necessário. A psicanálise nos ensina que o jogo de uma criança tem o estatuto de uma pesquisa científica. A invenção, no jogo, tem a capacidade de criar a sobrevivência. Foi o que esses homens fizeram e foi o que nos legaram. E como é necessário hoje o legado, nos tempos em que a sufocação e o assassinato do espírito estão mais vivos do que nunca! O riso sardônico, a guerra de todos contra

1. I. Kertész. *Kaddish pour l'enfant qui ne nâitra pas* [1990]. Arles: Actes Sud, 1995.

todos, civis e militares, crianças e adultos, velhos e velhas torturados para fornecerem o código das suas contas bancárias (poupemos a boçalidade de pensarmos que são fatos policiais corriqueiros), todos são alvos. O sonho de Carlos, dito o Chacal, realizado – “dia virá em que todos estarão submetidos ao terror” – podendo pavonear-se vestido no terno de um grande pensador.

Quem se esqueceu do comício em que o ministro (o semideus) da propaganda perguntava a uma plateia em êxtase: “você quer a guerra total?” A plateia, movida por um só elã, percorridos por um choque instantâneo, fazia tremer o teatro: “guerra total” foi a resposta. O canto triunfal de “vamos extirpar a última gota de misericórdia, nós amamos a morte”.

Século XXI, qual é teu animal quimérico? Guernica é talvez a cena do século XX. Qual a cena do século XXI?

No teatro grego, a máscara da tragédia e a da comédia eram indissociáveis. Inconcebível uma sem a outra. O sorriso de Kertész é intrigante por sua presença constante e pelo mistério que carrega, *a la Gioconda*, sempre tentando dizer uma mesma mensagem. Como Gioconda, seu sorriso é indestrutível. Parado no tempo, fora do tempo. Como uma garrafa lançada ao mar, fala numa língua estranha de um país estranho – se é que vem de algum país... –, e o incauto que tope com ela numa praia qualquer e que se sinta por ela tocado que trate de decifrar. Se chega ou não à mensagem original, ou ao menos dela se aproxima, isso são outros quinhentos. Sorriso de um homem deixado numa carroça de cadáveres que, por algum acaso, alguém vê, suspeita que aquele braço fez um movimento vivo, não o de um cadáver, retira-o da carroça e leva-o para o hospital, onde o sobrevivente acorda pensando estar no paraíso e apenas em um último instante se descobre entre lençóis limpos e comida quente. Sorriso de um homem que, durante 40 anos, tem de ouvir todas as manhãs, através das paredes e das janelas fechadas e impotentes, o rádio da vizinha, tornada vigilante, uma informante, uma autoridade, para saber se todos os moradores ao redor escutam as notícias seriíssimas proclamadas pelo governo. Nenhum cidadão decente, consciente e participante podia, afinal,

deixar de ouvi-las: anunciavam os planos quinquenais, profetizavam as conquistas definitivas a abrir o caminho para o futuro risonho etc... (Jamais atingidos, evidentemente; foram os percalços da história... Pena, porque eram planos e objetivos magníficos...).

Kertész talvez tenha forjado parte do seu sorriso quando descobriu que poderia pôr-se à frente da janela, apontando o lápis, e simular que ouvia, ao invés de escrever como um escritor que tudo deve à subvenção do governo, este que tudo propicia, da literatura à felicidade para todos. E assim, durante anos, ele abriu a cortina da janela, sorriu para a vizinha na expectativa de ser devidamente observado pela vigilante-informante-autoridade, e apontou seus lápis. Serviriam para escrever algo que não tem preço; inútil, portanto, discutir salário ou subvenção. Esse sorriso, que evidentemente não é sério, é a outra máscara. Sorriso que resiste a apagar-se e a deixar em cena apenas a máscara séria (cérica). A capacidade de sorrir diante da máscara séria (cérica) expõe a heterogeneidade entre a máscara que esconde e apaga qualquer traço de rosto (a cera se presta maravilhosamente bem a isso) e o rosto que, mesmo sob a aparência de máscara, continua a ser um rosto (o sorriso não se presta a ser aprisionado pela cera).

O homem que carregava tal sorriso, sorrindo, nos prevenira, na apresentação de um de seus livros: o que o leitor tem em mãos, longe de ser uma obra literária acabada, foi concebido apenas para obedecer a seu editor estatal. Não poderia publicar seu escrito, dizia este, porque era muito curto. Kertész descobriu então essa obra (que ele afirma não ser uma) lançada a alguma gaveta, que usou para preencher o espaço exigido pelo editor. Kafka antes dele já tinha feito o mesmo. Talvez mais radicalmente ranzinza, pediu ao amigo para queimar todos os seus escritos, o que Max Brod, felizmente, não o fez. A obra, segundo o autor que não cessa de sorrir, é um romance policial.²

Na contramão do que anuncia o autor na introdução, seríamos tentados a dizer desse livro o que Emmanuel Lévinas dissera na

2. Publicado originalmente em húngaro em 1977, o livro *Roman policier* foi traduzido para o francês pela editora Actes Sud em 2006.

apresentação de um livro de Zvi Kolitz: “é uma obra tão bela e verdadeira como apenas uma obra de ficção pode sê-lo”.

A trama se desenrola em um país indeterminado, algo que supomos, pelos nomes dos personagens, seja a América Latina, e em um tempo indefinido. Esse procedimento, aparentemente banal, dá ao romance o mesmo estatuto do sonho em psicanálise. Desde Freud, sabemos que o material do sonho é forjado para driblar a censura. Estar numa dimensão extratemporal e extraterritorial é estar na dimensão do inconsciente; deixando, porém, de lado um eixo de um domínio particular, poder-se-ia dizer estarmos referidos a uma dimensão mítico-poética.

No mundo desse romance, todos os elementos são aparentemente arqui-conhecidos: o policial, que depois de ter feito o que fez, refaz seu caminho; o policial astuto que sabe desaparecer; o policial que, no exercício de sua função, pode exercer sua crueldade. O coronel, figura ubuesca que por um tempo pode se permitir viver o grotesco de ser deus; o Departamento Especial, que funciona por meio de códigos próprios. Em meio a essas figuras, todas caricaturais, nos meses seguintes à tomada do poder pelo Coronel, um estudante, filho de uma das famílias mais ricas, sofre suas angústias existenciais; quer ser aceito pelos colegas, gostaria de entrar para o círculo de camaradagem dos que, aos seus olhos, se preparam para “fazer alguma coisa”, mas se percebe rejeitado porque sente que o privilégio lhe cola à pele.

A habilidade do autor está em nos fazer tranquilos, não há sobressaltos. Certa linearidade monótona se instala. O imprevisível passa por previsível, nada a assinalar e, contudo...

O rico industrial, pai do estudante, num enredo dentro do enredo, convida o filho para participar de uma “ação”. Totalmente imaginária. O raciocínio do pai é que, se o filho precisa “fazer alguma coisa”, então ele lhe dará a ação desejada. O pai forja a trama de um atentado e, ao mesmo tempo, dá a entender que ele é figura de um grupo de oposição ao Coronel poderoso. O filho acaba preso. O pai, após alguma hesitação, vai à sede do Departamento Especial. Nunca mais sairá dali, tampouco o filho. Ambos, torturados e, finalmente, fuzilados.

À parte as referências à tortura como engrenagem essencial do dispositivo ditatorial (num apelo ao texto de Jean Améry³), à teoria conspiratória e ao papel do diabólico elaborados por Leon Poliakov,⁴ no presente comentário talvez devêssemos ressaltar a astúcia do autor ao colocar em uma mesma sala o rico industrial e os personagens do Departamento Especial.

O pai, quando entra no Departamento Especial para buscar notícias do filho, crê que seu círculo de privilégios antigos tocaria, mesmo tangencialmente, o círculo de privilégios recém-instalado. Pergunta pelo superior do policial que o interroga. Obtém como resposta a advertência que, naquele Departamento, não é ele quem faz perguntas, mas é ele quem as responde. O privilégio protege o privilégio, na frase lapidar de Primo Levi. O pai, ainda num resquício de ilusão, mas agora já com ar de tragédia, diz que gostaria de ver o Coronel, velho conhecido seu. Não há resposta. O silêncio se instala, a atmosfera muda, dois círculos de privilégios se opõem e se separam. No Departamento Especial, o privilégio protege o privilégio do Departamento Especial.

Ali, engana-se quem pensa que o policial é um policial. O policial no Departamento Especial é um policial-funcionário. Primo Levi nos ensina, em sua “zona cinzenta”,⁵ a importância primordial para o poder de criar seus funcionários, seus policiais-funcionários, seus médicos-funcionários, seus advogados-funcionários. O funcionário exerce sua função obedecendo, sabendo ou não, à fisiologia instaurada pelo privilégio. Esta fisiologia não tem nenhuma preocupação com a fisiologia original; cria e superpõe-se a qualquer fisiologia.

O poder não poderia existir sem sua peça essencial, o funcionário. Quanto mais exíguo é o território no qual o poder se instala, tanto maior é sua necessidade de constituir um circuito de privilegiados, por menos que os privilegiados se beneficiem, e por mais ridículos ou

3. J. Améry. *Par-delà le crime et le châtement* [1966]. Arles: Actes Sud, 1995.

4. Ver, de L. Poliakov, *La causalité diabolique*. [1980]. Paris: Calmann-Lévy, edição ampliada, 2006.

5. Todas as referências a Primo Levi estão em *Os Afogados e os Sobreviventes*. Tr. Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

efêmeros possam parecer os privilégios. A constituição desse circuito de privilégios se faz às custas de uma necessária corrupção de todas as forças que poderiam lhe fazer frente; o poder de poucos só pode existir na sua capacidade de fazer funcionários em que pode confiar, ou seja, a clara submissão de uma ordem pela ordem do privilégio. O poder só pode confiar nos funcionários que não podem mais fazer nenhuma alteração de rota, o poder só pode confiar no funcionário inevitavelmente comprometido com os atos que pratica, irreversíveis: matar ou torturar, por exemplo. A corrosão de todos os valores e a instauração imprescindível da máxima pragmática – “é a realidade, o resto é utopia” – faz parte desse caminho. O funcionário mais confiável do poder, não há de nos espantar, é aquele que torturou; esse é o cerne da fiabilidade, os demais círculos funcionam de acordo com o grau de comprometimento jamais igualado ao do torturador.

A habilidade do poder em criar ao redor de si um território suave e confortável no qual tentam penetrar um número cada vez maior de pretendentes é a área respiratória do poder de poucos sobre muitos. Numa metáfora tão pobre quanto chula, poderíamos lembrar a máxima de que “não é com vinagre que se caçam moscas”. Quanto mais doce e apetitosa a área que cerca o poder, mais pretendentes pretendem participar das migalhas: são os “idiotas”. Futuros funcionários, caso passem por todos os ritos iniciáticos (de fato, uma lenta e gradual caminhada na abjeção).

Essas rápidas pinceladas, no tempo dessas notas, merecem desculpas ao leitor. Talvez para que elas tenham alguma chance de serem recebidas com benevolência, uma única citação de Primo Levi:

A ascensão dos privilegiados, não só nos *Lager* mas em todas as situações humanas, é um fenômeno angustiante e mais inevitável: eles só não existem nas utopias. É dever do homem justo declarar guerra a todo o privilégio não merecido, mas não se deve esquecer que esta é uma guerra sem fim.⁶

6. P. Levi, *op. cit.*, 1990, p. 20.

Princípios para pensar uma educação não fascista

Walter KOHAN

Nesse trabalho proponho-me a pensar, em diálogo com Michel Foucault, alguns princípios para um educador não fascista do pensamento: alguém que se atribui o direito, a responsabilidade, a ousadia de ensinar outros a pensar. Essa figura costuma ser institucionalizada na imagem do professor de filosofia, mas estou aqui pensando em algo mais amplo, num educador filosófico, alguém que não necessariamente se relaciona com a filosofia como uma disciplina, mas como um exercício ou uma experiência de pensamento. Duas figuras vêm imediatamente à tona: Sócrates e Michel Foucault (um Sócrates francês) que, justamente, para além de identidades disciplinares, exercem uma vocação pedagógica por intervir nos modos de pensamento que circulam socialmente. O primeiro, inaugurando a própria filosofia como prática de interrogar os outros sobre o que sabem, o que pensam, a maneira como vivem. O segundo, reeditando na própria vida formas muito caras àquele modo de vida socrático, iniciador da filosofia.

No que segue apresentarei essa pretensão a partir da leitura que Foucault fez de Sócrates (e dos cínicos) no seu último curso no *Collège de France*, quando a questão que mais o acossava era justamente a vida como um problema filosófico. Foucault busca em Sócrates e nos cínicos inspiração para problematizar o que pode ser chamado de uma vida

que mereça ser vivida, uma vida filosófica, ou seja, a vida como uma pergunta transformada em prática de filosofia. Numa seção posterior do texto, buscarei outros leitores contemporâneos para pensar em nossos próprios termos o que nos inquieta, uma posição não fascista para um educador do pensamento, a partir dessa inspiração socrático-foucaultiana.

Foucault e a parrésia na política e na filosofia

Os dois últimos cursos de Michel Foucault, *Le gouvernement de soi et des autres* (realizado em 1982-1983 e publicado em francês em 2008)¹ e *Le courage de la vérité* (realizado em 1983-1984 e publicado em francês em 2009, que tem por subtítulo *Le gouvernement de soi et des autres II*)², conformam uma unidade dada pela noção da parrésia. É o fim de um percurso de vários anos pela cultura greco-romana, iniciado com o curso *Subjetividade e verdade*, de 1981, com o intuito de encontrar inspiração para pensar alguns problemas contemporâneos. A análise mais específica da parrésia já tinha começado em *Herméneutique du Sujet* (realizado em 1981-1982 e publicado em francês em 2001).³ No conjunto desses cursos, o estudo da parrésia permite a Foucault analisar um campo problemático bastante amplo e que lhe é muito caro: nos seus termos, a maneira como se relacionam os modos de dizer verdadeiro (verdade/saber), as técnicas de governamentalidade (relações de poder) e as formas das práticas de si (constituição do sujeito).⁴ É nesse marco que Foucault expõe seu problema crucial nos últimos anos: a verdade da própria vida, a vida como problema para a filosofia; ou ainda, em outras palavras, o sentido de uma vida que se possa chamar de filosófica.

-
1. M. Foucault. *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2008.
 2. M. Foucault. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2009.
 3. M. Foucault. *L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2001.
 4. M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 10.

Para isso, Foucault realiza uma análise da noção da parrésia em duas vertentes. Em *Le gouvernement et les autres*, estuda as relações entre verdade e política, entre a parrésia e as diversas técnicas de governo, o discurso da governamentalidade. Em suas próprias palavras, Foucault estuda uma história da “dramática política da parrésia”.⁵ De fato, dois exemplos são estudados com certo detalhe nesse curso: o orador público na assembleia democrática e o conselheiro do tirano, em particular quando esse conselheiro é um filósofo.

As condições da parrésia na democracia são por ele examinadas por meio da tragédia *Íon*, de Eurípides, que apresenta a fundação mítica de Atenas, e também por meio de um texto do historiador Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, no qual Péricles aparece como o parresiasta por excelência. Na tragédia, o mítico Íon será mostrado como o ateniense fundador e organizador de Atenas dividindo seu povo em quatro tribos. Ali, a parrésia é um direito de alguns homens, um privilégio outorgado pelo nascimento. Íon deve ter mãe e pai atenienses para ter o direito à palavra. Num sentido, a parrésia aparece como exigência de uma democracia, na medida em que é uma condição desse regime que seus cidadãos possam livremente falar o que pensam; nessa medida, sem parrésia não há democracia. Em outro sentido, a democracia parece também uma condição da parrésia, na medida em que sem aquele regime político não haveria condições de exercer livremente a palavra. Assim, parrésia e democracia conformariam um círculo.

Contudo, as relações entre democracia e parrésia são ainda mais complexas. Com efeito, de outra perspectiva, a parrésia é uma ameaça para a democracia, na medida em que ela gera o ódio dos impotentes e a burla dos sábios. A parrésia exerce-se assim na agonística da *pólis* e serve para a demagogia quando se transforma em retórica na assembleia. Por isso, ela pode se voltar contra a própria democracia. De modo que a relação entre parrésia e democracia acaba sendo complexa, paradoxal, tensa. A dramática filosófica da parrésia aparece

5. M. Foucault, *op. cit.*, 2008, pp. 66-67.

apenas esboçada nas últimas aulas desse curso e será mais amplamente apresentada em *Le courage de la vérité*, com particular ênfase no caso de Sócrates e dos cínicos.

Foucault recoloca as condições de qualquer forma de parrésia. O parresiasta deve: a) dizer o que pensa; b) correr certo risco; c) o outro (povo, príncipe, amigo) deve aceitar como verdade o que o parresiasta diz. Foucault também estabelece algumas diferenças entre a parrésia e outras formas de discurso existentes na Antiga Grécia: o profeta (fala em nome de outro, por enigmas, sobre o futuro), o sábio (fala só quando quer, por enigmas, do ser das coisas e do mundo) e o técnico-professor (não corre risco, é o homem do *know-how*). É interessante a maneira rápida e categórica com que Foucault diferencia a prática de um professor de um parresiasta: “todo o mundo sabe, e eu em primeiro lugar, que ninguém precisa ser corajoso para ensinar”.⁶ Vale lembrar que ao pronunciar essas palavras Foucault estava dando aula, atuando como um professor, no *Collège de France*.

Antes de entrar na análise dos parresiastas na filosofia, Foucault caracteriza a especificidade do discurso filosófico em relação aos discursos moral, político e científico. Se o primeiro desses três últimos prescreve princípios ou normas de conduta, o segundo coloca a questão das formas e estruturas de governo e o terceiro define suas regras a partir da questão sobre o que é a verdade, o discurso filosófico nunca coloca a questão da verdade sem se questionar sobre as condições do dizer a verdade... Nunca coloca a questão da verdade sem colocar em questão ao mesmo tempo a *politeia* e o *éthos*... Ou nunca coloca a questão da *politeia* sem se interrogar sobre a verdade e o *éthos*... Ou nunca coloca a questão do *éthos* sem se interrogar sobre a verdade e a *politeia*... Ou seja, ele sempre coloca em inter-relação os três campos (verdade, poder, sujeito) em seu condicionamento mútuo.

A delimitação do campo filosófico vai sendo apresentada numa clara tentativa de Foucault de encontrar seu próprio lugar nesse campo, o que parece se efetivar quando diferencia quatro atitudes

6. M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 24.

em filosofia: a) a profética, que promete e prediz a reconciliação entre *aletheia*, *politeia* e *éthos*; b) a da sabedoria, que diz num discurso único o estado da verdade, da *politeia* e do *éthos*; c) a técnica, que separa e busca definir em sua especificidade as condições formais de dizer a verdade (a lógica), as melhores formas de exercer o poder (a análise política) e os princípios da conduta moral. Finalmente, a própria: d) a parresiástica, que reconduz as questões umas às outras obstinadamente, sempre recomeçando; é o discurso de irredutibilidade da verdade, do poder e do sujeito e ao mesmo tempo de sua necessária relação. Reconduz, a propósito da questão da verdade, a das suas condições políticas e a diferenciação ética que abre seu acesso a ela; a propósito da questão do poder, a da sua relação com a verdade e com o saber; a propósito do sujeito moral, traz sem cessar a questão do discurso verdadeiro em que esse sujeito se constitui e das relações de poder em que esse sujeito se forma. Eis uma das tantas maneiras pela qual Foucault descreve seu próprio trabalho ao longo de seus textos.

Essa forma de se situar na filosofia começou com Sócrates, “aquele que prefere morrer antes de deixar de falar a verdade”. Em outros trabalhos⁷ temos descrito essa apresentação que Foucault faz desse movimento que começa com Sócrates e se prolonga com os cínicos, aqueles que são de alguma forma uma radicalização da parrésia socrática na medida em que, neles, a própria vida é seu falar verdadeiro. Nos cínicos, quase não há palavra: a parrésia é sua vida, seu corpo.

Neste trabalho proponho, a partir dessa inspiração, traçar algumas linhas primeiras de um projeto ambicioso, talvez exageradamente ambicioso. Mas, já que estamos pensando a parrésia, conceda-me o leitor certa paciência e compreensão com uma apresentação por demais imprecisa e pretensiosa. Trata-se de uma espécie de obsessão que percorre minha vida acadêmica e que diz respeito a traçar as linhas, ou pelo menos alguns princípios, de uma educação não totalitária do pensamento, de uma professora ou um professor de

7. Veja-se, por exemplo, W. Kohan. *Sócrates. O enigma da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

filosofia não fascista, para dizê-lo nos termos daquele belo prefácio escrito por Michel Foucault à obra de Deleuze e Guattari.⁸ Lembremos algumas palavras de Foucault nesse texto: “E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora.” Ou seja, trata-se de pensar um professor de filosofia que não deseja o poder, o poder de pensar pelo outro, de saber o que o outro precisa saber, o pensamento que o outro deve pensar, a vida que o outro precisa viver.

Estamos num campo por demais trilhado, o da dimensão política da educação, o do caráter político do ato educativo. Pensemos em algumas das perguntas que Foucault propôs no texto mencionado: “[...] como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário? Como liberar nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como expulsar o fascismo que está incrustado em nosso comportamento?”⁹ Façamos uma tradução ao campo da educação: quais seriam os pontos de partida, as bases, os sentidos de uma educação pensada não para realizar um projeto político, mas para evitar o desastre político do fascismo, não apenas como regime das forças políticas exteriores, mas aquele fascismo que habita a relação com o outro no ato educativo, a relação entre professor e aluno? Como escapar aos perigos políticos da pedagogia mesmo ou justamente quando ela se faz em nome do progressismo, da revolução, de um mundo melhor? Como pensar de maneira não fascista a relação entre educadores e educandos sem deixar que esse desejo de poder nos habite, em nossos corpos, em nossas vidas? Que forma teria uma educação não fascista do pensamento, ou seja, como poderia ser uma educação

8. Claro está, estou me referindo a M. Foucault. “Preface”. In: G. Deleuze, F. Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Tr. W. F. do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto.

9. *Idem*.

que se faz em nome da filosofia, a que ensina filosofia ou ainda a que propõe a “educação do pensamento” sem pretender governar o pensar do outro, o saber do outro? Por fim, como a filosofia poderia educar para uma vida não fascista?

A filosofia como educação desde Sócrates

A história da filosofia feita educação ou da educação feita filosofia nasce talvez com Sócrates. Para dizê-lo ainda mais claramente: com ele, a filosofia nasce como educação, Sócrates é tanto um filósofo quanto um educador, impossível nele separar as duas coisas. Não há filosofia socrática sem sua relação com os outros, sem sua intervenção no que os outros pensam e dizem; da mesma forma, não há educação socrática sem essa marca específica de se situar no pensamento que Sócrates faz nascer em diálogo com outros e à qual dá o nome de filosofia. O próprio Foucault destaca esse nascimento, surpreendentemente e talvez numa das pouquíssimas ocasiões em toda sua obra em que se identifica de alguma forma, acaba ele próprio se mostrando inscrito nessa mesma tradição socrática: “Pronto. Dessa vez prometo mesmo, terminei com Sócrates. É necessário, como professor de filosofia, ter feito pelo menos uma vez na vida um curso sobre Sócrates e a morte de Sócrates. Está feito. *Salvate animam meam*. A próxima vez, prometo, falaremos dos cínicos.”¹⁰ Foucault lavou sua alma de professor de filosofia oferecendo um curso sobre Sócrates, sobre o primeiro professor de filosofia, sobre a primeira vida educadora na filosofia, sobre a primeira vida filosófica feita educação. É o último curso de Foucault no tempo, o primeiro, como princípio, no pensamento. Neste trabalho, propomos pensar uma educação não fascista do pensamento inspirados nesse nascimento em Sócrates e nesse renascimento operado por Foucault.

De modo que os princípios para pensar uma educação não fascista, – pelo menos quando a educação e a filosofia estão tão comprometidas uma com a outra que não é fácil, sequer possível,

10. M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 143.

separá-las –, são também os princípios de uma filosofia não fascista. Há que se pensar uma educação não fascista junto a uma filosofia não fascista. O compromisso de Sócrates com a filosofia é muito claro. Basta lembrar uma de suas estratégias de defesa: identificar a acusação contra ele como uma acusação contra “os que filosofam”.¹¹ Seu compromisso com a educação não é tão claro, em parte porque o próprio Sócrates afirma que nunca foi professor de ninguém.¹² Porém, nesse último caso, não está fazendo uma crítica à educação a partir de uma perspectiva externa – em nome da filosofia – mas, preferivelmente, de determinada forma de ser professor, característica daqueles que lecionavam em Atenas na época. Em contraposição a uma forma hegemônica de ser professor, Sócrates se diferencia: não recebe dinheiro por dialogar com outros, não ensina nenhum conhecimento, e ninguém pode dizer que aprende com ele em particular alguma coisa diferente do que aprende em público.¹³

Isso é um professor de filosofia à maneira de Sócrates: 1) ele não leciona, não “dá aula”, mas 2) outros aprendem com ele. Isso implica em pelo menos duas coisas: a) ele está envolvido numa tarefa educativa; b) ele faz algo diferente dos outros professores que ensinam os jovens atenienses, não transmitindo conhecimento, mas ensinando os outros a “pensar”, ou seja, a prestar atenção em uma dimensão de si mesmo, de sua vida, que eles não veem, a cuidarem do que não cuidam, diria Foucault, como ele faz com Alcibíades, Lísis, ou Nícias e Laques, para dar alguns dos exemplos estudados por Foucault. Com Lísis, Sócrates parece ser a pedra de toque para chamar a atenção do outro e fazer com que ele pense e viva de outra maneira. Sócrates não fala a partir de nenhuma posição social ou de um papel em particular, não cumpre um papel institucional, nenhuma função corporativa, mas ele funciona como uma voz interior. Essa voz diria algo assim: “se você não mudar sua vida, sua vida perde algo valioso para o mundo, você perde sua própria potência/potencial, e o mundo também perde algo

11. Platão. *Apologia de Sócrates*. Tr. André Malta. Petrópolis: L&PM, 2008, §23, d.

12. *Ibidem*, §33, a.

13. *Ibidem*, §33, a-c.

sem você acordado, atento". Assim, em certo sentido, Sócrates tem uma presença tanto pedagógica (educacional) quanto filosófica (ética/estética), se é que é possível separar as duas.

Há uma interessante passagem no *Laques* de Platão,¹⁴ em que Nícias discute com Lisímaco, analisada com certo detalhe por Foucault em seu último curso. Fica ali bastante claro que quem quer que seja que encontre Sócrates precisa dar conta do tipo de vida que ele vive e ter mais cuidado para o resto de sua vida. Nícias acrescenta que é bastante familiar e agradável para ele "esfregar a superfície da pedra de toque"¹⁵ de Sócrates. Novamente, Sócrates parece promover uma espécie de energia dirigida para chamar a atenção de alguém sobre sua própria vida, onde ambos, o educacional e o filosófico (estético/ético), parecem estar envolvidos. Certamente há muitos Sócrates nos diálogos,¹⁶ mas esse específico, resgatado por Foucault, é alguém que educa por meio de sua vida filosófica, que provoca no outro a impossibilidade de continuar a viver como estava vivendo antes, em termos de uma revelação do mundo e de uma potencialidade em si mesmo. Assim, Sócrates interessa não tanto como personagem histórico, mas pelo que ele inicia e permite pensar (ou, posso dizer, pelo que ele ainda nos educa?) sobre essa relação entre a filosofia e a educação. Ele parece estar afirmando uma experiência filosófica e educacional e, ao mesmo tempo, está sugerindo que não podemos deixar nenhuma delas de fora se pretendemos viver uma vida verdadeiramente educacional ou verdadeiramente filosófica, ou seja, não é possível separar a educação da filosofia se queremos viver uma vida que valha a pena ser vivida. Sem dúvida, Sócrates é uma figura muito mítica, excepcional, ímpar... e tem a grande vantagem de não ter que responder a nenhuma instituição, e é por isso a expressão de uma vida educacional e filosófica livre das ataduras e constrictões institucionais. Em todo caso, com essa força inspiradora, pode Sócrates ajudar a pensar uma educação não fascista da filosofia? Ou, poderíamos dizer, uma filosofia educativa não fascista?

14. Platão. *Laques. Diálogos, vol VI*. Tr. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010, §187-188.

15. *Ibidem*, §188, b.

16. Temos tratado esses diversos Sócrates, por exemplo, em Kohan, *op. cit.*, 2011.

Uma educação não fascista da filosofia; uma filosofia educacional não fascista

No que segue, proporei alguns princípios para pensar essa posição de uma educação filosófica, e mais especificamente de um educador não fascista, princípios que se inspiram na figura de Sócrates assim retratada, em particular, na leitura de Foucault, na medida em que, como dissemos, ele deixa de lado muitas outras facetas de Sócrates que certamente introduziriam tensões frente a essa pretensão. Veremos também como os cínicos recriam e aprofundam, ainda na Antiguidade, essa figura socrática.

Prolongaremos essa leitura em duas figuras mais contemporâneas que, certamente, merecem um lugar de destaque nessa espécie de *anarcogenealogia* de uma parrésia filosófica não fascista, de uma educação não fascista do pensamento: refiro-me ao filósofo e educador venezuelano Simón Rodríguez, que habita os séculos XVIII e XIX, e ao subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, México, que recentemente proclamou sua própria morte. Essa leitura se inscreve num projeto mais amplo, quase quimérico, de reconstruir uma genealogia da história da filosofia não fascista como educação ou da educação não fascista como filosofia.

Apresentarei três marcas ou traços iniciais dessa leitura e mostrarei como cada uma dessas figuras de alguma forma recria essas marcas. São marcas provisórias, tentativas, de um esforço de pensamento que está nos seus inícios. Sugerirei também como o próprio Foucault se inscreve nessas linhas.

a) Primeira marca: o educador/filósofo mascarado, movediço ou a recusa de uma identidade fixa, única, totalizadora. Há uma obsessão circulante nos discursos pedagógicos de nosso tempo por definir, precisar, identificar o que precisa ser, pensar e viver um educador “politicamente correto”. Os educadores filósofos que estamos apresentando, ao contrário, recusam, de diversas maneiras, qualquer forma de identificação ou definição. A seguir veremos sua especificidade.

Quem é Sócrates? Onde está Sócrates? Como encontrá-lo? Não o sabemos. Impossível precisá-lo. Em nenhum lugar. Não se trata apenas de um problema filológico ou hermenêutico, do clássico enigma da relação entre Sócrates e Platão. É algo além disso. Nos *Diálogos* de Platão, Sócrates mostra infinitas máscaras, é caracterizado de mil formas: como uma raia elétrica (no *Mênnon*), parteiro (no *Teeteto*), “inábil e inútil” (no *Lísis*), Dédalo (no *Eutífron*), Sileno (no *Banquete*), e de tantas outras maneiras. No início do diálogo que leva seu nome, Fedro descreve Sócrates como o mais extraordinário, sem lugar e estranho de todos os atenienses,¹⁷ alguém que, embora nunca extrapole os limites da cidade, parece mais um estrangeiro sendo guiado do que alguém natural de Atenas. Ou seja, uma tensão, uma oposição, uma contradição ambulante, alguém impossível de identificar. Como se não bastasse, Sócrates complementa esta apresentação: reivindica-se como alguém amante de aprender. Alguém que é visto como um educador mostra-se amante de seu contrário. Sócrates está sempre saindo do lugar, habitando outros espaços, recusando-se a se fixar num ponto onde possa ser localizado, como a própria filosofia, que não é, justamente, um saber fixo, identificável, localizável, mas uma relação móvel de afeto (*phílos*) pelo saber (*sophía*), por qualquer saber.

Os cínicos também são difíceis de encontrar num só lugar: eles são errantes, sem pátria ou terra fixa, para poderem assim não se atarem a nada ou a ninguém, para se adiantarem aos outros, e lançar alguma luz sobre o futuro. Por isso vivem um modo de vida desprendido, livre e autodeterminado. São comparados¹⁸ a um espião do exército, aquele que vai até as fileiras do inimigo para localizar o que pode ser favorável ou hostil. Por isso, são também os homens do cajado, dos pés descalços, da mendicidade, da sujeira, vivem à margem da sociedade e se desprendem de tudo o que pode gerar condicionamentos ou reduzir sua mobilidade: sua vida os faz recusar tudo aquilo que é inútil, que não é essencial, ou seja, tudo o que é convencional e não natural, tudo aquilo que é prescindível, desnecessário, perturbador da nudez

17. Platão. *Fedro. Diálogos de Platão*. Tr. Carlos A. Nunes. Belém: Edufpa, 2011, §230, c.

18. M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 154 ss.

essencial que atinge o humano. Nus, eles podem vestir todas as roupas. Sem normas, eles podem inverter todas as normas. Sem moradia, eles podem habitar todos os lugares.

Simón Rodríguez, o mestre de Simón Bolívar, chamado por ele de “o Sócrates de Caracas”, teve uma trajetória singular. Com vinte e tantos anos, decidiu empreender uma viagem que o levaria por outros vinte e tantos anos por diversos países da América e da Europa. Porém, seu deslocamento não é apenas geográfico: ao sair da Caracas natal, muda de identidade. Passa a se chamar Samuel Robinson: mantém as iniciais, mas muda nome e sobrenome. De volta à América para exercer sua “missão” educadora e filosófica, recupera sua antiga identidade: volta a se chamar Simón Rodríguez.

Marcos – que fez uma monografia de graduação em filosofia na Universidade Autônoma Nacional de México (UNAM) sobre o uso de livros de texto no ensino fundamental no México, tendo como principais referências teóricas Althusser e Foucault – usa máscaras, como todos os zapatistas, para mostrar o que a sociedade não quer ver, os excluídos, despossuídos, ignorados; mas também porque “esconder o rosto nos faz iguais”. Com a carapuça sobre o rosto mostra que são mulheres, negros, pobres, índios, homossexuais, palestinos, sem-terra e todos os oprimidos do mundo que se rebelam. Tapar o rosto é também uma forma de negar o personalismo e afirmar que a luta é coletiva e transversal. Não é um eu que luta, é um coletivo, um povo, a humanidade.

É conhecida a insistência de Michel Foucault em recusar qualquer forma de adjetivação na forma de filósofo, historiador, geógrafo, antropólogo, sociólogo, cientista político e outras do mesmo tipo. Nessa marca pode-se ler sua entrevista a *Le Monde*,¹⁹ com a condição de que sua identidade não fosse revelada. Na entrevista, publicada com o sugestivo título “O filósofo mascarado”, Foucault propõe uma brincadeira que ele próprio sabe de difícil realização: durante um ano se publicariam apenas trabalhos anônimos, sem identificar o autor.

19. M. Foucault. “Le philosophe masqué”. Entrevista concedida a C. Delacampagne. *Le Monde*, n. 10.945, 6 de abril de 1980, p. I e XVII.

Trata-se, no fundo, de um convite a de fato ler e escrever, de verdade, de novo, a novo, já que no mundo dos autores e leitores pessoais quase não se lê, pois quando se identifica o autor já se “sabe” antecipadamente o que vai ser encontrado. Foucault quer ser lido de verdade, quer leitores de verdade e por isso esse jogo proposto, por isso também sua negativa a ser identificado, porque não fala em nome próprio, mas, em todo caso, em nome do pensamento.

b) Segunda marca: resistência – contraexercício do poder. Sócrates resiste. Com ele, a filosofia nasce como uma forma de vida que educa. Com Sócrates, a filosofia educa na resistência. Resiste à política instituída: não participa dessa política para assim poder afirmar outra política no encontro com outros. Resiste também a certa forma de saber. Num contexto em que muitos acreditam saber como viver, em que esses que dizem saber ocupam-se apenas de si mesmos, resiste vivendo uma vida que interroga a si e aos seus semelhantes, que se ocupa de si e dos outros, cuidando dos outros sem cuidar de si a não ser da maneira em que cuida de si mesmo um educador: por meio do cuidado dos outros. Por fim, resiste a uma forma de ocupar o espaço pedagógico à maneira dos pedagogos de seu tempo, não transmitindo um saber que não tem, provocando aprendizagens sem transmitir um saber afirmativo. Sócrates resiste vivendo e também morrendo. O modo de vida instituído recomenda fugir ou deixar de viver a vida da filosofia para poder seguir com vida. Sócrates prefere morrer a viver uma vida sem vida verdadeira. Sócrates morre como uma forma de resistir também a viver uma vida que não mereça ser vivida, se dá a si mesmo a vida, mesmo que seja através da própria morte.

Os cínicos, como Sócrates, são também homens de resistência. Alguns deles foram julgados e condenados por irreligiosidade. São uma forma de radicalização do socratismo que não aceita qualquer limite que condicione seu dizer verdadeiro. O mesmo oráculo de Delfos, no qual Sócrates tinha encontrado sua missão, é a fonte da invenção de Diógenes: “mudar, alterar o valor da moeda”.²⁰ A partir da

20. *Parakharáttēin tò nómisma*: M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 208.

proximidade etimológica entre *nómisma* (moeda) e *nómos* (lei, norma), Foucault lê nessa missão a tarefa de contestar a ordem – filosófica e política – para transformá-la. A resistência está na própria missão do cinismo: resistir, inverter o valor da norma. A verdadeira vida cínica seria, então, a vida que, levando até seu limite extremo os sentidos de uma vida verdadeira, denuncia como a vida da *pólis* acaba sendo o reverso daquela vida. Assim, o cinismo é uma vida de resistência, uma “careta da verdadeira vida”,²¹ uma extrapolação, uma reversão, tão própria que é impossível para a filosofia dominante não aceitar o cinismo como uma corrente filosófica, como parte dela e, ao mesmo tempo, tão contrário à vida vivida pelos que defendem essa filosofia para a qual é inevitável o desprezo e a pretensão dos filósofos de expulsar o cinismo do mundo da filosofia.

Também a vida errante de Simón Rodríguez resiste. Rompe com as formas de pensar e de viver de seu tempo, não aceita a tirania do estabelecido. Revolucionaria uma realidade educacional marcada pela exclusão e pela submissão. Enquanto a escola monárquica, na América do Sul no início do século XIX, ensinava uma lógica que reproduz a ordem, ele inventou a escola popular que revolucionava essa ordem. Convida os que são excluídos da escola oficial para sua escola. Abre as portas para todos. Ensina, antes de qualquer outra coisa, a pensar, pois quem aprende a pensar pode aprender por si mesmo todas as outras coisas. Resiste a convites indecorosos, o que lhe provoca muitas dificuldades para publicar suas obras. Resiste, como Sócrates, até na hora de morrer: um padre quer sua confissão e, sem aceitar, recita o juramento realizado com Bolívar no Monte Sacro para libertar a América. Faz da educação o ponto central de sua resistência. Não há revolução sem escola revolucionária e uma escola revolucionária não é tal por proclamar um ideário qualquer, mas por revolucionar os modos de aprender e ensinar, de afirmar o poder educativo. É preciso revolucionar os modos de vida dentro da escola para revolucionar os modos de vida fora das escolas.

21. *Ibidem*, p. 209.

Marcos e os zapatistas também resistem. Frente ao “mau governo” opõem as “juntas de bom governo”. Frente à dependência ao governo central criam as comunidades autônomas. Um dos motes da recentemente criada “escolinha zapatista” diz, na voz do comandante Moisés: “¡educación en resistencia, esa es nuestra ciencia!” Poderíamos traduzir estas palavras da seguinte maneira: o que sabemos, o que funda nosso saber, é a resistência. Resistir é o que mais sabemos, é o que chegamos a aprender com quinhentos anos de enfrentamento de uma política de extermínio. Resistimos. Somos sobreviventes. Vivemos uma vida de resistência. Se sabemos o que sabemos, é porque sabemos resistir. Se não soubéssemos resistir nada saberíamos, nenhuma vida verdadeira poderíamos viver. A vida zapatista resiste à vida que se pretende impor como a “única” vida possível em nosso tempo. É uma vida à contramão, que afirma e valoriza o que fora dela se despreza e desconsidera. Como princípio da escola zapatista, a resistência está no coração de sua visão educadora; o zapatismo ensina a resistir e Marcos em particular ensina também a resistir ao exercício da filosofia e à educação em nome dela como palavra que dá a ordem do que os outros devem ser e pensar: com Marcos, a filosofia se torna escuta atenta do outro, e o professor de filosofia uma figura que atende e escuta as vozes que não são escutadas.

O tema da resistência em Foucault é complexo demais para uma análise tão curta. Podem-se encontrar tantas formas de resistência na sua obra e na sua vida: contracondutas, sublevações, intervenções públicas (marchas, aulas, manifestos), questionamentos, confrontos, viagens... Tentaremos, contudo, esboçar uma linha de trabalho em relação ao valor filosófico-educacional de sua perspectiva. Foucault insiste em que não há relações de poder sem resistência,²² e dedicou cursos e textos à descrição das formas de resistência ao poder disciplinar, à biopolítica e a outras formas de exercício do poder. Seria possível dizer que o que Foucault denominou uma “ontologia crítica de nós mesmos” é um esforço em compreender o que somos, para resistir ao que somos ou podermos ser de outra maneira.

22. Por exemplo, cf. M. Foucault. “Pouvoirs et Stratégies”. In: _____. *Dits et écrits*, III. Paris: Gallimard, 1994, p. 425.

Nessa direção, a obra de Foucault poderia ser lida como uma resistência a certos modos do trabalho intelectual, em particular no campo da filosofia acadêmica, e sua própria vida como um exercício de resistência aos exercícios do poder estatal e também a certos modos de vida. Desse modo, a própria vida de Foucault afirma um modo resistente de se relacionar com a filosofia em situação educativa. Foucault era um professor de filosofia resistente: não escreveu livros sobre outros filósofos, não deu aula em cursos de filosofia, não se inscreveu, de modo tranquilo, na história canônica das ideias filosóficas. Fez o que todo professor de filosofia deve fazer alguma vez na vida de forma irreverente, resistente ao que um professor de filosofia deve fazer segundo determina a instituição consagrada da filosofia do seu tempo, inventando ou criando seu próprio modo de ser professor de filosofia.

c) Terceira marca: niilismo afirmativo, espaço de criação, aberto ao que ainda não é. Sócrates afirma diversas formas de niilismo: político, posto que renuncia a praticar a política para não morrer muito antes; epistemológico, pois seu saber é um saber de não saber, só pode saber que não sabe; pedagógico, pois afirma que jamais foi professor e nada ensina: como iria ensinar quem nada sabe? Esse niilismo de um filósofo-educador tem a força ilimitada de um recomeço. É preciso não fazer a política da política para que a política da filosofia possa ter lugar; é preciso não saber o saber sabido na *pólis* para que outra forma de saber possa emergir; é preciso não ensinar como ensinam os professores de Atenas para que outra figura de educador possa nascer. Assim, o niilismo socrático é uma ferramenta, filosófica, pedagógica, política, para a afirmação da diferença.

O cinismo é uma escola caracterizada muito mais pela prática de um estilo de vida do que por ter desenvolvido um marco teórico muito sofisticado. Não há propriamente uma “doutrina cínica”, a não ser um conjunto bastante limitado de preceitos que constituem mais prolegômenos de uma estilística da existência que um conjunto de saberes ou teorias sistemáticas. Mais ainda, os cínicos não ensinam qualquer teoria, não transmitem qualquer saber, eles mostram com sua vida os absurdos das vidas efetivamente vividas na *pólis* para que outras

vidas possam ser vividas. Eles são como uma ponte: embora sua forma de vida tenha condições, características e regras bem precisas, eles não vivem uma vida a imitar ou que todos deveriam viver, mas uma vida que desnuda o artifício das vidas vividas para que possam surgir vidas outras. Diógenes, o fundador da escola e talvez o mais emblemático dos cínicos, teria assumido sem problemas o apelido de “cão”, de onde vem o nome “cínico” que traduz o adjetivo *kynikós*. “Vida de cão”, uma boa tradução do cinismo: vida sem pudor, vergonha ou respeito; vida sem intimidade ou segredo, vida impudica e indiferente, que de nada necessita, vida absolutamente visível, e natural, que briga e late contra os inimigos; enfim, vida que cuida e salva a vida dos amos, da ama natureza. Assim, o cinismo aparece como a continuação, a projeção, o aprofundamento, mas também a reversão da verdadeira vida que a tradição construída a partir do platonismo não hesitou em louvar sem nunca passar dos textos à vida concreta dos filósofos.²³ É a afirmação de outra vida para que vidas efetivamente filosóficas possam surgir. Eis seu valor educacional singular.

Simón Rodríguez fez da invenção um princípio do seu pensamento, de sua vida. Repetiu muitas vezes: “inventamos ou erramos”. Toda invenção não é necessariamente verdadeira, mas sem invenção não há verdade. A alternativa é: de um lado, a criação, a invenção, o pensamento, a vida, a liberdade; de outro, a reprodução, o erro, a imitação, a opinião, o servilismo. A primeira é o que precisamos e não praticamos na América. Simón Rodríguez expõe essa alternativa em vários contextos: filosófico, pedagógico, político, existencial. Na política, as novas repúblicas imitam as constituições europeias ou norte-americanas; na filosofia, copiam-se doutrinas ou sistemas de pensamento surgidos de outra realidade; socialmente, copiam-se os modos de vida das capitais europeias. Mas onde talvez resulte mais dramática a imitação é na educação, pois nenhum sistema educativo faz o que é preciso fazer na América: educar a todos de verdade, para viver uma vida em justiça e liberdade como não se vive em lugar

23. M. Foucault, *op. cit.*, 2009, p. 213.

algum. Para um educador é decisivo ver a si mesmo como um inventor: quem educa não reproduz nada, sequer um método. O educador deve inventá-lo todo; em primeiro lugar, deve inventar a si mesmo e deve inventar um lugar para fazer o que um educador tem de fazer: não transmitir o que sabe, a não ser o próprio desejo de saber; ensinar, antes de mais nada, o desejo de aprender.

Diz Marcos, uma e outra vez: “O zapatismo não é, não existe, não tem ideologia... é como as pontes, serve para passar de um lado a outro... sua vocação é desaparecer...”. Os zapatistas recorrentemente afirmam sua “incapacidade” para determinar os sentidos do mundo por vir: “Não sabemos o que segue, mas sabemos que para o que segue temos que escutar outras vozes e que essas vozes se escutem entre si”.²⁴ Ou seja, não sabemos o que segue, mas sabemos por onde não queremos que siga, por quais caminhos o mundo não pode seguir andando. Sabemos também que o que segue pode ser radicalmente diferente do que é. E queremos criar as condições para que outros mundos sejam possíveis, um mundo onde caibam todos os outros mundos. Marcos afirma uma bela imagem para pensar um professor de filosofia, alguém que pensa sem saber o que seus estudantes pensam ou devam pensar, alguém que cria as condições para que outros pensamentos sejam possíveis, para que todos os pensamentos possam ser pensados e dialoguem entre si.

Chegamos ao final do exercício, e ainda estamos no começo. Começando a pensar. Se os fazedores de uma educação filosófica encontraram aqui alguma inspiração para pensar, então o exercício encontrará novos motivos para se fazer filosofia e educação.

24. EZLN. *Crónicas intergalácticas*. Chiapas: Planeta Tierra, 1996, p. 70.

Ditadura: desmesura do poder ou (des)medida democrática?

Nildo AVELINO

Eis, portanto, o que eu digo ser justo sempre, em todas as cidades sem exceção: o vantajoso para o governo estabelecido. É ele que tem o poder e, para quem raciocina corretamente, em todos os lugares, o justo é sempre a mesma coisa, a vantagem do mais forte.

Platão
A República (IV a.C.).

Introdução

O espectro de Trasímaco ronda a democracia. Talvez ele jamais a tenha abandonado: dois mil e quatrocentos anos de imaginação política não foram capazes de afastar seu prognóstico segundo o qual a justiça é o direito do mais forte. Nem mesmo a genialidade de Rousseau foi capaz de conjurar esse velho fantasma. Quando o filósofo genebrino alertava os homens de sua época sobre a letalidade do governo e o incontornável emprego da força contra os governados, reconhecia tratar-se de um vício inevitável do Estado que não cessa de destruí-lo. E, ao que parece, a história política dos últimos duzentos e cinquenta anos, até os dias atuais, dá razão a Rousseau. Afinal, como explicar que em meio ao marco do quinquagésimo aniversário do golpe civil-militar a democracia brasileira tenha adotado práticas ditatoriais cujo precedente encontra-se apenas em seu passado militar?

A suspensão de direitos democráticos tais como os de reunião, de expressão e de manifestação; o recurso contra a sociedade civil, depois de décadas, da famigerada Lei de Segurança Nacional; a evidente articulação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário na repressão e condenação de manifestantes com o intuito de enquadrá-los em desejosos projetos de lei antiterrorismo. Além da virulenta repressão governamental que tem se abatido sobre os manifestantes no Brasil – e também no mundo¹ –, cujo ato mais recente foi a prisão preventiva de jovens cariocas e paulistas sob a acusação de formação de quadrilha.

É um cenário bastante familiar aos chamados anos de chumbo, o que levaria a pensar em um retrocesso democrático nos dias atuais. Mas, e se o que se tem assistido não for retrocesso? Se, ao contrário, tais fatos decorressem da própria marcha da democracia, do seu avanço; da sua demonstração de vigor; de excesso democrático? Eis uma questão que se tornou improvável. Após a “terceira onda democrática” que varreu o mundo a partir dos anos 1970, a democracia tornou-se um valor inquestionável, uma espécie de nova religião. Porém, e se a nossa época *sofresse* de democracia? Se fosse preciso, ao contrário, *desdemocratizar* nossas sociedades?

Intocável, a democracia segue impensável. No entanto, ela possui sua *razão*. E para desvendar seu mistério e compreender seus paradoxos, será preciso questionar a racionalidade que a constitui. Mouffe pontuou um deles: seu caráter conflitivo irreduzível a qualquer consenso.² Seria preciso, entretanto, apontar outro, mais precisamente aquele que Derrida chamou de dimensão *suicidária*: o estranho paradoxo segundo o qual as democracias modernas se defendem e se conservam limitando-se e morrendo como democracia. Para se defender e conservar enquanto democracia, o poder democrático

-
1. No momento em que escrevo essas linhas, centenas de manifestantes desafiam, no estado americano de Missouri, o toque de recolher do governador Jay Nixon para protestar contra o assassinato de Michael Brown, jovem negro de 18 anos, morto por um policial branco com seis tiros quando, ao que parece, mantinha suas mãos ao alto. Daí o slogan dos protestos: *hands up, don't shoot* (mãos ao alto, não atire).
 2. Cf. C. Mouffe. *The Democratic Paradox*. Nova Iorque: Verso, 2000.

é obrigado a adotar medidas não democráticas, isto é, ditatoriais e autoritárias. Com isso, a democracia se destrói à medida que se preserva. Segundo Derrida, essa dimensão *suicidária* não é somente o que constitui a singularidade histórica da democracia, mas também sua condição de possibilidade:

[...] pretendendo lançar-se em guerra contra o “eixo do mal”, contra os inimigos da liberdade e contra os assassinos da democracia, [o governo democrático] deve inevitavelmente e indiscutivelmente restringir, em seu próprio país, as liberdades ditas democráticas ou o exercício do direito, aumentando os poderes de inquisição, policiais etc., sem que ninguém, sem que nenhum democrata possa efetivamente se opor, somente lamentar tal ou tal abuso no uso *a priori* abusivo da força por meio da qual uma democracia se defende contra seus inimigos, defende-se ela mesma dela mesma, contra seus potenciais inimigos. Ela deve assemelhar-se a eles, corromper-se e ameaçar a si mesma para se proteger contra suas ameaças.³

Para combater os inimigos das liberdades democráticas, a democracia deverá se transformar no contrário que rejeita e no oposto que recusa: nesse momento, a ditadura torna-se sua melhor (des) medida. Esse aspecto foi acertadamente descrito por Roberto Esposito como “paradigma da imunização”, uma espécie de proteção negativa por meio da qual um corpo se salva, se conserva e se protege assumindo uma condição que, entretanto, o nega e o reduz: “[...] a imunização do corpo político funciona introduzindo no seu interior um fragmento da mesma substância patogênica da qual o quer proteger e que, assim, bloqueia e contraria o seu desenvolvimento natural.”⁴ Ao se autoimunizar contra seus inimigos, a democracia encontra na ditadura um procedimento profilático eficaz. Compreende-se que, depois

3. J. Derrida. *Voyous. Deux essais sur la raison*. Paris: Galilée, 2003, pp. 64-65.

4. R. Esposito. *Bios. Biopolítica e filosofia*. Tr. pt. M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 74-75.

de tudo, seria preciso dar razão a Trasímaco, quando respondeu a Sócrates que a imagem representativa da função governamental não é a do médico e seu paciente, mas a do boieiro e seus bois.⁵

Mas, afinal, por que razão a *razão* de Trasímaco persiste em acompanhar a prática política ocidental como sua sombra? Antes de defender a consolidação das instituições democráticas, mais do que pretender corrigir a democracia e almejar a consolidação de suas instituições, seria preciso perguntar como e por que se produz esse paradoxo segundo o qual as nossas democracias engendram no seu próprio interior as formas da sua própria aniquilação. Como e por que a democracia gera por si mesma a ditadura? Questionar, enfim, em que medida o *kratos* – entendido como força e poder – da *demo-kratia* é morfológica e qualitativamente distinto do *kratos* da *auto-kratia*, isto é, da ditadura.

Para esse problema, a solução apresentada pela teoria do Estado de direito mostra-se inadequada por algumas razões. Em primeiro lugar, trata-se de uma questão que não se coloca para a teoria do Estado de direito. O problema decisivo dessa teoria foi descrito por Hans Kelsen como sendo o de saber, a partir de um sistema de normas, se a submissão do indivíduo opera-se com ou contra a sua vontade, com ou sem o seu consentimento. A diferença entre essas duas formas de submissão, imposta ou consentida, seria o que constitui, segundo Kelsen, a diferença entre democracia e autocracia.⁶ Em segundo lugar, para a teoria do Estado de direito, Estado e Direito são idênticos entre si. É verdade que o Estado é uma organização política que se exprime por meio de uma ordem coercitiva. Todavia, diz Kelsen, o elemento propriamente político dessa ordem consiste no fato de a coerção ser regulada pelo Direito. Portanto, enquanto organização política o Estado

5. Semelhante a Trasímaco, o anarquista russo Bakunin afirmou que o Estado representa o povo “como Saturno representava seus filhos, à medida que os devorava.” Cf. M. Bakunin. *Oeuvres, tome VI*. Paris: P. V. Stock éditeur, 1913, p. 323. Disponível em : <<http://fr.wikisource.org/wiki/Bakounine>>. Consultado em: set. 2014.

6. H. Kelsen. *Teoria pura do direito*. Tr. João B. Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp. 309ss.

não é nada mais do que ordem jurídica. Assim, o Estado sem Direito se torna impensável. Além disso, a própria expressão “Estado de direito” seria em si um pleonasma que tem apenas a finalidade de distinguir um tipo especial de Estado que é condizente com a democracia e com a segurança jurídica dos indivíduos. Em terceiro lugar, e consequentemente, o exercício do poder do Estado de direito não é nem pode ser simples manifestação de força. É verdade que o poder estatal sempre se manifesta através de meios específicos colocados à disposição do governo: delegacias e prisões, polícia e exército, guardas e soldados, balas e fuzis. Mas todos esses meios, diz Kelsen, são objetos inanimados que somente se tornam instrumentos de poder quando utilizados de acordo com as ordens do governo e segundo as normas que os regulamentam. Logo, conclui Kelsen, “o poder do Estado não é uma força ou instância mística que esteja escondida detrás do Estado ou do seu Direito. Ele não é senão a eficácia da ordem jurídica.”⁷

Foi desse modo que a teoria do Estado de direito apressou-se em plantar a promessa da liberdade e da igualdade no coração da democracia. Mas o fez, como observou Nancy, considerando o fato de que a própria palavra é formada por um sufixo que reenvia à violência e a uma força dominadora enquanto *kratos*. Diferente das palavras formadas pelo sufixo que remete não para uma força dominadora, mas para um princípio fundador, tais como *oligarquia*, *hierarquia*, *anarquia*, palavras cujo sufixo remete para a *arché* como princípio e fundamento – a minoria (*oligos*) é o princípio da oligarquia, o sagrado (*hieros*) da hierarquia, e o princípio da anarquia é não ter princípio –, a democracia, ao contrário, não remete para princípio algum porque implica força, mais precisamente a força do número.⁸ Mesmo supondo uma condição na qual a quantidade se transforma em qualidade, como argumenta Rousseau a propósito do sufrágio, tal transformação é um efeito psicológico que não altera a natureza do objeto, apenas afeta a percepção do sujeito: uma alteração da percepção em relação ao

7. *Ibidem*, p. 321.

8. J.-L. Nancy. “Démocratie finie et infinie”. In: G. Agamben et al. *Démocratie, dans quel état?* Paris: La fabrique, 2009, p. 84.

uso da força que seria precisamente a principal tarefa da perspectiva jurídica. Considerando o argumento de Carl Schmitt, sem obviamente concordar com suas conclusões, as justificativas da esfera jurídica operam precisamente através de *força* persuasiva que seria responsável por impedir de o Estado figurar como um *magnum latrocinium*. Se isso ocorre, deve-se ao fato do “termo poder suscitar um instante de respeito reconhecível [...] que torna possível fazer do direito um gênero de poder e de lhe conferir uma superioridade consciente”.⁹

O argumento de Schmitt já havia sido sustentado muito antes por Proudhon. Após assistir atônito a primeira revolução popular da história restaurar, pelo sufrágio direto, a monarquia constitucional de Luís Bonaparte, Proudhon fez, em 1849, o seguinte questionamento em seu jornal *La voix du Peuple*:

O que é o governo? Qual é seu princípio, seu objeto, seu direito? Esse é, sem dúvida, o primeiro questionamento que se faz ao político. Muito bem, sobre esse questionamento, aparentemente simples, cuja solução parece tão fácil, apenas a fé pode responder. A filosofia é tão incapaz de demonstrar o governo como de provar Deus. A autoridade, como a divindade, não é matéria de saber; é, insisto, matéria de fé.¹⁰

A reflexão de Proudhon pode figurar, talvez, como precursora dos importantes estudos de Teologia Política surgidos na primeira metade do século XX – especialmente com Marc Bloch, Ernst Kantorowicz e Walter Benjamin. Em todo caso, Proudhon foi seguramente o primeiro a reinscrever o problema do governo, do poder político, do *kratos*, no interior da tradição crítica kantiana acerca das “condições de possibilidade”. Aquilo que Kant havia feito com Deus, Proudhon fez

9. C. Schmitt. *La valeur de l'État et la signification de l'individu*. Tr. fr. Sandrine Baume. Genebra: Droz, 2003, p. 79.

10. P.-J. Proudhon. *Las confesiones de un revolucionario: para servir a la historia de la revolución de febrero de 1848*. Tr. es. Diego A. de Santillán. Buenos Aires: Americalee, 1947, p. 11.

em relação ao poder. Assim, em vez de perguntar “o que é o poder”, o anarquista francês questionou: “Por que acreditamos no governo? Do que procede na sociedade humana essa ideia de autoridade, de poder; essa ficção de uma pessoa superior chamada Estado? Como se produz essa ficção? Como se desenvolve? Qual é a lei da sua evolução, qual é sua economia?”¹¹ A questão assim colocada permitiria perceber que, mais do que se opor, o direito integra a economia do poder; ele é um *gênero* de poder, um tipo de *kratos*. O primeiro magistrado, diz Proudhon, foi um chefe de armas.¹²

Consequentemente, não seria a legalidade o que funda o poder, mas, ao contrário, é o poder que funda sua própria legalidade. Georges Bataille defendeu a ideia segundo a qual para *ser poder* um poder precisa produzir a concentração de duas forças diferenciais: a força militar e a força do sagrado. Somente após se institucionalizar, *concentrando* potência bélica e potência religiosa, um poder será capaz de criar força de polícia e forças armadas. “A força armada sem um poder [...] que a utilize não teria outro sentido ou possibilidade de aplicação que a força de um vulcão.”¹³ Para Schmitt é precisamente a concentração da força do sagrado no que consiste a função do direito: “Para retomar uma expressão de Santo Agostinho, o direito é para o Estado: *origo, informatio, beatitudo* [*origem, concepção, felicidade*]. [...] O conceito de Estado recebe assim, em relação ao direito, uma posição estritamente análoga a que o conceito de Deus recebe [...] em relação à ética.”¹⁴

Portanto, ao contrário do que afirma a teoria do Estado de direito, o direito não substitui nem simplesmente submete a força armada do poder, mas justapõe a ela a força de outro poder: a força do sagrado, isto é, do direito. Entretanto, a dualidade de forças concentradas permanece irreduzível e o termo utilizado para nomear o tipo de poder que resultou do monopólio e da centralização dessa

11. *Ibidem*, p. 15.

12. P.-J. Proudhon. *La guerre et la paix. Tome premier*. Antony: Tops/Trinquier, 1998, p. 119.

13. G. Bataille. “Le pouvoir”. In: D. Hollier. *Le Collège de sociologie (1937-1939)*. Paris: Gallimard, 1995, p. 180.

14. Schmitt, *op. cit.*, 2003, pp. 101-102.

dupla concentração de força foi Soberania: um tipo de poder que, como observou Hobbes, não é simples força punitiva, mas que utiliza a força punitiva com a certeza de que ninguém sairá em socorro do punido.¹⁵ A Soberania, o maior de todos os poderes, tem sido definida, de Hobbes a Rousseau, como um poder de vida e de morte cuja aplicabilidade atravessou indiferentemente todos os regimes políticos do ocidente, das monarquias absolutistas até às atuais democracias liberais. É a esse poder que, na modernidade, o sufixo da democracia remete.

Hobbes tinha razão ao afirmar que o poder é sempre o mesmo, sob todas as formas de governo; mas esqueceu de acrescentar: quando inscrito sob o signo da Soberania, uma invenção da nossa modernidade política. Na Antiguidade a coisa era diversa. Proudhon chamou atenção para o fato de que os cidadãos de Atenas nomeavam dez ou doze generais em tempos de guerra, cada um devendo revezar-se no exercício do comando com duração máxima de um dia. Era um hábito, diz Proudhon, “que pareceria hoje extremamente estranho, mas que a democracia ateniense não saberia suportar a ausência [...]”; assim, nos assuntos para os quais nós enviamos um embaixador, os antigos expediam uma companhia”.¹⁶ Esse hábito de distribuição não estava circunscrito apenas à prática política, estendia-se também ao domínio do *logos*, isto é, do pensamento. Como se sabe, os gregos definiam a democracia não somente como igualdade segundo o número, mas também segundo o mérito. De modo que, ao articular a *isonomia* com a *isegoria*, os gregos fizeram com que a igualdade “comportasse diversas espécies desiguais de igualdade”.¹⁷ Weber, por sua vez, descreveu o florescimento da instituição do *podestade* entre as cidades medievais. “O *podesta* era, na grande maioria dos casos, um funcionário eleito, chamado de outra comuna, que exercia a curto prazo o supremo

15. T. Hobbes. *Do cidadão*. Tr. Renato J. Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 104.

16. P.-J. Proudhon. *Du principe fédératif et de la nécessité de reconstituer le parti de la révolution*. Paris: E. Dentu, 1863, pp. 35-36. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Consultado em: set. 2014.

17. Derrida, *op. cit.*, 2003, p. 75.

poder judicial".¹⁸ Todavia, para autorizar seu encargo, a comuna de origem exigia o envio de reféns para garantir seu bom tratamento durante sua estada na comuna de destino; essa, por sua vez, substituí-a com frequência a pessoa do *podesta* não apenas por princípio, mas deliberadamente.

Ou seja, tanto nas democracias urbanas medievais quanto na democracia ateniense estava ausente esse tipo de poder Soberano definido por Bodin como absoluto e perpétuo. E foi no dia em que a Modernidade inscreveu toda e qualquer prática política sob o signo da Soberania que nasceu aquele paradoxo democrático que tornou possível, senão inevitável, a ditadura como (des)medida democrática autoimunitária. A passagem abaixo de Derrida é esclarecedora:

[...] a soberania é sempre o momento de uma ditadura, mesmo se não se vive em regime de ditadura; a ditadura é sempre a essência da soberania na medida em que está ligada ao poder de dizer sob a forma do ditado, da prescrição, da ordem ou do *diktat*. Da *dictatura* romana na qual o *dictator* é o magistrado supremo e extraordinário [...] à ditadura sob as formas modernas do *Führer* ou do *Duce* ou do paizinho dos pobres ou de não importa qual outro *Papa Doc*, mas também na figura da ditadura do proletariado, na ditadura em geral como poder que se exerce incondicionalmente sob a forma do *diktat*, da palavra final ou do veredito performativo que dá ordens e que não presta contas a não ser a si mesmo (*ipse*), [...] essa ditadura, essa instância ditatorial se exerce em toda parte, por toda parte onde existe soberania.¹⁹

18. M. Weber. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*, v. 2. Tr. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: UNB, 1999, p. 451.

19. J. Derrida. *Séminaire. La bête et le souverain*, vol. I (2001-2002). Paris: Galilée, 2008, pp. 102-103.

Dessa forma, para compreender o lugar da ditadura na nossa história política, é preciso, sobretudo, cessar de percorrer esse caminho que Daniel Aarão Reis chamou com razão de tranquilo, e que conduz a considerar quaisquer formas autoritárias “como uma espécie de força estranha e externa”.²⁰ Mas, sobretudo, se quisermos especialmente evitar seus eternos efeitos de repetição, é preciso reconhecer, como sublinhou Balibar, que todas as formas de ditaduras até hoje conhecidas não foram nem são *extérieures* à história política das sociedades ocidentais. Ao contrário, seria mais exato dizer que é a ditadura que “fornece a medida (desmesurada) do grau do antagonismo dos interesses e das forças presentes”. Em suma, seria preciso reconhecer, finalmente, que a democracia moderna

É Estado de direito, mas também de polícia; Estado de integração dos indivíduos e dos grupos na “comunidade de cidadãos”, mas também Estado de exclusão dos rebeldes, dos anormais, dos desviados e dos estrangeiros; Estado “social”, mas também Estado de classes organicamente associado ao mercado capitalista com suas implacáveis “leis de população”; Estado democrático e civilizado, mas também Estado de potência, de conquista colonial e imperial. De modo latente, e às vezes aberto, o extremismo não está somente às margens, está também *no centro*.²¹

Em suma, não é ao direito que é preciso se reportar, mas à história, caso se queira reconhecer as formas ditatoriais que têm acompanhado a democracia moderna. Seria preciso substituir a explicação jurídica por outra que possibilite perceber as formas e as técnicas efetivas por meio das quais o poder democrático exerceu-se ao longo da história, e no interior das quais foram gestadas muitas das instituições

20. D. A. Reis. *Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

21. E. Balibar. “Le Hobbes de Schmitt, le Schmitt de Hobbes (préface)”. In: C. Schmitt. *Le Léviathan dans la doctrine de l'État de Thomas Hobbes. Sens et échec d'un symbole politique*. Tr. fr. Denis Trierweiler. Paris: Éditions du Seuil, 2002, pp. 11-12.

democráticas que ainda são as nossas. Portanto, em vez de perguntar ao direito sobre o funcionamento da democracia, percebê-lo naquilo que, escapando-lhe, constrange-a a ser o oposto do que é. Nessa perspectiva, o propósito desse estudo será o de descrever, a partir da repressão ao anarquismo no final do século XIX, a procedência e o uso de técnicas governamentais que foram em seguida transmitidas às ditaduras, e também legadas às democracias de nossos dias.

Repressão ao anarquismo e nascimento da polícia política

Na história política das sociedades ocidentais a repressão ao anarquismo ocupa sem dúvida um lugar de destaque, seja pelas suas proporções, seja pelas técnicas e instituições cuja origem se encontra a ela vinculadas. Um acontecimento importante que marcaria profundamente as relações entre os Estados europeus foi a Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas, ocorrida em novembro de 1898. Após a morte da Imperatriz Elisabeth da Áustria, assassinada em Genebra em 1898 pelo anarquista Luigi Lucheni, e do presidente americano McKinley, assassinado na cidade de Buffalo em 1901 pelo anarquista polaco Leon Czolgosz, os jornais alemães noticiaram alarmados que “a sociedade dança sobre um vulcão e um número verdadeiramente insignificante de fanáticos sem escrúpulos aterroriza toda a raça humana... O perigo para todos os países é enorme e urgente”. Alguns anos mais tarde, o presidente Theodore Roosevelt, sucessor de McKinley, declarou que, “comparada à supressão da anarquia, toda outra questão mostra-se insignificante”.²²

Foi nesse contexto que o primeiro ministro italiano Luigi Pelloux comunicou ao ministro da justiça, em setembro de 1898, informações “sobre um vasto complô para atentar contra a vida de todos os chefes de Estado, em particular do Rei da Itália”, recomendando a necessidade de “combater mais energeticamente as associações contrárias à ordem do

22. Citado em: R. B. Jensen. “Daggers, rifles and dynamite: Anarchist Terrorism in nineteenth century Europe”. *Terrorism and Political Violence*, Londres, vol. 16, n. 1, primavera, 2004, p. 117.

Estado”.²³ Nesse intuito, o governo italiano, pela iniciativa do ministro do exterior Napoleone Canevaro, convidou outros países europeus a participarem de uma conferência antianarquista promovida para assegurar um sistema repressivo em escala internacional. Até a metade do mês de outubro, a maior parte dos países da Europa havia confirmado presença. E a abertura da “Conferência Internacional pela defesa Social contra os Anarquistas”, mais conhecida como Conferência Antianarquista, ocorre no dia 24 de novembro de 1898, reunindo 54 delegações de 21 nações europeias: Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Grécia, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Montenegro, Países Baixos, Portugal, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Noruega, Suíça e Turquia. “Foram também convidados os chefes da polícia nacional da Rússia, França, Bélgica, e os chefes da polícia municipal de Berlim, Viena e Estocolmo”.²⁴

A adesão da maioria das nações europeias à conferência denota a importância desse acontecimento que coroou vinte e cinco anos de campanhas antianarquistas conduzidas por todos os regimes políticos da Europa. “No período anterior à Grande Guerra, os governos europeus, inicialmente num plano nacional, mas depois internacionalmente, empenharam-se para forjar armas que pudessem controlar e suprimir o que na época foi percebido como o mais feroz e intratável inimigo social, o terrorismo anarquista”.²⁵ Entretanto, os esforços repressivos orquestrados pelos governos da Europa produziam, frequentemente, um excesso de repressão cujo efeito resultava em descontentamentos exacerbados que provocavam novas ondas de violência. O que exigia um esforço em estabelecer contra o anarquismo medidas que não fossem meramente repressivas. Foram três as medidas que a

23. A. Mantovani. *Errico Malatesta e la crisi di fine secolo. Dal processo di Ancona al regicidio*. Tese (Laurea) - Università degli Studi di Milano, Facoltà di Lettere e Filosofia, Milão, 1988, p. 116.

24. *Ibidem*, p. 123.

25. R. B. Jensen. “The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the Origins of Interpol”. *Journal of Contemporary History*, Londres, vol. 16, n. 2, abr., 1981, p. 323.

conferência adotou com unanimidade: 1) caberia a cada nação ter sob controle seus próprios anarquistas; 2) o estabelecimento de um comitê central para esse fim; e 3) a promoção de trocas de informações entre as várias agências centrais.

Além disso, durante a realização da conferência, reuniu-se diversas vezes um comitê secreto dos chefes de polícia. Conforme descreveu Jensen:

Sir Howard Vicent, um dos representantes ingleses na conferência e ex-diretor de investigações criminais da Scotland Yard, admitiu que um dos maiores resultados obtidos desses encontros foi o acordo por parte das forças de polícia de diversos Estados da Europa central para a troca mensal de listas das expulsões, contendo nomes e a razão da expulsão.²⁶

Com relação à extradição, a conferência acordou a proposta dos alemães de não considerar os crimes anarquistas como políticos para finalidade de extradição; mas estariam sujeitos à extradição os variados atos violentos tipicamente anarquistas, como a fabricação de bombas etc. Os conferencistas fizeram uso da famosa cláusula belga do *attentat*, criada em 1856, após o atentado sem sucesso contra Napoleão III. A cláusula dispunha que não é “reputado crime político, nem fato conexo a semelhante crime, o atentado contra a pessoa do chefe de governo estrangeiro ou contra um membro de sua família, quando este atentado constitua fato de morte, assassinato ou envenenamento”. Após a conferência de Roma, o conteúdo da cláusula ganha validade universal.²⁷

A conferência estabeleceu como sistema de identificação eficaz o chamado *portrait parlé* (retrato falado), para ser utilizado de maneira

26. *Ibidem*, pp. 331-332.

27. No Brasil, Getúlio Vargas reproduziu-o no art. 2º, §2º do Decreto-lei nº 394 de 28 de abril de 1938. Hoje, ele consta *ipsis verbis* no artigo 77, §3º do atual Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980). A cláusula do *attentat* foi um dos pontos polêmicos da concessão de asilo ao italiano Cesare Battisti em 2007.

uniforme em todos os países. Foi o refinamento do velho método de identificação antropométrico, também conhecido como *bertillonage*, criado pelo oficial da polícia francesa Alphonse Bertillon, que consistia na classificação das medidas de várias partes da cabeça e do corpo, cor dos cabelos, dos olhos, da pele, presença de cicatrizes e tatuagens etc. Já o retrato falado foi um sistema “especialmente usado na apreensão de criminosos, funcionando com uma margem que vai de muitas até uma única peça vital de informação para a identificação positiva de suspeitos, e que poderiam ser transmitidas por telefone ou telégrafo”.²⁸

Entretanto, a herança mais significativa da conferência antianarquista de Roma foi, como sugere Jensen, a organização de uma instituição singular: a *International Criminal Police Organization*, Interpol. “Ao promover o uso de modernas técnicas de polícia, o congresso antianarquista encorajou a cooperação policial internacional”.²⁹ Passados apenas três anos da conferência de Roma, após o assassinato do presidente americano McKinley, aumentam na Europa os esforços diplomáticos para incrementar a cooperação policial internacional. A Rússia toma a iniciativa, solicitando com insistência a retomada do programa da conferência de Roma e despacha, juntamente com a Alemanha, um memorando para os governos da Europa e dos Estados Unidos. Em 14 de março de 1904, dez países assinam um protocolo secreto em São Petersburgo que, retomando sumariamente a pauta de 1898, procurou “especificar procedimentos de expulsão, convocar a criação de escritórios centrais antianarquistas em cada país e, no geral, regularizar a comunicação interpolicial”.³⁰ Os países que assinaram o Protocolo de São Petersburgo foram Alemanha, Império Austro-Húngaro, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Romênia, Sérvia, Bulgária e Turquia. Assim,

28. *Ibidem*, pp. 332-333.

29. *Ibidem*, p. 334.

30. *Ibidem*, p. 337.

[...] a Conferência de Roma e o acordo de São Petersburgo são precedentes significativos para qualquer posterior organização de polícia internacional. Pode até mesmo ser afirmado que o conclave de 1898 foi o indício do primeiro esforço na recente história da Europa para promover, oficialmente, uma ampla comunicação policial internacional e troca de informações. As medidas estipuladas pelos protocolos de Roma e São Petersburgo foram os precursores de muito do que é hoje a organização da polícia em rede mundial, Interpol.³¹

Entre repressão e prevenção: a Antropologia Criminal

A conferência antianarquista de Roma produziu efeitos amplos e duradouros de poder que, entretanto, foram frequentemente tidos como nulos em razão do quase absoluto desacordo entre seus participantes, decorrente das enormes diferenças entre os países em matéria de legislação criminal. Para Vené,³² o verdadeiro problema da conferência foi constituído por um pacto de extradição para suspeitos de anarquismo. Assim, excetuando a constituição de um aparato policial e repressivo no plano internacional, a conferência encerra-se sem tomar outro acordo substancialmente político. Daí, segundo Vené, seu insucesso. Além disso, o êxito em âmbito exclusivamente repressivo e o fracasso político da conferência foram atribuídos à incapacidade de estabelecer uma definição jurídico-legal do ato anarquista. É o que se verifica na discussão em torno do programa da conferência organizado nos seguintes temas:

1º – Estabelecer os dados que de fato caracterizem o ato anárquico, seja no que concerne ao indivíduo, seja no que concerne à sua obra; 2º – Sugerir, em matéria de legislação e de polícia, os meios mais adequados para reprimir a obra e a propaganda anárquica, sempre respeitando, bem entendido, a autonomia legislativa e

31. *Ibidem*, p. 338.

32. G. F. Vené. "Il braccio della legge contro gli anarchici". *Storia Illustrata*, Milão, n. 191, 1973, p. 152.

administrativa de cada Estado; 3º – Consagrar o princípio que todo ato anárquico, tendo os caracteres jurídicos de um delito, deve, como tal, e quaisquer que sejam os motivos e a forma, ser enquadrado nos efeitos úteis dos tratados de extradição; 4º – Consagrar o duplo princípio de que cada Estado tem o direito e o dever de expulsar os anarquistas estrangeiros, encaminhando-os, observando as regras uniformes, à vigilância e eventualmente à justiça do Estado a que pertencem; 5º – Estipular por engajamento mútuo a defesa de toda circulação de impressos anarquistas, bem como de toda publicidade apta, com ou sem intenção, a favorecer a propaganda anárquica.³³

Ao colocar em primeiro lugar o problema de estabelecer uma definição jurídico-legal do ato anarquista, o programa ressalta aquilo que constituiu uma tarefa urgente. E tratava-se de um problema fundamental, na medida em que nenhum parlamento ou corte da Europa havia definido claramente a questão. Assim, o Advogado Geral da corte de Mônaco, Hector de Rolland, propôs uma definição do “ato anarquista” descrevendo-o como “a ação que tem por objetivo a destruição através de meios violentos de toda organização social. Anarquista, portanto, era simplesmente quem cometia tal ação”.³⁴ Mas a questão, aparentemente simples, revelou-se imediatamente polêmica e delicada. A delegação inglesa recusa resolutamente a definição, ao mesmo tempo em que declara inútil qualquer tentativa de definição. “Nós não perseguimos as opiniões. Para nós, a única questão é esta: existe delito, sim ou não? Se o ato é delituoso, tal como o assassinato ou seu incitamento, ele não se torna ainda mais pelo fato de ser anarquista”.³⁵ Não obstante, dependia da definição da anarquia como ato delituoso a possibilidade jurídica de cada país europeu subscrever a extradição dos exilados acusados de “anarquismo”.

33. A. Mantovani, *op. cit.*, 1988, pp. 124-125.

34. *Apud* R. B. Jensen, *op. cit.*, 1981, p. 327.

35. *Apud* P. C. Masini. *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981, pp. 123-124.

Recusando a definição proposta pelo Advogado Geral de Mônaco, a delegação inglesa explicitou a contradição que ela comportava. A concepção que descrevia o anarquismo consistindo em atos de violência contra qualquer organização social poderia ser largamente aplicada também ao socialismo e a todo ato violento de revolução, consistisse ele na substituição violenta de um parlamento por um reinado ou de um reinado por um parlamento. Ao saudar a proposta da conferência, o jornal inglês *The Economist* retomava precisamente este aspecto. Afirmando que a defesa social contra os anarquistas é dever absoluto dos governos, ponderava, entretanto, que “a experiência ensina que essa defesa pode muito facilmente transformar-se em perseguição dos heréticos conforme o credo das diversas escolas conservadoras e na condenação de qualquer ideia não favorável à ordem social atual”.³⁶ Porter também mostrou como a ideia de uma polícia política repugnava o liberalismo inglês da primeira metade do século XIX, que percebia na produção de leis e de agências destinadas a reprimir a subversão um efeito verdadeiramente contraproducente.

Provoca desgosto nas pessoas e, conseqüentemente, rebelião. Elas não seriam incomodadas – não teriam nada com que se aborrecer – se fossem (como os vitorianos costumavam colocar) “livres”. Essa era a resposta para o problema da subversão, que não era um problema genuíno na visão dos meios vitorianos. Sistema e sociedade política eram mais bem defendidos – paradoxalmente – não havendo defesa alguma.³⁷

A melhor maneira de desacreditar movimentos de liberação, diziam os vitorianos, é persuadir as pessoas de que elas são verdadeiramente livres, e a ausência de uma divisão britânica de polícia política era um meio de mostrá-lo e também “um meio efetivamente legítimo e eficiente de ‘controle social’. O jornal *Daily News*, em 1858,

36. Apud G. F. Vené, *op. cit.*, 1973, p. 153.

37. B. Porter. *The Origins of the Vigilant State. The London Metropolitan Police Special Branch before the First World War*. Londres: The Boydell Press, 1987, p. 3.

chamava a polícia política de ‘sistema repugnante para a verdadeira sensibilidade, sentimento e princípios de vida dos ingleses’”.³⁸

Existe no impasse da definição jurídico-legal do anarquismo uma dificuldade resultante da própria matriz conceitual do liberalismo. Como afirmou Foucault, “o exemplo aterrorizante dos suplícios ou a exclusão pelo banimento não podiam mais bastar em uma sociedade na qual o exercício do poder implicava uma tecnologia racional dos indivíduos.”³⁹ Mas, de outro lado, a própria morfologia do ato anarquista colocava a racionalidade jurídica da época numa espécie de embaraço, na medida em que não se enquadrava no modelo de infração política existente: o complô para derrubar o governo e tomar o poder. “As ‘agitações’ dos anarquistas não visavam tomar o poder nem substituir um governo a outro: o que eram, portanto, esses atentados violentos ‘desinteressados’ a tal ponto de não se interessar pela tomada do poder?”⁴⁰

Meu argumento é que o impasse jurídico e o suposto insucesso político da Conferência de Roma são reveladores de um fato importante na história do Direito: o processo de psiquiatrização da anarquia, iniciado na segunda metade do século XIX, e a famosa definição do criminoso nato.

Foucault mostrou como, na nova legislação criminalista a partir do século XVIII, o crime começa a possuir uma natureza e o criminoso torna-se um ser natural caracterizado por sua criminalidade; um ser cuja conduta criminosa passa a ter uma inteligibilidade natural.⁴¹ Desse modo, a necessidade da sua punição passa a exigir um saber acerca da criminalidade que fosse ao mesmo tempo naturalista, e esse papel foi especialmente desempenhado pela antropologia criminal.

38. *Ibidem*, p. 4.

39. M. Foucault. “A evolução da noção de ‘indivíduo perigoso’ na Psiquiatria Legal do século XIX”. In: M. B. da Motta (org.). *Ditos e escritos vol. V: ética, sexualidade, política*. Tr. br. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2004, pp. 11-12.

40. M. Foucault. *Dits et écrits*, vol. II: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001, pp. 362-363.

41. M. Foucault. *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tr. br. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 111 ss.

Foi o que procurou fazer o célebre livro de Cesare Lombroso dedicado aos anarquistas ao afirmar neles a existência de um tipo criminoso completo.⁴² Mas também de toda uma extensa produção médico-legal que, observando o impasse judiciário na definição do ato anarquista, introduziu a personagem do anormal e estabeleceu através dela um princípio de classificação na lista geral dos crimes políticos.

Para conferir a inteligibilidade necessária ao gesto desinteressado do atentado anarquista, a antropologia criminal substituiu a noção jurídica de responsabilidade pela noção médico-legal de periculosidade, enfatizando “que os réus que o direito reconhece como irresponsáveis porque doentes, loucos, anormais, vítimas de impulsos irresistíveis, são realmente os mais perigosos” e demonstrando “que aquilo que chamamos de ‘pena’ não deve ser uma punição, mas um mecanismo de defesa da sociedade”.⁴³ Com a noção de periculosidade, a responsabilidade recai não sobre os atos cometidos, mas sobre o *estado perigoso* dos indivíduos: aqueles que certa determinação congênita aumenta os riscos e as probabilidades de comportamento criminoso. Trata-se, portanto, não de reprimir atos, mas de normalizar sujeitos.

A antropologia criminal forneceu para o Direito uma solução para o problema repressivo. Deslocou o problema da definição ampla e ambígua do ato anarquista – tal como apresentada na conferência de Roma, “a ação que tem por objetivo a destruição através de meios violentos de toda organização social” –, para o procedimento preciso e cuidadoso de decifração no sujeito da sua natureza perigosa. A ênfase não será mais sobre aquilo que se *faz*, mas sobre aquilo que se *é*. Foi nessa direção que um artigo publicado em 1890 nos *Archives de l'Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales*, escrito pelo psicólogo e criminalista francês Emmanuel Régis, distinguiu os *verdadeiros* regicidas dos *falsos* regicidas.

42. C. Lombroso. *Gli anarchici – psicopatologia criminale d'un ideale politico*. Milão: Claudio Gallone Editore, 1998, p. 23.

43. M. Foucault, *op. cit.*, 2004, p. 18.

Os verdadeiros regicidas são aqueles cujos atentados contra uma alta personalidade foi a consequência direta e forçada de um estado de espírito particular. Ao contrário, os falsos regicidas são aqueles cujos atentados, mais aparentes que reais, foram puramente e simplesmente o fato do acaso, sem conexão imediata com um fundo de ideias. [...] Os primeiros querem destruir uma personagem importante e tudo neles converge para essa ideia; os outros dirigem-se a homens em relação aos quais na realidade não desejam nenhum mal, perseguindo unicamente reivindicações pessoais.⁴⁴

Todavia, nessa objetivação do sujeito regicida, foi necessário fazer ainda uma distinção importante na medida em que, entre os verdadeiros regicidas, existem aqueles que são absolutamente loucos e agem como loucos. “São delirantes vulgares [...]. E, exceto o fato de seu atentado torná-los subitamente célebres, não oferecem, na condição de doentes, qualquer interesse especial.” Coisa muito diferente ocorre com esta outra categoria de regicida “que forma uma classe verdadeiramente à parte e merece um estudo particular. Os indivíduos dos quais ela se compõem são os regicidas puros, os *regicidas-natos* ou de temperamento”. Portanto, é a natureza desse regicida puro, nato, dessa categoria especial e merecedora de estudos particulares, que é preciso determinar. Segundo Régis, “a primeira coisa que chama atenção nos regicidas é que eles não são nem absolutamente sãos de espírito, nem absolutamente alienados. [...] Em outros tempos seriam considerados como loucos lúcidos ou razoáveis, hoje são considerados *desajustados* [*désharmoniques*] ou *degenerados*.” Além disso, possuem “tendências impulsivas de caráter obsessivo e, acima de tudo, uma ausência de equilíbrio com aparências intelectuais mais ou menos brilhantes, mas na realidade são anormais, incapazes de resistir às solicitações que os convocam.”⁴⁵

44. E. Régis. “Les régicides dans l’histoire et dans le présent. Étude médico-psychologique”. In: A. Bournet *et al.* (org.). *Archives de l’Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales*, tome cinquième. Paris: G. Masson, 1890, pp. 6 e 9.

45. *Ibidem*, p. 10ss.

Ao contrário do sujeito louco, cuja loucura é evidente aos olhos de todos e oferecida em espetáculo no hospital, o verdadeiro regicida oculta-a sob as aparências do equilíbrio e da normalidade; ele esconde nas dobras de seu ser uma natureza degenerada que é preciso decifrar: a verdade da loucura, ao dissimular-se no fundo do regicida puro, torna-o potencialmente perigoso, introduzindo a necessidade imperiosa de fazê-la emergir, torná-la transparente, conhecê-la. Por essa razão, é fundamental demonstrar “que a maioria dos verdadeiros regicidas pertençam à classe dos degenerados”. O que não significa que sejam fracos de espírito, mas desajustados ou desequilibrados. Em outras palavras, não são exatamente loucos,

[...] são semiloucos em quem razão e loucura constituem um amálgama mais ou menos complexo. São desequilibrados, inteligentes na maior parte, mas de vontade fraca e de uma instabilidade malsã; levam uma existência flutuante e incoerente e executam mil tarefas diversas sem jamais se fixarem, até o dia em que seu temperamento místico os fazem esposar com ardor a querela política ou religiosa da ocasião. Então, eles se exaltam e chegam por uma iniciação mais ou menos longa a transformar ideias de partido em verdadeiros delírios. [...] Na sua forma habitual, esse delírio se traduz pela crença em uma *missão a cumprir*, devendo ser coroada pelo martírio.⁴⁶

A distinção entre o regicida nato e o “delirante vulgar” torna-se decifrável quando se procura reconstituir o encadeamento dos impulsos implicados nos atos de atentado. Segundo Régis, o atentado entre os regicidas não resulta de impulsos sofridos e inconscientes tal como ocorre com certas formas de loucura. Ao contrário, trata-se de um ato lógico, concebido com lucidez, longamente premeditado e preparado. Mas, não obstante, no fundo dessa lucidez de espírito e dessas aparências de razão, encontram-se os traços de indivíduos

46. *Ibidem*, p. 18.

“doentes, desequilibrados, de vontade fraca, escravos de sua obsessão, penetrados por uma força cega e fatal”. Isso estabelece numerosos pontos de analogia entre regicidas e criminosos. Além disso, diz Régis, é preciso lembrar

[...] que o meio ambiente intervém para dar uma coloração especial às ideias mães do regicida conforme ao espírito e às tendências da época. Por isso sob os reis os regicidas eram sobretudo místicos religiosos, sob a revolução e o império eram místicos patriotas agindo pela república e liberdade: por isso, enfim, no presente eles são sobretudo místicos políticos sonhando com socialismo e com anarquia. Não há dúvida que um certo número de anarquistas exaltados que passam hoje pelos tribunais fazem parte da espécie de regicidas. Em outros tempos eles foram religiosos, hoje eles são anarquistas, eis toda a diferença.⁴⁷

O Direito e a velha noção jurídica de responsabilidade tornaram-se impotentes para decifrar e revelar essa verdade escondida no fundo da natureza dos indivíduos. O Direito positivo, com sua equação crime-punição, aparecia incapaz, sobretudo, de objetivar esse sujeito cujo crime contra a soberania estava envolto num estranho desinteresse pelo poder. É a partir da antropologia criminal que se tem duas linhas de objetivação: a do crime e a do criminoso. Ao designar o criminoso como celerado, monstro, louco, anormal, desenha-se imediatamente um novo tratamento que lhe será correlato. Ao mostrar os regicidas como “desajustados ou degenerados hereditários, de temperamento místico que, penetrados por um delírio político ou religioso complicado por alucinações, acreditando-se chamados ao duplo papel de justiceiros e de mártires”; ao objetivá-los como “anormais, geralmente matoides ou semiloucos tornados criminosos pelo único fato de serem doentes”, então, a partir disso, a conclusão da descrição psiquiátrica é evidente, diz Régis:

47. *Ibidem*, p. 21ss.

Quando o regicida é manifestamente delirante e alucinado [...] não é permitido hesitar e o internamento em um asilo de alienados é a medida que se impõe. De qualquer modo, é isso que mais os angustia; um tratamento semelhante quebra seu orgulho pois ele considera vergonhoso ser tratado como louco: logo ele que se considera herói e mártir.⁴⁸

A incapacidade do aparato jurídico-policial em definir o ato anarquista aparece de modo explícito também nas formulações de uma personagem do cenário político brasileiro, Rui Barbosa. Impressionado com o assassinato do rei da Itália, Umberto Primo, pelo anarquista Gaetano Bresci,⁴⁹ Barbosa escreve artigos contra o anarquismo a partir de agosto de 1900. Discorrendo sobre “o perigo anarquista”, afirma que “entre os criminalistas o anarquismo ainda não encontrou amigos, como tem encontrado nos homens de letras, entre os sábios, entre os cultores dos estudos positivos.” E Rui Barbosa diz que “não são os juristas”, tampouco

[...] os penalistas clássicos, nem é a escola jurídica, na Itália e na França, mas é “a nova escola”, a escola da antropologia criminal, a única que se pronuncia pela irresponsabilidade das façanhas do anarquismo. Não são juristas Lombroso, Laschi, Ferrero, o Dr. Régis, todos esses escritores, que, nos últimos tempos, têm consagrado à epidemia do anarquismo, sob a sua forma de sangue, estudos especiais.⁵⁰

Impotência do direito para definir o crime de anarquismo, mas consagração da antropologia criminal como saber para determinação da punição pela definição da natureza monstruosa e anormal do crime.

48. *Ibidem*, p. 32.

49. Na noite de 29 de julho de 1900, o Rei Umberto Primo foi morto por um disparo no coração após uma cerimônia na Villa Reale di Monza; o episódio ficou conhecido como a tragédia de Monza.

50. R. Barbosa. *O divórcio e o anarchismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933, pp. 56-57.

Para Rui Barbosa, na medida em que o anarquismo se configura como “verdadeira diátese social”, a dificuldade de combatê-lo está na correta distribuição de sua repressão, num regime que seja ao mesmo tempo severo e humano. No artigo intitulado “Reprimir, mas prevenir”, o autor identifica no anarquismo uma “impulsão funesta e monstruosa”, uma “patologia do espírito humano”. Assim, como ocorre com toda patologia do espírito, e “*em respeito à humanidade do enfermo*”, o que se aconselha é o tratamento dos hospitais. O tratamento do hospital, diz Rui Barbosa, concede a essa sociedade o irrenunciável exame da psicologia do criminoso.⁵¹

Defesa Social: uma nova racionalidade democrática

No processo de psiquiatrização da anarquia e das desordens sociais, a partir do século XIX percebe-se um pano de fundo constituído pelo impasse e pela dificuldade efetiva do direito em estabelecer uma repressão que fosse ao mesmo tempo “severa e humana”, em outras palavras, que levasse em conta não apenas a *humanidade do criminoso*, mas que evitasse fazer “à sociedade o mal irreparável de asselvajá-la, retrocedendo à moral da vingança”.⁵² Nesse sentido, em vez de promover simplesmente a repressão dos atos, tratou-se de estabelecer uma terapêutica dos espíritos. Torna-se necessário decifrar na alma o mal que se oculta sob as formas do bem e revelar no fundo do sujeito a natureza do seu ser. Nesse momento, desenha-se a curiosa personagem do monstro e do anormal. Por meio dela, a antropologia criminal não apenas toma as manifestações anarquistas como criminosas, mas também insere a inteligibilidade de suas ações no interior da velha alegoria do homem da floresta:

51. *Ibidem*, pp. 67 ss.

52. *Idem*.

É a luta do homem selvagem pela vida, do homem primitivo, sem respeito aos direitos alheios, eis o princípio que invocam todos os criminosos, o princípio selvagem e brutal da força absoluta, da força triunfante, da negação do direito e da liberdade, em virtude do qual, cada vez mais e de modo mais ou menos consciente, agem todos os ladrões, todos os larápios, todos esses que lesam seus semelhantes nas suas pessoas e bens [...]. É o princípio dos povos bárbaros e aquele de todos os bandidos, bandidos coroados ou simples indivíduos: “a força prima sobre o direito”. Princípio pelo qual, na cegueira do instinto, o animal obedece, impelido pela fome, a devorar seres mais fracos que ele, é a negação da justiça, da sociedade humana, do direito.⁵³

Nessa trama, o problema repressivo é recentrado. Os juristas tentaram, sem sucesso, definir o crime de anarquismo utilizando a velha noção jurídica de responsabilidade que estabelecia a equação crime-punição; a antropologia criminal, com êxito absoluto, inseriu o anarquista nesse grande processo de normalização das desordens sociais pelo projeto de defesa social delineado no final do século XIX, ao estabelecer não mais a equação dos atos, mas a objetivação dos sujeitos e a decifração da sua natureza. Adolphe Prins, na primeira metade do século XX, insistiu em que, se é verdade que “a concepção da defesa social, completamente diferente da concepção clássica da pena e muito mais ampla que essa última, pode ser concebida independentemente do estado de responsabilidade”, no entanto, não é possível jamais concebê-la “independentemente do estado psíquico do indivíduo.”⁵⁴ Desse modo, se “a doutrina da responsabilidade apoia-se na hipótese de um homem normal dotado de uma vontade inteligente e livre”, a hipótese da defesa social é a do homem anormal, do indivíduo “que

53. A. Bérard. “Les hommes et les théories de l’Anarchie”. In: A. Bournet et al. (org.). *Archives de l’Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales, tome septième*. Paris: G. Masson, 1892, pp. 614-615.

54. A. Prins. *La défense sociale et les transformations du droit pénal*. Bruxelas: Misch et Thron, 1910, p. 15.

nunca está conforme, desde o irregular, o excêntrico, o indisciplinado, o boêmio, o vagabundo em busca de aventuras, até o insuficiente mental e moral, até o maníaco, até o alienado ou o idiota profundo”.⁵⁵

Essa extensão dos comportamentos desviantes é apenas o reverso de um fenômeno estrutural. Um dos aspectos da vida nas democracias modernas, dizem os novos juristas, foi o aumento do número de acidentes pelo desenvolvimento do maquinismo e da atividade industrial e a conseqüente extensão da legalidade e do direito para milhares de criaturas que anteriormente não gozavam de proteção jurídica. Com isso, a criminalidade deixa de ter a raridade de outrora para tornar-se uma das formas da vida social moderna. Daí a necessidade de perceber como “entre o homem honrado que faz o bem por amor ao bem e o criminoso que faz o mal por desejo do mal existe uma dilatada zona de múltiplos matizes”⁵⁶ dos quais não se deve descuidar e cuja variedade, fluidez e complexidade a fórmula geral e simplificadora da noção de responsabilidade é incapaz de apreender.

Aquilo que quero fazer ou não fazer depende do meu caráter, e meu caráter depende de circunstâncias sobre as quais não tenho nenhum poder; encontra-se submetido, sobretudo em sua formação inicial, a fatores dos quais não disponho. Jamais podemos considerar em seu conjunto as condições dessa formação primeira; jamais podemos representarmo-nos o agregado primitivo dos pensamentos, dos sentimentos, das vontades, das inumeráveis forças psíquicas, morais, físicas, que se entrecruzaram, se confundem, se penetram e se fundem para compor uma individualidade.⁵⁷

Será preciso remontar ao encadeamento lógico dos estados sucessivos que motivaram a ação para extrair dela seu segredo. Nesse processo, o ato em si importa pouco para a defesa social, uma vez

55. *Ibidem*, p. 19.

56. *Ibidem*, p. 24.

57. *Ibidem*, p. 39.

que, no fundo, não reflete outra coisa senão “a aparição momentânea das paixões na superfície do mundo, a explosão efêmera do desejo criminoso”. Mas desse momento de lampejo é preciso refazer o elo das “energias longínquas, cujas vibrações se propagam como os raios luminosos que em noite estrelada ferem o olhar mesmo após ter-se extinguido o astro do qual emanam.”⁵⁸ O problema agora, mais complexo, é menos a repressão dos atos do que a contenção dos riscos. Um juiz que condenasse uma dona de casa por ter infringido as prescrições sobre a conservação da via pública, diz Prins, certamente asseguraria a limpeza e a livre circulação; mas o faria “sem investigar se essa mulher é excêntrica, negligente, indisciplinada ou rebelde e se age intencionalmente ou não.”⁵⁹

A escola jurídica da defesa social tornou possível o restabelecimento do Direito sem a exigência de provar a culpa, colocando em prática o que certamente foi uma das invenções mais importante das sociedades de controle (ou sociedades de segurança, segundo Foucault). Desde o século XVIII, como mostrou o filósofo, fábrica e cárcere foram duas instituições permeáveis uma à outra pela disciplina dos corpos, distribuição espacial, controle e composição das forças.⁶⁰ Ocorre, no entanto, neste começo do século XIX, outra simbiose, que estaria destinada a perdurar até nossa atualidade: a noção de risco. Prins percebeu como a legislação bismarckiana em matéria de acidentes de trabalho fez nascer a ideia de *risco profissional*. Com esta noção, não era mais preciso estabelecer a culpa do patrão ou do operário: bastava comprovar o acidente para que a lei regulasse imediatamente o cálculo de uma indenização. Essa técnica securitária transferida do direito trabalhista para o direito civil substituiu, no novo Direito alemão, a teoria da *Culpahaftung* pela teoria da *Causahaftung*.⁶¹ A técnica securitária no direito trabalhista buscou

58. *Ibidem*, p. 40.

59. *Ibidem*, p. 60.

60. M. Foucault. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 22ª ed., tr. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000.

61. A. Prins, *op. cit.*, 1910, p. 63.

cessar a violência dos conflitos entre patrões e operários. O sistema de seguros colocado em funcionamento apresentava a exigência dos direitos independentemente da reorganização da sociedade, tornando suficiente a reparação dos sofrimentos ocasionais. Assim,

[...] o operário acidentado, doente ou desempregado não exigia mais justiça diante dos tribunais ou em praça pública. Faz valer seus direitos perante instâncias administrativas que, após examinarem o fundamento da sua demanda, paga-lhe indenizações predeterminadas. Não é proclamando a injustiça da sua condição que o operário poderá beneficiar-se do direito social, mas na qualidade de membro da sociedade, na medida em que ela garante a solidariedade de todos.⁶²

Já no âmbito do direito penal, a noção de risco encontrou uma aplicação igualmente profícua: tornou-se o novo ângulo pelo qual passou a ser considerada a individualidade moral do culpado. Lombroso, por exemplo, afirmou a existência na sociedade de certos indivíduos com necessidade de admirar e entusiasmar-se pelo martírio, e de se fazerem mártir; que possuem um certo gosto pela perseguição e acreditam-se vítimas da prepotência e malvadeza humana.

Escolhem seu partido político à revelia dos perigos que esse representa, como certos alpinistas escolhem para escalada a montanha cujos precipícios são os mais profundos e os cumes mais inacessíveis. Para eles não existe melhor excitação do que as teorias anarquistas [...]. E nada é mais perigoso que dar às suas fantasias um cadáver justificado. Vaillant condenado se torna mártir; a sua tumba é lugar de peregrinação contínua; a lenda começa, cresce, floresce, alimentada por uma chuva de sangue.⁶³

62. J. Donzelot. *L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p. 138.

63. C. Lombroso, *op. cit.*, 1998, pp. 95-96.

Esta disposição explica como a anarquia, que antes recrutava os seus “heróis” entre os candidatos à galera, hoje os encontra entre os indivíduos honestos. De Ravachol, que dinamitava em silêncio e na discrição para assegurar a fuga, chega-se a Vaillant e a Henry, que atiram suas bombas na absoluta certeza de serem presos; ou Caserio, que usa o punhal sem qualquer possibilidade de escapar à guilhotina. Enfim, “do homem que comete o atentado, diremos assim, anônimo, chegamos ao homem que friamente dá sua vida pela morte de um homem odiado, e comete o atentado sabendo de antemão que sua cabeça está naquele momento perdida.”⁶⁴ Quanto maior o “fanatismo político” e a honestidade do autor do atentado, mais este se torna indiferente às consequências do seu ato. Tomará gosto pelo sacrifício e cometerá o seu delito a todo custo. Por isso a pólvora, o fogo e a guilhotina de nada adiantam contra a “hidra anarquista”, pelo contrário, aumentam pela excitação aos perigos e ao martírio o vigor de seus “fanáticos”. Seria preciso usar da *astúcia* e da *habilidade*, nunca excitando contra si mesmos propósitos violentos, mas sempre procurando usar nas relações de política interna, o quanto mais possível, a *força moral*: sensatez, calma e frieza, “sem recorrer cegamente, tão logo o perigo se mostre, ao terror e à guilhotina que produzem os mártires e excitam no partido que se quer destruir o espírito de luta e de resistência”.⁶⁵

Foi este princípio de diferenciação reivindicado pela escola da defesa social que permitiu ao direito penal aprimorar o problema repressivo. Ocupa-se da natureza do indivíduo, não da cota de vontade que intervém no seu ato ou da quantidade de punição correspondente, com o objetivo de conjugar “severidade e benevolência na medida concreta da necessidade social; medida concreta, por sua vez, que se relaciona com o estado psíquico permanente do delinquente.”⁶⁶ Foi essa justa medida que indicou as vantagens políticas dos manicômios. O envio para lá “dos epiléticos ou histéricos seria uma medida mais prática, especialmente na França onde o ridículo assassina. Porque os

64. *Ibidem*, p. 97.

65. *Ibidem*, p. 100.

66. A. Prins, *op. cit.*, 1910, p. 71.

mártires são venerados e dos loucos se ri – e um homem ridículo não é jamais perigoso”.⁶⁷

Sobre o anarquista foi constituído o discurso do monstro político e do anormal no final do século XIX e começo do século XX, por uma razão fácil de apreender. Ao estabelecer a diferenciação entre os reformadores sociais, a antropologia criminal afirmou que “os anarquistas não sonham nem em melhorar nem em reformar; sonham em destruir; enquanto as outras escolas propõem um ideal social mais ou menos realizável, os anarquistas ignoram absolutamente aquilo que propõem fazer: o que querem é destruir, e destruir por todos os meios possíveis, o roubo, a pilhagem, o assassinato, o incêndio”.⁶⁸ Daí conclui-se: “todos os crimes de direito comum erigidos em sistema de combate, eis a anarquia!”,⁶⁹ “nada mais que a revolta de bandidos de direito comum contra a lei”.⁷⁰ Entretanto, não se trata de qualquer criminoso, mas do *criminel fin-de-siècle* que lança mão das descobertas da química moderna – pistola, dinamite, nitroglicerina – e assassina em nome de ideais da modernidade – solidariedade, liberdade, igualdade. Este indivíduo, incapaz de se integrar ao recente mundo industrial, que odeia a moral, renega as leis, comporta-se de maneira extravagante, exagerada e desequilibrada, teve seu caráter observado e estudado numa riqueza de detalhes e minúcias. Foi preciso revelar nessa personagem a natureza do crime e o fundo da conduta criminosa, e para isso desenvolveu-se e se estabeleceu sobre uma população de operários, essas “fezes da miséria europeia”,⁷¹ esse “viveiro da epilepsia e do histerismo”,⁷² toda uma vigilância próxima e meticulosa, e um policiamento exaustivo.

Mas seria um erro ver nisso simplesmente repressão: foi antes uma fina tecnologia de governo das condutas que emergiu a partir precisamente da figura exorbitante do anormal.

67. C. Lombroso, *op. cit.*, 1998, p. 100.

68. A. Bérard, *op. cit.*, 1892, p. 616.

69. *Ibidem*, p. 625.

70. *Ibidem*, p. 630.

71. R. Barbosa, *op. cit.*, 1933, p. 55.

72. *Ibidem*, p. 80.

Degenerados, insuficientes, incompletos, anormais profundos, mostram-se como perigosos quando se convertem em criminosos. Porém, mesmo fora da criminalidade constituem uma ameaça para si mesmos e os demais, visto que entregues as suas próprias forças são incapazes de seguir uma vida regular e tornam-se tanto mais inquietos quanto mais jovens são e mais abandonados estão. O Estado não pode ficar indiferente a eles e deixá-los à iniciativa privada. Ainda nessa esfera é obrigado a garantir a ordem social. Então, a defesa social se manifesta na sua forma mais elevada e mais fecunda: já não é a repressão, é a proteção e a assistência.⁷³

O anarquista *criminel fin-de-siècle* constituiu o objeto pelo qual o discurso psiquiátrico efetuou um processo de diferenciação na economia das condutas da população operária que produziu novas técnicas de governo. Introduziu, certamente, efeitos negativos de exclusão como a expulsão de estrangeiros; mas produziu igualmente – também no Brasil – efeitos positivos de inclusão da população operária no interior de diversos mecanismos de controle, sobretudo a partir do governo Vargas, tais como a fábrica normalizada pelo Ministério do Trabalho e outras estratégias de normalização – a carteira de trabalho, a lei de sindicalização, a lei de férias etc. A esse propósito, seria preciso perceber igualmente as continuidades existentes entre, de um lado, os discursos do Sr. Rui Barbosa e, de outro, esses milhares de relatórios de polícia elaborados ao longo de quase sessenta anos de existência dos diversos DEOPS, desde sua criação em 1924, até sua extinção em 1983. Relatórios que tiveram dentro do sistema judiciário para os quais foram elaborados efeitos de verdade e de poder cuja permanência ainda está longe de ser apagada. Entre as velhas estratégias de repressão ao anarquismo e as novas instituições e (des)medidas democráticas de regulação social, existe mais do que simples semelhança: talvez tenham constituído suas condições de possibilidade.

73. A. Prins, *op. cit.*, 1910, p. 73.

Ditaduras: a expressão demoníaca do poder

Ana MONTÓIA

Esqueci as suas lições,
demagogos e falsos profetas!
mas vocês não esqueceram de mim.
Assim como o futuro amadurece no passado,
o passado apodrece no futuro –
terrível festival de folhas mortas.

Anna Akhmátova
Poema sem Herói (1940).

A política contra a desrazão da potência

O poder tem mesmo algo de obsceno: a *potência* que lhe é inerente, isto é, a capacidade de mobilizar a violência a seus fins. Que a razão de Estado exija que se minta, que se traia e que se massacre; que a *virtù* do homem público seja *vis*, força, energia e poder, eis a insuportável e sinistra lição que Maquiavel legou aos povos. Aprendemos, desde então: é possível, e é desejável, expor a nu a maquinação do agir político.

Ernst Kantorowicz bem demonstrou que os reis e os juristas medievais já faziam uso dessa espécie de *ratio* implicando em oportunismo político, tendo em vista a arte de construir e manter Estados. Assim, os *mistérios do Estado*, e sua crueza, são uma noção que

provém desse mundo que os juristas dos séculos XII e XIII inauguraram. Se as revoluções da modernidade combateram o princípio, não raras vezes o governo, já entrados os séculos, permaneceu mantendo o mesmo *status regis*, um *mysterium* confiado ao rei – “aquele que julga todos os demais e não é julgado por ninguém” –, secundado pelo *ministerium Iustitiae* exercido por seus funcionários, e cujas ações são válidas *ipso facto* ou *ex opere operato*.¹

Que se nomeie o monstro: o Estado, aquele tipo especial de poder, ultrapoderoso, o poder que reúne em si todo o poder, o *Leviathan* absoluto, a temer em profundidade. Nascido, acidentalmente, para conjurar a guerra natural movida por cada um contra cada um, o Estado é esse “inominável malencontro” do homem ocidental, “o sinal definitivo da divisão da sociedade”, a negação da liberdade e, portanto, a desnaturação do próprio homem.² Que o medo seja uma dimensão sempre à espreita do viver-em-comum, que a história do Estado moderno, fundado no contrato entre vontades individuais, não passe, enfim, da narrativa da instalação da violência no *interior* da comunidade política, que o poder tenha o poder de exigir até mesmo a morte, eis ferida aberta na carne da humanidade que nos cabe entender, denunciar e combater.

Assim, em passo rápido, seria desejável opor-se à própria razão política, qualificável, toda ela, como totalitária, isto é, suprimir essa potência capaz de aumentar sua própria potência – o Estado. Mas isso implica admitir que *toda* racionalidade política carrega em si morte e destruição. Como se não houvesse mais “poderosos extremos” contra os quais lutar; como se não coubesse apontar, enfim, que os há, os assassinos da vida pública. Quase pensar, numa palavra, que podemos prescindir da política... Mas, não. A violência instrumental do Estado se dá a ler justamente nos efeitos *diversos* produzidos por formas *diversas*

-
1. E. Kantorowicz. “Mystères de l’Etat. Un concept absolutiste et ses origines médiévales (bas Moyen Age)” [1953]. In: _____. *Mourir pour la patrie et autres textes*. P. Legendre (org.). Tr. fr. L. Mayali. Paris: PUF, 1984.
 2. P. Clastres. “Liberdade, malencontro, inominável” [1976]. In: _____. *Arqueologia da violência. Ensaios de antropologia política*. Tr. Carlos E. M. de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

da dominação. Súditos, certamente, sempre; assujeitados, sempre. Este, o enigma do poder, e sempre a decifrar suas formas renitentes. Mas há uma enorme diferença entre viver no Camboja sob Pol Pot ou no Chile presidido por Allende. A França da Quarta República não é a mesma França sob o governo de Vichy. Os prisioneiros das ditaduras brasileiras aquilataram em sua própria dor, depois do AI-5, o valor do instituto jurídico do *habeas corpus*...

De fato, diz Raymond Aron, se nos bastamos com um “conceito [de poder] que se aplique a todas as relações mando/obediência [...], sem levar em conta os meios empregados por aquele que comanda e os sentimentos experimentados por aquele que obedece”, o monstro não produz mais nem entusiasmo nem horror. Tornou-se neutro e pálido, comparável ao dinheiro. Ocultou sua face horrenda, tornou-se fantasmagoria. “Não duvido, prossegue, da legitimidade da conceitualização formal, de tendência supra-histórica, mas com uma dupla condição: que não se venha a desconhecer a especificidade dos problemas e das situações históricas ou sociais” e que não se compare a desigualdade de recursos econômicos com a condenação ao mutismo político.³ O poder político, eis outro aprendizado, pode ser mais ou menos aterrador: desvencilhado das pregas da igualdade, da pluralidade e da civilidade (isto é, da *obediência* obtida pelos estados democráticos, em que cada súdito, obedecendo à lei, é também soberano, obedecendo a si mesmo, cf. a tese rousseauista; e, na vertente prosaica, em que cada cidadão se vê liberado, porque protegido, do agir político, cf. a tese toquevilliana), transforma-se em manifestação de pura força (isto é, estrita *submissão* à vontade e à violência do tirano, do *dictator*), *macht*, demoníaco sempre, dirá Aron.

A ideia se lia em Marx: para entender o mistério, isto é, a aquiescência à servidão que representa a dominação política, é preciso vasculhar o que significa a autoridade do soberano em todas as esferas do Estado, sua violência executiva, sua máquina estatal governativa, seu exército permanente, sua burocracia onipotente, sua servil

3. R. Aron. “*Mach, power, puissance*” [1964]. In: _____. *Etudes politiques*. Paris: Gallimard, 1972.

hierarquia judicial e a crueldade de sua força policial, amparados pelo espírito do segredo e da cabala. O mistério se dissolve, porém, na própria compreensão do conceito de soberania: há uma distância incomensurável entre a “obediência à vontade geral”, princípio da soberania do *demos*, e a “submissão a um só”, essa “terrível parte mágica da vontade” denunciada por Marx em 1843⁴ e magistralmente retomada quando da análise do golpe de Estado de Napoleão III.⁵ A primeira, como está no texto de 1843, de forte conotação spinozista, é o poder entendido como dominação (*Gewalt*); a segunda, o princípio da perversa escravidão, a submissão ao mais forte (*Macht*).

Inarredável, conceda-se, a violência como condição mesma do exercício do poder político – este não será nunca “doce ou amável”. Ainda assim, a política, como o diz Jacques Rancière, mesmo entendida como *politia*, não pode ser tomada como a noite onde tudo se equivale: uma é menos ruim que outra...⁶ Foi preciso esperar – deixemos registrada a manifestação extrema das ditaduras, o totalitarismo – a

-
4. Trata-se da *Crítica à filosofia política de Hegel*. Definindo o monarca como “a soberania personificada”, a “consciência encarnada do Estado”, a tal ponto que todos os demais são excluídos dessa soberania, dessa personalidade e da consciência do Estado, diz Marx que Hegel “não soube dar a essa *Soberania Pessoa* outro conteúdo além do ‘Eu quero’, o fator do arbitrário na vontade. A ‘razão de Estado’, a ‘consciência do Estado’ é uma pessoa empírica ‘única’, excluindo todas as demais, e essa razão personificada só tem por conteúdo o ‘Eu quero’. O Estado sou eu.” K. Marx. *Oeuvres. III. Philosophie*. Tr. fr. M. Rubel. Paris: Gallimard/Pléiade, 1982, pp. 892-904.
5. É o que se lê no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*: “O golpe de Estado sempre fora ideia fixa de Bonaparte. [...] A sombra do golpe de Estado tinha se tornado um fantasma tão familiar aos parisienses que estes se recusaram a crê-lo, até que finalmente ele surgiu em carne e osso”. Então, “sobrevieram os aplausos servis do 2 de dezembro, a ditadura de Bonaparte [...]. O segundo Bonaparte, que dispunha de um poder executivo bem diferente daquele de Cromwell e de Napoleão, buscou seu modelo não nos anais da história universal, mas nos anais da Sociedade do 10 de Dezembro, nos anais da justiça criminal...”. K. Marx. *Oeuvres. Politique I*. Tr. fr. M. Rubel. Paris: Gallimard/Pléiade, 1994, pp. 521-524.
6. J. Rancière. *O desentendimento. Política e filosofia*. Tr. A. L. Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 41. Por isso foi importante o esforço, na literatura da ciência política, de classificação dos diferentes regimes autoritários, providenciando minuciosas tipologias dessas formas de dominação, em geral não excludentes entre si, dos fascismos aos golpes bonapartistas, das lideranças carismáticas às ditaduras sul-americanas.

técnica da destruição massiva dos corpos nos campos de concentração do século XX, e toda a racionalidade burocrática que implicou, para reconhecer o terror da instalação do poder político além e aquém da política.

Ouçamos a advertência de Pierre Clastres:

[...] a essência universal do Estado não se realiza de maneira uniforme em todas as formações estatais [...]. Uma vez acontecido o malencontro, uma vez perdida a liberdade que rege naturalmente a relação entre iguais, o Mal absoluto é suscetível de todos os graus: existe uma hierarquia do pior, e o Estado totalitário, sob suas diversas configurações contemporâneas, aí está para nos recordar que, por mais profunda que seja a perda da liberdade, ela nunca está suficientemente perdida, não acabamos jamais de perdê-la.⁷

Perdemo-la, nós, a humanidade, de forma radical nas trágicas experiências do século XX. A diferença, porém, é de substância, creio, e não de grau, no mal. Se afirmarmos que *todo* Estado é totalitário, então, já não entendemos até onde pode ir o terror do “malencontro”. Se *todo* Estado é totalitário e se *todo* Estado arranca a obediência de súditos *sub potestate*, então, a rigor, não haverá mais nada contra o que se horrorizar. Nem todo Estado, porém, é totalitário; tampouco todo Estado opera por *ratio* insana, esta que move os regimes ditatoriais, moldada pela crueldade e pelo desapareço à vida humana.

Justamente por isso é preciso tentar esclarecer algo dessas ditaduras que nos acompanharam, sob suas muitas formas, não redutíveis umas às outras, e que persistem sombreando nossos horizontes.

Os longos anos das tristes experiências ditatoriais brasileiras e os resquícios que nos legaram – a lei de Anistia, por exemplo, que, silente, coibiu nossa memória e deixou impunes os torturadores – põem a nu o

7. P. Clastres, *op. cit.*, 1982, p. 117.

paradoxo do Estado moderno: nascido do combate ao poder arbitrário, nascido da luta contra a possibilidade de que um só invista-se como incorporador em si mesmo da vontade de todos, sua história vem sendo, ao inverso, a da reiteração das formas absolutistas do mando.

Mas os tiranos, esses onipotentes governantes cuja autoridade não conhece nenhum contrapeso ou limite, sabem que padecem de vida curta. Uzbek bem apontara, nas *Cartas Persas*, o que os atemoriza: “se não tomassem tantas precauções para ter sua vida segura, não viveriam um só dia; e, se não tivessem a seu soldo um número incontável de tropas para tiranizar o resto de seus súditos, seu império não duraria um só mês”.⁸ Valem-se, na solidão do poder, dos cortesãos, a quem prodigam liberalidades, à custa, é claro, dos bens dos súditos...⁹ As ditaduras, portanto, se vão. Mas deixam rastros terríveis que minam os elos societários. Destroem, por um lado, a confiança entre os membros da comunidade política e abolem do corpo social, por outro lado, a capacidade de dissentir e de julgar. Abolem, numa palavra, a política, esse processo civilizatório. Produzem, ou reproduzem, em contrapartida, a apatia, a insensibilidade e a desesperança, cujo efeito mais evidente é a lógica da vingança, nutrida pela ética da violência que deixam entranhadas nas relações humano-sociais.

Por isso, parece-me importante aquilatar o valor da resistência e do combate a *esta* racionalidade, que teima, não há dúvida, em se arraigar nas nossas práticas societárias. Por isso, ainda, o valor do testemunho do resistente. Nomear o carrasco não deve buscar ressarcir, nem simplesmente punir. Não basta saber que sob aquele capuz, sob aquele codinome, sob aquela voz, existe o *princípio* da violência cruel, o Torturador.¹⁰ Nomear o carrasco significa fazer-se ouvir, mantendo vivo o nome dos supliciados. O testemunho que nos lega o resistente permite dar lastro à sua experiência e, nomeando *aquele* torturador,

8. Montesquieu. “Lettres Persanes” (Lettre CII). In: _____. *Oeuvres complètes I*. Paris: Gallimard/Pléiade, 1949, p. 282.

9. *Ibidem*, (Lettre CXXIV), p. 315.

10. Ver C. Bologna. “Tortura” In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 22: Política-Tolerância/Intolerância. Tr. pt. M. Alice Costa Ribeiro. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.

permite *com*-partilhar a memória do sobrevivente. Escutá-lo, portanto, é o que ampara o que há de legítimo naquilo que diz aquele que dá testemunho do que viveu: tecer os elos de confiança entre os membros do corpo político e garantir que finalmente se ancore, em nossas sociedades, a capacidade de dissentir, dois princípios inarredáveis da política democrática igualitária.

Ditaduras ou de quando o passado apodrece no futuro

É preciso admitir que, ao longo dos séculos, o pensamento político tratou com severidade os regimes ditos despóticos ou tirânicos, dados por perversa corrupção da comunidade política. Tiranias sempre foram descritas como governos injustos, exercidos por usurpação e pela força, ao arrepio das leis e em detrimento do bem público. A face, enfim, intolerável do exercício do poder. A literatura empenhou-se, contudo, em distinguir as tiranias consideradas injustas e execráveis daquelas outras formas “transitórias” e “extraordinárias” de governo autoritário, concentração da violência nas mãos de um só ou de uns poucos encarregados de promover a ordem. São estas, justamente, as ditaduras, credíveis desde o nascedouro romano por sua “excepcionalidade” transitória.

Há algo, aí, de surpreendente: ao lado do repúdio acerbo, permanece a defesa, sempre renovada, do uso da força física como primeira *ratio* da política. Assim se formulou, ao longo dos séculos, uma acepção favorável para o termo e para a prática, que continuam a nos intimidar.

Tomás de Aquino, para recuar a exemplo antigo, atém-se em conformidade à tradição filosófica: dentre os governos injustos, o pior é a tirania. Aquino prossegue seu argumento: se a tirania é a dominação mais detestável, ela o é do ponto de vista dos indivíduos, pois o tirano, buscando sua própria vantagem no exercício do poder, assenhora-se dos bens dos súditos, de seu corpo e espírito. Sendo, porém, uma forma “excepcional” de governo, uma rara corrupção das monarquias, ela é, *por isso*, menos temível para as comunidades políticas que o governo

corrompido de muitos – as repúblicas. Assim, o bem comum sendo sempre mais divino que o bem dos indivíduos, a ditadura acarreta, conforme a novidade do doutor angélico, efeitos úteis do ponto de vista coletivo, posto que com ela instala-se certa ordem, mesmo quando o tirano abusa do poder de que dispõe...¹¹

Abandonemos um instante o aparente paradoxo. Guardemos o espantoso: conhecemos também modernamente verdadeiras sùmulas teóricas de elogio às ditaduras. Seus autores, aliás, vêm sendo incorporados, na ciência e na filosofia política, ao panteão dos grandes pensadores, Carl Schmitt o mais referido.¹² Um crítico do liberalismo, o erudito jurista *partisan* do Estado autoritário conheceu antecessores. A apologia de Donoso Cortès, em 1849 – *Discurso sobre a ditadura* –, de certa forma inaugurara essa vertente moderna, impulsionando o revivescimento dos governos autoritários.¹³

-
11. T. de Aquino, *De regno*, I, 2, *apud* M. Sennelart. *Les arts de gouverner. Du regimen medieval au concept de gouvernement*. Paris: Seuil, 1995, pp. 169-179.
 12. Apregoando a submissão do indivíduo ao Estado, definindo a política como a discriminação entre amigo/inimigo e desenvolvendo em 1921 a tese da “ditadura soberana”, Schmitt insistirá na “infinita potência” do titular da soberania, livre e liberado de qualquer vínculo imperativo, tão protegido em sua inviolabilidade invisível quanto poderoso em sua força de decisão (a definição do caso-limite é conhecida: “é soberano quem decide do estado de exceção”). A ditadura, afirma, é a verdadeira essência do Estado moderno. A literatura vem repetidamente indicando a incrível recepção que Schmitt conheceu no Brasil: Pontes de Miranda referia-se em 1932 (cf. *Fundamentos do direito constitucional*) ao *Die Diktatur*; em 1940, Francisco Campos, em defesa do regime autoritário e de uma liderança carismática, uniu-se às teses do autor alemão (“o regime político das massas é o da ditadura; não há hoje um povo que não clame por um César”, cf. *O Estado nacional*). O Brasil já se adiantara: em 1937, entregou ao presidente o poder de legislar por decretos-lei. Os golpes seguintes nunca deixaram de contar com o ideário dessa linhagem jurídica autoritária: o fato, como aponta Gilberto Bercovici, é que “1937, 1964-1965, 1967 e 1969 estão doutrinariamente ligados entre si pela genealogia de juristas de filiação autoritária que sempre estiveram de plantão”. G. Bercovici. “Carl Schmitt e a tentativa de uma revolução conservadora”. In: J. de Almeida, W. Bader (org.). *Pensamento alemão no século XX*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 86-91.
 13. À ditadura da insurreição, que ele crê encontrar na “terrível exceção” do momento revolucionário francês, Cortès oporá a “ditadura de governo”, que considera “menos insuportável e menos vergonhosa”, porque exercida por alguém eleito por sufrágio universal. A ideia, vê-se, antecipará o golpe, via plebiscito, que terminará por investir Bonaparte o “imperador dos franceses”. Prévost-

E não só da pregação jurídica antiliberal se nutre a ideologia autoritária. Também o ideário reacionário da Igreja católica, fortemente inclinado a fazer prevalecer a comunidade sobre os indivíduos, fará a defesa dos golpes regeneradores.¹⁴ Em Charles Maurras, por exemplo, eles não agirão em nome das massas; sua legitimidade virá da capacidade de “reinar e governar” que terá o ditador perpétuo. Este não recuará diante de métodos brutais, nem hesitará em promover a conspiração. O filósofo da *Action Française*, mentor de toda a direita católica europeia, fará mesmo a apologia da violência, ilegal, repressiva e vingadora, visão de que se apropriará claramente a ditadura de Franco na Espanha e de Salazar em Portugal.

Passemos à história. Há uma novidade, um fato intelectual e ideológico na verdadeira reativação dos usos da ditadura entre a segunda metade do século XIX e os anos 1930: a chamada “crise do liberalismo”, como definida por Marcel Gauchet, introduziu o temor e a angústia, para o indivíduo, de sua dissociação do coletivo e, por conseguinte, do desacordo consigo mesmo:

Paradol, para exemplo, denunciara no plebiscito o princípio mesmo da ditadura bonapartista: “as leis aí são facultativas quanto à sua aplicação, e elas obrigam ou ameaçam desigualmente os cidadãos, conforme são reputados amigos ou inimigos do poder”. Governos despóticos, aliás, podem perfeitamente conviver com a independência civil dos cidadãos. Mas essa só pode ser duradoura, insiste o pensador liberal, sob a fiança das liberdades políticas. L.-A. Prévost-Paradol. *La France nouvelle*. Paris: Michel Levy Frères, 1868, p. 31. Disponível em: <gallica.bnf.fr>. Acessado em: 26 set. 2014.

14. Roberto Romano, referindo-se à análise de Elias Canetti, demonstrou o quanto o pânico e a insegurança sentidos nas duas maiores instituições da ordem, a Igreja e as Forças Armadas, com medo de se fragmentarem diante do avanço do liberalismo e das investidas contra as hierarquias, estiveram na origem do apoio aos golpes. No Brasil, indica Romano, a Igreja acolheu com excelente ânimo o golpe de 1964 e o golpe dentro do golpe, o Ato Institucional n. 5, propondo colaboração e reconhecendo a legitimidade do novo regime: “A Igreja colocou massas nas ruas. As Forças Armadas prepararam a tomada das mesmas ruas pelos canhões”. R. Romano. “A Missa negra de 1964”. In: _____. *Ponta de Lança*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006, p. 122. Ver, para análise mais detalhada, do mesmo autor, *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

O retorno [por volta de 1900] do indivíduo de direito viria acompanhado de verdadeira vertigem diante da dissociação e do desacordo entre o individual e o coletivo. Daí os esforços desesperados para reconstituir, quando a ocasião se apresentou, essa conjunção que se cria perdida. Daí as aspirações suicidas que se apresentaram ao indivíduo: recuperar a posse de si mesmo, escolhendo fundir-se sacrificialmente às massas ou ao povo.¹⁵

Não foi tanto o liberalismo como doutrina, essa é a tese de Gauchet, que se viu posto em xeque, mas a metamorfose dessa forma antropológica subjacente ao mundo humano e sobre a qual a doutrina se ancora, o indivíduo de direito. É ela que explica em profundidade o que se observa na aparência: a desconfiança nas democracias, a crítica ao regime parlamentar e à própria ideia de representação política, dados por geradores de desordem e insegurança, reflexo da decadência dos valores e expressão tanto da impotência do grande número quanto da incompetência das elites. Foi essa espécie de “crise da figura liberal do indivíduo” que permitiu, à esquerda e à direita, a defesa da instalação *manu militari* de uma “ordem nova”.

Busquemos, então, a história da palavra. O termo “ditadura”, a *dignidade* do cargo de *dictator*, “antigamente o maior magistrado de Roma”, segundo o dicionário de 1606, refere-se ao exercício de um governo provisório, chamado a intervir em momentos excepcionais, cuja magistratura consiste em concentrar em si mesmo, por um tempo limitado (“esse magistrado só durava seis meses”), os poderes também extraordinários de *dictar* (pronunciar) lições, instruções, regulamentos, regras. Embora nomeado “somente em tempo de extrema necessidade ou de guerra ou de sedição civil ou quando os Cônsules por sua ausência ou por outra razão não podiam dar ordem aos assuntos públicos”, o ditador “comandava sem pedir conselho aos Senadores ou a outros, e necessariamente se devia obedecê-lo, como aquele que dispõe de todo

15. M. Gauchet. *L'avènement de la démocratie. II. La crise du libéralisme*. Paris: Gallimard, 2007, pp. 293-294.

o poder.”¹⁶ Nessa acepção antiga, a ditadura tem em vista “sanear” a República. O ditador a corrige, e também aos súditos, retifica-os, pode-se dizer, o que aproxima o termo àquele de *rector* (de *regere*, reinar). Ditador é aquele que *dicta* sua vontade aos demais,¹⁷ a quem dirige, conduz e comanda. Assim passará às línguas vulgares¹⁸ e atravessará os séculos guardando o elogio do caráter extraordinário e legal desse poder absoluto atribuído a alguém e que se julga conveniente fazer intervir nas crises políticas. A ditadura, *mantida a forma legal*, distingue-se, portanto, em seu sentido primeiro, histórico, das tiranias. Mas não dispensa, tal como as tiranias, o exercício da força como potência governante...

É o que já consta do afamado capítulo trigésimo quarto dos *Discorsi*: refutando os que relacionavam o instituto da ditadura à causa

16. J. Nicot. *Thresor de la langue Françoise tant ancienne que moderne*. Paris: David Douceur, 1606. Disponível em: <<http://artfl.atilf.fr/dictionnaires/TLF-NICOT/index.htm>>. Acessado em: 26 set. 2014.

17. No verbete “dictature” da *Encyclopédie*, o barão d’Holbach anotaria essa mesma acepção – função do secretário [que envolve, aliás, o segredo de Estado de que é portador] que dita ordens emanadas daquele que representa –, referida, no caso, à diplomacia do império alemão: ditadura se aplica, diz ele, na cidade alemã onde se instala a Dieta do império, à “assembleia dos secretários de legação, ou chanceleres [isto é, representantes diplomáticos] dos diferentes príncipes e estados [...] no centro da qual se encontra a legação do eleitor de Mainz. Este secretário transmite aos demais as memórias, atos, protestos e outros escritos que foram levados ao diretório do império e estes os copiam conforme ele lhes *dicta*.” Cf. B. d’Holbach. “Dictature [droit public, hist. moderne]”. In: D. Diderot, J. d’Alembert. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc...* Robert Morrissey (org.). Chicago: University of Chicago, ARTFL Encyclopédie Project, 2013, v. 4, p. 958. Disponível em: <<http://encyclopedie.uchicago.edu>>. Acessado em: 26 set. 2014.

18. Há, nos dicionários, alguma reserva: em 1694, o *Dictionnaire de l’Académie Française* (disponível em: <http://artfl.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/PREMIERE/premiere.fr.html>. Consultado em 12 ago. 2014), logo depois de indicar a limitação dessa magistratura, anotava como exemplo do uso do termo o fato de que “Júlio César quis ser ditador perpétuo” (p. 327), exemplo mantido nas várias edições do século XVIII e modificado apenas na edição de 1832: “por uma derrogação ao costume estabelecido, Júlio César foi feito ditador perpétuo” (p. 1.548; em ambas as citações, sou eu que sublinho). A edição de 1932 continuou a manter a referência à história romana, acrescentando, porém, sentido mais amplo admitido no uso da palavra: “diz-se de todo chefe investido temporária ou perpetuamente de autoridade soberana e absoluta e de todos os poderes políticos” (p. 1395).

primeira da tirania imposta a Roma, diz Maquiavel que a tirania só se estabeleceu quando a pureza dos costumes se viu conspurcada pelos cidadãos romanos. “Enquanto a ditadura se manteve dentro das formas legais [...], ela representou um sustentáculo da república”, defendendo-a, por meios extraordinários (isto é, a celeridade da ação de um só por oposição à lentidão própria ao governo republicano, isto é, o governo das leis), dos fatos também extraordinários que anunciam o perigo. Nomeado pelos cônsules (de modo a evitar que se sintam ofendidos ou aliçados), o ditador, porém, nada podia fazer que atentasse contra o governo estabelecido – como retirar autoridade ao Senado ou ao povo, ou substituir as antigas instituições da república. Daí que a instituição da ditadura, conclui Maquiavel, nessas condições tenha feito bem, e não mal, à república romana.¹⁹

O verbete da *Encyclopédie* repete a vulgata: ali se leria que ditador, termo vindo da experiência da Roma antiga, é “todo magistrado investido, temporária ou perpetuamente, de uma autoridade soberana e absoluta”.²⁰ O articulista, ao modo de Maquiavel, distingue com cautela o instituto legal de sua usurpação: legítimo quando limitado no tempo e nos atributos (“Fabio foi nomeado ditador na guerra contra Aníbal”), corrupto quando deixa de ser “extraordinário” (“Júlio César, por uma derrogação do costume estabelecido, foi feito ditador perpétuo”,

19. N. Maquiavel. *Comentários sobre a Primeira-Década de Tito Lívio*. Tr. Sergio Bath. Brasília: Editora UnB, 2000, pp. 113-115. Guez de Balzac, secretário e parte da *entourage* política de Richelieu antes de retirar-se da vida pública, autor de uma reflexão sobre o maquiavelismo no interior da doutrina da *raison d'Etat*, defensor, como Montaigne ou Charron, segundo Anna Maria Battista, de um critério “acomodante” da justiça aplicada à vida pública, ao mesmo tempo pragmático e contingente, pela consideração do que é útil e que não seria “desonesto na necessidade do tempo”, afirmaria mais uma vez o elogio da antiga ditadura romana, essa útil e razoável “concentração do poder”, ainda que prudentemente restrita a “momentos de exceção”. A. M. Battista. “Morale privée et utilitarisme politique en France au XVII^e. siècle”. In: C. Lazzeri, D. Reynié (org.). *Le Pouvoir de la raison d'Etat*. Paris: PUF, 1992a, p. 219.

20. L. de Jaucourt. “Dictateur [hist. romaine]”. In: D. Diderot, J. d’Alembert, *op. cit.*, 2013, v. 4, pp. 956-958. Adquiriu ainda um segundo sentido, prossegue o redator, figurado – “diz-se do tom autoritário e peremptório que assumem certos discursos”. Acepção que passa a constar do Dicionário da Academia Francesa em 1798. Há, portanto, na própria linguagem, algo a temer...

grifos meus).²¹ Camilo, o general romano nomeado cinco vezes ditador, foi “um cidadão incomparável, o restaurador de sua pátria e o segundo fundador de Roma”. Exerceu a ditadura “para restabelecer a paz na república entre as diferentes ordens do Estado.” O mesmo não se dirá de Júlio César, acusado por um tribuno da plebe de corrupção na guerra...

Que se acautele, porém, o leitor, parece advertir Jaucourt, contra o uso dessa excepcionalidade: se a ditadura subsistiu muito utilmente e em conformidade com os honestos fins de sua instituição, para usar a linguagem dos céticos, ela levou também às guerras civis de Mário e de Sila e a seus banhos de sangue:

Sila, vencendo o rival e o partido que o sustentava, entrou em Roma à frente de suas tropas e ali exerceu tamanha crueldade que ninguém podia contar com um dia de vida. Para autorizar seus crimes, declarou-se ele próprio *ditador* perpétuo em 671, ou, melhor dizendo, usurpou à força a ditadura. Soberano absoluto, mudou a seu bel prazer a forma de governo; aboliu antigas leis, estabeleceu novas, tornou-se senhor e dono do tesouro público e dispôs despoticamente dos bens de seus concidadãos.²²

A liberdade que rendeu à pátria custou a esta muitos massacres... Por isso, os romanos logo entenderam, seguindo Políbio, que a “ditadura é muito próxima da tirania”, e foi enfim preterida.²³

21. Note-se que o exemplo de Jaucourt é o mesmo indicado nos dicionários a partir de 1762.

22. L. de Jaucourt, *op. cit.*, 2013, v. 4, p. 957.

23. O verbete assinado por Jaucourt parece mais crítico que as reflexões de Rousseau a respeito, que seguem de mais perto Maquiavel. Embora o autor do *Contrato Social* indique a possibilidade do instituto da ditadura tornar-se “tirânico ou vão” e aconselhe limitar o “uso indiscreto dessa suprema magistratura”, é verdade também que considera “a inflexibilidade das leis, impedindo-as de se curvarem aos acontecimentos”, razão para tomá-las por perniciosas e causa da perda do Estado. A tese é a mesma sustentada por Maquiavel: “a ordem e a lentidão das formas demandam um lapso de tempo que as circunstâncias por vezes recusam. [...] [Por isso,] “não se deve imobilizar as instituições políticas a ponto de a elas negar o próprio poder de suspender-lhes o efeito.” Até mesmo Esparta deixou suas

A *Encyclopédia* não deixaria de repertoriar as teses de Montesquieu, como o fez no verbete “despotismo”. De fato, para aquele que alguns consideram o último dos filósofos antigos, ainda ocupado da questão do “melhor regime”, um povo é livre quando “goza da forma de governo estabelecida pela Lei”. Contudo, lastima, a maioria dos governos dessa terra são despóticos; sob déspotas, “as leis não são mais que a vontade momentânea do príncipe”²⁴ e o indivíduo não pode confiar “que o furor de um só ou de muitos não lhe extirpará a vida ou a propriedade de seus bens”.²⁵ Nem as repúblicas, nem as monarquias “temperadas” (essas que Montesquieu admira) estão livres do mal tirânico: nas repúblicas, as facções podem ser tão furiosas quanto um príncipe em cólera... Em ambas, a *hybris* do poder, infensa à prudência e ao comedimento, leva a corrompê-las: os tiranos aviltam a condição humana porque os homens aí só conhecem a obediência servil ou o instinto da sobrevivência, reduzidos a escravos ou a bestas. O medo

leis de lado, em nome, é certo, da salvação da pátria. Rousseau não enxerga, aí, nenhum risco de usurpação da “vontade geral”, porque “é evidente, diz ele, que a primeira intenção do povo é que o Estado não pereça”. Assim, “se o risco é tal que o aparelho de leis torna-se um obstáculo a sua prevenção, então se nomeia um chefe supremo que faça calar todas as leis e suspender por um momento a autoridade soberana”. Tal chefe é o ditador, “nomeado na noite e no segredo, como se fosse vergonha alçar um homem acima das leis”. Lê-se aí uma admiração manifesta pela excepcionalidade ditatorial porque há, em Rousseau, uma clara relação entre a virtude da instituição e a correção virtuosa dos cidadãos da República (e seu contrário: clara relação entre a degeneração que possa introduzir a ditadura e o aviltamento dos costumes que engendra nos indivíduos), como se lê também o elogio da censura, que, embora incapaz de restabelecer os (bons) costumes, “pode ser útil para conservá-los”, impedindo “a corrupção das opiniões”. Não é tanto o perigo do abuso ditatorial que teme Rousseau, mas, antes, o risco da degradação da própria figura do ditador. J.-J. Rousseau. *Du Contrat social*. Paris: Gallimard, 1964, Livro IV, caps. VI e VII (introdução e notas de R. Derathé). Ver C. Haroche e A. Montoia. “Former et réformer les moeurs: une question morale et politique”. In: J. Chevallier (org.). *Les bonnes moeurs*. Paris/Amiens: PUF/Curapp, 1994. A respeito da censura, ver as observações de M. Sennelart em “O controle das condutas: censura e opinião pública no século XVIII”. In: N. Avelino, S. Vaccaro (orgs.). *Governamentalidade e segurança*. Tr. A. Montoia. São Paulo: Intermeios, 2014.

24. Montesquieu. *Mes Pensées* (fragmento 1821, Despotismo). In: _____. *Oeuvres complètes*. I. Paris: Gallimard/Pléiade, 1949, p. 1436.
25. Montesquieu. *Mes Pensées* (fragmento 631, Da liberdade política), *op. cit.*, 1949, p. 1152.

os move, o que não constitui, a bem dizer, nenhum princípio, como o espírito da honra nas monarquias e o da virtude nas repúblicas. Não são, aliás, propriamente falando, regimes. Os membros desse corpo político, dos quais “o tirano se faz o proprietário, e não seu rei”,²⁶ são dominados como crianças, destituídos de bom senso, a quem o governante tudo dita, da gerência dos seus assuntos privados à conduta da saúde do próprio corpo ou do que deve crer sua consciência.²⁷

Bastam esses poucos exemplos. Servem apenas para apontar uma tônica constante que faz a base do meu argumento: apesar de a linguagem do nosso tempo, como expresso na acepção corrente hoje encontrada nos dicionários – “regime político em que o poder se encontra nas mãos de um só homem ou de um grupo *que o usa de maneira discricionária*” (grifos meus) –, dar as ditaduras por uma forma política nefasta,²⁸ persiste renitente a defesa desse exercício absoluto do poder concentrado na figura do ditador, a se lançar mão em momento de crise. Malgrado a denúncia do caráter profundamente “concentracionario” do poder ditatorial, há algo, como se viu, que permanece da concepção antiga na prática política moderna: o recurso à “exceção”, o apelo a esse instrumento extraordinário de redenção, a ditadura, permanecerá sendo estratégia sempre anunciado.²⁹

26. A referência é a tragédia de *Ricardo II* de Shakespeare (II, 1, 114): “Landlord of England art thou now, not king.” (Sois agora senhor das terras da Inglaterra, e não seu Rei!).

27. Montesquieu, *Mes Pensées* (fragmento 1826, Despotismo), *op. cit.*, 1949, p. 1436.

28. Por isso, poucos hoje duvidariam, diz Norberto Bobbio, da importância da “defesa das regras do jogo”, próprias às democracias. Têm razão os cétricos quando denunciam, no jogo, a trapaça dos parceiros ou quando desconfiam do valor do próprio jogo: as democracias continuam a manter promessas não cumpridas, em especial a reiteração das oligarquias e a sobrevivência do poder invisível, autorizando o uso indiscriminado da força. Ainda assim, só as democracias – o governo público praticado em público – permitem enfrentar a usurpação do poder, o desprezo pela lei, e seu sustentáculo, a prática da violência. Cf. N. Bobbio. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Tr. Marco Aurelio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

29. Joseph Schumpeter, propugnando em 1942 uma definição “realista” (e, por isso, “mínima”) para a democracia, lembrará o instituto do ditador romano (*magister populi* ou *dictator*) para as possíveis conturbações do “método democrático”, ressaltando, porém, a distância do modelo antigo em relação às ditaduras modernas. Todas as democracias, afirma, reconhecem a necessidade, por vezes,

Vejamos um instante a história: a ditadura, modernamente, foi invocada no momento revolucionário francês em termos exatamente próximos daquela linguagem da excepcionalidade e de retorno à ordem revulsada. Marat, o mesmo arauto da liberdade que investira firmemente, em *Chaînes de l'esclavage*, contra o mecanismo mobilizado pelos tiranos, o *coup d'Etat*,³⁰ clamaria, no dia mesmo da festa da federação, por uma ditadura. Seria, certamente, um ditador à maneira antiga, eleito, e de magistratura contida e limitada no tempo:

Digo-o com dor: o edifício da Constituição falha [...] a menos que tomemos o único meio apropriado a conter no dever os inimigos da Revolução. [Se houvesse um só homem de Estado no Senado da Nação...], ele teria pedido a formação de um verdadeiro tribunal de Estado [...]; depois, a instituição de um cargo de ditador, eleito pelo povo em época de crise, e cuja autoridade não durasse mais de três dias, e cujo dever fosse o de punir como necessário os maus cidadãos que tivessem posto em perigo a salvação pública.³¹

da concentração do poder nas mãos de uns poucos. “Dispositivos semelhantes [àquele do ditador clássico] estão presentes em praticamente todas as constituições [contemporâneas]: o presidente dos Estados Unidos adquire, em certas condições, um poder que para todos os propósitos faz dele um ditador no sentido romano [...]”. Se o monopólio das decisões nas mãos de um só, prossegue, “for efetivamente limitado [...], o princípio democrático da liderança competitiva fica meramente suspenso”. Contudo, adverte, se tal monopólio, “por lei ou de fato, não for limitado quanto ao tempo – e nesse caso tenderá a ser ilimitado em tudo o mais –, o princípio democrático ficará revogado e teremos o caso da ditadura no sentido dos dias de hoje”. J. Schumpeter. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tr. Sergio G. de Paulo. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 368.

30. Vale a longa citação: “Como um rio que mina lentamente os diques que o contém e rompe-os num repente, assim o poder executivo age surdamente e derruba finalmente todas as suas barreiras. [...] Não há meios que os príncipes não empreguem para usurpar a potência suprema. [...] ‘justiça, bondade, honra, virtude são feitas para os homens privados’, dizem os déspotas; ‘os que carregam as rédeas do estado devem se conduzir por outros princípios’. [...] Essa horríveis lições foram erigidas em máximas políticas, e essas funestas máximas produziram os mais odiosos crimes, condecorados com o nome de golpes de estado [...], quantos deles encobertos pelas trevas da noite, e quantos ainda na história!”. J.-P. Marat. *Les chaînes de l'esclavage*. Paris: Editions UGE, 1972, pp. 232-238. Ver especialmente as anotações reunidas no capítulo “Golpes de Estado”.
31. J.-P. Marat. “L’Ami du peuple”, n. 177, 30 de julho de 1790. In: M. Vovelle (org.).

Eis o primeiro passo para a criação do ditador: ele emerge do anúncio da crise provocada pelo “inimigo da ordem pública”. Um ano depois, o mesmo Marat continua a insistir, apontando, dessa vez, a investidura do “ditador supremo”, já não tão sujeito à “vontade popular”:

Resta um só meio para vos retirardes do precipício a que vos arrastaram vossos indignos chefes: é o de nomeardes imediatamente um tribuno militar, um ditador supremo, para lançar a mão sobre os traidores conhecidos [...]. Fazei vossa escolha recair sobre o cidadão que vos mostrou até hoje mais luzes, zelo e fidelidade: jurai-lhe uma dedicação inviolável e obedeci-lhe religiosamente em tudo que ele vos ordenar para vos desembaraçar de vossos mortais inimigos. [Cumpri], *ou estareis perdidos sem remédio*.³²

“Um tribuno, um tribuno militar!”, bradava Marat em 1791. Antes mesmo de Robespierre, dado por artífice da deriva “terrorista” da Revolução, vemos anotado o apelo ao terror de Estado. O “Amigo do Povo” passaria do “ditador-esclarecido” ao instituto do triunvirato romano. Mas o princípio é sempre o mesmo: o recurso à força, ainda que dado por momento de exceção e – triste torção jurídica – considerado como condição mesma da emancipação.

Michel Vovelle refere-se ao pessimismo de Marat quanto à aptidão do povo, “homens ignaros, vis e egoístas”, para conduzir um governo revolucionário. A origem desse apelo aos ditadores pode encontrar raízes nessa desconfiança quanto às capacitações políticas do grande número: “mais ocupado a passar seu tempo a tagarelar nos círculos, praças públicas ou cafés”, o povo reclama sobre ele um “chefe esclarecido e incorruptível”, com poder momentâneo, mas sem limites, para expulsar,

Marat. Textos Escolhidos. Tr. pt. Rogério Fernandes. Lisboa: Portugalia, 1963, p. 204.
32. J.-P. Marat. “L’Ami du peuple”, n. 497, 22 de junho de 1791. In: M. Vovelle, *op. cit.*, 1963, p. 207, grifos meus. Esse “cidadão fiel” a quem confiar o cargo, diz Vovelle, seria Marat ele próprio.

debilitar e exterminar os inimigos da igualdade e da liberdade. Eis anotado o paradoxo: “só pela força”, invectiva, “se pode chegar a fazer triunfar a liberdade e a assegurar a Salvação pública”.³³ Depois da fuga do rei a Varennes, o tom será ainda mais alarmista: “estamos liquidados para sempre *se* [...] a pena de morte, a perquisição inquisitorial nas casas suspeitas [...] e o armamento revolucionário [...] não se instalarem”, medidas, aliás, postas em prática nas semanas seguintes...³⁴

Marcel Gauchet indicou a origem dessa deriva já no primeiro momento revolucionário francês:

A unidade da nação, em corpo e em ato consigo mesma, que a Assembleia tomou de empréstimo [à figura] do rei, terminou fatalmente por se voltar contra este; tornou-se regicídio. Pior: pela mesma derrocada fatal, veio, nesse paroxismo, a se voltar contra os próprios membros do corpo político. Tornou-se terrorismo, prestando-se à usurpação.³⁵

Mais adiante, o autor localiza o mesmíssimo movimento no golpe do sobrinho, o “pequeno Napoleão”, em 2 de dezembro de 1851:

Seria preciso o retorno de um encarnador da nação, e dela distinta, na pessoa de Bonaparte, para extirpar o pesadelo [...]. Não que Bonaparte fosse algo semelhante a um rei; ele era, em profundidade, o seu contrário. Era o desejo da nação que encarnava [...], era a exterioridade do Estado que materializava [...]. Se a forma apresentou-se monárquica, a substância era democrática. Por ter esquecido isso, será varrido de cena. Mas permanece altamente significativo que tenha sido preciso passar pela ressurgência da identificação do poder em um ente para assentar a irreversível

33. J.-P. Marat. “L’Ami du peuple”, n. 542, 30 de agosto de 1791. In: M. Vovelle, *op. cit.*, 1963, p. 209.

34. J.-P. Marat. “Aux braves parisiens, 1792”. In: M. Vovelle, *op. cit.*, 1963, p. 211. Note-se o uso do condicional, ameaçador (grifo meu).

35. M. Gauchet. *L’avènement de la démocratie. I. La révolution moderne*. Paris: Gallimard, 2007, p. 120.

conquista do princípio, isto é, a soberania em nome coletivo. [...] Nos fatos, o corpo político, que se cria supostamente em posse de si mesmo, escapava a si mesmo; não comandava o poder que se supõe dele emanar; simplesmente o padecia, seja porque foi subtraído a seu controle por uma usurpação violenta, seja porque se perdeu na impotência e na confusão. [Assim se deve] compreender o paradoxo simétrico e inverso do 18 de Brumário. A submissão a uma autoridade indiscutível apareceu como solução às aporias da liberdade. A despossessão ditatorial restituiu ao país o sentimento de que dominava o seu destino.³⁶

Assim, as ditaduras, entendidas como legítimo recurso à autoridade da força, mobilizado em nome do restabelecimento das liberdades ultrajadas,³⁷ tornou-se uma constante da política moderna,

36. *Ibidem*, p. 121.

37. Jean-Pierre Faye alerta para o fato de que a referência a esta “operação de filtragem das violências do Estado *através dos filtros da liberdade* exigiria um cuidadoso exame em diversas instâncias exemplares da história jurídica”, sobretudo no que diz respeito à relação entre as duas violências de Estado: a legislativa, “que exerce violência contra a violência corporal”, e a executiva, “o poder que exerce a violência”. (J.-P. Faye. “Violência”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 22. *Política. Tolerância/Intolerância*. Tr. pt. M. Alice Costa Ribeiro. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996, p. 276, grifos meus). Christian Lazzeri e Dominique Reynié, por sua vez, consideram que a doutrina da razão de Estado “muito contribuirá, paradoxalmente, para forjar a identidade liberal e democrática. [...] As constituições mais liberais e por vezes as mais elaboradas concedem-lhe espaço, às vezes por silêncio tático, impotência ou inabilidade, mais frequentemente por meio do direito, que não é, aliás, senão a parte outorgada ao que resta do domínio das sombras: a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* é plena de concessões desse tipo, em que se imiscuem sem dificuldade as ambições despóticas”. (C. Lazzeri, D. Reynié. *La Raison d’Etat. Politique et rationalité*. Paris: PUF, 1992b, p. 10). Comentando essa mesma passagem em “Segredo e razão de Estado”, Roberto Romano afirma que “mesmo dirigentes de Estados democráticos podem seguir as sendas [das ambições autoritárias], ou serem tentados a segui-las. Constituições liberais modernas deixam brechas para seu uso”. (In: R. Romano. *Desafios do Islã e outros desafios*. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 275-276). No que diz respeito à *Declaração dos Direitos*, observe-se o fato, anotado por Marcel Gauchet, com frequência passado despercebido, de que o florescimento da temática dos direitos do indivíduo é o contragolpe da afirmação do Estado e de seu império, justamente, sobre os indivíduos. (M. Gauchet. *La Démocratie contre elle-même*. Paris: Gallimard, 2002, especialmente “Les droits de l’homme ne sont pas une politique”).

de certos momentos da Revolução francesa às formas libertadoras tramadas no século XIX como “ditadura do proletariado”, dos *Führer* ao egocrata totalitário, dos Bonaparte ao líder carismático, essa figura mais que rediviva do século XXI. Continuamos a invocar, como de há muito, os “homens extraordinários” (os Moisés, Ciro, Teseus e Rômulos de Maquiavel; o Grande Legislador de Rousseau, “capaz de mudar a natureza humana”; o herói fundador de Estados de Hegel; o líder redentor...), estes todos que têm o “direito” a seu lado, isto é, a força a seu dispor. Emergem anunciando sua própria excepcionalidade, sua transitoriedade, necessários em circunstâncias extraordinárias. Daí que se imponham por meio de golpes, “um conjunto de ações ousadas e extraordinárias”, na definição conhecida, “que os príncipes executam contra o direito comum, sem manter nenhuma ordem ou forma de justiça, ameaçando o interesse do particular pelo bem público”.³⁸

Eis resumido o *princípio* das ditaduras: a usurpação, a desmesura, a corrupção, uma coorte de caudatários e o ocultamento do modo violento pelo qual operam... Seu título e sua verdade advirão sempre da força. Atravessarão incólumes os séculos até chegar às monocracias absolutas do século XX, edificadas sob o Estado da repressão ilimitada, numa espécie de cruzamento, como diz Jean-Pierre Faye, entre a guerra ideológica sem piedade e a guerra imperial sem limites.³⁹

As ditaduras modernas fazem de imediato uso da suspensão dos direitos civis, autorizando-as à violência contra seus opositores. Não há, aliás, nem mesmo opositores, nas ditaduras, mas inimigos – isto é, na definição dada em 1794, todos os que “tentam desviar a opinião, corromper a consciência pública e depravar os costumes do povo” – contra os quais se argumenta o “contragolpe preventivo”. Recorrem ainda à suspensão, quando não à supressão, do poder legislativo e, por vezes, mas nem sempre, têm na demagogia sua seiva propulsora,

38. G. Naudé *apud* R. Romano, *op. cit.*, 2006. Mesmo se a “razão de Estado não se confunde pura e simplesmente com uma política de transgressão de normas ético-jurídicas sob o efeito de uma afirmação *de fato* do poder coercitivo do Estado” (C. Lazzeri, D. Reynié, *op. cit.*, 1992a, p. 9), esta é, porém, a racionalidade estatal própria às ditaduras.

39. J.-P. Faye. “Terror”, tr. pt. Magda B. de Figueiredo, *op. cit.*, 1996.

talvez porque busquem legitimar-se no conjunto do corpo social onde vicejam. Daí que busquem uma aura de legalidade. O manto legal é, porém, bem lasso: aí, a única justiça é aquela que reverbera a verdade do mais forte. Afirmam, sobretudo, não contraditar a vontade geral, essa, justamente, que os ditadores pensam encarnar, protegidos ora pela repetição do discurso redentor, ora, o mais das vezes, pela força das armas.⁴⁰

Chegamos, assim, a tema delicado: as ditaduras, tal como se instalaram na origem, e tal como se perpetuaram no tempo, nos obrigam a pensar que elas raramente advêm apenas do cume dos palácios, mas contam, tantas vezes, com o eco surdo das planícies. Embora não a exijam, encontram uma misteriosa adesão, entranhada no próprio povo de onde emana modernamente a soberania. Jaucourt, autor do verbete “tirania” da *Enciclopédia* de D’Alembert e Diderot, já advertira: Apolônio de Tiana, diz ele, foi a Roma no tempo de Nero para ver, ao menos uma vez, “que animal era um tirano”. Aprendeu: um monstro no governo. E ensinou: um monstro beneficiado pelo “restolho de virtude” da população sobre a qual se abate. Foi assim que Roma tornou-se cada vez mais escrava do tirano.⁴¹

Essa é a herança maior e a mais horrenda que nos legam as ditaduras. No mesmo solo em que brotam éticas notoriamente violentas medra o agir do ditador: tirânico, despótico, absoluto, autoritário, sempre selvageria, “reúne os extremos e, sobre a cabeça de um milhão de homens que esmaga, eleva o colosso monstruoso de alguns favoritos indignos que o servem”, coniventes sequazes a quem recompensam

40. Segundo Hannah Arendt, a experiência totalitária – uma espécie totalmente diferente das tiranias, despotismos e ditaduras até então conhecidos, e que não se confunde com elas – “desafia todas as leis, incluídas as suas [a constituição soviética de 1946, por exemplo] ou as que nunca aboliu [a constituição da República de Weimar, no caso alemão].” Crê poder dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar à arbitrariedade ou ao estado tirânico porque “afirma obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da natureza ou da história que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis”. (H. Arendt. *Origens do totalitarismo*. Tr. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 513-515)

41. L. de Jaucourt. “Tyrannie”. In: D. Diderot, J. d’Alembert. *op. cit.*, 2013. (Há tradução brasileira desse verbete: *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tr. e org. de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial/Editora UNESP, 2006).

pela feroz crueldade, insensibilidade e falta de comiseração... Tiranias são temíveis e contra elas jamais se está abrigado, porque “com uma mão, elas socorrem, para oprimir em seguida com uma infinidade de braços.”⁴² Por isso, deixam marcas difíceis de serem extirpadas: exercem *cura* ao lado da vigilância; entranham-se em instituições e penetram os costumes; fomentam o medo e a ética do silêncio, do colaboracionismo, da conivência, da desconfiança, da insensibilidade, da crueldade. É o poder, repetimos, em sua pura *dynamis: macht*. Sua primeira *ratio* será sempre o uso da força física, o furor da repressão, a máquina da delação, o mecanismo da tortura, a mais imperiosa violência contra o “inimigo” e, sobretudo, contra o *corpo* do inimigo.

A confiança contra a tirania do medo

Para alguns autores, a lógica será sempre a mesma, qualquer que seja a ditadura: os regimes de Franco e de Salazar, as ditaduras civis-militares instaladas na América do Sul, na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, no Equador, no Paraguai, no Uruguai, obedeceram, afirma Jean-Pierre Faye, aos mesmos mecanismos: a) investem no Estado absoluto, que não aceita nenhuma limitação ao seu poder absoluto; b) definem uma condição de guerra interna permanente; c) determinam que o Exército – ou seus órgãos paramilitares e clandestinos – é a única força coerente e eficaz contra o inimigo. Contra elas, existe apenas o “terrorista”,

que o general Videla, na Argentina, define habilmente como alguém que tem uma arma ou uma bomba e que divulga ideias contrárias à civilização ocidental, numa formulação tão ampla que permitirá o correspondente desenvolvimento das prisões e dos campos de detenção secretos ou dos locais de tortura. [...] Afinal, os leitos de fios elétricos sobre os quais são deitados os supostos dissidentes [do sul do mundo] podem ser comparados

42. *Idem.*

aos quartos psiquiátricos e às camisas de força quimicamente tratadas que esperaram os dissidentes do leste [europeu].⁴³

Podem, talvez. Porque, de qualquer modo, seria indecente estabelecer uma gradação no horror: ditaduras não são mais ou menos brandas, mesmo se há, como creio, uma diferença substancial entre as ditaduras totalitárias e essas outras formas de exercício autoritário do mando. As últimas – as ditaduras civis-militares, por exemplo, instaladas na América do Sul – não pretendem ser a realização de uma *feroce voluntà totalitaria* a que se referia Mussolini e cuja realização não esteve, aliás, na Itália, mas na Alemanha e na União Soviética. Os totalitarismos do século XX (nazismo e stalinismo) dependeram, em grau ou outro, de se radicarem na sociedade civil, de mobilizarem as massas e de exigirem adesão.⁴⁴ O mesmo não se deu com as ditaduras da parte sul do planeta: se interditarão a pluralidade de opiniões políticas (pela instalação de uma truculenta censura, pela repressão às entidades sindicais, por decretarem a ilegalidade dos partidos), não dependeram, contudo, de um partido único, de um jornal único, de um líder único, detentores da verdade única. Sustentados por propaganda, certamente (a designação dos resistentes como “subversivos” ou “terroristas”, o “Brasil: ame-o ou deixe-o”, o desenvolvimentismo alimentado por um nacionalismo ufanista etc.), os ditadores, jogadores desonestos, fizeram

43. J.-P. Faye. “Repressão”, tr. pt. Magda B. de Figueiredo, *op. cit.*, 1996, p. 313.

44. A definição de Hannah Arendt me parece ainda oportuna: o totalitarismo, a forma extrema das ditaduras, é o regime do terror. Isto é, trata-se de uma empreitada *total* de engendramento de um novo tipo de existência humana e, sobretudo, de uma nova humanidade. Assim é que o totalitarismo supõe a paixão pela reforma do próprio homem levada adiante por líderes de virtude carismática (“Il Duce ha sempre ragione”, “o pai dos povos”, “morre-se pelo Führer”, “o pensamento de Mao é a expressão da luta de classes” etc.), tantas vezes ancorados no mito (o renascimento do império romano, a raça ariana, o partido redentor), este sentimento exaltado e gratificante de se sentir pertencente a uma comunidade de “exceção”. Fundamental, nesse processo, é o ponto *extremis* da lógica do inimigo: não se trata da simples vitória sobre eles; é preciso exterminá-los. A advertência do historiador Adam Ulam dá bem a medida do “grande Terror” soviético com os expurgos de Lejov em 1934: então, ninguém, nem o mais comum dos cidadãos, nem a cúpula do Politburô, sabia quando a polícia viria buscá-lo. Mas sabia que ela viria, nesta ou naquela noite.

recuar, repeliram, confinaram – significados, todos, para o termo reprimir na origem latina – qualquer opositor que se introduzisse em seu caminho. Certamente importante, porém, e mais delicado, o fato de ter sido perfeitamente possível à parte significativa da população desconhecer, honesta ou desonestamente, o *modus operandi* do Estado de “exceção”. A repressão não se abateu sobre essa massa, que permanece ainda hoje, no caso brasileiro, ignorando os resistentes ao arbítrio (de vários matizes ideológicos, diga-se) e alheia à história do país, a mais recente, ou aquela da ditadura Vargas, oculta sob a falácia do estadista “popular”, elogiado, diga-se, à direita e à esquerda.

Isso não quer dizer que tenham operado longe da lógica que faz a substância das ditaduras: o medo e a instalação do feroz aparelho repressivo de Estado, de que a tortura foi a marca mais hedionda. As ditaduras são, sempre, qualquer que seja a forma histórica que tenham assumido, tirânicas.

Sigo de perto Jean-Pierre Faye:⁴⁵ embora a prática repressiva fosse bem conhecida ao longo dos séculos (basta lembrar os autos-de-fé inquisitoriais), os termos repressão ou reprimir passam ao vocabulário das línguas vulgares apenas no século XVIII. Se a definição do terror político pode ser encontrada, talvez pela primeira vez, no discurso de Crícias, um dos trinta tiranos que esmagaram a democracia ateniense (“condenava quem lhe causasse receio e castigava como traidor o que trazia seu poder em risco”), há, contudo, diz Faye, senão na prática, certo cunho de modernidade na palavra, como se a terrível frase de Robespierre, referindo-se em 1793 ao terror revolucionário como “a guerra da liberdade contra a tirania”, tivesse tornado enunciável a prática repressiva do poder moderno: se a ditadura romana se justifica em nome da ordem, as tiranias modernas operam em nome mesmo da liberdade.⁴⁶ É que, embora brandem princípios, como

45. Refiro-me aos verbetes de sua autoria (“repressão”, “terror”, “violência”) incluídos na *Enciclopédia Einaudi*, citados, que em muito retomam seu meticuloso trabalho: *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. Tr. Eva Landa e Fabio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

46. J.-P. Faye. “Terror”, *op. cit.*, 1996.

o restabelecimento da “ordem” em nome da “estabilidade” social e econômica ou da “moralização” da sociedade, não se pejam em abandoná-los diante dos opositores.

Foi o que parece ter intuído Jaucourt, o infatigável colaborador do projeto enciclopédico, um próximo, nas ideias políticas, de Diderot: muito já se golpeou o tirano, diz ele, mas pouco as tiranias... Por isso, puderam ser tomadas como “a justiça de prontidão, severa, inflexível”, emanação, pois, da própria virtude: o ditador, virtuoso, incorruptível, “sem o que o terror é funesto”, instala o terror “sem o qual a virtude é impotente”. Basta, porém, a lembrança da repressão perpetrada contra a Comuna de Paris em 1871 – marcada por uma semana de sangue (35 mil mortos oficiais, 100 mil os estimados) e, para alguns, segundo Faye, o primeiro campo de concentração dos tempos modernos (quinze mil corpos enterrados na vala a céu aberto de Ivry-sur-Seine, então subúrbio do sudeste parisiense), para anotar, também, que o terror é aquele perpetrado pelo Estado, e só pelo Estado.

Essa nova repressão já não é mais a simples crueldade despótica, mas o que Bonaparte designou, sempre segundo Faye, por ideologia: “uma vez que esse povo disse que queria a liberdade e a igualdade, todos aqueles que não as querem são seus inimigos”. É por elas e em nome delas que se denuncia, persegue e extermina os “inimigos do povo”. Eis a *hybris* (arrebato, impetuosidade, excesso, que os romanos traduziram por *violentia*) das ditaduras, operando pela tortura e pelo aniquilamento da subjetividade dos inimigos. “Poderíamos lhe contar”, disse a poetisa russa Akhmátova, “como vivemos cheios de medo, como criamos nossos filhos para o carrasco, a câmara de torturas e a cela da prisão”...

Contra o medo que disseminam, pelo mutismo a que constroem seus opositores, pela perpetuação da ética da violência, as ditaduras destroem a fé na coisa pública. Contra elas, é preciso lembrar, narrar, compartilhar, ajuizar, e punir.

Ditadores deixam seus rastilhos não apenas na letra da lei, que vilipendiam, mas, também, e penetrantes, no corpo da sociedade: multiplicam a potência do medo, transformando-o em

pânico, introduzem a insegurança e minam, entre os indivíduos, a confiança nos liames societários, por vezes, tal o caso brasileiro, já tristemente esgarçados, como paciente e rigorosamente analisado por Maria Sylvia de Carvalho Franco: num “mundo vazio de coisas e falta de regulamentação”, numa “sociedade onde inexistem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais”, erige-se uma moralidade que não teme nem repudia a destruição do opositor e incorpora a violência – a da vida cotidiana e a da vida pública – como legítima e mesmo desejável. O resultado, conclui, foi levar “aos extremos a assimetria do poder, nada limitando a arbitrariedade do mais forte e reforçando a submissão do mais fraco”.⁴⁷

Seria ainda necessário buscar tecer com mais cuidado as relações entre essas sociedades cujas relações são forjadas nas incivildades e sua prontidão a acatar as formas violentas do mando autoritário. Há muito, nas reflexões da autora, que ajuda a melhor compreender onde medram as ditaduras:

Estado, na consciência desses homens [pobres e livres], se confundia com a pessoa do príncipe e governo se identificava com seus atos e decisões, ou com as de seus representantes. [...] Aparecem aí, em sua plenitude, os efeitos da dominação pessoal e é nela que deve ser procurada a explicação para a asfixia da consciência política.⁴⁸

Nesse mundo humano-social já bastante autoritário, o que prospera, então, é a impotência e o conformismo, dois solos em que deitam raízes, sem muitas dificuldades, a violência, a prepotência, a inimizade e o medo semeados pelos ditadores. Tecer a confiança nos elos societários, portanto, é arma de combate contra as ditaduras.

“É útil aos homens, afirmava Spinoza, atar relações entre si, forjar liames que os tornam mais aptos a constituir, junto, um só todo,

47. M. S. Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969, p. 102.

48. *Ibidem*, p. 87.

e fazer sem restrições o que contribui para afirmar as amizades”.⁴⁹ É o que Roberto Romano aponta como o princípio da fé pública fundada na palavra livre e na franqueza da língua. Sem ela, nenhuma sociedade pode sobreviver. Sem ela, instalam-se a incerteza e a desesperança, progrida a corrosão de valores.

“Para conservar a si mesmos, os indivíduos precisam uns dos outros”. Eis, reinvestida, sob outras lentes, a tese da sociabilidade natural. Spinoza, porém, logo adverte: para que se garantam os elos societários, é preciso que se disponha do poder de fazer – e de fazer respeitar – as leis. Os indivíduos precisam, portanto, do Estado, afirmará Spinoza. Não, porém, de *qualquer* Estado, mas daquele único, cuja alma é o poder legislativo, capaz de proteger as leis contra tudo que contra elas atenta. Se tal poder legislativo é confiscado, indicando ausência de governo (“um mistério na política, inconcebível ao espírito do homem, e incompatível com a sociedade humana”), desaparece também a exigência de obediência cívica. O resultado é a destruição e a ruína do corpo político.

Anotemos a cautela do filósofo: embora o Estado seja essencial aos elos humano-sociais, a vida do Estado só vale, adverte Spinoza, seguido bem de perto por Rousseau, na medida em que valem a vida de cada um dos que o compõem. Essa é sua razão de ser. Quando os direitos de cada um não estão mais seguros – isto é, quando não há mais justiça –, a política se corrompe e a confiança esperançosa cede lugar ao medo, à apatia e à tristeza melancólica.⁵⁰

Por isso, todo governo que fere a fé pública – ou a destrói – é passível de deposição. O corolário da tese de Spinoza aproxima-o de Maquiavel: ali onde falta a fé pública, “não existe vergonha em violar as promessas arrancadas pela força”.⁵¹ Isso é mesmo um dever para o homem honesto, como definirá Montaigne, para quem é crucial a

49. B. de Spinoza *apud* R. Romano, *op. cit.*, 2004, p. 235. Retomo ponto a ponto os argumentos tecidos por Romano em “Spinoza e o medo”, incluído na obra citada.

50. A respeito dessa relação entre os afetos e a política em Spinoza, ver H. Rizk. “Les affects du pouvoir”. *Rue Descartes*, n. 12-13 (dossiê Passions et politique), Paris, 1995.

51. N. Maquiavel *apud* R. Romano, *op. cit.*, 2004, p. 236.

relação entre a lei e a tessitura do mundo humano-social: não apenas é legítimo, mas é também um dever do *honnête homme*⁵² – que “não perde de vista em nenhuma de suas ações os princípios da equidade natural e faz justiça mesmo a seu inimigo”, conforme a definição da *Encyclopédie* – contrapor-se àquele que fere a confiança na coisa pública.

Todo o verbete “Governo”, assinado pelo chevalier de Jaucourt,⁵³ busca apontar a legitimidade da resistência aos maus governantes. Quando os poderes agem pela força, indo além da autoridade que lhes foi entregue, diz ele, “agem de maneira oposta à confiança neles depositada”. Ora, se entramos em sociedade política para conservar os próprios bens – isto é, precisa o redator, a vida, a liberdade e as riquezas do povo –, é perfeitamente legítimo resistir àqueles governantes que se apropriam dos bens dos cidadãos e se tornam árbitros absolutos das coisas, “que pertencem, em próprio, à comunidade”. A investidura de certas pessoas da autoridade legislativa e do poder executivo tem por “única finalidade proteger e conservar aquilo que pertence a toda a sociedade”. O bem público e a vantagem do corpo coletivo, conclui, são o fim da instituição de um governo. Por isso, “ele deve ser exercido segundo leis estabelecidas, para que o povo possa conhecer seu dever e encontrar-se seguro à sombra da lei”. No mesmo passo, e pela mesma razão, os governantes devem estar contidos por claros limites: a tentação de empregar de forma nociva o poder a eles atribuído, uma tendência, aliás, de todo poderoso, deve ser firmemente constrangida.

Três situações conduzem à deposição dos governos: há os casos extremos, isto é, “quando uma força estrangeira dissolve a sociedade política” ou “quando a força suprema e executiva abandona seu posto”, vítima dos golpes de Estado, que não se limitam, aliás, diz o redator, aos golpes militares, muitas vezes coibindo e cerceando os

52. Tentei eu mesma me aproximar do problema da “razão de Estado” como exposto nos *Ensaïos* de Montaigne: A. Montoia. “O lapso de Montaigne: notas sobre a *raison d’Etat*”. In: J. Alexandrino de Souza Filho. (org.). *Montaigne e seu tempo*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

53. L. de Jaucourt. “Gouvernement” In: D. Diderot, J. d’Alembert, *op. cit.*, 2013, v. 7, pp. 789-791. Todas as citações do parágrafo provêm dessa entrada.

poderes legislativos. Existe, ainda, uma terceira hipótese: quando o poder legislativo ou o poder executivo age pela força, funciona como um tirano e um usurpador, qual o uso da “espada pelo conquistador estrangeiro”, subvertendo, confundindo e destruindo todas as coisas. Assim pronto aos excessos, dissemina entre todos o temor. O resultado, nefastíssimo, é que massacra e aniquila também a sociedade política. Será preciso, para proteger o corpo social, destitui-los.

A resistência às ditaduras está, portanto, no campo da justiça porque a resistência às ditaduras foi – e é – a recusa de uma determinada forma de Estado cuja *primeira ratio* é a força física, a violência bruta. Contra elas, é preciso, portanto, construir de modo inquebrantável a confiança no agir político.

Mas, de que matéria é feita a fé pública, base da confiança política?

Para a jurisprudência, afirma o verbete da *Encyclopédie*,⁵⁴ o termo “fé” pode ser dado por fidelidade, crença (ter fé em um ato) ou atestação e prova (dar fé de algo). Neste último caso, significa “confiança”, quando se diz, por exemplo, *ter fé na Justiça*, confiar em que se *fará* justiça. Ainda mais importante: significa crer nas instituições, certamente, mas também ter fé e dar fé da fé dada, isto é, crer na atestação dada pela palavra de outro. É a fé, nessa dupla acepção (ter fé, dar fé), que faz com que a imaginação de um indivíduo membro do corpo coletivo seja *afectada* pela afecção de outro indivíduo de experiência diversa. Por isso, a confiança e a fé pública podem ser dadas como sentimentos coletivamente compartilhados.

O sentimento, por sua vez, emana de um indivíduo específico e se aloja em suas fibras próprias, subjetivas. No termo, está implícita a ideia de sinceridade, isto é, uma elocução “conforme aquilo em que se crê interiormente”.⁵⁵ Este sentimento interior é a “primeira fonte e primeiro princípio de toda verdade”; é o sentimento, malgrado as teses de um “pirronismo universal e extravagante, useiras de um *verbiage*

54. B. d’Argis. “Foi”. In: D. Diderot, J. d’Alembert, *op. cit.*, 2013, v. 7, pp. 23-24.

55. L. de Jaucourt, “Sentiment, avis, opinion”. In: D. Diderot, J. d’Alembert, *op. cit.*, 2013, v. 15, p. 57.

ridículo”, que se experimenta de sua própria existência, da existência do outro e da experiência do mundo.⁵⁶

Enquanto o temor ao ditador é vivido em solidão, aquela mesma solidão imposta pela insociável condição natural –, o ódio que o indivíduo lhe devota não apresenta nenhum perigo para o tirano. É a expressão passional da pura impotência da vítima. Mas quando os sentimentos dos extorquidos, perseguidos ou massacrados articulam-se em afetos coletivos, a solidão cessa, e o temor de um provocará por sua vez a indignação de todos diante de seus excessos.⁵⁷ A primeira fonte de verdade, portanto, é nosso sentimento íntimo de que somos *impressionados* pelo testemunho dos sentidos que nos oferecem outros corpos, o que supõe já a evidência de que há *seres diferentes de mim*, cuja existência atesto, como exposto pelo anônimo autor do verbete enciclopédico.

Os argumentos do verbete poderiam levar a crer que, sendo a fonte da verdade o sentimento interior de cada existência, não poderia, portanto, haver “uma” verdade, mas uma variedade infinita de “evidências” dadas, todas, como igualmente verdadeiras. Tolice. Não há várias e muitas verdades, como quis afirmar um torturador. A verdade de quem detém a força e cala o oponente é sempre a instalação da mentira. Richard Rorty, investindo contra um relativismo rasteiro e irresponsável, considera que a verdade do mundo humano-social advém da própria capacidade de sermos “civilizados”, isto é, de alcançar um acordo em comum, fundado na solidariedade e na racionalidade, cuja premissa é a conversação. Sem essa civilidade que reclama Rorty, a verdade do Estado é a verdade dos lobos.⁵⁸ Por isso, carrascos não testemunham. *Confessam*, ao contrário, seus ignominiosos crimes, denunciados por aqueles que dão testemunho

56. Anônimo. “Sentiment intime”. In: D. Diderot, J. d’Alembert, *op. cit.*, 2013, v. 15, p. 58.

57. Sobre a noção de “indignação” em Spinoza, a quem muito devem Diderot e Jaucourt, cf. L. Matheron. “Passions et affects chez Spinoza”. In: *Rue Descartes*, n. 12-13 (dossiê Passions et politique). Paris: 1995; e, do mesmo autor, “Passions et institutions selon Spinoza”. In: C. Lazzeri, D. Reynié, *op. cit.*, 1992b.

58. R. Rorty. *Contingência, ironia e solidariedade*. Tr. Mario T. Martino. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

de sua experiência atroz. A verdade do que sofreu a vítima pode ser cotejada à verdade do que viveu outra vítima; jamais, salvo infâmia à fé pública, à do algoz.

A questão atravessou séculos: ao lado da experiência e da razão, o testemunho foi dado por fonte do conhecimento humano. Uma testemunha, isto é, alguém que viu, escutou, sentiu um fato, comunica-o a quem lá não esteve e, portanto, nem viu, nem escutou, nem sentiu o “acontecido”. Descreverá a outro o delírio do método, a crueldade, a dor, o medo, dará ciência do “moinho de ossos” a que esteve submetido.⁵⁹ Por isso, o *testemunho dos sentidos* é infalível: só admite a prova da razão e só pode ser contradito pelo testemunho de quem lá também esteve, viu, ouviu, sentiu, experimentou. Seu único crivo, portanto, é a memória de outro, sujeito à mesma experiência.

O que faz a máquina das ditaduras, em primeiro lugar, é minar a confiança nos elos humanos. Por isso, ela pretende, mesmo depois de derrotada, aniquilar e tornar inócuo o testemunho como *fonte de veracidade e de conhecimento*. Testemunhar, portanto, dar fé do que se passou, importa muito profundamente porque reata nossos elos humano-sociais recompondo uma fala de veracidade a partir da experiência sensível, sem o que a desconfiança se instala e o homem regride ao estado da fera. Introduce, assim, o que é essencial às sociedades: a capacidade de se pôr na pele e na carne do outro e, compartilhando seu sofrimento, dele se *com-padece*.

Porque a veracidade do testemunho se funda numa espécie de aproximação entre a experiência atroz da tortura e o sentimento de repugnância daquele que não a sofreu, ele *com-partilha* coletivamente o indizível. Não é tanto ao valor historiográfico da memória a que

59. Qualquer prisioneiro relatando suas memórias do cárcere insistirá que suas balizas de sobrevivência estavam todas contidas na experiência do indigno no próprio corpo: nos cheiros que sentia, na escuridão a que esteve confinado, nos sons aterradores que ouvia e procurava ouvir, no hediondo do medo, na exaustão desumana a que viu submetidas suas forças. Cf. F. Kolleritz. “Testemunho, juízo político e história”. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 48, 2004.

me refiro.⁶⁰ A narrativa da história – e sua relação com a memória – podem bem ser a expressão da má consciência dos poderosos. Busca, a memória dos que padeceram nas mãos do carrasco, não exatamente construir uma narrativa única tecida como verdadeira, mas expor, como um documento, o que o sujeito experimentou em determinada situação. O testemunho depende, portanto, da carga de confiança que têm os homens na palavra uns dos outros. Depende, portanto, de que estejamos prontos a ouvir.

A confiança, assim, tem por origem o sentimento moral que se nutre, na tese de Adam Smith, da percepção que temos e da simpatia que nutrimos pelas ações dos outros. Não é, nesse sentido, uma simples aquiescência ao que o outro relata. Alojada na interioridade de cada homem, a percepção alimentada no foro íntimo e em solilóquio com o outro que mantenho em mim mesmo, com meu próprio ajuizamento e com o que considero meu dever moral, apoia o tribunal da consciência.⁶¹ Porque somos capazes de ajuizar, de emitir juízos morais fundados na fé que depositamos na narrativa alheia, o testemunho alcança, portanto, um agir político em nome da justiça. Por isso, o testemunho dos sobreviventes tem por dever urdir a memória de uma sociedade que se fez impotente, apática e incapaz de ajuizar.⁶²

Prontos à sua escuta, a memória social transforma-se, assim, em categoria moral. Seu contrário, o esquecimento, corrompe nosso mundo, entrega-nos ao cinismo e ao abismo da perversa insociabilidade. Esquecer, portanto, é um pecado mortal para a vida humano-social, porque anestesia a capacidade de indignação e porque despreza os homens e suas recordações. Por isso, a importância do testemunho daqueles que combateram as tiranias: ele deve ser muitas vezes reiterado porque, mais do que dizer aos mais jovens o que de fato se

60. Talvez por isso a experiência do horror possa ser mais bem dita ao modo ficcional que sob a forma da narrativa histórica. Cf. M. Seligmann-Silva. “Imagens precárias: inscrições tênues da violência ditatorial no Brasil”. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, jan./jun. 2014.

61. A. Smith. *Teoria dos sentimentos morais*. Tr. L. Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

62. A indignação – ou a revolta, dirá Camus – transforma-se então em resistência contra aquele que faz mal a outrem.

passou nos porões das ditaduras, a compilação desses testemunhos tem o imenso valor de construir com a prudência e a delicadeza necessárias a confiança nas democracias, afastando o silêncio e a mentira, técnicas por excelência dos regimes tirânicos exercidas sobre o prisioneiro, sobre o bárbaro, sobre o vencido, sobre o fraco, nós todos, afinal. Este o inferno ditatorial: transforma-nos em cidadãos privados de proteção e que se veem, diante da soberania usurpada por profetas armados, na posição de fraqueza do súdito desarmado.

Raison d'Etat e democracia *

Roberto ROMANO

Minha geração recebeu o impacto da ditadura Vargas, incluindo a morte do ex-ditador, presidente constitucional em 1954. Apenas dez anos passados, o Brasil sofreu novo golpe, após várias façanhas golpistas. Lembro o veto à posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, o contragolpe do Marechal Lott, o levante de militares em Aragarças, a muito provável tentativa de golpe por Jânio Quadros, o golpe militar e civil contra a posse de Goulart que levou ao parlamentarismo. Finalmente, o golpe civil e militar que se apresentou em 1964.

Golpes e razão de Estado são faces de um só bloco prático e teórico. Os primeiros ocorrem desde a origem do mundo moderno. Suas formas variam, mas os frutos favorecem poderes hegemônicos. Estudo a razão de Estado desde 1975, quando fazia o doutoramento na Escola de Altos Estudos, em Paris. No livro que resultou daquela pesquisa, *Brasil, Igreja contra Estado*, o núcleo é o regime civil e militar produzido por sucessivos golpes nos embates com a Igreja católica e a vida brasileira. Os atos institucionais, do AI-1 ao AI-5, foram golpes de Estado sob a égide de setores que incluem as finanças, a indústria,

* O escrito retoma a Aula Magistral “Democracia e Luzes contra a Razão do Estado”, proferida na Universidade Estadual de Campinas em 10/05/2012.

corporações jurídicas, oligarquias regionais e, *last but not least*, a CNBB, que apoiou a ditadura também nos passos seguintes, inclusive o AI-5. A “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, a “Cruzada do Rosário” e outros movimentos de massa, somados aos documentos oficiais da CNBB, deram suporte aos golpistas.¹ Analisei, no livro, a soberania sobre corpos e mentes que define o Estado moderno nos seus três monopólios essenciais, os da norma jurídica, da força física, dos impostos. Os trabalhos que publiquei buscam entender as forças que justificam o Estado em suas diversas faces. Assim foi com *Conservadorismo Romântico*, onde estudo as bases da lógica totalitária, e outros.²

A Igreja, afastada do poder secular após sérias controvérsias, não abre mão da “soberania espiritual” tematizada pelo cardeal e santo Roberto Bellarmino na era do Concílio de Trento (1545-1463). Bellarmino fala em “soberania indireta” do poder eclesiástico, mas é rebatido por filósofos como Hobbes e outros. Ao mesmo tempo, uma vertente teológica e política próxima a Bellarmino publica, em réplica às doutrinas laicas sobre o Estado, sobretudo contra Maquiavel, o primeiro livro que assume o título *Razão de Estado* (1589). A razão de Estado, portanto, nasce na Igreja para depois se voltar contra ela, em defesa do poder laico.

Raison d’Etat

O termo nasce no Renascimento e significa o uso da força ou meio de exceção a serviço do poder que se busca conservar para garantir a ordem social. De Giovanni Botero a Scipione Chiaramonti (1635), ele adquire polissemia, mantendo a ideia de conservação do poder e disciplina contra os governados. O máximo prestígio da fórmula

1. Cf. “Declaração dos Membros da Comissão Central da CNBB”. São Paulo, 18 de fevereiro de 1969. Texto reproduzido integralmente em Igreja e Governo, Extra 3, Ano I, fev. 1977, pp. 32-33. Cf. R. Romano. *Brasil, Igreja contra Estado*. São Paulo: Kayrós Editora, 1979, p. 182.
2. R. Romano. *Conservadorismo romântico. Origem do totalitarismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

encontra-se no poder absoluto, posto acima e fora das instituições comuns da sociedade e dos procedimentos jurídicos habituais no Direito romano modificado pela Igreja ou no Direito natural antigo e moderno. Como a expressão indica, o governo absoluto não possui amarras que o prendam aos ritos religiosos e jurídicos anteriores ao seu surgimento.

No *Del reggimento di Firenze*, Francesco Guicciardini, por volta de 1523, fala em uma “ragione degli Stati”, designando a razão “pouco cristã e pouco humana” da política. Impossível governar com preceitos evangélicos, o Sermão da Montanha. Outro escritor, Della Casa, distingue a “ragion di Stato” da razão civil e argumenta que não podem existir duas práticas opostas, o útil distinto do honesto, a moral separada da política. Duas razões diversas são alegadas, mas a primeira, a razão de Estado, “opera com a fraude e a violência”. Naqueles autores, a razão de Estado suscita horror diante da soberania laica.

A Razão de Estado, após o século XVI, fortalece o tema da conservação política. O primeiro autor relevante, como afirmei, foi Giovanni Botero. O livro *Della Ration di Stato* (1589) foi a primeira forma teórica do projeto de conservação estatal:

Estado é um domínio firme sobre os povos; e Razão de Estado é notícia dos meios aptos a fundar, conservar, e ampliar aquele domínio. Embora, absolutamente falando, a razão de Estado ligue-se às três partes mencionadas, parece, no entanto, que abraça mais estreitamente a conservação do que as outras.³

A razão de Estado surge como conservadora em sentido estrito. Cito a mim mesmo em artigo sobre o conservadorismo:

3. G. Botero. *Della ragion di stato*. Org. Chiara Continisio. Roma: Donzelli, 1997, s. p. Disponível em: <<http://sciencepoparis8.hautetfort.com/media/02/01/1597175066.pdf>>.

O que é “conservador”? O medo de que a população estrague a festa do poder, destruindo a segurança, a propriedade, os vínculos da tradição [...]. Trata-se de conservar o social e o Estado [...] sempre no horizonte do pavor e do medo, da guerra, do soldado, da polícia, do carrasco. Por isso a imagem do dilaceramento, junto com o medo da subversão da ordem, é onipresente nas falas conservadoras. Nelas acentua-se a harmonia como fim político, não importa o preço.⁴

Ragion di Stato, diz Botero, é a busca dos meios para conservar as potências adquiridas, “mantê-las firmemente, quando cresceram, sustentá-las de tal modo que não se degradem”. A prudência política é o centro da reflexão em Botero. Trata-se da capacidade de usar o conhecimento dos fatos e dos saberes diversos para fins políticos. O governo deve contar com notícias aprofundadas das coisas e dos atos. Com tais notícias acumuladas, são estabelecidos códigos de comportamento. O governante identifica problemas que exigem a sua intervenção para fins técnicos e para disciplinar os governados. Com as notícias e os comportamentos, o governo ganha tempo na ação, garante o controle do coletivo. O domínio do tempo regula-se segundo a prudência na fórmula de Botero: *non fare novità*. O governo deve reduzir as situações de excepcionalidade, definir padrões habituais de intervenção. As lições de Botero foram praticadas pelo poder absoluto dos soberanos que mantinham o vínculo entre a religião e o governo.

O modelo perfeito de soberano teológico-político foi ideado por James I, para quem o governante não deve satisfações aos parlamentos, juízes, súditos. Um bom rei, escreveu James, “enquadra todas as suas ações segundo a lei; mas prende-se a ela só pela boa vontade e para dar exemplo aos súditos. Ele é o senhor sobre todas as pessoas, tem poder de vida e morte. Embora um príncipe justo não tire a vida de nenhum súdito sem uma lei clara, a mesma lei com a qual ele tira a vida é feita por ele mesmo ou por seus predecessores”. Pai do povo, o

4. R. Romano. “O pensamento conservador”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, nov. 1994, pp. 21-31.

rei seria o professor universal, pois os súditos são fracos e ignorantes. Ele independe do judiciário: “A ruindade de um rei nunca pode fazê-lo ser julgado pelos juízes que ele próprio ordenou”.⁵ James I tem veleidades religiosas.

Não é o que ocorre com outros soberanos e teóricos do poder absoluto, quando se armam com a razão de Estado. Esta última neutraliza os conceitos teológico-políticos ao assumir o interesse estatal. Texto nuclear tem como autor o Duque Henri de Rohan, *Do interesse dos príncipes e dos Estados da Cristandade*, que analisa como frio estrategista militar e diplomático as riquezas e as forças geopolíticas dos Estados, não pondo a religião como algo mais estratégico do que os demais itens necessários à conservação do poder.⁶ E surgem juristas e mesmo teólogos que, em resposta aos desafios de Maquiavel, definem o uso legítimo dos poderes para manter e expandir os bens públicos.

A razão de Estado visa controlar a religião, usando-a como instrumento de governo, e incorpora o segredo para garantir o gabinete do rei, lugar onde não são admitidos os homens comuns. Mesmo os ateus concordam, diz Jean Bodin, teórico do absolutismo: não existe coisa que mais conserve os Estados e Repúblicas do que a religião, principal fundamento da potência monárquica, da execução das leis, da obediência dos súditos.⁷

O governante acumula segredos e deseja expor os súditos à luz perene. E se estabelece a heterogeneidade entre governados e dirigentes. Nos tempos modernos, diz Chrétien-Goni,

-
5. Apud G. P. Gooch. *Political Thought in England, from Bacon to Halifax*. Londres: London University Press, 1946, pp. 2-45. Uma análise recente da política conduzida por James I é feita por Bernard Boudin. *The theological-political origins of the modern state: the controversy between James I of England & Cardinal Bellarmine*. Washington: The Catholic University of America Press, 2010.
 6. H. de Rohan. *De l'intérêt des princes et des Etats de la chrétienté*. Organização, introdução e notas de C. Lazzeri. Paris: PUF, 1995. Lazzeri apresenta uma excelente análise do conceito de “interesse” para a política estatal da época. Analisei com maior minúcia o tema em meu artigo “Paz da Westphalia (1648)”, incluído em D. Magnoli (org.). *História da Paz*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 69-92.
 7. J. Bodin. *Seis Livros da República: livro primeiro*. [N. do E.: tr. br. José C. Morel. São Paulo: Ícone, 2011, p. 62]

[...] a verdade do Estado é mentira para o súdito. Não existe espaço político homogêneo da verdade; o adágio é invertido: não mais *fiat veritas et pereat mundus*, mas *fiat mundus et pereat veritas*. As artes de governar seguem e ampliam um movimento político profundo, o da ruptura radical [...] que separa o soberano dos governados. O lugar do segredo como instituição política só é inteligível no horizonte desenhado por esta ruptura [...] à medida que se constitui o poder moderno. O termo segredo não encontra sua origem no verbo latino *secernere*, que significa separar, apartar?⁸

Entre as técnicas de governo, ocorre o uso do tempo oportuno, lição maquiavélica inspirada no *kayrós* grego. Acelerar o tempo em proveito do governo é regra nos programas que integram a razão de Estado. O poder usa a dissimulação para enganar os dirigidos e os concorrentes internacionais e ganha tempo ao acelerar ou retardar atos, ficando menos sujeito às pressões cronológicas, naturais, econômicas e políticas, bélicas e religiosas. Ele acede, assim, à força de prever (a prudência) que assegura a iniciativa em conflitos ou dificuldades, permitindo conservar o poder.

A razão de Estado busca, na ordem social e política, os setores que mais ganham ou perdem com a conservação do poder. Aos primeiros, ela coopta, e aos segundos, afasta. Assim se define o consenso e a legitimação. O governante, afirma Botero, diminui o poder dos muito fortes e promove os “*mezani*”, que possuem interesses medianos, nem muito ricos ou pobres. Os muito pobres são “perigosos à paz pública”, pois não têm interesse algum para salvar: “deve o rei estar seguro deles, o que fará expulsando-os do seu Estado [...] ou obrigando-os a fazer algo, seja na agricultura, nas artes, ou a algum outro exercício, com o emolumento que os mantenha”. Afinal, arremata, “razão de

8. J.-P. Chrétien-Goni. “*Institutio Arcanae*: théorie de l’institution du secret et fondement de la politique”. In: C. Lazzeri, D. Reynié. *Le Pouvoir de la raison d’Etat*. Paris: PUF, 1992, p. 137.

Estado é pouco além de razão de interesse”.⁹ O governo da razão de Estado organiza a ordem na qual são reconhecidos os interesses e os artifícios que permitem a obediência civil.

Ocorre, portanto, na razão de Estado, uma imposição técnica do mando político. Se deseja manter-se, o governante deve enfrentar o desafio maquiavélico: o poder está sempre sob ameaça e seu tempo é breve. Justo por isso, a necessária vigilância e o segredo entram na *raison d'État*. Quando não se confia no povo ou nos Estados concorrentes, é preciso deles esconder e deles arrancar o máximo. Quanto mais imediato o perigo, mais o aparelho estatal engendra novas técnicas de escuta, controle e ocultação.

Com a democracia produzida nas três grandes revoluções modernas – a inglesa do século XVII, a norte-americana e a francesa no século XVIII –, o segredo foi atenuado pela *accountability* e transparência. Na forma anterior à democracia, o soberano não deve satisfações aos parlamentos, aos juízes, aos governados. No discurso ao Parlamento de 1616, James I proclama que

[...] os reis são justamente chamados deuses; pois exercem um modo de semelhança do Divino poder sobre a terra. [...] Deus tem poder de criar ou destruir, fazer ou desfazer ao seu arbítrio, dar vida ou enviar a morte, a todos julgar e a ninguém prestar contas [*to be accountable*]. O mesmo poder possuem os reis. Eles fazem e desfazem seus súditos; têm poder de erguer e abaixar; de vida e morte; julgar acima de todos os súditos em todos os casos e só deve prestar contas a Deus [*yet accountable to none but God*].¹⁰

Inaceitáveis para um absolutista a soberania do povo e a noção de que os dirigentes devam prestar contas, sem manter segredo, à massa não qualificada. Os príncipes aprendiam na literatura grega e romana a plena desconfiança no povo. Esse, para os latinos, era apenas

9. G. Botero, *op. cit.*, 1997, s. p.

10. *Apud* G. P. Gooch, *op. cit.*, 1946, pp. 2-45.

o *populo exturbato ex profugo*, o improbante *populo*, o *vulgus credulum*, *vulgus imprudens vel impudens*, *vulgus stolidum* etc. Gabriel Naudé, nas *Considerações Políticas sobre os golpes de Estado* (1639), diz ser preciso cautela contra o povo, animal de muitas cabeças, “vagabundo, errante, louco, embriagado, sem conduta, sem espírito nem julgamento... a turba e a laia popular joguete dos agitadores: oradores, pregadores, falsos profetas, impostores, políticos astutos, sediciosos, rebeldes, despeitados, supersticiosos”.¹¹

Gradativamente surgem outras percepções do povo, como em Althusius. No final da Idade Média, a doutrina do Estado definira que o fundamento do governo residia na submissão voluntária e contratual das comunidades governadas. Para Althusius, ao contrário, o *summus magistratus* é o povo. Na Inglaterra, os conflitos da vida capitalista triunfante após a Reforma de Henrique VIII ergueram facções, dos *Levellers* aos *Diggers*, mesclando religião e imperativos democráticos. Nascia a ideia da *accountability*: o rei não presta contas apenas ao ser divino, mas ao povo. *Vox populi, vox dei*. John Milton expressa os dois princípios: se o rei ou magistrado são infiéis aos seus compromissos, o povo é liberto de sua palavra, frases que definem o princípio da nova legitimidade política. O *summus magistratus* popular exige responsabilidade dos que agem em seu nome. As teses democráticas inglesas repercutem pela Europa inteira e integram o *corpus* doutrinário que molda novas formas de Estado como a própria Inglaterra, a França e os Estados Unidos. A democracia integra o subsolo das Luzes, contra o mando absoluto, seja ele religioso ou laico.

Na mais relevante obra sobre a razão de Estado do século XX, Friedrich Meinecke diz que aquelas doutrinas e práticas estão entre os “principais fatores que abriram a via para o movimento das Luzes”. Mas adianta: “as próprias Luzes combateram mais tarde apaixonadamente a razão de Estado devido ao seu individualismo, fruto do direito

11. G. Naudé. *Considérations politiques sur les coups d'État* [1639]. Hildesheim: Georg Olms, 1993. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>.

natural ou de seus princípios humanitários”.¹² Na verdade, não vem do individualismo iluminista a sua crítica à doutrina, um esteio do poder absoluto na Europa. Ela vem dos movimentos contra o arbítrio real, sobretudo na Inglaterra.

Calaram fundo nos iluministas os princípios democráticos ingleses. Diderot enuncia-os nas *Observações sobre o Projeto de Constituição de Catarina II*:

Não existe verdadeiro soberano a não ser a nação; não pode existir verdadeiro legislador, a não ser o povo; é raro que o povo se submeta sinceramente a leis que lhe são impostas; ele as amará, respeitará, obedecerá, defenderá como sua obra própria se for delas o autor [...]. A primeira linha de um código bem feito deve vincular o soberano; ele deve começar assim: “Nós, o povo [e lembremos que este será o início da Constituição norte-americana: *We the People...*], e nós, soberano desse povo, juramos conjuntamente essas leis pelas quais seremos igualmente julgados; e se ocorrer a nós, soberano, a intenção de mudá-las ou de infringi-las, inimigo de nosso povo, é justo que ele se faça o nosso inimigo, e se desvincule do juramento de fidelidade, que ele nos processe, nos deponha e mesmo nos condene à morte se o caso o exigir”; esta é a primeira lei de nosso código.¹³

As Luzes têm sua óptica política exposta na *Enciclopédia* dirigida por Diderot. Nela, em verbetes do coordenador ou de seus auxiliares, existe uma séria crítica à razão de Estado. Se consultarmos o verbete “Raison d’État” (redigido por Jaucourt, mas revisado por Diderot), notamos que a própria exposição daquela ideia já é crítica. Cito um trecho: “Alguns autores acreditaram que existem ocasiões nas quais os

12. F. Meinecke. *Die Idee der Staatsräson in der Neueren Geschichte*. Berlin und München: Druck un Verlag von R. Oldenbourg, 1924, p. 255. Para a edição francesa da obra de Meinecke, cf. tr. M. Chevalier. Genève: Droz, 1973, p. 187.

13. D. Diderot. “Observations sur le Nakaz (Observations sur l’instruction de l’impératrice de Russie aux députés pour la confection des lois)”. In: *Diderot. Oeuvres (III. Politique)*. Org. L. Versini. Paris: R. Laffont, 1995, p. 507.

soberanos estariam autorizados a fugir das leis severas da probidade, e que o bem do Estado lhes permitiria agir de modo injusto diante de outros Estados, que a vantagem do povo justificaria a irregularidade em suas ações”.¹⁴ Assim, no introito do verbete, o condicional mostra a suspeita na doutrina. Diderot e seus pares tiveram relações difíceis, para não dizer conflituosas, com Frederico o Grande da Prússia e com Catarina II, os supostos “monarcas esclarecidos”, velhas raposas da razão de Estado.

As injustiças, continua o verbete, “autorizadas pela *raison d’État*, consistem em invadir o território de um vizinho cujas disposições são suspeitas, apossar-se de sua pessoa, privá-la das vantagens a que tem direito sem motivo confessado ou sem declaração de guerra”.¹⁵ A descrição dos atos subsumidos sob a razão de Estado, das Luzes aos nossos dias, é constante. A retórica empregada na justificação da doutrina é a mesma. Adianta o texto: “Os que sustentam uma ideia tão *estranha* (grifo meu), fundamentam-na no princípio de que os soberanos devem procurar tudo o que pode fazer felizes e tranquilos os povos que lhes são submetidos, e que têm o direito de usar todos os meios que levam ao fim salutar.”¹⁶ Temos aí resumida a essência do cálculo estatal. Segue o remédio para o problema:

[...] por mais especioso que seja o motivo [a felicidade e a segurança tranquila dos povos], importa para a felicidade do mundo encerrá-lo em justas barreiras: é certo que um soberano deve procurar o que conforta a sociedade por ele governada; mas não à custa dos outros povos. As nações e os particulares têm direitos recíprocos. Sem isto, todos os soberanos, com os

14. L. de Jaucourt. “Raison d’État”. In: D. Diderot, J. d’Alembert. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc...* Robert Morrissey (org.). Chicago: University of Chicago, ARTFL Encyclopédie Project, 2013, v. 13, p. 776. Disponível em: <<http://encyclopedia.uchicago.edu>>

15. *Idem*.

16. *Idem*.

mesmos direitos, estariam num estado de desconfiança e de guerra contínua.¹⁷

Conclusão do verbete:

[...] os representantes dos povos, como os indivíduos na sociedade, não podem isentar a si mesmos das leis da honra e da probidade. Seria abrir as portas para a desordem universal, instituir a máxima que destruiria os vínculos entre as nações, e que exporia as mais fracas às opressões das mais fortes. Tais injustiças não podem ser permitidas, qualquer o nome que se use para disfarçá-las.¹⁸

Na definição do ser estatal, o autor acusa os defensores da razão de Estado, para quem astúcia e força, usadas sem regra nem lei pelos soberanos, justificam-se pela segurança e felicidade dos súditos. Mas o ser político, pensa o enciclopedista, não é feito só tendo em vista aqueles pontos: Estado, escreve, “designa uma sociedade de homens vivendo juntos sob um governo qualquer, felizes ou infelizes. Se o povo é infeliz em suas terras, não será pela conquista ou invasão de outros que alcançará a beatitude.”¹⁹

Seguidas as Luzes, muitos imperialismos seriam evitados, como o assumido pelos nazistas à busca de *Lebensraum*. A Revolução francesa tentou acabar com o segredo, as desigualdades entre governantes e dirigidos, a razão de Estado. E seguiu a soberania popular, a responsabilização dos que operam a máquina política, a transparência.

Passada a era das revoluções, para usar o termo de Eric Hobsbawm, o poder estatal apresenta agudos problemas. A maioria dos Estados enfrenta uma crise inédita de autoridade e disciplina sobre o mercado, as empresas multinacionais etc. Mas afirma cada vez mais o controle policial e, mesmo, militar, sobre os cidadãos que recusam ser

17. *Idem.*

18. *Idem*

19. *Idem.*

espoliados de suas poupanças, empregos, vida, em prol de instituições financeiras golpistas. Dessa crise, a Grécia – no projeto europeu – foi apenas um sinal de alerta. Na dialética contraditória ocorrida no âmbito democrático, os demagogos prometem plena transparência ao povo, mas precisam assumir o segredo estatal; são eleitos pelo voto secreto, mas, nos palácios, usam o segredo para domar as massas que os sufragaram – o pêndulo vai da licença às tiranias. A resposta do poder ao segredo do voto foi o recrudescimento e a manipulação inaudita do segredo de Estado.

Após a Segunda Guerra, a Guerra Fria, o Macarthismo, as formas autoritárias, o segredo aumentam sua abrangência. Se os países socialistas, supostamente repúblicas populares, quebraram a base da *accountability* e da fé pública em proveito dos governos, algo similar ocorre hoje na Europa e nos Estados Unidos. Nas formas imperiais dirigidas pela Otan, nas políticas que restringem as liberdades públicas nos Estados Unidos, como na Lei Patriótica, temos um avanço da razão de Estado. Consideremos a lição de Norberto Bobbio:

O governo democrático desenvolve sua atividade em público, sob os olhos de todos. E deve desenvolver a sua própria atividade sob os olhos de todos porque todos os cidadãos devem formar uma opinião livre sobre as decisões tomadas em seu nome. De outro modo, qual a razão os levaria periodicamente às urnas e em quais bases poderiam expressar o seu voto de consentimento ou recusa? [...] O poder oculto não transforma a democracia, perverte-a. Não a golpeia com maior ou menor gravidade em um de seus órgãos essenciais, mas a assassina.²⁰

A democracia surge com a *accountability* a ser cobrada dos governos. A radicalidade dos democratas ingleses rendeu frutos na Europa e na América do Norte. Os seus postulados sustentaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A recusa, durante

20. N. Bobbio. "Il potere in maschera". In: *L'Utopia Capovolta*. Torino: La Stampa, 1990, p. 62.

a Guerra Fria, dos elementos jurídicos e políticos da *accountability* levou os governos à quebra de padrões democráticos. Isso redundou em prejuízo dos povos em terras hegemônicas e calamidades para os dominados, do Vietnã ao Chile e dele ao Irã e Iraque. O segredo permitiu casos como o do Irã-contras, a ajuda aos Talibãs, cuja ascensão ao poder foi entendida como vitória sobre a então União Soviética. O segredo permite que nas duas guerras do Iraque informações vitais fossem negadas ao público. A administração George W. Bush conduziu o segredo ao máximo possível, incluindo o engano, usado deliberadamente, como no caso das armas de destruição em massa. O segredo embaralha interesses de grupos privados e assuntos de governo, como nas licitações para a espoliação do Iraque ao redor do petróleo. O governo norte-americano de hoje, mesmo sob os democratas de Barack Obama, emprega meios secretos para atingir alvos internos e internacionais, não raro retrocedendo na política doméstica quando se trata do mesmo segredo. Em abril de 1994, surgiu a “Public Law” (número 103-236) estadunidense, criando certa Comissão para reduzir o segredo governamental, tendo à frente Daniel Patrick Moynihan, do Partido Democrático, antigo membro dos gabinetes Kennedy, Johnson, Nixon e Ford. A comissão publicou um relatório (3 de maio de 1997) cujas palavras iniciais proclamam: “É tempo de um novo caminho para pensar o segredo”. Depois, o segredo retoma sua iniciativa.

A tensa passagem da razão de Estado ao governo público define o destino da democracia. Assistimos, nos últimos tempos, a derrocada quase absoluta de governos diante de forças sacralizadas como o “mercado”. Em nome da “confiança” nesse último, programas expostos por longos anos aos cidadãos seguem para o vazio. Com o uso do segredo, “planos” econômicos são impostos, lesam os contribuintes em nome de interesses alheios aos seus países. Os referidos planos favorecem alvos financeiros hegemônicos, sobretudo os dos grandes bancos, impunes e repetitivos na arte de se apropriarem de recursos públicos, como ocorreu em 2008. Hoje, eles geram a bancarrota de povos inteiros. Não se deve esquecer que há, naquelas ações criminosas, além

das técnicas de propaganda e de engano, a força da razão de Estado e do segredo.²¹

O segredo é essencial para refletir sobre a forma democrática. Governos autoritários exasperam a prática de esconder os pontos maiores das políticas no setor público. Entramos no paradoxo: o público é definido fora do público. A opacidade estatal atinge níveis inéditos. O aumento do segredo em Estados hegemônicos diminui, *ipso facto*, a possível força daqueles dependentes ou não hegemônicos.

Sendo fato social, o segredo manifesta-se em todos os coletivos humanos, das igrejas às seitas, dos Estados aos partidos, dos advogados aos juizes, dos quartéis às guerrilhas, das corporações aos pequenos vendedores de rua, da imprensa às formas de censura, dos laboratórios e bibliotecas universitários às fábricas, dos bancos às obras de caridade. Se descermos mais fundo, da sociologia à ordem antropológica, podemos dizer que o segredo é o lado oposto e necessário da linguagem comunicacional. A prudência define a passagem de uma prática ou experiência do segredo, antropológica e eticamente correta, para outra, em que o poder abusivo se manifesta. O segredo integra a vida como uma realidade não visível.

A imprensa atenua o segredo de Estado e os demais sigilos (da vida privada à religiosa, sem deixar de lado a economia). Ela, no entanto, insere-se num complexo de interesses que a tornam constantemente atriz, cúmplice e vítima dos poderes naquelas várias esferas. Todos aqueles setores percebem na imprensa uma aliada, quando não instrumento, se o alvo é propagar os seus intentos, procurando identificá-los ao “interesse geral”. Ela é bem-vinda naquela circunstância. Empresas e indústrias, bancos e cúpulas eclesiais, gabinetes políticos ou militares, partidos e seitas, todos cortejam a mídia na busca de popularizar a sua “mensagem”, obter lucros e favores de governos, ameaçar concorrentes. E todos a criticam acerbamente quando não conseguem efetivar, por seu intermédio, aqueles fins.

21. Cf. P. Burke. *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992; R. G. Schwartzberg. *L'État Spectacle. Essai sur et contre le star system en politique*. Paris: Flammarion, 1977.

Na razão de Estado existem pontos essenciais, que enumero a seguir:

1) Conservar o poder soberano contra comoções da sociedade civil e ataques de outros Estados. A polícia e os exércitos modernos têm vínculo direto com o poder secular e sua razão. No caso inglês e francês, mas também no alemão, italiano, holandês e outros, as divisões religiosas, de classe, econômicas e políticas ameaçavam inviabilizar o mando estatal, com um retorno à pulverização jurídica imperante na Idade Média do feudalismo.

2) Instaurar uma divisão no corpo político e jurídico, permitindo aos que operam a máquina estatal um controle jurídico, político, econômico, bélico, policial sobre as sociedades submetidas à soberania. Visto o desprezo dos teóricos da razão de Estado pela massa do povo, eles se voltaram para a formação de elites intelectuais e dirigentes cuja tarefa seria conservar o poder contra a turba, o vulgo. A razão de Estado, assim, nasce e cresce como essencialmente contrária à soberania popular.

3) Instrumentalizar técnicas do segredo, da dissimulação, da irresponsabilidade do soberano e o absolutismo do governo. O poder se esconde e esconde suas iniciativas dos olhos e ouvidos cidadãos e das forças internacionais. Ao mesmo tempo, ele desvela tendencialmente os segredos da cidadania e dos soberanos inimigos ou concorrentes. Polícia e espionagem são instrumentos essenciais da razão de Estado.

4) O poder estatal não apenas esconde suas iniciativas: ele parte para a conquista da opinião pública desde o século XVII, com a propaganda, que aproveita os novos meios de influência como os jornais, os libelos etc., para afirmar o bem fundado das políticas conduzidas pelo governo e para pulverizar o mais possível as oposições internas ao governo e as propagandas de outras soberanias.²²

5) Ampliar as prerrogativas do governante, permitindo uma leitura e uma interpretação das leis favoráveis às suas decisões políticas:

22. E. Thuau. *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*. Paris: Albin Michel, 2000.

segundo estudiosos da razão de Estado, Christian Lazzeri e Dominique Reynié, “o Estado é jogador que não aceita perder, e modifica as regras do jogo. O escândalo que encobre a razão de Estado trai nosso cansaço como governados e nosso ceticismo diante das leis constitucionais”.²³

6) No mesmo passo em que recolhe os segredos dos dirigidos e dos países concorrentes ou inimigos, a razão de Estado organiza-os em saberes, usando também profissionais nos mais diversos planos do conhecimento. A coleta de informações é dirigida, com auxílio estatístico, para a economia (sobretudo os bens dos governados e o conhecimento das potencialidades do solo, dos rios, do mar, as atividades fabris, as corporações, os bens dos nobres e dos eclesiásticos etc.), para os costumes (as técnicas produzidas por intelectuais da Igreja, como São Carlos Borromeu com o *Livro do Estado das Almas*),²⁴ a guerra, a diplomacia. São instituídos escritórios que selecionam e guardam documentos, dados etc. Ao mesmo tempo, sob a égide de Gabriel Naudé, são aprimoradas bibliotecas e instaurados arquivos para fornecer aos governantes o maior número e o mais exato possível no campo dos saberes, tendo em vista o uso político.²⁵

7) Para dominar as atividades sociais e políticas, a razão de Estado concentra no ápice do poder as prerrogativas antes usufruídas pela Igreja, pelos municípios (invenção romana que persistiu durante a Idade Média e começou a declinar de fato com o poder absoluto da razão de Estado, perdendo autonomia). Todas as funções do Estado passam a ser definidas pelo soberano, inclusive a Justiça, apesar das resistências de tribunais e juristas. Quem se ergue contra o poder sabe que ele usa a Lei com hermenêutica interessada. A razão de Estado é bem traduzida para o vernáculo com o dito “aos amigos, tudo; aos inimigos, a Lei”.

23. C. Lazzeri; D. Reynié. *La raison d'État: politique et rationalité*. Paris: PUF, 1992, p. 9.

24. R. Romano. “Reflexões sobre impostos e razão de Estado”. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, ano 2, n. 2, pp. 75-96.

25. Um estudo muito útil: R. Damien. *Bibliothèque et État, naissance d'une raison politique dans la France du XVIIe siècle*. Paris: PUF, 1995.

8) Na velha busca de saber quem é soberano – a Lei ou o poderoso –, a resposta da razão de Estado é clara: o segundo é fonte de legítima interpretação da aplicação jurídica. Define-se a rapsódica, senão contínua, quebra da Lei quando se trata dos governantes. A técnica tem nome: golpe de Estado. Este, por sua vez, não se restringe às ações de exércitos que invadem palácios, fecham parlamentos e desobedecem à Justiça. Nem todo golpe se resume à quartelada. Pelo contrário, os golpes de Estado mais bem sucedidos passam despercebidos pela maioria, consistem nas “leituras” enviesadas das Constituições em proveito de interesses governamentais ou de mercado.

Na essência da razão de Estado, temos a prática habitual dos golpes, fruto direto da promoção elitista e da hostilidade contra a democracia. Se o povo sempre erra, os golpes impedem que ele chegue ao poder e, caso ele tenha escolhido dirigentes, esses últimos não corresponderiam aos mais altos interesses do Estado. Quando ocorre o golpe do Termidor, que marcou o fim da fase democrática na Revolução Francesa, Boissy d’Anglas disse com todas as letras que só podem escolher e votar no Estado os proprietários, ou seja, os “melhores e responsáveis”. Daí para os golpes de Napoleão e da Contra Revolução foi apenas um passo.

Golpes de Estado²⁶

Sigamos a definição de golpe, unida à de razão de Estado, por Gabriel Naudé: o golpe, diz ele, surge de “ações ousadas e extraordinárias que os príncipes são constrangidos a executar em assuntos difíceis e como desesperados, contra o direito comum, sem mesmo respeitar nenhuma ordem nem forma de justiça, prejudicando o interesse do particular tendo em vista o bem do público”.²⁷ Golpe e razão de Estado suspendem o Direito e a Justiça. Naudé louva o

26. Algumas boas pistas são dadas em M. Agulhon. *Coup d’État et République*. Paris: Presses de Sciences Po., 1997; C. Boutin (org.). *Le coup d’Etat, recours à la force ou dernier mot du politique?* Paris: Éd. François-Xavier de Guibert, 2007.

27. Naudé *apud* E. Thuau, *op. cit.*, 2000, p. 324.

governo francês que fabricou o massacre da Noite de São Bartolomeu. A guerra religiosa precisava ser detida, degolar protestantes foi o modo de prevenir todos os religiosos de que o Leviatã estatal não mais toleraria mortes de particulares por particulares. Decidir a morte entra na prerrogativa única do Estado.

O moderno poder político é movido por golpes canhestros ou eficazes. Basta consultar a crônica da Europa, a crônica da razão de Estado, para verificar que todos os modos legítimos de mando foram agredidos por golpistas de várias tendências. Assim, se afirmou o poder de Luis XI, de Catarina de Médici e de Henrique IV, sem falar nos mestres golpistas por excelência, Richelieu e Mazarino. O mesmo pode ser dito de Robespierre ou da família Napoleão. Pétain e Laval também integram a fieira do golpismo. Na Inglaterra, a ditadura de Cromwell, com seus homens armados, fechou o Parlamento e afastou monarquistas e liberais (*Levellers*) da Revolução. Em Portugal, um golpe determinou a luta de Pedro IV, o nosso Pedro I, contra seu irmão. O século XX português conheceu golpes continuados. O fascismo italiano foi uma série de golpes, o mesmo na Espanha. Na Alemanha e na Rússia do século XX, regimes virulentos dominaram o Estado à força de golpes.

Os pensadores modernos buscam distinguir a força física (ao dispor do governante) e a legitimidade ostentada, não raro, sem fundamentos sólidos. Daí a separação – ainda hoje polêmica – entre a moral dos homens comuns e a moral dos dirigentes. Gabriel Naudé, a partir daquela separação entre as duas formas da moralidade, distingue duas justiças. “Uma é natural, universal, nobre e filosófica”. A outra é “artificial, particular, política, feita e destinada às necessidades dos governos e dos Estados”.²⁸ Na condução do Estado, a moral se inverte e desobedece aos parâmetros comuns. O governante hábil não se prende aos limites legais e à tradição de legitimidade dos títulos, usos e costumes.

28. Naudé *apud* J.-P. Chrétien-Goni, *op. cit.*, 1992, p. 139.

Da nova licença atribuída ao governante surge a noção moderna de golpe de Estado. Segundo Naudé, naqueles golpes tudo é invertido em relação à normalidade (do Direito, da economia, dos valores). No golpe, o efeito precede a causa e o esperado não se produz. Cito o próprio escritor:

[...] nos golpes de Estado, vemos a tempestade cair antes dos trovões; as matinas são ditas antes que o sino toque; a execução precede a sentença; [...] um indivíduo recebe o golpe que imaginava dar, outro morre quando pensava estar em segurança, um terceiro recebe o golpe que não esperava; tudo ocorre à noite, no escuro e entre névoas e trevas.²⁹

Temos em tal imagem tudo o que define as lutas das Luzes contra o absolutismo e a razão de Estado. Os golpes espalham trevas e delas dependem para sua eficácia. As Luzes buscam a transparência, a suspensão do segredo.

No Brasil, temos os golpes do Imperador ao fechar o parlamento; dos regentes; dos militares que derrubaram a monarquia; de Getúlio que instalou uma ditadura feroz; dos civis e militares erguidos contra a ordem estabelecida em 1961 e 1964. Depois, o golpe dentro do golpe no AI-5, o golpe de abril etc.

É preciso não banalizar a noção de golpe, cujo fim é impedir a força de adversários no Estado e nas sociedades. Eles buscam impor formas de pensamento (a Doutrina de Segurança Nacional) e suspendem os mecanismos jurídicos das anteriores formas de poder. Sem delegação das urnas, os seus atores legitimam-se invocando a urgência ou a necessidade. Foi assim no AI-1: “A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como

29. *Idem.*

Poder Constituinte, se legitima por si mesma.”³⁰ O golpe pode, se necessário segundo os seus atores, aposentar o voto, cassar mandatos, fechar partidos.

Volto ao importante estudo de Gabriel Naudé.

Naudé situa o golpe no campo da prudência e todas as prudências dependem de uma só, ilustrada por Luis XI, o “rei aranha”, cuja máxima era “quem não sabe dissimular, não sabe governar”. A regra dos governos reside na desconfiança universal e na dissimulação, que consiste ou em omitir (pretender que nada foi visto pelos poderosos) ou “na ação e na comissão, o ganho de alguma vantagem para atingir alvos por meios encobertos”. Omissões e comissões nutrem os poderosos e fornecem “os diversos meios, razões e conselhos usados pelos príncipes para manter sua autoridade e a situação do público, sem parecer transgredir o direito comum e causar suspeita de fraude e injustiça”.³¹ O rei absoluto precisava, além da intimidação geral, comprar apoios dos nobres, dos eclesiásticos e de outros. O modo conservador de governo depende muito da venalidade, das alocações de cargos em troca de mais poder. Até hoje, no mundo inteiro que se imagina democrático, muitos operadores do Estado vivem das omissões e comissões. É bom recordar que o governo da razão absoluta do Estado foi dos mais corruptos, em termos históricos.

Um golpista indicado por Naudé é Dionísio, tirano de Siracusa. Querendo impedir as reuniões dos opositores agendadas para a noite, ele afrouxa sem alarde as penas dos assaltantes... Rapidez, quebra de costumes e de jurisprudência integram os golpes. Truque jurídico golpista, indicado por Naudé: “o processo é instruído após a execução”. A nova ordem se livra das “pequenas formalidades exigidas pela Justiça”. Naudé profetiza os regimes sangrentos do século XX. No golpe, o político precisa ser visto “como o pai que cauteriza um membro do filho para salvar a sua vida”. Os golpes devem ser radicais

30. BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>.

31. Naudé *apud* E. Thuau, *op. cit.*, 2000, p. 322.

como os “cirurgiões competentes que, ao abrir uma veia, tiram o sangue para limpar os corpos de seus humores nocivos”. Segundo Naudé, não existe ação eficaz se os planos golpistas são publicados. Jamais ocorreu golpe sem a purga dos “membros apodrecidos”: o golpe é intolerante, ignora “as pequenas formalidades da Justiça”.³²

Mas o golpe, longe de sanar as guerras civis, as perpetua, levando-as ao plano internacional. Quem deseja o convívio político segue as “pequenas formalidades” jurídicas. Sem elas, ninguém está seguro, mesmo os golpistas, pois os regimes não são eternos e o golpista de hoje é a vítima do golpe amanhã. A democracia exige simultaneidade das diferenças ideológicas, nela não existem inimigos, mas adversários que merecem respeito e jamais ataques fratricidas.

Qual é o terreno fértil dos golpes? A desconfiança, a dissimulação, os ódios espalhados pelos que empestam e sufocam a vida política. Tais são os primeiros e últimos obstáculos a serem vencidos.

Termino. Como disse, em meu livro *Brasil: Igreja contra Estado*, analiso as relações tensas entre o catolicismo hierárquico e os dirigentes do Estado produzidas por vários golpes, os de origem remota (como o que moldou o Estado Novo) e os movidos pela burguesia nacional e seus militares. Uma figura que une a razão de Estado varguista e a de 1964 é Francisco Campos. Sua mão ainda se apresenta nos Atos Institucionais, do primeiro ao último. Qual razão ensandecida impulsiona as ditaduras que moldaram o Brasil do século XX? A razão de Estado, aqui, teve alvos propagandísticos, ou reais, como o programa econômico e ideológico que, para nossa felicidade, nos arrancaria do subdesenvolvimento: Brasil, grande potência.

Os fins clássicos da razão de Estado foram defendidos clara ou hipocritamente por juristas, militares, banqueiros, industriais, e mesmo setores do clero brasileiro: a quebra da lei em favor dos governantes, o segredo (mesmo decreto secreto foi usado na ditadura), a fraude, a vigilância policial, as torturas, o desaparecimento de opositores, a censura à imprensa, o exílio, as cassações de mandatos e a destituição

32. *Ibidem*, p. 323.

de juízes. Vivemos as duas ditaduras sob o império da razão de Estado, tendo o segredo como ética perversa, antidemocrática e assassina.

Hoje, a Constituição Federal de 1988 prevê remédios contra o golpe de Estado, mas que não garantiram o país do exercício reiterado da usurpação política. Os incisos IV e XI do artigo 49 evidenciam o receio face aos possíveis golpes: cabe ao Congresso Nacional “aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas” (IV) e “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros poderes” (XI). Excelente princípio, ineficaz na prática. Que outra coisa temos, senão reiterados golpes, com as Medidas Provisórias que deveriam atender a necessidades urgentíssimas (e mesmo tais necessidades têm o sinete da razão de Estado) e se transformaram em meio para o Executivo legislar? Que outra coisa temos, nas reiteradas ingerências do Judiciário, legislando à luz do dia, sem reação à altura do Legislativo?

Golpes não são cometidos apenas pelo Executivo, mas nos três poderes e na sociedade. É por tal motivo que Benjamin Constant imaginou o Poder Moderador, cujo papel seria neutro para evitar os golpes, viessem de onde viessem. Por um golpe, na Constituição de 1824 foi usada a ideia de Constant colocando-se o Poder Moderador não como neutro, mas como superior aos demais. Daí, uma das raízes absolutistas do Executivo brasileiro, com todas as mazelas do nosso presidencialismo, gigante com pé de barro.

Por semelhantes motivos, e agora termino de vez, é imperativo levar adiante a tese de uma Comissão da Verdade. Ao mesmo tempo, na frente ética, torna-se vital lutar contra a existência de documentos secretos, votações secretas no Parlamento e na Justiça. Cabe à Comissão da Verdade a tarefa histórica de nos colocar nas sendas democráticas dos séculos XVII e XVIII, proibidas aqui pela força portuguesa, pelos canhões imperiais, e atenuadas ou quase abolidas em plano mundial com o Termidor, o imperialismo napoleônico, o colonialismo europeu, a determinação imperial alemã, italiana, inglesa e norte-americana. Somos herdeiros do absolutismo e da razão de Estado. Quando Dom

João para cá veio, trouxe em seus navios a recusa da *accountability*. Não por acaso, o primeiro fruto eficaz deste veto, a Constituição imperial de 1824, proclamava a irresponsabilidade do Chefe de Estado,³³ afastava a transparência e a plena soberania popular. Somos um Estado de molde absolutista que nasce contra as revoluções modernas. Entre nós, os programas democráticos de todos os matizes, dos liberais aos socialistas, foram dizimados pelos canhões barulhentos ou golpes silentes contra as leis. Aqui vigoram anomalias como a prerrogativa de foro para políticos, juízes, promotores de justiça, algo que só tem sentido em regimes de privilégio nos quais o povo é regido por uma lei supostamente universal, modificada para quem integra o poder.

Se a Comissão da Verdade abrir a via da transparência, da responsabilização dos agentes públicos, deixando patente que ninguém pode golpear a democracia, ninguém pode mentir ou esconder os atos governamentais, ninguém pode matar, torturar, cassar direitos dos oponentes, ela prestará serviço à cidadania, permitindo diminuir o alto grau de absolutismo que ainda nutre os que, no Estado, e ainda hoje, sobretudo hoje, imaginam poder usar os recursos públicos como se fossem seus.

Embora defensor da forma absoluta de poder, Jean Bodin teve a honestidade intelectual de retomar a tese antiga sobre a tirania que afirma: “tirano é quem usa os bens dos governados como se fossem seus”. A Comissão da Verdade pode ajudar na luta contra a razão de Estado, desculpa última dos que defendem tiranias que não prestam contas nem respeitam a transparência, mas exibem máscara democrática. Permitam que eu cite o último parágrafo de minha intervenção no Seminário Fronteiras do Pensamento de 2008: “num

33. Título 5º, “Do Imperador”, Capítulo I, “Do Poder Moderador”, art. 98: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos.” Art. 99: “A pessoa do Imperador é inviolável, e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma”. BRASIL. Constituição (1824). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>.

país excessivamente centralizado, sem autonomia, não podem existir na sua plenitude a soberania popular, a *accountability*, a justiça e... a verdade".³⁴

34. R. Romano. "Democracia, justiça e eleições". In: *Fronteiras do Pensamento, retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008, p. 241. Ver também: R. Romano. "Mentira e razão de Estado", aula inaugural na Escola Superior da Procuradoria do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://escolapge.blogspot.com.br/2007_03_01_archive.html#8375465921568058484>.

Amigo e inimigo na luta política*

Maria Sylvania CARVALHO FRANCO

São os amigos que me atraíam, pois o inimigo posso evitar, tal como o piloto, o recife no oceano.

Theognis

Em manifestações mais ou menos recentes, colaboradores de partidos políticos na formação de seu ideário¹ enunciaram sua doutrina sobre a vida pública, postulando a amoralidade, a mentira do poderoso, a manipulação das instituições, concebendo a política como guerra e seus atos como saque, vindicando alianças injustificáveis, reduzindo o juízo moral a arma para acuar o adversário. Toda essa teia é perpassada pela concepção de que o positivo, aquilo que é, deve ser. Entretanto, se a política não é uma associação de santos, não resulta que deva ser uma disputa entre malfeitores ou ter vocação para a ditadura. A linguagem política atual anexa, a Maquiavel e Platão, já evocados em vários pronunciamentos, uma propaganda de direita, ao modo de Carl Schmitt, como o decisionismo e a antítese amigo-

* Versão revista pela autora de artigo publicado originalmente em: *Folha de São Paulo* (Caderno *Mais!*), São Paulo, 03 junho 2001.

1. Entre muitos, ver, por exemplo, José Arthur Giannotti: "O dedo em riste do jornalismo moral". *Folha de São Paulo* (Tendências e Debates), São Paulo, 17 maio 2001; e entrevista para o jornal *O Globo* em 13/5/01.

inimigo, reativada pelo jurista na justificação do nazismo. Urge sair das operações doutrinárias imediatas que manipulam teorias e conceitos políticos para legitimar escândalos, a fim de expor tais ideologias.

Um conhecido adágio grego preconiza beneficiar os amigos e prejudicar os inimigos.² A crítica a esse preceito vulgar, na literatura grega, perpassa a poesia arcaica, os trágicos, os historiadores, a filosofia. Para examinar esse tema, escolhi a reflexão de Tucídides sobre formas de poder no império ateniense, sua *História da Guerra do Peloponeso*, focalizando os discursos sobre as represálias à revolta de Mitilene, colônia de Atenas. Na primeira deliberação da assembleia, os homens adultos foram condenados à morte, as mulheres e crianças reduzidas à escravidão; em seguida, cogitou-se rediscutir as condenações. Nesse passo, defrontam-se Cleon e Diodato, cujos discursos coincidem em sustentar o império, mas assumem rumos divergentes: o primeiro preconiza a força e eficácia imediata dos atos, o segundo persegue a prudência e poder persuasivo da palavra.

Cleon é descrito como “o mais violento dos cidadãos e [...] o mais digno de fé junto ao povo”.³ Vitorioso na moção sobre as penas capitais, voltou ele à carga, alertando contra as palavras engenhosas que poderiam enfraquecer a ação repressiva, certo de que sem terror não se sustenta a dominação ateniense. Seu diagnóstico da moderação tendente a atenuar as penas aponta o erro de transpor os usos vigentes na *pólis* para a colônia: se em uma o cotidiano é amistoso, o mesmo não acontece na outra, lugar do inimigo.

A oposição amigo-inimigo como categoria sociojurídica, em seu percurso especulativo, constitui uma viga mestra do pensamento autoritário. Na época atual, Carl Schmitt, o teórico do nazismo, revivificou a antítese amigo-inimigo como critério político autônomo,

2. M. W. Blundell. *Helping Friends and Harming Enemies. A Study in Sophocles and Greek Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Essa obra levanta, ao longo do tempo e em diferentes áreas, testemunhos do princípio de ajudar amigos e prejudicar os inimigos.

3. Cf. Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*, III, §36, 3. [N. do E.: edição brasileira, tr. Mário da Gama Kury. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2001, 4º. ed., p. 172]

indicando o seu significado: determinar pontos-limite de união e ruptura sem que outros juízos intervenham, projetando o antagonismo político para o absoluto. Afirma Schmitt:

Não é necessário que o inimigo político seja moralmente mau ou esteticamente feio; ele não precisa necessariamente se apresentar como concorrente econômico e pode até mesmo ser vantajoso negociar com ele. Ele é apenas “o outro”, o estrangeiro, bastando, para sua essência, que ele seja, num sentido particularmente intenso, algo alheio e estranho [...].⁴

Voltemos a Tucídides. Na fala do truculento Cleon, a separação entre atenienses, cujas inter-relações são amigáveis, e seus adversários, postos em plano antagônico, articula-se a outro elemento fundamental: garantir o poder pela força, fechando os ouvidos ao adversário:

[...] Não estais refletindo que o império que detendes é uma tirania, com súditos involuntários conspirando contra vós, obedecendo não porque estejam atentos a que sejais benéficos prejudicando a vós próprios, sendo antes pela força que pela boa intenção deles que prevalecereis.⁵

Não ficar cego à essência do poder postula a relutância em ouvir por parte do inimigo, correlata à recusa de escutá-los, elidindo-se assim as fontes de piedade ou persuasão por parte deles.

Fechando a questão, Cleon trata de eliminar o debate também entre os atenienses: o mais alarmante será “se nada estabelecermos de modo preciso pela decisão firme e se não reconhecermos que um Estado regido por leis imutáveis, embora inferiores, é mais forte do que se as tiver excelentes e sem autoridade”.⁶

4. C. Schmitt. *Le Categorie del Politico. Saggi di Teoria Politica a Cura di G. Miglio* [1932]. Bologna: Il Mulino, 1972, p. 261.

5. Tucídides, III, §37, 2 [N. do E.: *op.cit.*, 2001, p. 172].

6. *Idem.*

Dá-se, nesse texto, a passagem imediata de *doxa* para *nomos*, operação que faz deslizar a terminologia jurídica e a prática política, visto que do primeiro termo resulta um dogma, um decreto, mas não uma lei.⁷ O trânsito da decisão para a lei é chave na estrutura autoritária desse discurso. O fantasma do “outro”, o elogio da força e a morte do debate culminam, agora, no puro direito da decisão identificada à lei e posta como inabalável. Schmitt aproveita, modernamente, o paradigma para colher o peso autoritário intrínseco a tal uso dos conceitos jurídicos. Opõe-se ele aos normativistas (seu alvo principal é Hans Kelsen), que pretendem isolar e fazer absoluta a norma ou a regra, em contraposição às decisões e ao ordenamento efetivo da sociedade. Do teor abstrato das normas jurídicas essa corrente derivaria suas pretensões à objetividade e à impessoalidade: a lei (e não os homens) pode governar acima do contingente e do arbitrário; só com ela é possível justiça objetiva e impessoal.

Assim os normativistas interpretariam “uma das mais belas e antigas expressões do pensamento jurídico, precisamente a máxima de Píndaro sobre o ‘nomos basileus’, o ‘nomos-rei’: só a lei e não a necessidade contingente, mutável [...], pode governar ou comandar”.⁸

A sede do poder

Retomando Píndaro, suas críticas à posição normativista radicam no que entende pelo conceito jurídico de *nomos*, não só lei, mas “direito”, abrangendo norma, decisão, ordenamento. Desse modo, o “direito soberano”, o *nomos basileus*, não se limita a disposições ideais, envolvendo a capacidade de ordenar, enquanto o pensamento

7. Essa distinção foi indicada em curso sobre Tucídides pela professora Ana Lia Prado. Também foram expostas por ela as “relações simétrico-paralelas”, centradas no feito e na palavra, dos componentes estilísticos do discurso de Cleon. Sua fonte é o artigo de G. Wille, “Zu Stil und Methode des Thukydides”. H. Herter (org.). *Thukydides*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968, p. 692. A interpretação que desenvolvo sobre o entrecruzamento e anulação dos campos sensíveis, intelectuais e semânticos, com as consequências teóricas e políticas desse procedimento crítico, é de minha inteira responsabilidade.

8. C. Schmitt, *op.cit.*, 1972, p. 252.

normativo invoca a validade das regras, nunca o poder e a autoridade efetivos, atuantes. Posta a norma como fundamento jurídico, o juiz e o Estado se tornam função dela: essa “soberania da lei” evidentemente destrói a sede do poder, o rei.

Ao contrário, preconiza ele, abandonando o fundamento puramente abstrato e com a legalidade abrangendo também o ordenamento social, não haverá separação entre *nomos* e rei, mas, num processo reversível, os dois termos formam uma identidade. “Como o *nomos* é rei, assim também o rei é *nomos*, de modo tal que nos encontramos, já, de novo, no âmbito das decisões e instituições concretas ao invés de normas abstratas e regras gerais.”⁹

Com isso, desaparecem as outras instâncias do poder público, dissolvendo-se os corpos parlamentares ou jurídicos, restando apenas o arbítrio autocrático.

O jogo retórico que inscreve a poesia de Píndaro no sistema concreto e pessoal do decisionismo moderno talvez não se afaste muito do poeta arcaico. Já outros pensadores antigos, como Platão, apontam o nexos entre poder, força e natureza, discernível em Píndaro. Entre vários textos está o *Górgias*, com os versos de Píndaro evocados por Caliclés. Este, na famosa passagem (483b-484a), afirma que as leis são estabelecidas pelos mais fracos e numerosos em proveito próprio: para tolher a supremacia dos mais fortes, dizem ser má ou injusta a vontade de poder. Miseráveis, apraz-lhes o nivelamento. “Por isso, por convenção dizem ser injusto e mau sobrepujar a maioria [...], mas a natureza proclama que é justo o melhor sobrepujar o pior e o mais poderoso, o impotente.”¹⁰

Essa assertiva universal abrange animais, homens, raças, cidades: miríades assim agem “segundo a natureza do direito” (“*kata physin tou dikaiou*”), sendo sua prática “segundo a lei da natureza” (“*kata nomon ton tês physêos*”), não conforme a estabelecida pelos homens. Note-se que nessas assertivas há uma construção em quiasma, onde “natureza”

9. *Ibidem*, p. 254.

10. Cf. Platão. *Górgias*, §483, d. [N. do E.: tr. br. Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2011]

(“*physis*”) baliza tanto a determinação do “direito” (“*to dikaion*”) quanto da lei (*nomos*) ao se cruzar sua posição nas frases, colocada que está no início da primeira e no fim da segunda.

O escravo como senhor

Nessa construção, o primeiro membro corresponde ao quarto, e o segundo, ao terceiro, de modo tal que o direito, *to dikaion*, coincide com *nomos*, termo esse que, assim, amplia o sentido estrito de lei ou convenção humanas e atinge o nível de princípio. Dessa figura resulta que a natureza do direito = lei da natureza, construindo-se retoricamente o conceito de “direito natural”, no caso, o direito do mais forte. Por mais que se queira escravizar e seduzir os leoninos, continua Caliclés, inculcando-lhes que a igualdade é necessária, justa e nobre, dia virá em que os dotados de natureza suficientemente forte quebram os grilhões, livram-se do que lhes foi ensinado, desvencilham-se de todas as coisas contra a natureza. O escravo mostra-se como senhor e, então, “brilha o direito da natureza” (“*to tês physêos dikaion*”).¹¹

Nesse ponto, inscreve-se a citação de Píndaro, que Caliclés reclama em apoio de suas teses:

A lei, soberana de todos,
de mortais e imortais,
governa, com as mais poderosas mãos,
justificando o mais forte.
Por testemunho, os trabalhos de Hércules...¹²

Como se vê, Carl Schmitt leu bem o seu Platão.

Schmitt liga expressamente o decisionismo a Hobbes, apresentando-o por um viés ultradespótico, como exemplo clássico dessa doutrina. Entretanto, o discurso de Caliclés, com a violência natural sustentando a vontade de poder, com o estado de exceção

11. *Ibidem*, §484, a.

12. *Ibidem*, §484, b.

permitido ao forte, ao homem que sobressai personalizado diante da indiferença massificadora, tem laços com as teorias do jurista moderno.

A citação de Píndaro, muito evocado para legitimar a força, não é casual em sua tese, conjugando os textos antigos e modernos: neles, a mesma teia de argumentos surge nos contextos autoritários em que sua poesia é inserida: a lei (ou o direito, na acepção de Schmitt) soberana é universal, mas não abstrata ou igualizadora, repousando não sobre normas genéricas e despersonalizadas, mas sobre uma poderosa vontade pessoal.

A esse modelo ajusta-se a teoria decisionista do direito exposta por Schmitt. O fundamento jurídico há que ser buscado “em um processo de vontade, em uma decisão, só ela capaz, na qualidade de decisão, de criar direito [...]. Para o jurista de tipo decisionista, a fonte de todo o direito, isto é, de todas as normas e ordenamentos [...], não é o comando na qualidade de comando, mas a autoridade e soberania de uma decisão final que vem vinculada ao comando.”¹³

O mesmo raciocínio, cingindo vontade, força e decisão instauradora de direito, aparece no discurso de Cleon. Já vimos que a pretensa recusa em ouvir, pelos colonos, corresponde à negação de escutá-los por parte da cidade hegemônica: cancela-se, com isso, o diálogo. Daí o rápido trânsito de *doxa* para *nomos* vincular-se, de modo necessário e significativo, lógica e politicamente, aos feitos e não às palavras. É o ato decisório e não o debate verbal que institui o direito; não a razão ponderada, mas a vontade potente.

No caso em pauta, em que a determinação sensível é máxima, a violência de Cleon é correlata à violência do *demos* identificado ao soberano, motivo pelo qual ele é o mais eficaz e crível dos demagogos, percorrendo o círculo fechado do “mesmo” (o dito pelo orador e o preconcebido pelo ouvinte) próprio à retórica descomprometida com a verdade: a assembleia decide movida pelo mesmo sustentáculo da fala de Cleon, por fortes emoções – medo e ódio. Ainda assim, a decisão, uma vez tomada, é absoluta, e a lei nela originada é inamovível.

13. C. Schmitt, *op.cit.*, 1972, p. 261.

Essa concepção do direito engendrado em um ato de vontade forte e não na circulação do verbo se articula ao convencimento visando à supremacia, num apelo dirigido maciçamente ao sensível e não ao intelecto, cadeia que se completa com o obscurantismo que faz a apologia prepotente da miséria intelectual. A ignorância cautelosa é mais benéfica que a destreza sem freio: “Os mais pobres de espírito, dentre os homens, comparados aos mais agudos, na maioria são melhores cidadãos”.¹⁴ Esses, desejando estar acima das leis e vencer nas discussões políticas, trazem ruína à cidade; os primeiros, desconfiando de sua própria sagacidade, consentem em ser menos esclarecidos que as leis, menos capazes em criticar os bons oradores e, sendo juízes pelo senso comum, antes que competidores, tomam rumo próspero.¹⁵ Uniformização e conformismo são pregados contra as pretensões agonistas dos engenhos acerados: não por acaso, toda política autoritária é gêmea da miséria intelectual, estiolando os mananciais do pensamento e da crítica, notadamente, nos tempos atuais, a universidade e a imprensa.

É nesse panorama ditatorial que, em consequência, a discussão é eliminada também no interior da Cidade. A recusa do discurso político se fez, inicialmente, contra os “inimigos” da colônia, reservando-se a palavra à *pólis*, lugar dos “amigos”. Mas a censura acaba por se voltar contra o debate interno, em nome da estabilidade das decisões jurídicas e políticas. O corte da liberdade de pensamento e da palavra se faz como penhor da eficácia e da governabilidade, tanto para o demagogo antigo quanto para o ideólogo moderno.

Em seu elogio dos feitos em detrimento das palavras, Cleon acusa os cidadãos atenienses de se acostumarem a ser “contempladores de palavras e ouvintes de feitos”.¹⁶ Essa contradição interna entre os atos dos sentidos e suas finalidades específicas torna suas operações um contrassenso, anulando a força física e intelectual nelas empenhada.

14. Tucídides, III, §37, 3 [N. do E.: *op.cit.*, 2001, p. 172].

15. *Ibidem*, §37, 3-5.

16. *Ibidem*, III, §38, 4 [N. do E.: *op.cit.*, 2001, p. 173].

Os campos semânticos que se estruturam em torno das palavras e dos feitos são cruzados e simetricamente contrapostos à percepção apta a apreender cada um dos conjuntos – ouvir e ver – interferindo, com esse trançado entorpecente, na capacidade de ajuizar e decidir.

Vos acostumais a ser espectadores de palavras e ouvintes de feitos, contemplando como possíveis os empreendimentos futuros a partir da palavra dos bons oradores; quanto ao já efetivado, não o consideram mais crível apreendendo-os pela vista, mas pelo ouvido, julgando-os favoravelmente pelas palavras.¹⁷

Em vez de ver os fatos com propriedade e de ouvir as discussões com discernimento, os cidadãos se autoenganam sobre a praticabilidade do acontecer e sobre a verdade do já acontecido: o contemplar se vincula à previsibilidade dos empreendimentos, mas essa capacidade é abolida pelo canal incomensurável por que passa, não pela vista, mas pelo ouvido, sofrendo a ação do discurso persuasivo. Análogo movimento nulificador se repete na atividade de recolher as práticas passadas, apreendidas pelo dito e não pelo feito. As operações do ver e do ouvir aparecem como reciprocamente destrutivas, e nesse trespassse se cancelam os processos políticos: a apreensão e o juízo dos atos passados e futuros são reconhecidos e avaliados em processos autossupressores. Em linguagem moderna diríamos que o ateniense tem a consciência turvada pelas relações que estabelece.

Examinemos mais de perto essa técnica expositiva e crítica. O contemplar remete a “olhar de longe” os feitos futuros. Mas a vista se perde na representação das palavras e a previsibilidade se enfraquece pela mediação por meio da qual se efetiva, não pelo ver, mas pelo ouvir: aqueles que estão “vendo de longe” sofrem a ação dos bons oradores. Notemos que o sentido desse texto constrói-se também materialmente pela disposição das palavras com a contiguidade das formas verbais acentuando o disparate de “seguir com a vista por ouvir dizer”.

17. *Ibidem*, §38, 4-5.

Vejamos como: a observação não se faz a partir do que está à vista, como o seria em coerência com o feixe de significados definidos pelo “saber por ter visto”, mas a partir dos que falam bem. A sintaxe rompe o campo semântico, produzindo nele uma torção, ao justapor, na letra do texto, o falar e o ver, com a presença de uma preposição que marca a procedência, envolvendo sentido instrumental: literalmente “aqueles que contemplam pelos bons oradores”.

Assim, o ato visual de conhecer, de grande importância na cultura grega, dissolve-se na opinião resultante do ouvir dizer, operação desqualificada na crítica da sofística e da retórica. Análogas articulações contraditórias se repetem no processo de recolher as práticas efetivadas, o qual resulta na crença, como seria de esperar pelas significações mobilizadas no período anterior, em que a retórica se insinua. Também nesse procedimento os termos entram numa relação retorcida: de um lado, a maior credibilidade das obras realizadas deriva não do feito, mas do ouvido; de outro lado, essa apreciação não se faz “apreendendo pelo visto, mas, contrariando novamente as expectativas de sentidos sedimentadas na linguagem, o juízo se dá ‘a partir de uma avaliação favorável pelas palavras’”.

As operações anímicas opõem-se nas formas verbais antitéticas: o ver e o ouvir; os que observam e os que falam, o feito e o ouvido, apreender pela vista e avaliar pelas palavras. Nesse cruzamento aniquilador das atividades sensíveis e intelectuais e pela contradição dos campos semânticos, o saber como ato visual, na pesquisa dos fatos futuros, é perturbado pela opinião gerada por palavras; a isso responde a apreensão conceitual dos feitos passados, prejudicada pelos juízos retóricos conducentes não ao verdadeiro, mas ao crível. Todo esse conjunto internamente contraditório interfere negativamente na formação dos juízos, que se orientam para as certezas e crenças.

Uma penetrante crítica ao exercício democrático corrompido pelo autoritarismo das práticas demagógicas percorre a montagem do discurso de Cleon. Este encena e dramatiza uma assembleia de surdos e mudos dominada por obtusos e violentos, desvelando as ilusões deformantes, os processos devastadores nela gerados. Nas práticas

políticas conduzidas no interior da *ecclesia*, centro vital da democracia, amputa-se a força e impede-se a circulação da palavra, priva-se o cidadão da liberdade de pensamento e expressão.

A crítica de Tucídides alcança nosso atual contexto de revivescência decisionista e banalização do saber, em que dogmatismos temerários usam conceitos filosóficos e políticos, determinantes de inflexões decisivas na história do pensamento, como recursos ideológicos justificadores de práticas ilegítimas e falaciosas. A história brasileira afeita ao domínio despótico e personalizado, terra do favor ingente, abre-se ao uso do saber instrumentalizado para a propaganda política em conexão com outra conduta arraigada entre nós: benefício aos “amigos”, prejuízo aos “inimigos”. Já vimos, essa cópula é milenar. Deixando de parte outras fontes, continuemos com o discurso de Cleon.

Nele, a oposição entre ser benfazejo e ser nocivo¹⁸ também sofre torções trazidas pela quebra das correspondências esperadas: o par constante – benefício ao amigo, prejuízo ao inimigo – tem os seus termos cindidos e deslocados, tornando-os incongruentes. A mercê ao inimigo exterior da colônia é perniciosa ao amigo interno da *pólis*, ampliando-se também a força desse axioma pela disposição das palavras que resultam em “impossíveis” e tornam paradoxal sua contiguidade: “Se fores benfazejo sendo nocivo [...]”.¹⁹

A figura retórica desenha-se, também aqui, na própria materialidade do texto, com a palavra grafada “aparecendo” em sua autonomia e afirmando o seu estatuto de imagem, validando-se graficamente e efetivando-se no plano visível a fim de desencadear o processo evocativo e ampliador das significações. Reticamente, o efeito conseguido é de surpresa e desconcerto; do lado político é reforçada a tese da repressão; em teoria da linguagem, a estrutura assim desenhada evidencia uma concepção eminentemente plástica da palavra e suas virtualidades de exploração.

Essas reviravoltas de sentido podem reportar-se também a outra pregação de amoralidade na esfera pública, um maquiavelismo

18. *Ibidem*, III, §37, 2 [N. do E.: *op.cit.*, p. 172].

19. *Idem*.

banalizado na propaganda política atual, inclusive na busca de legitimar a corrupção e o embuste. O lugar clássico da mentira benéfica é a república. Nem aos deuses nem ao comum dos mortais ela é admitida: aos primeiros, por serem simples e íntegros, não podendo ser falsos ou disfarçados²⁰; aos segundos, porque isso os levaria a erros autoperniciosos e destrutivos para a cidade.²¹ Apenas ao governante, transitando paradoxalmente pelo território obscuro próprio ao sofista, é autorizada a mentira. Mas ele é, lembre-se, preparado eugênica, intelectual e praticamente para as suas funções: deve pertencer à raça dos naturais e socialmente bem-nascidos, passando por ascetes e provas sucessivas até atingir o cimo dos escolhidos. A mentira para benefício público é seu monopólio, privilégio único de uma figura aristocrática. Só o governante pode ser mendaz, prerrogativa portadora de um drástico sentido autoritário, não tendo sido casualmente proposta por um acerbo inimigo da democracia e retomada por Hegel, que vai no mesmo rumo.²²

O elogio da mentira, de uma zona de obscuridade em política, abre-se para a autocracia, o embuste, o apaniguamento, para as manobras visando à sustentação do poder, para o favor, para ser “benéfico ao amigo e prejudicial ao inimigo”. Visto que, nesse caso, “amizade” é sinônimo de interesse, as cumplicidades e alianças se fazem e se desfazem ao sabor da vantagem pessoal e as benfeitorias ou malvezas rapidamente se transformam em práticas de corrupção.

Sócrates, em *A República*, atribui a Simônides a concepção de justiça que consiste em dar ajuda aos amigos e prejuízo aos inimigos²³, recusando esse preceito, expondo-o como injusto e revolvendo suas categorias até que se contradigam. A ironia socrática faz com que os

20. Platão, §382, a-e

21. *Ibidem*, §389, b-d.

22. Cf. G.W.F. Hegel. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970, p. 317. Comentando a pergunta de Frederico II: “É útil enganar um povo?”, a resposta hegeliana é bem à moda de Tucídides: “O povo engana a si mesmo” nos juízos sobre seus atos e sua história.

23. Platão, §332, d. [N. do E.: *A República ou sobre a justiça*. Tr. br. Ana L. A. de A. Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 10].

termos, sem nenhuma estabilidade, visto se fecharem na imediatez do sensível, balancem e se invertam ao ponto de a máxima se transformar em ser prejudicial aos amigos e benéfico aos inimigos.²⁴

Bem de acordo com essas inversões, em nossos tristes quadros políticos, as benesses inescrupulosas distribuídas a amigos precários, súbito inimigos, acabam por prejudicar seus autores, ao serem expostas as tramas a que servem.

24. *Ibidem*, §334, b-e [N. do E.: *op.cit.*, 2006, pp. 13-14]. Esse tema reaparece no cão de boa raça, símile do guardião, ambos gentis com os familiares e agressivos com os estranhos. Sócrates distingue os atos de reconhecer, discernir e aprender, tanto no cão quanto no guerreiro, atribuindo-lhes o amor pelo estudo e pelo saber, assim os aproximando do filósofo. Há, portanto, componentes racionais e cognitivos conexos ao sensível na formação do jovem de escol, na aristocracia de guerreiros. Com isso, o ditado vulgar sai do mundo selvagem e se inscreve no cosmos, regulando o estado de guerra (ver: §375, c - §376, c).

Sobre os autores

Amelinha TELES, integrante da União de Mulheres de São Paulo e da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva. Ex-guerrilheira e membro do PCdoB à época da guerrilha do Araguaia, foi presa política, juntamente com o marido, os filhos e a irmã. É autora, entre outros, de: *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993; *O que é violência contra a mulher* (com Mônica Melo). São Paulo: Brasiliense, 2002; *O que são os direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2007; *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 1964-1985* (com Criméia Schmidt de Almeida, Janaina de Almeida Teles e Suzana K. Lisboa [org.]). São Paulo: Imprensa Oficial, 2009; *Da guerrilha à imprensa feminista* (com R. Cruz). São Paulo: Intermeios, 2013.

Ana MONTÓIA, professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. É autora, entre outros, de: “A formação do bacharel na cidade de São Paulo”, in: J. T. Correia de Lira (org.). *História e cultura estudantil: revistas na USP*. São Paulo: EDUSP/CPC, 2012; “O lapso de Montaigne: notas sobre a *raison d’Etat*”, in: Alexandrino Filho (org.). *Montaigne e seu tempo*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012; “Raymond Aron: o compromisso com a Cidade dos homens”, in: A. Almeida Filho e V. de C. Barros (org.). *Manual de Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

Carlo ROMANI, professor de História Contemporânea no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É autor, entre outros, de: *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002; *História Contemporânea, 3 volumes* (com M. Sciarretta). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011; *Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Fabio GENTILE, professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. É autor, entre outros, de: “Entre nacionalismo, fascismo e autoritarismo: elementos para uma análise comparativa sobre a ideia de nação na Itália e no Brasil entre as duas guerras mundiais”, *Cadernos CEDEC*, v. 108, 2011; *La rinascita della destra. Il laboratorio politico-sindacale napoletano da Salò ad Achille Lauro*. Nápoles: ESI, 2013; “O fascismo como modelo: incorporação da ‘carta del lavoro’ na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930”, *Mediações*, v. 19, 2014.

Fabio LANDA, psicanalista, membro da Association de Psychanalyse et Anthropologie (APARTE), do Collège International de Psychanalyse et Anthropologie e da Associação Le Coq Héron. É tradutor no Brasil, com Eva Landa, de Jean-Pierre Faye, Michel Wieviorka, Jacques Derrida, Maurice Merleau-Ponty e Emmanuel Lévinas, todos pela Editora Perspectiva. É autor, entre outros, de: *La Shoah et les nouvelles figures métapsychologiques de Nicolas Abraham et Maria Torok: essai sur la création théorique en psychanalyse*. Paris: L’Harmattan, 1999 (tr. br.: *Ensaio sobre a criação teórica em psicanálise*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000); “Depois de tudo, a psicanálise”, in: E. Schweidson (org.). *Memória e cinzas: vozes do silêncio*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009; “Le poème est le patient privilégié”, *Le Coq Héron*, v. 204, 2011.

Federico FINCHELSTEIN, professor de História na New School for Social Research, Nova Iorque/EUA; é diretor do Janey Program in Latin American Studies na mesma instituição. É autor, entre outros, de: *El Canon del Holocausto*. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2010; *Transatlantic Fascism. Ideology, Violence and the Sacred in Argentina and*

Italy, 1919-1945. Durham/London: Duke University Press, 2010 (tr. es.: *El fascismo Transatlántico. Ideología, violencia y lo sagrado en Argentina e Italia, 1919-1945*. Buenos Aires: FCE, 2010); *The Ideological Origins of the Dirty War. Fascism, Populism, and Dictatorship in twentieth century Argentina*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2014.

Fernando KOLLERITZ, professor de Filosofia Política na Faculdade de Direito, História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. É autor, entre outros, de: “La déconsidération: expérience totalitaire et anthropologie démocratique”, in: C. Haroche, J.-C. Vatin (org.). *La considération*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998; “Testemunho, juízo político e história”, *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, 2004; “Cegueira voluntária: recepção dos testemunhos soviéticos”, *Estudos de História*, v. 11, n. 2, 2004.

Leonardo SÁ, professor de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. É autor, entre outros, de: *Os filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; *Violência e Dilemas Civilizatórios – as práticas de punição e extermínio* (com C. Barreira, J. P. D. Aquino [org.]). Campinas: Pontes Editora, 2011.

Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO, professora de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. É autora, entre outros, de: *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969 (reedições: Editora Kairós, 1983; Editora UNESP, 1997); “Linguagem e pensamento conservador em Aristóteles”, *Revista USP*, n. 4, set/out/nov 1989; “‘All the world was America’. John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico”, *Revista USP*, n. 17, mar/abr/mai 1993.

Nildo AVELINO, professor de Teoria Política no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. É autor, entre outros, de: *Anarquistas: ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004; *Pedagogia*,

sujeito e resistências: verdades do poder e poderes da verdade (com A. Godoy e G. Figueiredo [org.]). Curitiba, Appris, 2013; *Governamentalidade | Segurança* (com S. Vaccaro [org.]). São Paulo: Intermeios, 2014.

Pablo PICCATO, professor de História no Departamento de História da Columbia University, Nova Iorque/EUA. É autor, entre outros, de: *City of Suspects: Crime in Mexico City, 1900-1931*. Durham: Duke University Press, 2001 (tr. es.: *Ciudad de Sospechosos: Crimen en la Ciudad de México, 1900-1931*. México City: CIESAS, 2011); *The Tyranny of Opinion: Honor in the Construction of the Mexican Public Sphere*. Durham: Duke University Press, 2010; *True Stories Of Crime in Modern Mexico* (com R. Buffington). Albuquerque: University of New Mexico Press, 2009.

Paulo Giovani Antonino NUNES, professor de História Política no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba; é presidente da Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. É autor, entre outros, de: *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania* (com E. Dantas, R. F. de Carvalho e Silva [org.]). João Pessoa: Ed. UFPB, 2014; “Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e Minas Gerais”, *Cadernos de História*, v. 15, 2014; “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação”, in: E. Dantas, R. F. de Carvalho e Silva, P. G. A. Nunes (org.). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

Roberto ROMANO, professor de Filosofia Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. É autor, entre outros, de: *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979; *O caldeirão de Medeia*. São Paulo: Perspectiva, 2001; *Os nomes do ódio*. São Paulo: Perspectiva, 2009; *Razão de Estado e outros estados da razão*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Rodrigo Freire de CARVALHO E SILVA, professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba; é membro da Comissão Municipal

da Verdade de João Pessoa. É autor, entre outros, de: “Sem razão e com força. Chile 40 anos depois do golpe”, *Revista de História*, v. 97, 2013; *A transformação da esquerda latino-americana. Um estudo comparado do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e do Partido Socialista no Chile (PSCCH)*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014; *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania* (com P. G. Nunes e E. S. Dantas [org.]). João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014.

Telma DIAS FERNANDES, professora de Teoria da História no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. É autora, entre outros, de: “Escritos autobiográficos e escrita da história: historiografia e relatos sobre o período militar brasileiro”, in: A. de S. Avelar, M. H. F. Pereira, D. B. A. Faria (org.). *Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto, Edufop, 2012; *História e literatura: Graciliano Ramos e a história*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

Walter KOHAN, professor de Filosofia da Educação no Departamento de Estudos da Infância e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor, entre outros, de: *Pensar com Heráclito* (com Elvira Vigna). Rio de Janeiro: Lamparina, 2013; *La filosofía como paradosso*. Roma: Aracne, 2014; *Philosophy & Childhood: Critical Perspectives and Affirmative Practices* (com M. Gregory). Nova Iorque: Palgrave, 2014; *Childhood, education and philosophy. New ideas for an old relationship*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

